

ENGIE Brasil Energia S.A.

Carta de Conforto - Oferta Pública de Distribuição
da 7ª Emissão de Debêntures Simples Não
Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária,
em Duas Séries, da ENGIE Brasil Energia S.A.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Joinville, 25 de julho de 2018

Banco Bradesco BBI S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 10º andar – CEP 01451-000
São Paulo, SP
At Sr. Mauro Tukiya e Sr. Augusto Banuls

e

BB – Banco de Investimento S.A.

Rua Senador Dantas, nº 105, 37º andar, Centro - CEP 20031-923
Rio de Janeiro, RJ
At Sr. Cleber Oliveira de Aguiar

e

Banco J. Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.100, 16º andar, Cerqueira César – CEP 01310-930
São Paulo, SP
At Sr. José Paulo Teixeira Scheliga

e

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar – CEP 04538-132
São Paulo, SP

At Sr. Eduardo Prado

Ref.: Oferta Pública de Distribuição da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da ENGIE Brasil Energia S.A. ("Oferta")

Prezados Senhores:

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais e consolidados da ENGIE Brasil Energia S.A. ("Companhia") de 31 de dezembro de 2017 e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB ("IFRS"), e estão incorporadas por referência às versões do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 2 (duas) Séries, da 7ª (Sétima) Emissão da ENGIE Brasil Energia S.A., datadas de 11 de junho de 2018 e 12 de julho de 2018 (em conjunto, "Prospecto Preliminar"), e no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, da 7ª (Sétima) Emissão da ENGIE Brasil Energia S.A., datado de 25 de julho de 2018 ("Prospecto Definitivo", e em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos"), nos quais se encontram incorporadas por referência as versões nº 2 e 3, respectivamente, do formulário de referência da Companhia, elaborado de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), ("Formulário de Referência" e, em conjunto com os Prospectos, "Documentos da Oferta"). Nossa auditoria das referidas demonstrações financeiras foi efetuada segundo as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nosso relatório com relação à auditoria dessas demonstrações financeiras encontra-se, também, incorporado por referência aos Prospectos, e contém os seguintes parágrafos de outros assuntos:

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos - Auditoria dos valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os valores relativos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 23 de fevereiro de 2017, sem ressalvas.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

2. Adicionalmente, revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017. Essas informações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo IASB. Nossa revisão das referidas informações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018 foi efetuada segundo a NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor Independente e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Nosso relatório de revisão encontra-se, também, incorporado por referência aos Prospectos, e contém o seguinte parágrafo de outros assuntos:

Outros assuntos - Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

3. Somos auditores independentes com relação à Companhia, conforme as normas brasileiras e internacionais de auditoria e os regulamentos vigentes no Brasil.

4. Não examinamos demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para períodos subsequentes a 31 de dezembro de 2017; embora tenhamos conduzido auditoria para a data-base de 31 de dezembro de 2017, o objetivo desta foi o de nos permitir a emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, e para o exercício findo naquela data. Não examinamos os períodos intermediários durante aquele exercício. Portanto, não estamos em condições de emitir, e não emitiremos, opinião sobre as demonstrações financeiras referentes ao período intermediário encerrado em 31 de março de 2017 ou qualquer período posterior a 31 de dezembro de 2017.
5. Como requerido por Vossas Senhorias, procedemos à leitura das atas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias dos Acionistas, das reuniões do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e das reuniões da Diretoria da Companhia, conforme constam dos livros de registro de cada categoria de ata na data de 20 de julho de 2018. Os executivos da Companhia informaram que todas as atas de reuniões realizadas até aquela data estão registradas nos referidos livros ou, no caso de atas eventualmente não registradas, foi-nos disponibilizado resumo de providências de reuniões recentes, cujas respectivas atas (minutas) ainda não tenham sido elaboradas. Efetuamos outros procedimentos até a data base de 20 de julho de 2018 (não estendemos nossos trabalhos para o período de 21 a 25 de julho de 2018, os quais relacionamos a seguir:
 - a. Com relação ao período de 1º de abril de 2018 a 31 de maio de 2018, efetuamos:
 - i. Leitura das informações financeiras consolidadas não auditadas e não revisadas da Companhia referentes ao período entre 1º de abril de 2018 e 31 de maio de 2018, fornecidas pela administração da Companhia, e verificamos que os saldos apresentados coincidem com os registros contábeis. A administração da Companhia informou-nos que não estão disponíveis informações financeiras para datas ou períodos posteriores a 31 de maio de 2018. As informações financeiras consolidadas não auditadas não constituem um conjunto completo de demonstrações financeiras por não apresentarem as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e as notas explicativas;
 - ii. Indagação aos executivos da Companhia, responsáveis pelas áreas financeira e contábil, com o objetivo de confirmar: (1) se as informações financeiras consolidadas não auditadas, referidas em (a)(i) acima, foram preparadas de maneira consistente em relação àquelas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas incluídas nos Prospectos; (2) em 31 de maio de 2018 não houve alterações no capital social, acréscimo no saldo consolidado de empréstimos e financiamentos e debêntures de longo prazo, tampouco decréscimo no capital circulante líquido ou no total do patrimônio líquido, quando comparados com os saldos apresentados no balanço patrimonial da Companhia não auditado de 31 de março de 2018, incorporado por referência nos Prospectos; e (3) que, no período entre 1º de abril de 2018 e 31 de maio de 2018, não houve nenhum decréscimo na receita líquida consolidada ou no lucro líquido do período, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Esses executivos da Companhia confirmaram que: (1) as informações financeiras consolidadas não auditadas e não revisadas, referidas em (a)(i) acima foram preparadas de forma consistente com as demonstrações financeiras da Companhia, incorporadas por referência nos Prospectos; e (2) em 31 de maio de 2018, não houve alterações no capital social, acréscimo no saldo consolidado de empréstimos e financiamentos e debêntures de longo prazo, tampouco decréscimo no capital circulante líquido ou no total do patrimônio líquido, quando comparados com os saldos apresentados no balanço patrimonial não auditado em 31 de março de 2018, incorporado por referência nos Prospectos; e (3) no período entre 1º de abril de 2018 e 31 de maio de 2018, não houve nenhum decréscimo na receita líquida consolidada ou no lucro líquido do período, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, exceto pelas alterações, acréscimos e decréscimos descritos a seguir:

Em milhares de reais - R\$000	31/03/2018	31/05/2018	Acréscimo /(Redução)
Empréstimos e financiamentos e debêntures – não circulante	3.619.161	4.416.227	797.066
Patrimônio líquido	7.323.186	7.093.085	(230.101)

- b. Como mencionado em 5.a.(i) acima, a Administração da Companhia informou-nos que não estão disponíveis informações financeiras individuais e consolidadas para datas ou períodos posteriores a 31 de maio de 2018. Consequentemente, os procedimentos por nós aplicados com relação a alterações em itens das informações financeiras individuais e consolidadas após 31 de maio de 2018 foram, necessariamente, bem mais limitados do que aqueles aplicados para o período referido no item 5.(a) acima. Indagamos aos executivos da Companhia, responsáveis pelas áreas financeira e contábil, com o objetivo de confirmar (i) que, em 20 de julho de 2018, não houve alterações no capital social, nem acréscimo nos saldos consolidados de empréstimos e financiamentos e debêntures de longo prazo ou decréscimo no capital circulante líquido e no total do patrimônio líquido, quando comparados com os saldos consolidados apresentados no balanço patrimonial consolidado não auditado em 31 de março de 2018, incorporado por referência aos Prospectos; e (ii) que, no período de 1º de abril de 2018 a 20 de julho de 2018, não houve nenhum decréscimo na receita líquida consolidada ou no lucro líquido do período consolidado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Os executivos da Companhia confirmaram que em 20 de julho de 2018, não houve alterações no capital social, acréscimo no saldo consolidado de empréstimos e financiamentos e debêntures de longo prazo, tampouco decréscimo no capital circulante líquido quando comparado com os saldos apresentados no balanço patrimonial em 31 de março de 2018, incorporado por referência aos Prospectos, exceto pelas alterações pelas captações de novos empréstimos e financiamentos, divulgadas no Prospecto Definitivo e juros e atualização monetária dos empréstimos e financiamento conforme os termos contratuais. Esses executivos da Companhia informaram-nos que não estão disponíveis informações financeiras consolidadas sobre o patrimônio líquido em 20 de julho de 2018, assim como sobre a receita líquida consolidada ou lucro líquido do período entre 1º de julho de 2018 e 20 de julho de 2018 e o período correspondente do ano anterior.

6. Como requerido por V.Sas., lemos os itens identificados e indicados na cópia anexa dos Documentos da Oferta e efetuamos os seguintes procedimentos, que foram aplicados conforme a referência alfabética a seguir indicada. Nossos exames ou revisões das demonstrações financeiras para os períodos indicados no parágrafo introdutório desta carta consistiram em testes e procedimentos de auditoria ou revisão considerados necessários para o propósito de emitirmos opinião ou conclusão de revisão sobre as demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. Para nenhum dos períodos ali mencionados, ou para nenhum outro período, aplicamos testes de auditoria ou procedimentos de revisão visando à emissão de opinião ou conclusão de revisão sobre saldos individuais de contas ou resumos de transações selecionadas, como aquelas enumeradas acima, e, conseqüentemente, não emitimos opinião ou conclusão de revisão.

Referências

(*)	Descrição dos procedimentos aplicados
A	Comparamos os valores com os correspondentes valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, incorporadas por referência aos Prospectos, e não encontramos exceções, salvo quanto à existência de qualquer diferença, se houver, causada por arredondamento.
B	Comparamos os valores com os correspondentes valores de 31 de março de 2018 e 2017 apresentados nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, incorporadas por referência aos Prospectos, e não encontramos exceções, salvo quanto à existência de qualquer diferença, se houver, causada por arredondamento.
C	Comparamos os valores apresentados nos Documentos da Oferta com os correspondentes valores nos registros contábeis da Companhia e não encontramos exceções, salvo qualquer diferença, se houver, causada por arredondamento.
D	Recalculamos o percentual ou montante apresentado nos Documentos da Oferta com base nos valores: (i) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017; (ii) das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas da Companhia referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017; ou (iii) dos registros contábeis da Companhia. Comparamos o valor ou percentual resultante com o correspondente valor ou percentual apresentado nos Documentos da Oferta e não encontramos exceções, salvo quanto à existência de qualquer diferença, se houver, causada por arredondamento. Conforme requerido por Vossas Senhorias, na condução dos cálculos matemáticos, utilizamos os critérios adotados pela Companhia e descritos nos Documentos da Oferta. Entretanto, não comentamos: (i) se os montantes, os percentuais e as variações entre períodos são apropriados quanto à sua finalidade e ao seu uso; (ii) as razões atribuídas às variações entre períodos; ou (iii) alguma correlação entre as variações.

Referências (*)	Descrição dos procedimentos aplicados
E	Verificamos que os valores de EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, Dívida Líquida, Montante Total da Dívida de Qualquer Natureza e Índice de Endividamento estão matematicamente corretos, assumindo os componentes utilizados no cálculo apresentado nos Documentos da Oferta, provenientes das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e/ou revisadas ou dos registros contábeis da Companhia, e não encontramos exceções, exceto por qualquer diferença, se houver, causada por arredondamento. Deve ser entendido que: (i) não fazemos nenhuma representação com respeito à determinação e à apresentação de medidas e indicadores não contábeis ("non-GAAP measures") utilizados pela Companhia na avaliação do seu desempenho financeiro; (ii) as medidas e os indicadores não contábeis ("non-GAAP measures") apresentados podem não ser comparáveis às informações semelhantes apresentadas por outras companhias; e (iii) não fazemos nenhuma representação sobre se as medidas não contábeis apresentadas estão de acordo com os requerimentos de qualquer ato normativo ou regulamentação emitido pela CVM ou qualquer outro órgão regulador.

(*) Os procedimentos aplicados com relação ao Prospecto Preliminar, descritos na tabela acima, incluem a letra "P" após a referência alfabética determinada acima.

7. Fica entendido que não temos responsabilidade por estabelecer, e não estabelecemos, o alcance e a natureza dos procedimentos enumerados no parágrafo 6 acima; ao contrário, os procedimentos descritos anteriormente são aqueles que foram requeridos por V.Sas. Consequentemente, não fazemos nenhuma representação com relação a questões de interpretação legal ou com relação à suficiência dos procedimentos enumerados no parágrafo 6 acima para os objetivos de V.Sas. Além disso, esses procedimentos não revelariam, necessariamente, informação material inadequada dos valores ou percentuais referidos anteriormente, conforme apresentados nos Documentos da Oferta. Além disso, nós nos referimos somente às informações descritas anteriormente e não fazemos nenhuma representação com relação à adequação das informações divulgadas ou se outros fatos relevantes foram omitidos. Esta carta relaciona-se apenas a esses itens identificados, e não é extensiva às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, auditadas ou não auditadas.
8. Os procedimentos descritos anteriormente não se constituem em exame de auditoria ou revisão conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria ou de revisão. Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou tivéssemos conduzido um exame de auditoria ou revisão sobre demonstrações financeiras para períodos posteriores a 31 de março de 2018 ou sobre saldos individuais de contas ou resumos de transações selecionadas, como aquelas enumeradas anteriormente, em consonância com as normas brasileiras e internacionais de auditoria ou de revisão, outros assuntos relevantes poderiam ter sido revelados e mencionados a V.Sas.
9. Esses procedimentos não devem ser considerados como substitutos dos procedimentos e das indagações adicionais que V.Sas. aplicariam em consideração à Oferta.

10. Esta carta está sendo emitida, exclusivamente, para a informação de V.Sas. e para assessorá-los em sua diligência em conexão com a Oferta. Esta carta não deve ser utilizada, enviada, mencionada ou referência a ela deve ser feita, para qualquer outro propósito, incluindo, mas não se limitando ao registro, a compra ou a venda dos títulos e valores mobiliários; nem ela deve ser arquivada com, ou referência a ela ser feita em parte ou em seu todo, nos Prospectos ou qualquer outro documento. Exceção é feita quanto à referência a esta carta na lista confidencial dos documentos de fechamento relacionados com a Oferta a que se refere os Prospectos, e nos termos da carta de contratação datada de 8 de junho de 2018.
11. Não temos responsabilidade pela atualização desta carta por eventos, transações ou circunstâncias ocorridas após 20 de julho de 2018.
12. Esta carta é emitida sob os termos e as condições de nossa carta de contratação datada de 8 de junho de 2018 e é para uso exclusivo no Brasil.

Atenciosamente,

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC 1 PR 050422/O-3

Prospecto Definitivo

DEBÊNTURES INCENTIVADAS COM BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO NOS TERMOS DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 12.431/11 PROSPECTO DEFINITIVO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DA



ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado - CVM nº 17329
CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19 - NIRE 4230002438-4
Rua Paschoal Apóstolo Física, nº 5.064, CEP 88025-255, Florianópolis - SC

Perfazendo o montante total de

RS746.610.000,00

(setecentos e quarenta e seis milhões e cem mil reais)

Código ISIN das Debêntures da 1ª Série: BREGIEDBS035

Código ISIN das Debêntures da 2ª Série: BREGIEDBS043

Classificação de Risco da Emissão (Rating) pela Fitch Ratings: "AAA(bra)"



A ENGIE BRASIL ENERGIA S.A. ("Emissora") está realizando uma oferta pública de distribuição de 746.610 (setecentos e quarenta e seis milhões e cem mil reais) debêntures, considerando as Debêntures Adicionais (conforme abaixo definidas) e as Debêntures Suplementares (conforme abaixo definidas), todas nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, da 7ª (sétima) emissão da Emissora ("Emissão"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão das Debêntures (conforme abaixo definido), qual seja, 15 de julho de 2018 ("Data de Emissão"), perfazendo o montante total de RS746.610.000,00 (setecentos e quarenta e seis milhões e cem mil reais), considerando as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares ("Debêntures"), sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), BB - Banco de Investimento S.A. ("BB-BI"), Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e o Banco J. Safra S.A. ("Safra"), em conjunto com o Coordenador Líder, o BB-BI e o Itaú BBA, "Coordenadores", nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), observado especialmente o procedimento de concessão automática de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissores com grande exposição ao mercado ("EGEM"), nos termos dos artigos 6º-A e 6º-B da Instrução CVM 400, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Operações Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" vigente desde 1º de agosto de 2016 ("Código ANBIMA de Operações") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Emissão").

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM 400 do Código ANBIMA de Operações e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), com a intermediação dos Coordenadores e ou outras instituições financeiras, que não se enquadram como Coordenadores, autorizadas a operar no mercado de capitais para os assessorarem e/ou participarem da colocação das Debêntures junto a potenciais investidores e clientes ("Participantes Especiais" e, em conjunto com os Coordenadores, "Instituições Participantes da Oferta"). Nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), e desde que cumpridas as condições precedentemente elencadas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão a Oferta de acordo com o Plano de Distribuição, sob regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, para o montante total de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, que serão colocadas sob o regime de melhores esforços. Para mais informações sobre o Regime de Colocação das Debêntures, veja a seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Contrato de Distribuição - Regime de Colocação", na página 71 deste Prospecto.

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos Investidores da Oferta (conforme definido neste Prospecto), da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis e taxas de juros ("Procedimento de Bookbuilding"), o qual definiu (a) (i) os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série; (b) a emissão de 515.333 (quinhentas e quinze mil e trezentas e cinquenta e três) Debêntures da 1ª Série e de 231.257 (duzentas e trinta e uma mil e duzentas e cinquenta e sete) Debêntures da 2ª Série; e (c) o exercício da Opção de Lote Suplementar (conforme definida abaixo) e da Opção de Debêntures Adicionais (conforme definida abaixo). Para mais informações sobre o Procedimento de Bookbuilding, veja a seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Características da Oferta - Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de Bookbuilding)", na página 65 deste Prospecto.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) foi acrescida em, aproximadamente, 9,43% (nove inteiros e quarenta e três centésimos por cento), ou seja, em 56.610 (cinquenta e seis mil e sessenta e dez) Debêntures adicionais, a serem emitidas nas mesmas condições e com as mesmas características das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender a um excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, em comum acordo com a Emissora, até a data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding ("Opção de Lote Suplementar"). A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de Bookbuilding, as Debêntures Suplementares foram alocadas como Debêntures da 1ª Série e como Debêntures da 2ª Série, sendo 62.169 (sessenta e duas mil e cem) Debêntures Suplementares da 1ª Série e de 27.999 (vinte e sete mil e novecentas) Debêntures Suplementares da 2ª Série.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) foi acrescida em, aproximadamente, 9,43% (nove inteiros e quarenta e três centésimos por cento), ou seja, em 90.060 (noventa mil) Debêntures adicionais, a serem emitidas nas mesmas condições e com as mesmas características das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que foram acrescidas pela Emissora até a data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding ("Opção de Debêntures Adicionais"), sem a necessidade de novo pedido de registro da Oferta à CVM ou modificação das termos da Emissão e da Oferta. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de Bookbuilding, as Debêntures Adicionais foram alocadas como Debêntures da 1ª Série e como Debêntures da 2ª Série, sendo 39.253 (trinta e nove mil, duzentas e cinquenta e três) Debêntures Adicionais da 1ª Série e de 17.357 (dezessete mil, trezentas e cinquenta e sete) Debêntures Adicionais da 2ª Série. As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição no mercado primário por meio (i) do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") - Segmento CETIP UTVM e (2) do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (1) do CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela B3 - Segmento CETIP UTVM, sendo as negociações liquidadas financeiramente as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTVM, e (2) da plataforma eletrônica de negociação multilateral, administrado e operacionalizado pela B3 ("B3"), sendo processadas pela B3 a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures.

A Escritura de Emissão foi celebrada com base nas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 4 de junho de 2018 ("RCA"), na qual foram deliberados e aprovados os termos e condições da Emissão e das Debêntures, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 12 de junho de 2018, as quais serão objeto de distribuição pública, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400, observado especialmente o procedimento de registro automático de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por EGEM, conforme disposto nos artigos 6º-A e 6º-B da Instrução CVM 400, do Código ANBIMA de Operações e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") em 18 de junho de 2018, sob nº 20188998721, e foi publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ("DOFSC") e no jornal Diário Catarinense em 11 de junho de 2018, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 e no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

A Emissão e a Oferta serão realizadas de acordo com os termos e condições constantes do "Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) séries, para Distribuição Pública, da Engie Brasil Energia S.A.", celebrado em 7 de junho de 2018 entre a Emissora e a Simplified Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., e qual foi inserido na JUCESC em 18 de junho de 2018, sob nº ED002255008 ("Escritura de Emissão"), de acordo com o inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações. Em 10 de julho de 2018, a Companhia e o Agente Fidejussor celebraram o "1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) séries, para Distribuição Pública, da Engie Brasil Energia S.A.", pelo meio do qual foi ratificada a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, de modo a especificar a taxa aplicada às Debêntures, tendo sido fixadas taxas distintas para cada uma das séries, e quantidades diferentes de Debêntures de cada série a serem eletronicamente emitidas, e o valor total da Oferta, em razão do exercício da Opção de Lote Suplementar e da Opção de Debêntures Adicionais, o qual será inserido na JUCESC, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

AS DEBÊNTURES, CONFORME APROVADAS PELO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA ("MME"), CONTARÃO COM O INCENTIVO PREVISTO NO ARTIGO 2º DA LEI Nº 12.431, DE 24 DE JUNHO DE 2011, CONFORME ALTERADA ("LEI 12.431"), DO DECRETO Nº 8.874, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016 ("DECRETO 8.874"), DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL ("CMN") Nº 3.947, DE 27 DE JANEIRO DE 2011 ("RESOLUÇÃO CMN 3.947") OU NORMA POSTERIOR QUE AS ALTERAR, SUBSTITUIR OU COMPLEMENTAR, CONFORME APLICÁVEIS, SENDO OS RECURSOS CAPTADOS COM AS DEBÊNTURES APLICADOS INTEGRALMENTE NOS PROJETOS (CONFORME DEFINIDO NESTE PROSPECTO).

NOS TERMOS DA LEI 12.431, FORAM EXPEDIDAS AS SEGUINTES PORTARIAS PELO MME PARA ENQUADRAMENTO DOS PROJETOS COMO PRIORITÁRIOS: (A) PORTARIA MME Nº 97/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EÓLICA PARQUE I S.A.; (B) PORTARIA MME Nº 105/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.; (C) PORTARIA MME Nº 162/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EÓLICA PARQUE III S.A.; (D) PORTARIA MME Nº 103/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EÓLICA PARQUE IV S.A.; (E) PORTARIA MME Nº 96/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EÓLICA PARQUE V S.A.; (F) PORTARIA MME Nº 100/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.; (G) PORTARIA MME Nº 101/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EÓLICA PARQUE VII S.A.; (H) PORTARIA MME Nº 104/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EÓLICA PARQUE VIII S.A.; (I) PORTARIA MME Nº 110/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EÓLICA PARQUE IX S.A.; (J) PORTARIA MME Nº 108/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EÓLICA PARQUE X S.A.; (K) PORTARIA MME Nº 109/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EÓLICA PARQUE XXI S.A.; (L) PORTARIA MME Nº 71/2018, REFERENTE AO PROJETO DA COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA; E (M) PORTARIA MME Nº 68/2018, REFERENTE AO PROJETO DA COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA (CONFORME DEFINIDOS NESTE PROSPECTO). PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS DEBÊNTURES, VEJA A SEÇÃO "DESTINAÇÃO DOS RECURSOS", NA PÁGINA 100 DESTA PROSPECTO.

ESTE PROSPECTO NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO COMO UMA RECOMENDAÇÃO DE INVESTIMENTO OU DE SUBSCRIÇÃO DAS DEBÊNTURES. ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENTAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A EMISSORA E OS COORDENADORES RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES QUE FAÇAM A SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DA EMISSORA, DE SUAS ATIVIDADES E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que os Coordenadores tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem subscritas, tendo em vista a possibilidade de serem penhoradas ou inventadas as negociações das Debêntures no mercado secundário; (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Emissora atua. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures", nas páginas 82 a 87 deste Prospecto, bem como o item "4.1 Fatores de Risco" do Formulário de Referência (conforme definido neste Prospecto) da Emissora antes de adquirir a Oferta.

Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência, o qual foi elaborado nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e com as demonstrações financeiras e informações trimestrais (ITR) da Emissora, os quais são incorporados por referência a este Prospecto, podendo ser encontrados nos endereços indicados na seção "Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência", na página 22 deste Prospecto.

Este Prospecto está disponível nos endereços e páginas da rede mundial de computadores da CVM, da B3, dos Coordenadores e da Emissora, indicados na seção "Informações Adicionais", na página 76 deste Prospecto.

Foi admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Prospecto Preliminar (conforme definido neste Prospecto) e no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição das Debêntures, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do período de distribuição das Debêntures.

OS INVESTIDORES DEVEM LER OS ITENS "4.1 FATORES DE RISCO" E "4.2 RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA E A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES", NAS PÁGINAS 82 A 87 DESTA PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

O pedido de registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 11 de junho de 2018. A Oferta foi registrada em conformidade com os procedimentos previstos nos artigos 6º-A e 6º-B da Instrução CVM 400, do Código ANBIMA de Operações e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Oferta foi registrada pela CVM sob o nº CVM/SRE/DEB 2018 005 para as Debêntures da 1ª Série e sob o nº CVM/SRE/DEB 2018 006 para as Debêntures da 2ª Série, ambas em 19 de julho de 2018.

A Emissora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures. O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

Mais informações sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores e à CVM nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais", na página 76 deste Prospecto.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Operações Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

COORDENADOR LÍDER



Bradesco BBI



BB INVESTIMENTOS



Itaú BBA



Safra

A data deste Prospecto Definitivo é 25 de julho de 2018

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

CAPITALIZAÇÃO

Os dados abaixo deverão ser lidos em conjunto com o Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2015 e 2016 e as informações trimestrais (ITR) consolidadas da Emissora referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, os quais estão incorporados por referência ao presente Prospecto e cujo caminho para acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” na página 24 deste Prospecto.

A tabela abaixo apresenta a capitalização total da Emissora (debêntures, notas promissórias, empréstimos e financiamentos (líquidos das operações de hedge), circulante e não circulante, e patrimônio líquido) em 31 de março de 2018, (i) em bases históricas, coluna “Efetivo em 31/03/2018”, extraídas das nossas informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as IFRS e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; (ii) conforme ajustado para refletir valores referentes à captação de empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge), não circulante, contratados após a data-base; e (iii) conforme ajustado para refletir o recebimento de, aproximadamente, R\$727,6 milhões de recursos líquidos provenientes da emissão de 746.610 (setecentas e quarenta e seis mil, seiscentas e dez) Debêntures no âmbito da Oferta (considerando as Debêntures Suplementares e Debêntures Adicionais), considerando a dedução das comissões e as despesas estimadas em, aproximadamente, R\$18,9 milhões da Oferta a serem pagas pela Emissora.

	Efetivo em 31/03/2018	% do total	Ajustado Pós 31/03/2018 ⁽²⁾	% do total	Ajustado Pós Emissão ⁽³⁾	% do total
	D	D	<i>(Em milhares de R\$)</i>			
Debêntures, notas promissórias, empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge) – Circulante	3.134.318	22,3%	1.332.318	9,0%	1.332.318	8,6%
Debêntures, empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge) – Não Circulante	3.619.552	25,7%	6.102.582	41,4%	6.830.182	44,1%
Total do Endividamento	6.753.870	48,0%	7.434.900	50,4%	8.162.500	52,7%
Total do Patrimônio Líquido	7.323.186	52,0%	7.323.186	49,6%	7.323.186	47,3%
Capitalização Total⁽¹⁾	14.077.056	100%	14.758.086	100%	15.485.686	100%

⁽¹⁾ A capitalização total corresponde à soma dos valores referentes a debêntures, notas promissórias, empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge), circulante e não circulante, e total do patrimônio líquido.

⁽²⁾ Ajustado para refletir valores referentes empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge), não circulante, contratados após a data-base.

⁽³⁾ Ajustado para refletir o recebimento de, aproximadamente, R\$727,6 milhões de recurso líquidos provenientes da emissão de 746.610 (setecentas e quarenta e seis mil, seiscentas e dez) Debêntures no âmbito da Oferta, considerando a dedução das comissões e as despesas estimadas em, aproximadamente, R\$18,9 milhões a serem pagas pela Emissora.

Para mais informações relacionadas à capitalização da Emissora, ver seção “10.1 Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras e informações trimestrais (ITR) da Emissora, e respectivas notas explicativas, incorporados por referência a este Prospecto e cujo caminho para acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” na página 22 deste Prospecto.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

Os Administradores, com base em análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Emissora, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações, embora não possam garantir que tal situação permanecerá igual. De acordo com os Administradores, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da Emissora nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, bem como para o período de três meses findo em 31 de março de 2018 estão apresentados na tabela a seguir:

(Em milhares de R\$)	Período de três meses findo em 31 de março de 2018 ^(*)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2017 ^(*)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2016 ^(*)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2015 ^(*)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	700.857	331.802	2.524.794	2.578.612
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos	(460.555) B	(2.808.980) A	(1.272.113)	(778.931)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos ..	(1.454.228)	2.591.908	(1.834.195)	(1.007.558)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.213.926)	114.730	(581.514)	792.123

(*) Os dados apresentados acima se referem às informações ou demonstrações contábeis consolidadas da Emissora.

Para mais informações relacionadas à capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Emissora, ver seção “10.1 Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras e informações trimestrais (ITR) da Emissora, e respectivas notas explicativas, incorporados por referência a este Prospecto e cujo caminho para acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” na página 22 deste Prospecto.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	6.834.724.745,91	6.614.394.476,74	6.642.136.673,74
Ativo Total	19.568.513.095,82	14.419.690.740,55	15.289.386.136,38
Rec. Liq./Rec. Interméd. Fin./Prem. Seg. Ganhos	7.009.957.482,25	6.442.370.895,16	6.512.036.655,43
Resultado Bruto	3.006.085.833,14	2.740.913.872,19	2.708.942.001,28
Resultado Líquido	2.004.558.692,56	1.548.301.787,75	1.501.302.893,28
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	652.742.192	652.742.192	652.742.192
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	10,470787	10,133242	10,175743
Resultado Básico por Ação	3,070981	2,371996	2,299994
Resultado Diluído por Ação	3,07	2,37	2,29

AS

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

3.2 - Medições não contábeis

EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

A medida não contábil usualmente apresentada pela Companhia em seus relatórios financeiros é o EBITDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização), o EBITDA ajustado (EBITDA desconsiderando os efeitos do *impairment* e do resultado de participações societárias) e a Margem EBITDA ajustado (índice obtido através da divisão do EBITDA ajustado e da Receita operacional líquida).

Conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

Valores em R\$ milhões	Período encerrado em				
	31.03.2018	31.03.2017	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Lucro líquido do exercício	489	451	2.005	1.548	1.501
(+) Imposto de renda e contribuição social	229	212	619	519	532
(+) Despesas financeiras, líquidas	157	72	227	355	471
(+) Depreciação e amortização	170	150	649	630	601
EBITDA	1.045	885	3.500	3.052	3.105
(+) <i>Impairment</i>	0	0	18	121	10
(+) Resultado de Participações Societárias	2	1	2	3	0
EBITDA Ajustado	1.047	886	3.520	3.176	3.115
Receita operacional líquida	1.869	1.606	7.010	6.442	6.512
Margem EBITDA Ajustado (%)	56,0	55,1	50,2	49,3	47,8

O EBITDA apresentado pela Companhia segue a orientação estabelecida na Instrução CVM nº 527 (ICVM 527), de 04 de outubro de 2012, que passou a reger a divulgação desse indicador não contábil. O EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as “Práticas Contábeis Internacionais e as adotadas no Brasil”, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA é o indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	2.000.174.138,09	1.487.341.387,34	1.517.775.685,14
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	100,000000	100,000000	55,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	29,329033	23,408065	22,602710
Dividendo distribuído total	2.000.174.138,09	1.487.341.387,34	834.776.626,83
Lucro líquido retido	0,00	0,00	392.511.899,20
Data da aprovação da retenção			14/04/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio				
Ordinária	424.500.000,00	27/03/2018	432.500.000,00	01/02/2017
Outros				
Ordinária	538.917.827,71	10/01/2018	645.196.752,46	06/10/2016
Ordinária	636.796.310,39	29/08/2018	405.644.634,88	21/06/2017
Ordinária			209.499.340,17	25/05/2016



RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de Endividamento	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	12.733.788.349,91	D	€	1,86310185	

AS
 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		245.122.100,09	439.042.956,99	313.813.036,51	1.013.363.246,07	2.011.341.339,66
Empréstimo	Quirografárias		703.036.209,21	382.198.698,76	719.365.079,64	0,00	1.804.599.987,61
Títulos de dívida	Quirografárias		2.127.760.066,73	0,00	228.693.796,22	584.021.336,35	2.940.475.199,30
Total			3.075.918.376,03	821.241.655,75	1.261.871.912,37	1.597.384.582,42	6.756.416.526,57
Observação As informações prestadas neste item referem-se às informações contábeis consolidadas da Companhia. Para segregação das obrigações da Companhia, foram levados em consideração os seguintes critérios: (i) foram consideradas dívidas com garantia real todas as dívidas garantidas por garantia real, assim entendidas a fiança bancária, o penhor, dentre outras garantias reais; (ii) foram consideradas dívidas quirografárias todas as dívidas que não possuem garantia ou que possuem garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias.							


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode vir a arcar com custos adicionais associados ao plano de previdência que mantém para seus empregados.

A Companhia patrocina plano de benefícios definido de previdência complementar ("Plano BD"), por meio da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, e da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), fechados para novas adesões, os quais tem como participantes, principalmente, os aposentados que já entraram em gozo de benefícios, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG. Ao final de 31.03.2018 menos de 1% dos empregados ativos da Companhia participavam do Plano BD.

Os planos de benefício definido patrocinados pela Companhia representam risco decorrente de não materialização das premissas utilizadas nos cálculos atuariais, quais sejam a expectativa de vida dos participantes e as variações nas taxas de juros.

No período de três meses encerrado em 31.03.2018, o montante do passivo reconhecido relativo aos benefícios pós-emprego de responsabilidade da Companhia era de R\$ 312 milhões e correspondiam ao passivo líquido avaliado pelos atuários. Do montante total do passivo atuarial, R\$ 195 milhões correspondem a dívidas contratadas. Caso a Companhia tenha que vir a contabilizar perdas atuariais em decorrência de eventual mudança de premissas atuariais, taxas de desconto ou de prática contábil, sua posição patrimonial e financeira poderá ser adversamente afetada.

Decisões adversas em um ou mais processos judiciais em que a Companhia é parte podem afetá-la adversamente.

A Companhia é ré em diversas ações judiciais, na esfera cível, trabalhista, previdenciária, ambiental e tributária, entre outras questões.

Em 31.03.2018, a Companhia havia constituído provisão de perda em processos judiciais no valor total de R\$ 91 milhões, referentes a processos judiciais, administrativos e arbitrais considerados com chance de perda provável, conforme estimados pela Companhia e consultores externos. Deste total, o valor de R\$ 7 milhões se refere a questões fiscais, R\$ 12 milhões a questões trabalhistas, R\$ 71 milhões a questões cíveis e R\$ 1 milhão relacionado a outras questões. Além disso, em 31.03.2018, a Companhia era parte em processos judiciais com chance de perda possível no valor R\$ 487 milhões. Decisões judiciais ou administrativas contrárias à Companhia poderão restringir suas operações e o uso de seus recursos, o que poderá impactar no cumprimento das obrigações da Companhia com terceiros. Decisões contrárias à Companhia também poderão envolver valores para os quais não foram estabelecidas provisões e requeiram recursos financeiros relevantes. A ocorrência de quaisquer desses riscos poderá afetar de forma material e adversa a Companhia, sua situação financeira e imagem. Por fim, além dos custos com honorários advocatícios para o patrocínio dessas causas, a Companhia poderá se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderia afetar a sua capacidade financeira. Para uma discussão detalhada dos processos judiciais e administrativos relevantes, vide item 4.3. deste Formulário de Referência.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia possui o Comitê Financeiro que submete à Diretoria Executiva políticas de aplicação de recursos, de antecipação de pagamentos e de antecipação ou postergação de recebimentos. Quando conveniente, recomenda operações de reestruturação de passivo e de captação. Cabe ainda selecionar as instituições bancárias com as quais a Companhia tem interesse em trabalhar e identificar riscos de descasamentos nas operações passivas e ativas, eventualmente propondo operações de *hedge*. Mais informações relativas ao Comitê Financeiro vide item 12.13 deste formulário.

Os riscos de mercado são monitorados pelo Comitê Financeiro, o qual, periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias, controles e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado.

a) Risco relacionado à taxa de juros e índices flutuantes

A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado brasileiro de valores mobiliários, bem como a condução dos negócios da Companhia.

Após 2 anos consecutivos de desaceleração, a economia brasileira deu sinais de retomada em 2017. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou em 31.03.2018 0,7% — ante 2,95% em 2017, 6,29% registrado em 2016 e 10,67% em 2015.

Medidas do Governo Federal para o combate da inflação, combinadas com a especulação sobre possíveis medidas governamentais futuras, podem contribuir para incertezas na economia brasileira e para aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro. Ações futuras do Governo Federal, incluindo definição das taxas de juros ou intervenções no mercado de câmbio para ajustar ou recuperar o valor do real, poderão ter efeitos relevantes e adversos na economia brasileira e/ou nos negócios da Companhia.

Caso o Brasil apresente altas taxas de inflação no futuro, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IGP-M ou de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI. Pressões inflacionárias também podem afetar a capacidade da Companhia de se antecipar a políticas governamentais de combate à inflação que possam causar danos aos seus negócios.

As dívidas da Companhia e de suas controladas estão expostas a taxas de juros variáveis, tais como TJLP e taxa DI, a qual tende a ter sua flutuação acompanhando as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários.

Em 31.03.2018, o valor total de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias da Companhia (circulante e não circulante) era de R\$ 6,8 bilhões — incluindo a dívida em moeda estrangeira, totalmente coberta por operação de *hedge* -, dos quais R\$ 1,6 bilhão está indexado à inflação. Além disso, a Companhia possui um montante de concessões a pagar de R\$ 2,6 bilhões que estão atreladas aos índices de inflação IPCA e IGP-M, os mesmos indexadores utilizados nos contratos de venda de energia das respectivas usinas sob concessão.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

O cálculo da sensibilidade foi preparado considerando a mesma metodologia retro mencionada. Os impactos adicionais que seriam causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso os cenários se concretizem, são os seguintes:

(Valores em R\$ bilhões)	Sensibilidade		
	Provável	Δ 25%	Δ 50%
Empréstimos e financiamentos	18	(42)	(84)
Notas promissórias	30	(23)	(45)

Risco relacionado aos passivos denominados em moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam elevar as dívidas e resultar em impactos nas despesas financeiras da Companhia. A Companhia possui uma política de proteção de risco cambial que busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados pelo Comitê Financeiro da Companhia.

Os níveis de exposição cambial da Companhia têm se mantido bastante baixos em relação ao seu endividamento total. Em 31.03.2018, a Companhia não mantinha nenhuma dívida em moeda estrangeira cuja variação cambial não estivesse integralmente protegida por operação de *hedge*.

Em 31.03.2018 a Companhia possuía 44,5% da dívida consolidada indexada em moeda estrangeira o que representa R\$ 1.670 milhões, as quais estão integralmente protegidas por operações de *hedge*.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela dificuldade em obter recursos necessários por meio de operações no mercado de capitais ou de financiamentos

Para obter recursos para suas atividades, incluindo os recentes projetos adquiridos e/ou desenvolvidos pela Companhia, a Companhia procura obter financiamento junto a instituições financeiras e de fomento. A sua capacidade de continuar obtendo tais financiamentos ou obtê-los em condições favoráveis depende de diversos fatores, entre eles o nível de endividamento da Companhia e as condições de mercado.

Adicionalmente, o mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito às companhias brasileiras, são influenciados, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. As reações dos investidores a acontecimentos nestes países poderão ter efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Crises no Brasil e em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, dos Estados Unidos em particular, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito para as companhias brasileiras. Adicionalmente, volatilidade significativa no mercado de crédito e de capitais global e/ou indisponibilidade de financiamento no mercado de crédito e de capitais global em taxas razoáveis podem causar impacto adverso relevante no mercado financeiro, bem como nas economias global e doméstica.

Caso a Companhia não seja capaz de obter os recursos necessários ou obtê-los em condições razoáveis, a Companhia poderá ter dificuldade de implementar e concluir os investimentos planejados em seus ativos fixos e a operação e desenvolvimento de seus negócios poderão ser impactados adversamente.

AS
RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 7442-81.2007.4.01.3500 – continuação	
Principais fatos – continuação	Em 2008, reconhecida a conexão formulado na contestação da Companhia, o Juiz Federal da 3ª Vara determinou a redistribuição do processo para a 2ª Vara Federal. A Companhia, em 2009, requereu a juntada do documento “Levantamento Epidemiológico do Índice de Morbidade e Mortalidade na Região da UHCB”, evidenciando que o reservatório não causou o aumento de qualquer forma de doença na região. Em sede de liminar, o Juiz Federal da 2ª Vara determinou: a transferência do processo de licenciamento para o Ibama; que a Companhia apresente estudos técnicos acerca da vegetação submersa; a implementação de um plano de ação para controlar a expansão de doenças na região; e que a Companhia apresente uma proposta de compensação para a comunidade indígena e relatório sobre a malha viária atingida. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar e o Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1) revogou a determinação de supressão da biomassa alagada, e considerou desnecessária a adoção de medidas de controle da expansão de doenças epidemiológicas. Foram interpostos recursos contra essa decisão, no entanto, sem quaisquer efeitos imediatos contrários a decisão do TRF1 que se mantém. Em fevereiro de 2011 o processo foi suspenso por seis meses, a pedido do autor, o Ministério Público Federal. Em junho de 2014 o processo foi novamente suspenso por 60 (sessenta) dias, a pedido do Ministério Público Federal. Em outubro de 2016, o IBAMA protocolou manifestação favorável à Companhia, sendo que o processo segue agora o seu curso natural.
Chance de perda	Provável em relação ao programa de mitigação e compensação dos impactos causados à terra e à comunidade indígena Avá-Canoeiro em virtude da instalação e operação da UHE Cana Brava, bem como à indenização e à reparação integral dos danos causados ao patrimônio socioambiental da comunidade indígena referida.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda a Companhia terá uma redução do disponível (ativo circulante) e do passivo de R\$ 6 milhões (atualizado em 31.3.2018) para o pedido considerado provável e, por isso provisionado, não havendo impacto no resultado e patrimônio líquido. Nesse aspecto, a Companhia, antes mesmo do ajuizamento da ação, já estava buscando acordo com a FUNAI. No entanto, nunca obteve resposta daquele órgão. A transferência da Licença de Operação da AGMA para o Ibama não traz reflexos para a Companhia. Em relação aos demais pedidos, a possibilidade de perda, apesar de remota, traz impactos financeiros que não são passíveis de valoração neste momento.
Valor provisionado (se for o caso)	R\$ 6 milhões.




 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis considerando somente um segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada ou adquirida por meio de contratos de médio e de longo prazo. A Companhia administra tais atividades como um único segmento de negócio. Tal segmento concentrou 99,6% da receita líquida de vendas consolidadas auferidas no 1º trimestre de 2018 e no 1º trimestre de 2017. Nos anos de 2017, 2016, e 2015, este segmento concentrou 99,4% da receita líquida de vendas consolidadas auferidas.

a. produtos e serviços comercializados

Os produtos e serviços comercializados pela Companhia no 1º trimestre de 2018 e nos anos de 2017, 2016 e 2015 estão diretamente relacionados com a geração e comercialização de energia elétrica.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Em R\$ milhões	Período encerrado em 31 de março de						Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018			2017			2017			2016		
	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
Segmento												
Energia Elétrica	1.862	99,6	1.599	99,6	6.966	99,4	6.403	99,4	6.474	99,4	6.474	99,4
Outras receitas (prestação de serviços, venda de vapor, cinzas, etc.)	7	0,4	7	0,4	44	0,6	39	0,6	38	0,6	38	0,6
Total	1.869	100	1.606	100	7.010	100	6.442	100	6.512	100	6.512	100

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Em R\$ milhões	Período encerrado em 31 de março de						Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018			2017			2017			2016		
	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total
Segmento												
Energia Elétrica	484	99,18	447	99,11	1.981	98,80	1.523	98,39	1.476	98,33	1.476	98,33

O lucro que não esteja relacionado ao segmento de geração e comercialização de energia elétrica não foi relevante nos últimos 3 exercícios e no 1º trimestre de 2018.

AS
 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOMATSU

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os objetivos buscados pela Companhia na área comercial são: (i) promover a maximização e eficiência da carteira de clientes por meio da flexibilização de preços, prazos e condições; (ii) manter sólido relacionamento com os clientes e cultivar maior aproximação com eles; (iii) possuir maior previsibilidade do fluxo de caixa de longo prazo, objetivando obter maior porcentagem do mercado consumidor, celebrando contratos tanto no ambiente regulado como no ambiente livre; e (iv) aproveitar-se de eventuais oportunidades de negócios no curto prazo, como forma de maximizar os resultados da Companhia.

i. participação em cada um dos mercados

A Companhia possui uma carteira de clientes diversificada, formada por empresas distribuidoras de energia elétrica, consumidores livres e empresas comercializadoras de energia elétrica, concentrados nos Submercados Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

A receita líquida de vendas da Companhia composta por natureza de clientes é a seguinte:

Em R\$ milhões	31.03.2018		31.03.2017		31.12.2017		31.12.2016		31.12.2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Mercado nacional	€	D	C	D	C	D				
Distribuidoras de energia elétrica	687	36,8	683	42,5	2.687	38,3	3.114	48,3	3.047	46,8
Comercializadoras de energia elétrica	196	10,5	114	7,1	601	8,6	320	5,0	209	3,2
Consumidores livres	719	38,5	765	47,6	3.162	45,1	2.834	44,0	2.916	44,8
Transações no mercado de curto prazo	147	7,9	36	2,2	467	6,7	117	1,8	303	4,7
Remuneração e variação monetária ativo financeiro	B 85	4,5	B -	-	A 48	0,7	-	-	-	-
Outras receitas	C 35	1,8	C 8	0,6	C 45	0,6	57	0,9	37	0,5
	1.869	100,0	1.606	100,0	7.010	100,0	6.442	100,0	6.512	100,0

Dentre os consumidores livres atendidos pela Companhia, destacam-se empresas que atuam nos seguintes setores: cerâmica, químico e petroquímico, papel e celulose, metalurgia, borracha e plástico, alimentos, mineração, automotivo, têxtil, gases industriais, eletroeletrônicos, cimento, dentre outros de menor participação na carteira.

Setores	B	B	A Participação
Alimentos			10,8%
Cimento			10,4%
Borracha e plástico			8,7%
Metalurgia			8,2%
Químico e petroquímico			7,3%
Papel e celulose			7,1%
Siderurgia			6,2%
Automotivo			5,2%
Comércio			4,3%
Cerâmica			4,0%
Gases industriais			3,7%
Têxtil			3,6%
Demais setores			20,5%
			100%

AS
 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em R\$ milhões	1T18		2017		2016		2015	
	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
País								
Brasil	1.869	100,00	7.009	99,99	6.424	99,71	6.512	100,00

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não houve receita relevante proveniente de clientes de países estrangeiros no 1º trimestre de 2018 e nos últimos 3 exercícios sociais.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não houve receita relevante proveniente de clientes de países estrangeiros no 1º trimestre de 2018 e nos últimos 3 exercícios sociais.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante da dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Companhia Energética Estreito (CEE)	08.376.022/0001-01	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	A CEE é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia, criado em 05.11.2002 para a implantação e exploração da UHE Estreito.	99,990000
31/12/2017	 -3,090000	0,000000	 199.999.998,91	Valor mercado	 1.092.384.119,59			
31/12/2016	5,740000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2018			
31/12/2015	3,410000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
Companhia Energética Jaguarua (Jaguara)	28.925.264/0001-75	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com o objetivo de operar a UHE Jaguarua	99,990000
31/12/2017	 100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado	 904.854.761,09			
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2018			
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
Companhia Energética Miranda (Miranda)	28.942.127/0001-49	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com o objetivo de operar a UHE Miranda.	99,990000
31/12/2017	 100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado	 609.400.883,00			
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2018			
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.	04.100.556/0001-00	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.	99,990000
				Valor mercado				

AS

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2017	(D) 105.120000	0,000000	(A) 99.999.976,19	Valor contábil 31/03/2018	(B) 219.652.816,04			
31/12/2016	-41.500000	0,000000	29.999.928,57					
31/12/2015	5467.720000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP)	09.212.990/0001-04	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Participação no capital de outras sociedades que possuem projetos reile ente a geração de energias complementares.	99,990000
Valor mercado								
31/12/2017	(D) 29.290000	0,000000	(A) 190.999.999,69	Valor contábil 31/03/2018	(B) 2.657.399.239,04			
31/12/2016	18.510000	0,000000	0,00					
31/12/2015	45.740000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
Itá Energética S.A. (Itasa)	01.355.994/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração e comercialização de energia elétrica.	48,750000
Valor mercado								
31/12/2017	(D) 2.860000	0,000000	(C) 27.300.000,00	Valor contábil 31/03/2018	(B) 246.330.467,76			
31/12/2016	-10.800000	0,000000	29.250.000,00					
31/12/2015	-5.360000	0,000000	21.937.500,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	05.210.535/0001-00	-	Controlada	Brasil	SC	Lages	Geração e comercialização de energia elétrica.	99,990000
Valor mercado								
31/12/2017	(D) 10.890000	0,000000	(A) 39.999.998,69	Valor contábil 31/03/2018	(B) 31.413.250,66			
31/12/2016	-1.950000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Rentabilidade dos investimentos								
Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (Pampa Sul)	04.739.720/0001-24	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Participação em projetos de geração. Sem atividade até o momento.	99,990000
31/12/2017	111.360.000	0,000000						
31/12/2016	130.120.000	0,000000						
31/12/2015	2402.100.000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de um novo negócio.								

Valor contábil: 111.360.000,00; Valor mercado: 130.120.000,00; Montante de dividendos recebidos: 2402.100.000,00; Razões para aquisição e manutenção de tal participação: Desenvolvimento de um novo negócio.

AS
 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência refletem as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as informações contábeis intermediárias trimestrais referentes aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2018 e 2017, elaboradas, simultaneamente, de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores, com base nos indicadores de liquidez e endividamento expostos abaixo, entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo.

Informações consolidadas relativas ao período de três meses findo em 31.03.2018

O ano de 2018 foi iniciado buscando a máxima criação de valor e seguindo as diretrizes globais de descarbonização, descentralização e digitalização do Grupo ENGIE.

A Companhia permanece ampliando sua matriz renovável. No 1º trimestre de 2018, as Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda adicionaram receitas integrais ao resultado consolidado da Companhia e a construção dos Complexos Eólicos Umburanas e Campo Largo, na Bahia, avançaram de acordo com os cronogramas e orçamentos definidos.

Também no 1º trimestre de 2018, a Companhia, por meio de suas controladas diretas ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC"), assinou o contrato de concessão referente ao Leilão de Transmissão nº 02/2017, tendo ingressado, desta forma, em um novo segmento de negócio.

Mantendo-se como um dos principais focos da Companhia desde 2016, seguiram-se os avanços no segmento de geração distribuída. Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 19.04.2018, foi autorizada a apresentação de uma proposta para proceder à aquisição dos 50% de ações remanescentes da ENGIE Geração Solar Distribuída.

No que concerne ao desempenho econômico e financeiro, a ENGIE Brasil Energia, no período de três meses findo em 31.03.2018, obteve lucro líquido consolidado de R\$ 489 milhões valor 8,4% ou R\$ 38 milhões superior ao mesmo período de 2017. O EBITDA ajustado alcançado pela Companhia no 1º trimestre de 2018 foi de R\$ 1.047 milhões um aumento de 18,2% ou R\$ 161 milhões se comparado ao 1º trimestre de 2017. A margem EBITDA ajustado avançou 0,9 p.p., passando de 55,1% no 1º trimestre de 2017 para 56,0% no mesmo período de 2018.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

PÁGINA: 160 de 421

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Tal desempenho se deve, substancialmente, à combinação dos seguintes fatores: reconhecimento da receita financeira operacional das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda no 1º trimestre de 2018, resultado positivo nas transações realizadas no mercado de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE, elevação na combinação de preço e volume de energia vendida por meio de contratos, reconhecimento de receitas de Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) de operação e manutenção das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda e aumento nas compras de energia.

Adicionalmente ao resultado já obtido pela Companhia, no 1º trimestre de 2018, a Companhia aumentou a sua venda no Ambiente de Contratação Livre (ACL), em linha com a sua estratégia no médio e longo prazo.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- Geração de lucro crescente – No 1º trimestre de 2018, a Companhia apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 489 milhões, R\$ 8,4% superior ao lucro líquido consolidado do 1º trimestre do exercício anterior.
- Forte geração de caixa operacional – O EBITDA ajustado consolidado, no período de três meses findo em 31.03.2018, alcançou R\$ 1.047 milhões, elevação de 18,2% em relação ao mesmo período de 2017. A margem EBITDA ajustado atingiu 56,0%.
- Manutenção do baixo nível de endividamento – A relação “Endividamento total / EBITDA ajustado” em 31.03.2018 foi de 1,8 vezes e o “Endividamento líquido / EBITDA ajustado”, na mesma data, foi de 1,6 vezes. Em 31.03.2018, a dívida denominada em moeda estrangeira correspondia a 24,7% do total e estava integralmente protegida contra a variação cambial por operações de *swap*.
- Contratações de empréstimos – Em 25.01.2018 e 22.02.2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as contratações de financiamentos, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para implantação do Complexo Eólico Campo Largo – Fase I e da Usina Termelétrica Pampa Sul, nos montantes de R\$ 1.039 milhões e R\$ 729 milhões, respectivamente. A liberação dos recursos deve ocorrer ao longo do segundo trimestre de 2018. Adicionalmente, em 11.05.2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da instrução CVM nº 476/09, da 1ª emissão de debêntures simples, com vencimento no longo prazo, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, das controladas Companhia Energética Jaguará e Companhia Energética Miranda, nos valores de R\$ 1.117 milhões e R\$ 685 milhões.
- Classificação de risco (*rating*) – Em 27.02.2018, a agência Fitch Ratings, em decorrência do recente rebaixamento do *rating* soberano para “BB-”, rebaixou o *Rating* Internacional de Longo Prazo em moeda estrangeira da EBE para “BB”, com perspectiva estável, permanecendo assim um nível acima do *rating* soberano. O *rating* nacional de longo prazo da Companhia, em escala local, permaneceu ‘AAA(bra)’, com perspectiva estável.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O deficit primário acumulado do Governo Central foi de R\$ 124,4 bilhões no ano, ou 1,9% do PIB. É o quarto ano seguido de deficit nas contas públicas, o que representa um considerável desequilíbrio entre receitas e despesas públicas. Tal resultado foi impactado positivamente pela balança comercial, tanto pelo aumento do volume transacionado, quanto por preços mais favoráveis de algumas *commodities* de peso na pauta brasileira, como minério de ferro e petróleo (Fonte: Banco Central do Brasil). O dólar comercial registrou alta de 1,99% no ano, cotado a R\$ 3,314 na venda.

O cenário hidrológico de 2017 foi ainda mais restritivo que 2016, em termos de oferta de energia hidrelétrica. Com exceção do subsistema Norte, que encerrou o ano com níveis de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas levemente superiores aos apresentados em janeiro, os demais subsistemas terminaram 2017 em condições ainda piores que as enfrentadas no início do ano.

No que se refere ao desempenho econômico e financeiro, a ENGIE Brasil Energia, no ano de 2017, obteve lucro líquido consolidado de R\$ 2.005 milhões, valor 29,5% ou R\$ 457 milhões superior ao exercício de 2016. O EBITDA ajustado alcançado pela Companhia foi de R\$ 3.520 milhões, um aumento de 10,8% ou R\$ 344 milhões se comparado ao ano de 2016. A margem EBITDA ajustado avançou 0,9 p.p., passando de 49,3% em 2016 para 50,2% em 2017. Esse desempenho se deve, essencialmente, à combinação, da elevação do volume de energia vendida, ao resultado positivo nas operações de curto prazo, em especial as realizadas na CCEE, a queda nos custos com royalties – em virtude das condições hidrológicas menos favoráveis –, a alienação das Usinas Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca e o reconhecimento de receita decorrente da operação das Usinas Hidrelétricas Jaguarua e Miranda.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- Geração de lucro crescente – No ano de 2017, a Companhia apresentou crescimento nos seus resultados, apresentando lucro líquido consolidado de R\$ 2.005 milhões, 29,5% superior ao lucro líquido consolidado do exercício anterior.
- Forte geração de caixa operacional – O EBITDA ajustado consolidado, no ano de 2017, alcançou R\$ 3.520 milhões, elevação de 10,8% em relação a 2016. A margem EBITDA atingiu 50,2%.
- Manutenção do baixo nível de endividamento – A relação “Endividamento total / EBITDA ajustado” em 31.12.2017 foi de 1,9 vezes e o “Endividamento líquido / EBITDA ajustado”, na mesma data, foi de 1,3 vezes. A elevação do endividamento foi motivada pela contratação de notas promissórias e empréstimos para o financiamento do pagamento das outorgas de concessão das Usinas Hidrelétricas Jaguarua e Miranda. Em 31.12.2017, a dívida denominada em moeda estrangeira correspondia a 24,7% do total e estava integralmente protegida contra a variação cambial por operações de *swap*.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2015

Como nos últimos anos, em 2015 o setor elétrico nacional sofreu influência da baixa hidrologia. O país possui potencial hidrológico indiscutível e associados a esse potencial estão o baixo custo de geração, além do nível reduzido de emissões atmosféricas da geração hidrelétrica quando comparada à geração térmica convencional. Entretanto, eventos climáticos extremos, frequentes nos últimos anos, apontam para a necessidade de ajustes no planejamento e na operação do setor elétrico brasileiro. A alteração que se observa no regime de chuvas demonstra que não é possível manter apenas a fonte hidráulica na base do sistema. Em 2015, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica registrou ligeira, haja vista a redução da atividade econômica no País. Desta forma, os impactos negativos resultantes dos eventos climáticos foram reduzidos pela diminuição do consumo de energia elétrica.

No que se refere ao desempenho econômico e financeiros, a ENGIE Brasil Energia, no ano de 2015, obteve lucro líquido de R\$ 1.501 milhões. O EBITDA ajustado alcançado pela Companhia foi de R\$ 3.115 milhões. Esses resultados se devem, sobretudo, à estratégia adequada de redução da exposição aos altos preços do mercado de curto prazo no início do ano, de alocação mensal da energia contratada e de manutenção do parque gerador. O alcance desses números em um cenário de retração da economia e eventos climáticos adversos demonstra a resiliência da Companhia e a confiança que o mercado lhe confere.

b. Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital com nível baixo de alavancagem financeira, o que possibilita a execução de sua estratégia de crescimento nos próximos anos.

O negócio da Companhia apresenta uma elevada geração operacional de caixa, principalmente em função de sua elevada margem, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração de energia e dos rígidos controles de custos e despesas realizados pela Administração da Companhia.

Os principais componentes da estrutura de capital da Companhia são os seguintes:

Valores em R\$ milhões	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Endividamento bruto ¹	6.756	6.738	3.089	3.759
(-) Caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados	954	2.155	1.996	2.544
Endividamento líquido	5.802	4.583	1.093	1.215
Endividamento de longo prazo (% do total do endividamento)	53,6%	54,4%	90,3%	67,4%
Patrimônio líquido	7.324	6.835	6.614	6.642
Grau de alavancagem ²	44,2%	40,1%	14,2%	15,5%
Composição da estrutura de capital:				
- Capital próprio (patrimônio líquido / passivo total)	38,7%	34,9%	45,9%	43,4%
- Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante / passivo total)	61,3%	65,1%	54,1%	56,6%

¹ Contempla os empréstimos – líquidos dos efeitos do *hedge*, os financiamentos, as debêntures e as notas promissórias.

² Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O aumento do percentual de alavancagem observado em 31.03.2018 e 31.12.2017 deve-se a captação de notas promissórias pelas controladas Jaguará e Miranda, no montante de R\$ 2.110 milhões e à captação de empréstimos em moeda estrangeira – totalmente coberto por *hedge* para reais, no montante de R\$ 1.631 milhões. Os recursos foram captados com a finalidade, principalmente, de pagamento do Bônus pela Outorga das concessões e refinanciamento de dívidas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia, considerando o seu perfil do endividamento e a sua posição de liquidez, em situações normais de mercado, acreditam que a Companhia possui plenas condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos hoje existentes, bem como para continuar expandindo seus investimentos.

Em 31.03.2018 e 31.12.2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, decorrente, substancialmente, da contratação de notas promissórias e empréstimos no ano de 2017 para o financiamento do pagamento das outorgas de concessão das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda. O pagamento das notas promissórias, as quais vencem em novembro de 2018, ocorrerá, substancialmente, mediante a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, das controladas Jaguará e Miranda, nos valores de R\$ 1.117 milhões e R\$ 685 milhões.

Os Diretores da Companhia entendem ainda que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Neste quadro estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento da dívida utilizados pela Companhia.

Valores em R\$ milhões	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
EBITDA ajustado ³	(E) 3.681	3.520	3.176	3.115
Despesa financeira ³	(D) 497	450	753	752
Despesa financeira líquida ³	312	227	(A) 355	471
Endividamento bruto	(E) 6.756	6.738	3.089	3.759
Endividamento líquido	5.802	4.583	(E) 1.093	1.215
Endividamento líquido / EBITDA ajustado	1,6	1,3	0,3	0,4
Endividamento total / EBITDA ajustado	(D) 1,8	1,9	(D) 1,0	1,2
EBITDA ajustado / Despesa financeira	7,4	7,8	4,2	4,1

Nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses findo em 31.03.2018 a Companhia honrou suas obrigações assumidas com terceiros, tais como fornecedores, dividendos, dívidas, concessões a pagar, entre outros.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

³ Montante relativo aos 12 últimos meses à data-base de apuração.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(i) contratos de empréstimo, financiamento e notas promissórias relevantes

Principais condições das dívidas contratadas

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		Valores em R\$ milhões			
		Venc.	Principal e juros	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Controladora:				Ⓒ	Ⓒ		
Moeda nacional							
Nordic Investment Bank	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Principal: Mensais Juros: Trimestrais	129	135	157	172
BNDES – Modernização	TJLP + 2,26% a.a. ^(a)	07.2020	Principal: Mensais, após 08.2016 Juros: Trimestrais até 08.2016 e posteriormente mensais	154	171	203	191
BNDES – Usina São Salvador	TJLP + 2,7% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	92	96	112	126
Repasse BNDES (Bancos) ^(b)	TJLP + 3,25% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	-	-	226	255
Repasse Finame (Bancos)	3,68% a.a.	11.2024	Mensais	8	8	18	21
Moeda estrangeira (dólar)							
HSBC USA II	1,4294% a.a. com swap para 97% do CDI	03.2016	Principal: 03.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	387
HSBC USA III	1,7871% a.a. com swap para 99% do CDI	10.2016	Principal: 10.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	307
HSBC USA IV	1,8104% a.a. com swap para 98,6% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	191
HSBC USA V	1,8471% a.a. com swap para 97% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	38
Mizuho Bank	1,7260% a.a. com swap para 96,02% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	341
Bank of Tokyo	0,5486% a.a. com swap para 98% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	Ⓒ	Ⓒ	-	188
HSBC France	8,459% a.a. com swap para 103% do CDI	10.2020	Principal: 10.2020 Juros: Semestrais	348	334	-	-
Scotiabank	3,3710% a.a. com swap para IPCA + 5,2% a.a.	11.2022	Principal: 11.2022 Juros: Semestrais	658	669	-	-
Bank of Tokyo	1,9429% a.a. com swap para 101,4% CDI	10.2018	Principal: 10.2018 Juros: Semestrais	664	667	-	-
Controladas:				Ⓒ	Ⓒ		
Hidropower - Banco do Brasil	8,08% a.a.	10.2017	Mensais			3	7
Companhia Energética Estreito							
BNDES – Crédito Social	TJLP	06.2018	Mensais	1	3	8	14
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais	632	644	692	736
Repasse BNDES (Bancos) ^(b)	TJLP + 2,95% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais	429	438	470	499
Ibitiúva							
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	8	9	13	17
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. ^(a)	01.2021	Mensais	10	11	15	19
Ferrari							
BNDES	TJLP + 1,91% a.a. ^(a)	06.2021	Mensais	14	15	19	23
BNDES Ampliação	TJLP + 1,76% a.a. ^(a)	07.2032	Mensais	40	41	44	44
Repasse BNDES (Bancos) ^(b)	TJLP + 3,40% a.a. ^(a)	06.2021	Mensais	6	7	8	10
Complexo Eólico Trairi ^(c)							
BNDES	TJLP + 2,51% a.a. ^(a)	07.2029	Mensais	269	274	294	313
BNDES – Crédito Social	TJLP	07.2029	Mensais	1	1	2	2
Heberibe ^(d) - BNDES	TJLP + 3,5% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	-	-	-	74
Pedra do Sal ^(d) - BNDES	TJLP + 1,92% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	-	-	-	50
Areia Branca ^(d) - BNDES	TJLP + 2,5% a.a. ^(a)	06.2024	Mensais	-	-	-	41

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		Valores em R\$ milhões			
		Venc.	Principal e juros	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Controladas:							
Complexo Eólico Santa Mônica ^(a) - BNDES	TJLP + 2,18% a.a. ^(b)	05.2033	Mensais	290	293	-	-
Jaguara - Banco J. Safra S.A.	104,9% a.a. sobre Δ Taxa DI	11.2018	Principal: 11.2018 Juros: 11.2018	1.349	1.326	-	-
Miranda - Banco J. Safra S.A.	104,9% a.a. sobre Δ Taxa DI	11.2018	Principal: 11.2018 Juros: 11.2018	797	784	-	-

^(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

^(b) Os bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.

^(c) Financiamento do Projeto Trairi, composto pelas seguintes empresas: Trairi, Mundú, Guajiru e Fleixeiros I.

^(d) Em 31.10.2017, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias da ECP nas subsidiárias Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A. e Hidrelétrica Areia Branca S.A., após terem sido atingidas todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações.

^(e) Financiamento do Projeto Santa Mônica, composto pelas empresas: Santa Mônica, Jacimbas, Estrela e Ouro Verde.

Informações adicionais sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e notas promissórias de valores mais relevantes da Companhia e de suas controladas

Os saldos em 31.03.2018, 31.12.2017, 31.12.2016 e 31.12.2015 dos contratos abaixo listados se encontram na tabela do item f(i) anteriormente apresentada.

ENGIE Brasil Energia

- Nordic Investment Bank

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao *Nordic Investment Bank* (NIB). Em 31.03.2018 o saldo desse empréstimo era de R\$ 129 milhões. O prazo de amortização é de 7 anos, a partir de outubro de 2015, e os encargos financeiros sobre o empréstimo são IPCA + 3,55% ao ano.

- BNDES – Modernização

Em setembro de 2014, a Companhia assinou contrato com o BNDES para financiamento da modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo. Em 31.03.2018 o saldo do empréstimo era de R\$ 154 milhões. Do total do financiamento, cerca de 99% tem juros equivalentes a TJLP + 2,26% e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020 e aproximadamente 1% tem juros correspondentes a TJLP e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020.

- BNDES – Usina Hidrelétrica São Salvador e Repasse BNDES (Bancos)

Em março de 2007, a Companhia Energética São Salvador ("CESS") contratou com o BNDES e seus Bancos Repassadores – Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim para a construção da Usina Hidrelétrica São Salvador. A CESS foi incorporada em dezembro de 2013 pela Companhia. Em 31.03.2018 o saldo do empréstimo era de R\$ 92 milhões.

- Empréstimos tomados em moeda estrangeira

A Companhia contratou, nos anos de 2016 e 2017, empréstimos em moeda estrangeira com os bancos HSBC USA, Mizuho Bank, Bank of Tokyo e Scotiabank.

Em 2017, os recursos foram captados com a finalidade, principalmente, de financiar o pagamento de parte do Bônus pela Outorga das concessões das controladas Jaguara e Miranda, bem como de refinarar dívidas que estavam vencendo e dar continuidade a implementação do plano de negócios da Companhia.



ELABORADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- BNDES e Repasse BNDES (Bancos) – Empreendimentos hidrelétricos

Os financiamentos de empreendimentos hidrelétricos têm estas garantias: (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Além dessas garantias, para o contrato da CEE, há também o penhor dos dividendos a serem pagos pela Companhia à sua controladora, ENGIE.

- BNDES – Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), Biomassa e Eólicos

As garantias dos projetos de PCH, biomassa e eólicos são estas: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Companhia.

- Notas promissórias - Jaguará e Miranda

As notas promissórias são garantidas por aval prestado pela controladora ENGIE Brasil Energia, compreendendo todas as obrigações principais e acessórias assumidas.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia. Em 31.03.2018, 31.12.2017, 31.12.2016 e 31.12.2015, a Companhia possuía vigentes estas emissões:

	Quantidade	Remuneração	Condições de pagamento		Valores em R\$ milhões			
			Juros / Variação Monetária	Principal	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
5ª Emissão - série única	165.000	IPCA + 6,3% a.a.	Anualmente em dezembro	3 parcelas em 12.2022/23/24	205	199	194	181
6ª Emissão - Série 1	246.600	IPCA + 6,2621% a.a.	Anualmente em julho	3 Parcelas anuais a partir de 07.2021	267	260	251	-
6ª Emissão - Série 2	353.400	IPCA + 6,2515% a.a.	Anualmente em julho	3 Parcelas anuais a partir de 07.2024	381	371	359	-

Informações adicionais sobre as debêntures

- Quinta emissão de debêntures - Série única

Em dezembro de 2014, a Companhia emitiu 165.000 debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, de série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R\$ 1 mil, perfazendo na data de emissão, o montante total de R\$ 165 milhões. Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 6,3% a.a., incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. O pagamento dessa remuneração é anual, tendo ocorrido o primeiro em 15.12.2015. O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, nas datas de 15.12.2022, 15.12.2023 e 15.12.2024. A liquidação da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 23.12.2014 e os recursos obtidos destinaram-se à modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais*g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados*

Em dezembro de 2015, a controlada indireta Ferrari Termoeletrica S.A. contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 81 milhões, para a ampliação de sua usina, dos quais R\$ 44 milhões (54,3%) foram liberados, restando R\$ 37 milhões. A expectativa de realização é até junho de 2018.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

h.1) Análise comparativa entre os resultados relativos aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017 preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

Período de 3 meses encerrado em 31 de março de					
Valores em R\$ milhões	2018	% da receita	2017	% da receita	2018 versus 2017 (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.869	100	1.606	100	16,4
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda	(430)	(23,0)	(379)	(23,6)	13,5
Transações no mercado de energia de curto prazo	(59)	(3,2)	(27)	(1,7)	118,5
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão	(112)	(6,0)	(103)	(6,4)	8,7
Custo de produção de energia elétrica	(337)	(18,0)	(310)	(19,3)	8,7
Custo dos serviços prestados	(6)	(0,3)	(7)	(0,4)	(14,3)
	(944)	(50,5)	(826)	(51,4)	14,3
LUCRO BRUTO	925	49,5	780	48,6	18,6
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(4)	(0,2)	(4)	(0,2)	-
Despesas gerais e administrativas	(44)	(2,4)	(41)	(2,6)	7,3
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	1	0,1	(100,0)
	(48)	(2,6)	(44)	(2,7)	9,1
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DOS TRIBUTOS	877	46,9	736	45,9	19,2
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	1,3	63	3,9	(60,3)
Despesas financeiras	(182)	(9,7)	(135)	(8,4)	34,8
	(157)	(8,4)	(72)	(4,5)	118,1
Resultado de Participações Societárias					
Equivalência patrimonial	(2)	(0,1)	(1)	(0,1)	100,0
	(2)	(0,1)	(1)	(0,1)	100,0
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	718	38,5	663	41,4	8,3
Imposto de renda e contribuição social	(229)	(12,3)	(212)	(13,2)	8,0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	489	26,2	451	28,2	8,4
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	0,75		0,69		


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita operacional líquida

No 1T18, a receita operacional líquida apresentou aumento de 16,4% (R\$ 263 milhões), quando comparada à auferida no 1T17, passando de R\$ 1.606 milhões para R\$ 1.869 milhões. Os principais fatores que provocaram essa variação foram: (i) R\$ 113 milhões, devido ao reconhecimento de receita decorrente da operação das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), adquiridas por meio de Leilão de Concessões Não Renovadas, promovido pela Aneel, dos quais R\$ 85 milhões correspondem à remuneração do ativo financeiro e R\$ 28 milhões a receita de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) para cobrir os custos de operação e manutenção; (ii) R\$ 110 milhões, de acréscimo na receita decorrente das transações realizadas no mercado de curto prazo, em especial as realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), mais detalhes estão apresentados no item "Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE"; e (iii) R\$ 40 milhões, decorrentes do maior volume de energia vendida, parcialmente atenuada por ligeira redução do preço médio de venda para consumidores livres.

- Preço médio líquido de vendas

O preço médio de venda de energia, líquido das exportações e dos tributos sobre a receita, atingiu R\$ 177,76/MWh no 1T18, 1,1% abaixo do obtido no 1T17, cujo valor foi de R\$ 179,69/MWh. A redução do preço ocorreu, essencialmente, em razão dos novos contratos de venda de energia para clientes industriais com preços inferiores à média dos contratos existentes ou finalizados.

- Volume de vendas

A quantidade de energia vendida passou de 8.694 GWh (4.025 MW médios) no 1T17 para 9.016 GWh (4.174 MW médios) no 1T18, aumento de 322 GWh (149 MW médios) entre os períodos comparados. Tais variações decorreram, substancialmente, da combinação do acréscimo de venda de energia para comercializadoras, inclusive operações de trading, parcialmente atenuado pela redução de vendas para distribuidoras decorrente do Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits (MCSD) e à queda de consumo de clientes industriais.

Custos da venda de energia e dos serviços prestados

Os custos da venda de energia e serviços foram elevados em R\$ 118 milhões ou 14,3% entre os trimestres comparados, passando de R\$ 826 milhões no 1T17 para R\$ 944 milhões no 1T18. Tais variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- Energia elétrica comprada para revenda: elevação de R\$ 51 milhões (13,5%) no 1T18, em comparação ao 1T17, reflexo, sobretudo, às compras de energia elétrica destinadas para operações de trading no valor de R\$ 43 milhões (101 MW médios), e ao aumento no preço médio líquido, devido a novas contratações com preços superiores à média dos contratos vigentes ou finalizados, compensada, parcialmente compensada pela redução de compras de médio e de longo prazo para a gestão do portfólio da Companhia. Adicionalmente, a energia elétrica comprada para operações de trading e não vendida para comercializadoras foi liquidada na CCEE.

- Transações no mercado de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE: os custos com essas transações foram de R\$ 32 milhões (118,5%) superiores no 1T18, em relação ao 1T17. Mais detalhes estão descritos a seguir em item específico.

- Encargos de uso de rede elétrica e conexão: elevação de R\$ 9 milhões (8,7%) no 1T18, em relação ao 1T17, principalmente, do reajuste anual das tarifas de transmissão e de reconhecimento no 1T18 dos encargos relativos à parcela de energia das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda comercializada no ACL.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo de produção de energia elétrica

- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** decréscimo de R\$ 6 milhões (22,0%) na comparação do 1T18 com o mesmo trimestre de 2017 devido, basicamente, à paralização das operações da Usina Termelétrica William Arjona no primeiro trimestre de 2017, em função de sua inviabilidade econômica, motivada pela elevação do custo do gás.

- **Pessoal:** aumento de R\$ 2 milhões (3,4%) no 1T18 em relação ao 1T17, em virtude, majoritariamente, do reajuste anual da remuneração e dos benefícios dos empregados.

- **Materiais e serviços de terceiros:** acréscimo de R\$ 9 milhões (21,5%) na comparação do 1T18 com o mesmo trimestre de 2017, em razão, basicamente, do reconhecimento dos custos de operação e manutenção, no 1T18, das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, e do Complexo Eólico Santa Mônica, que no 1T17 teve parte desses custos cobertos pelo fornecedor dos aerogeradores.

- **Depreciação e amortização:** elevação de R\$ 19 milhões (13,0%) no 1T18, em relação ao 1T17, resultante, substancialmente, dos seguintes itens: (i) amortização de ativo intangível referente à aquisição das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda; (ii) depreciação de grandes manutenções realizadas na unidade A do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda em meados de 2017; e (iii) entrada em operação comercial da Usina Fotovoltaica Assú V, em 23 de dezembro de 2017.

Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia cujo objetivo principal é a gestão da exposição da Companhia na CCEE. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal, portanto, de curto prazo, dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas à PLD, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados numa fatura única (a receber ou a pagar), exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cumpre ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura dos períodos em análise, sendo esse o motivo para a criação deste tópico. Assim, ele permite analisar oscilações dos principais elementos, apesar de terem sido alocados ora na receita, ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada (GSF - Generation Scaling Factor), que ocorre quando a geração das usinas que integram o MRE, em relação à energia alocada, é menor ou maior (Energia Secundária); (iii) do chamado “risco de submercado”; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que será liquidada ao valor do PLD.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No 1T18 e no 1T17, os resultados líquidos (diferença entre receitas e custos – deduzidos dos tributos incidentes sobre as receitas e os custos) decorrentes de transações de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE, foram positivos em R\$ 88 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 78 milhões entre os períodos comparados.

A variação entre os trimestres é consequência, essencialmente, da combinação destes fatores: (i) aumento dos efeitos positivos decorrente de energia secundária; (ii) efeito positivo proveniente da diferença de preços entre os submercados Norte e Sudeste no 1T18 e entre os submercados Nordeste e Sudeste no 1T17; (iii) aumento do déficit de geração termelétrica devido à menor geração dessa fonte; (iv) redução de receita no MRE em razão do decréscimo de geração hidrelétrica no período; e (v) redução da posição devedora na CCEE, fruto da estratégia de alocação dos recursos hídricos do ano de 2018.

Cabe considerar que o aumento do PLD médio em 2018, conforme a seguir informado, contribuiu para o aumento dos efeitos negativos da geração termelétrica e da posição compradora no 1T18 da CCEE e, em contrapartida, para a elevação do efeito positivo fruto da energia secundária.

Na comparação entre os trimestres, o PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste aumentou 25,9%, passando de R\$ 155,37/MWh no 1T17 para R\$ 195,61/MWh no 1T18. Adicionalmente, o PLD do submercado Norte caiu 5,1%, passando de R\$ 79,10 para R\$ 75,10, e o PLD médio do submercado Nordeste reduziu de R\$ 195,97/MWh no 1T17 para R\$ 191,56/MWh no 1T18, ou seja, 2,3%.

Resultado financeiro

- **Receitas financeiras:** no 1T18, as receitas atingiram R\$ 25 milhões, isto é, R\$ 38 milhões ou 60,3% abaixo dos R\$ 63 milhões auferidos no 1T17, em razão, substancialmente: (i) da redução de R\$ 36 milhões na receita com aplicações financeiras, em virtude do menor volume de recursos investidos e da queda na taxa de juros; e (iii) da diminuição de R\$ 2 milhões na variação monetária de depósitos judiciais.

- **Despesas financeiras:** as despesas no 1T18 foram de R\$ 182 milhões ou seja, R\$ 47 milhões ou 34,8% além das registradas no 1T17, que foram de R\$ 135 milhões. As principais variações observadas foram: (i) reconhecimento de R\$ 36 milhões de juros sobre notas promissórias, emitidas em novembro de 2017, para pagamento de parte do bônus de outorga na aquisição das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda; (ii) aumento de R\$ 12 milhões na variação monetária e de R\$ 4 milhões nos juros sobre as concessões a pagar; e (iii) decréscimo de R\$ 5 milhões nos juros e na variação monetária sobre provisões e passivo atuarial.

Equivalência Patrimonial

No 1T18 foi reconhecido R\$ 2 milhões como resultado negativo de equivalência patrimonial da ENGIE Solar, enquanto que no mesmo período de 2017 o resultado negativo de equivalência patrimonial da ENGIE Solar foi de R\$ 1 milhão.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

Valores em R\$ milhões	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2017	% da receita	2016	% da receita	2017 versus 2016 (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.010	100	6.442	100	8,8
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda	(1.746)	(24,9)	(1.643)	(25,5)	6,3
Transações no mercado de energia de curto prazo	(360)	(5,1)	(182)	(2,8)	97,8
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão	(423)	(6,0)	(397)	(6,2)	6,5
Custo de produção de energia elétrica	(1.444)	(20,6)	(1.449)	(22,5)	(0,3)
Custo dos serviços prestados	(31)	(0,4)	(30)	(0,5)	3,3
	(4.004)	(57,1)	(3.701)	(57,5)	8,2
LUCRO BRUTO	3.006	42,9	2.741	42,5	9,7
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(17)	(0,2)	(17)	(0,3)	-
Despesas gerais e administrativas	(179)	(2,6)	(185)	(2,8)	(3,2)
Provisão para redução ao valor recuperável	(18)	(0,3)	(121)	(1,9)	(85,1)
Resultado na alienação de investimentos	57	0,8	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	4	0,1	7	0,1	(42,9)
	(153)	(2,2)	(316)	(4,9)	(51,6)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DOS TRIBUTOS	2.853	40,7	2.425	37,6	17,6
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	223	3,2	398	6,2	(44,0)
Despesas financeiras	(450)	(6,4)	(753)	(11,6)	(40,2)
	(227)	(3,2)	(355)	(5,4)	(36,1)
Resultado de Participações Societárias					
Equivalência patrimonial	(2)	-	(3)	-	(33,3)
	(2)	-	(3)	-	(33,3)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	2.624	37,5	2.067	32,2	26,9
Imposto de renda e contribuição social	(619)	(8,8)	(519)	(8,1)	19,3
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.005	28,7	1.548	24,1	29,5
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	3,07		2,37		

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida passou de R\$ 6.442 milhões em 2016 para **R\$ 7.010 milhões** em 2017, ou seja, elevação de **R\$ 568 milhões** ou **8,8%**. Esse aumento decorreu essencialmente destas combinações: (i) **R\$ 350 milhões** – aumento da receita nas operações realizadas no mercado de curto prazo, em especial as na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), , mais detalhes estão apresentados no item “Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE”; (ii) R\$ 165 milhões – maior volume de venda de energia; e (iii) **R\$ 48 milhões** – receita resultante da operação das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda.

- Preço médio líquido de vendas

O preço médio de venda de energia, líquido dos encargos sobre a receita, atingiu R\$ 180,39/MWh, 0,2% inferior ao praticado em 2016, que foi de R\$ 180,68/MWh. A redução do preço ocorreu, essencialmente, da venda a consumidores livres da energia descontratada com distribuidoras, em função do término do contrato de Leilão de Energia Existente, no fim de 2016, com preços inferiores aos anteriormente praticados.

- Volume de vendas

Em 2017, o volume de venda de energia foi de 35.761 GWh (4.082 MW médios), contra 34.789 GWh (3.961 MW médios) registrados em 2016, acréscimo de 972 GWh (121 MW médios) ou 2,8%. Tal variação decorreu, substancialmente, da combinação do acréscimo de venda de energia convencional para comercializadoras e de energia incentivada para consumidores livres, e também, pela entrada em operação comercial do Complexo Eólico Santa Mônica, que possui garantia física de 47,4 MW médios e cuja maioria dos parques eólicos entraram em operação comercial no início de 2017.

Custos da venda de energia e dos serviços prestados

Os custos da venda de energia e serviços foram elevados em **R\$ 303 milhões** **(8,2%)**, entre os anos comparados, passando de R\$ 3.701 milhões em 2016 para **R\$ 4.004 milhões** no ano em análise. Tal variação decorre, majoritariamente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- Energia elétrica comprada para revenda: acréscimo em 2017 de **R\$ 103 milhões** em relação a 2016, decorrente dos seguintes itens: (i) R\$ 393 milhões – elevação de 2.346 GWh (672 MW médios) nas compras de médio e longo prazos; e (ii) R\$ 290 milhões – redução do preço médio destas aquisições, motivada principalmente pelo encerramento de contratos de aquisição de energia com preços superiores à média de preços praticados nos contratos vigentes e em novas contratações.

- Transações no mercado de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE: Entre os exercícios de 2016 e 2017, ocorreu aumento de **R\$ 178 milhões** desses custos. Mais detalhes estão descritos a seguir em item específico.

- Encargos de uso de rede elétrica e conexão: elevação de **R\$ 26 milhões** (6,6%) entre os exercícios de 2016 e 2017, decorrente, principalmente, do reajuste anual das tarifas de transmissão.

Custo de produção de energia elétrica

- Combustíveis para produção de energia elétrica: acréscimo de **R\$ 314 milhões** em 2017, em relação a 2016, devido, basicamente, ao reconhecimento de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017, no valor total de R\$ 355 milhões.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (royalties):** queda de R\$ 74 milhões entre os anos de 2016 e 2017, refletindo, principalmente, a menor geração das usinas hidrelétricas no período analisado, bem como a redução da Tarifa Atualizada de Referência (TAR) no ano de 2017.

- **Pessoal:** redução de R\$ 25 milhões em 2017, em relação a 2016, resultante, substancialmente, da readequação do quadro de empregados e da redução de custos decorrentes do Plano de Demissão Voluntária (PDV), encerrado em novembro de 2016.

- **Materiais e serviços de terceiros:** em 2017 ocorreu aumento de R\$ 23 milhões se comparado a 2016, reflexo, essencialmente, dos seguintes itens: (i) reconhecimento de ganhos extraordinários no 1T16, no valor de R\$ 15 milhões, decorrentes da recuperação de crédito de PIS e Cofins incidentes sobre materiais e serviços de terceiros; e (ii) pagamento em 2017 de honorário de êxito decorrente de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017.

- **Depreciação e amortização:** ampliação de R\$ 18 milhões em 2017, em relação a 2016, em decorrência, sobretudo, dos seguintes aspectos: (i) entrada em operação comercial do Complexo Eólico Santa Mônica; e (ii) amortização de ativo intangível referente à aquisição das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda no Leilão 001/2017 promovido pela Aneel em 29.09.2017. Tal variação foi parcialmente atenuada pela diminuição da depreciação sobre os ativos de geração termelétrica reduzidos por "impairment".

- **Reversão de provisões operacionais, líquidas:** efeito positivo de R\$ 264 milhões em 2017, em relação a 2016. A variação apresentada resultou, sobretudo, da assinatura e homologação judicial de acordo de preço do gás natural para geração de energia elétrica entre a Companhia e o fornecedor do combustível, ocasionando, assim, a reversão no 2T17 do valor contabilizado como provisão, no valor de R\$ 219 milhões. Adicionam-se a reversão de provisão para perda na venda de óleo combustível da Usina Termelétrica Alegrete, que está em processo de devolução à União, e a provisão para custos a incorrer no processo de descomissionamento da Usina Termelétrica Charqueadas. As reversões se devem ao fato de a Companhia estar incorrendo em perdas e custos inferiores aos inicialmente estimados.

Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia cujo objetivo principal é a gestão da exposição da Companhia na CCEE. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal – e, portanto, de curto prazo – dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas à PLD, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados numa fatura única (a receber ou a pagar), exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cumpre ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura dos períodos em análise, sendo esse o motivo para a criação deste tópico. Assim, permite analisar oscilações dos principais elementos, apesar de terem sido alocados ora na receita, ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.



RICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do fator de ajuste da garantia física (GSF – *Generation Scaling Factor*), que ocorre quando a geração das usinas que integram o MRE, em relação à energia alocada, é menor ou maior (Energia Secundária); (iii) do chamado “risco de submercado”; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que será liquidada ao valor do PLD. D

No acumulado de 2017, o resultado líquido fruto de transações de curto prazo – em especial as realizadas na CCEE, foi positivo em R\$ 107 milhões. Já em 2016 tivemos um resultado negativo de R\$ 65 milhões, ou seja, entre os anos comparados uma variação favorável de R\$ 172 milhões. C

Essa variação é consequência, fundamentalmente, da combinação destes fatores: (i) maior receita auferida com a posição credora na CCEE (posição *long*), fruto da estratégia de alocação dos recursos hídricos, aliada à ativa gestão do portfólio; (ii) reconhecimento dos efeitos decorrentes da recontabilização resultante da elevação do Custo Variável Unitário (CVU) da Usina Termelétrica Willian Arjona, após o acordo judicial com o fornecedor de gás natural; (iii) resultado positivo da geração termelétrica. Apesar da menor geração em 2017, houve redução da garantia física relacionada à essa fonte em razão do encerramento da operação da Usina Termelétrica Charqueadas, no fim de 2016; (iv) reconhecimento de recomposição de receita na CCEE em razão da indenização de sinistro ocorrido em unidade geradora da Companhia; (v) incremento dos efeitos negativos do GSF, já deduzido dos efeitos positivos da repactuação do risco hidrológico, em razão do elevado fator de deficit de geração hidrelétrica; e (vi) redução de receita no MRE em razão da menor geração hidrelétrica no período.

No comparativo anual, o PLD médio teve um aumento de 244,1%, saindo do patamar de R\$ 93,16 para R\$ 320,59 ao fim de 2017. Importante considerar que o aumento do PLD médio em 2017, conforme anteriormente informado, contribuiu consideravelmente para a elevação dos efeitos positivos do excedente de energia liquidado na CCEE e do maior despacho termelétrico, bem como para o aumento dos efeitos negativos decorrentes da aplicação do GSF.

Provisão para redução ao valor recuperável A

Em 2017, a Companhia reconheceu complemento de provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos no montante de R\$ 18 milhões, inicialmente reconhecida em 2016 no valor de R\$ 121 milhões. Do total provisionado em 2017, R\$ 16 milhões (R\$ 45 milhões em 2016) correspondem aos ativos de geração termelétrica e R\$ 2 milhões (R\$ 76 milhões em 2016) aos ativos não operacionais do Projeto Termelétrico Jacuí, gerando um efeito positivo de R\$ 103 milhões na comparação entre os anos. C

Em 31 de outubro de 2017, após o cumprimento das condições precedentes contratadas, a Companhia efetivou a venda das controladas Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, reconhecendo, no 4T17, o resultado na alienação de investimentos no montante de R\$ 57 milhões. D


 ELABORADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 SOCIÉTÉ TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado financeiro

- **Receitas financeiras:** No comparativo entre os anos, as receitas financeiras reduziram R\$ 175 milhões (44,0%), passando de R\$ 398 milhões em 2016 para R\$ 223 milhões em 2017. Essa variação é explicada, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) decréscimo de R\$ 128 milhões na receita com aplicações financeiras, em razão do menor volume de recursos investidos e da queda na taxa de juros; (ii) redução de R\$ 39 milhões na variação monetária, oriundos de decisão favorável à Companhia em disputa judicial em 2016 de cobrança de atualização de valores a receber de um agente do setor; (iii) diminuição de R\$ 14 milhões na variação monetária sobre contas a receber devido à inadimplência na liquidação financeira da CCEE em 2016; (iv) elevação de juros sobre valores de imposto de renda e contribuição social a compensar relativos aos anos anteriores de R\$ 9 milhões e (v) decréscimo de R\$ 4 milhões na variação monetária de depósitos judiciais.

- **Despesas financeiras:** Em base anual, as despesas reduziram de R\$ 753 milhões em 2016 para R\$ 450 milhões em 2017, ou seja, R\$ 303 milhões (ou 40,2%), resultado da combinação, fundamentalmente, destas variações: (i) diminuição de R\$ 136 milhões na variação monetária sobre as concessões a pagar, visto a queda dos índices inflacionários; (ii) reconhecimento em 2016 de R\$ 58 milhões de variação monetária sobre os valores a pagar na CCEE que estavam pendentes de pagamento em razão das liminares que impediam a CCEE de aplicar o GSF; e (iii) decréscimo de R\$ 103 milhões nos juros e na variação monetária sobre dívidas, em virtude de decréscimo de endividamento no decorrer do ano de 2017 e queda da inflação.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

As despesas com IR e CSLL no ano aumentaram em R\$ 100 milhões, passando de R\$ 519 milhões em 2016 para R\$ 619 milhões em 2017. O acréscimo decorreu, substancialmente, da elevação do lucro antes dos tributos, parcialmente atenuada pelo início dos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) – Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – Usina Hidrelétrica de Estreito, concedidos em 2017. A taxa efetiva de IR e CSLL em 2017 foi de 23,6% ante 25,1% em 2016.

Equivalência Patrimonial

Em 2017 foi reconhecido R\$ 2 milhões como resultado negativo de equivalência patrimonial da ENGIE Solar.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.03.2018 e 31.12.2017

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

A redução de R\$ 1.214 milhões resultou da seguinte combinação: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R\$ 701 milhões; (ii) aquisição de investimentos no montante de R\$ 1 milhão; (iii) aplicação de R\$ 460 milhões em ativos imobilizado e intangível; (iv) amortização de R\$ 67 milhões de empréstimos e financiamentos; (v) pagamento de parcelas de concessões no montante de R\$ 17 milhões; (vi) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$ 1.357 milhões e (vii) R\$ 13 milhões de outras aplicações em atividades de financiamento.

Contas a receber de clientes

O crescimento de R\$ 91 milhões deve-se, principalmente, ao acréscimo das transações no mercado de energia de curto prazo.

Estoque

O valor contábil dos insumos para produção de energia elétrica apresentou aumento de R\$ 50 milhões, principalmente em decorrência da aquisição compulsória no 1T18 do carvão mineral pertencente à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) sob gestão da Companhia na data-base de 31.12.2016, deduzido do estoque estratégico da CDE que será mantido pela Companhia, conforme previsto na REN 801/2017 da Aneel. Tal aumento foi parcialmente atenuado pela redução do saldo de almoxarifado no período.

Outros ativos circulantes

O aumento de R\$ 65 milhões decorre, principalmente, do reconhecimento no 1T18 de valores a serem reembolsados devido à constituição pela Companhia de estoque estratégico CDE, conforme previsto na REN 801/2017. O reembolso deverá ocorrer ao longo de 2018.

Ativo não circulante mantido para venda

Em 20.02.2018, a Aneel deferiu a revogação da autorização da Usina Termelétrica William Arjona em atendimento à solicitação da Companhia, visto a inviabilidade econômico-financeira da Usina em função da elevação do custo do gás natural. Também em fevereiro de 2018, a Companhia finalizou a prospecção de agentes de mercado para a intermediação da alienação dos ativos da Usina. Em decorrência do atual estágio em que se encontra o processo de alienação dos ativos, a Companhia, no 1T18, passou a registrar a totalidade dos estoques e do ativo imobilizado relacionados à Usina, nos montantes de R\$ 10 milhões e R\$ 38 milhões respectivamente, no ativo não circulante mantido para venda.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Valores em R\$ milhões	31.03.2018	%	31.12.2017	%	31.12.2016	%	31.12.2015	%	31.03.2018 VERSUS 31.12.2017 (%)	31.12.2017 VERSUS 31.12.2016 (%)	31.12.2016 VERSUS 31.12.2015 (%)
PASSIVO CIRCULANTE											
Fornecedores	551	2,9	617	3,2	371	2,6	574	3,8	(10,7)	66,3	(35,4)
Dividendos e lucros sobre o capital próprio	7	-	1.301	6,6	372	2,6	271	1,8	(99,5)	299,7	37,3
Empréstimos e financiamentos	956	5,0	948	4,8	283	2,0	1.713	11,2	0,8	235,0	(83,5)
Debêntures e notas promissórias	2.177	11,5	2.128	10,9	17	0,1	-	-	2,3	2.417,6	100,0
Concessões a pagar	68	0,4	57	0,3	65	0,5	61	0,4	1,5	3,1	6,6
Imposto de renda e contribuição social a pagar	108	0,6	131	0,9	81	0,6	18	0,1	(40,3)	123,5	350,0
Outras obrigações fiscais e regulatórias	100	0,5	94	0,5	89	0,6	97	0,6	6,4	5,6	(8,2)
Obrigações trabalhistas	108	0,6	95	0,5	95	0,7	108	0,7	13,7	-	(12,0)
Provisões	11	0,1	12	0,1	35	0,2	26	0,2	(8,3)	(65,7)	34,6
Obrigações com benefícios de aposentadoria	31	0,2	31	0,2	27	0,2	22	0,1	-	14,8	22,7
Outros passivos circulantes	211	1,0	293	1,0	207	1,3	87	0,6	3,9	(1,9)	137,9
	4.328	22,8	5.677	29,0	1.642	11,4	2.977	19,5	(23,8)	245,7	(44,8)
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	-	-	159	1,1	-	-	-	(100,0)	100,0
	4.328	22,8	5.677	29,0	1.801	12,5	2.977	19,5	(23,8)	145,7	55,2
PASSIVO NÃO CIRCULANTE											
Empréstimos e financiamentos	2.797	14,8	2.388	14,7	2.001	13,9	2.353	15,4	(2,5)	43,3	(15,0)
Debêntures	822	4,3	812	4,1	787	5,5	181	1,2	1,2	3,2	334,8
Concessões a pagar	2.506	13,2	2.433	12,4	2.282	15,8	2.010	13,1	3,0	6,6	13,5
Provisões	80	0,4	78	0,4	292	2,0	247	1,6	2,6	(73,3)	18,2
Obrigações com benefícios de aposentadoria	281	1,5	231	1,4	272	1,9	256	1,7	-	3,3	6,3
Imposto de renda e contribuição social diferido	559	3,0	598	2,6	311	2,2	559	3,7	10,0	63,3	(44,4)
Outros passivos não circulantes	240	1,3	77	0,4	60	0,4	64	0,4	211,7	28,3	(6,3)
	7.285	38,5	7.037	36,0	6.005	41,7	5.670	37,1	3,2	17,5	5,9
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Capital social	2.829	14,9	2.829	14,5	2.829	19,6	2.446	16,0	-	-	15,7
Reservas de capital	-	-	-	-	-	-	92	0,6	-	-	(100,0)
Reservas de lucros	2.974	15,8	2.954	15,2	2.926	20,3	2.853	18,5	0,3	1,3	3,3
Aumento de capital e dividendos propostos	637	3,4	637	3,3	410	2,8	500	3,3	-	55,4	(18,0)
Ajustes de avaliação patrimonial	388	2,0	491	2,0	446	3,1	769	5,0	(3,2)	(10,1)	(42,0)
Lucro líquido do período	492	2,6	6.831	-	6.611	-	6.640	-	100,0	-	-
Participação de acionista não controlador	4	-	4	-	3	-	2	-	7,2	3,3	(0,4)
	7.320	38,7	6.835	35,0	6.614	45,8	6.642	43,4	7,2	53,3	30,0
	7.324	38,7	6.835	35,0	6.614	45,8	6.642	43,4	7,2	53,3	(0,4)
TOTAL	18.937	100,0	19.559	100,0	14.420	100,0	15.239	100,0	(3,2)	35,7	(5,7)

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h.2) Comparação entre os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 preparados de acordo com o IFRS e os CPC

	ATIVO						versus		versus	
	31.03.2018	%	31.12.2017	%	31.12.2016	%	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015 (%)
Valores em R\$ milhões										
ATIVO CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	716	3,8	1.930	9,9	1.815	12,6	(62,9)	6,3	(24,3)	
Contas a receber de clientes	3.149	6,2	1.058	5,4	824	5,7	8,6	28,4	6,5	
Valores a receber pela alienação de investimentos	113	0,6	112	0,6	-	-	0,9	100,0	-	
Estoques	138	0,7	98	0,5	106	0,7	40,8	(7,5)	19,1	
Depósitos vinculados	8	-	15	0,1	9	0,1	-	-	-	
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	26	0,1	26	0,1	26	0,2	-	-	-	
Ativo financeiro de concessão	255	1,3	302	1,5	-	-	(15,6)	100,0	-	
Outros ativos circulantes	2.659	14,0	1.891	10,0	2.935,0	20,4	34,4	27,1	(85,2)	
							(28,7)		(32,4)	
Ativo não circulante mantido para venda	34	0,3	6	-	420	2,9	800,0	(98,6)	382,8	
	2.713	14,3	3.736	19,1	3.355	23,3	(27,4)	11,4	(24,3)	
ATIVO NÃO CIRCULANTE										
Realizável a Longo Prazo										
Depósitos vinculados	244	1,3	231	1,2	186	1,3	5,6	24,2	17,7	
Depósitos judiciais	102	0,5	101	0,5	150	1,0	1,0	(32,7)	13,6	
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	138	0,7	145	0,7	171	1,2	(4,8)	(15,2)	(13,2)	
Ativo financeiro de concessão	2.282	12,1	2.245	11,5	-	-	1,6	100,0	-	
Outros ativos não circulantes	102	0,5	105	0,6	105	0,7	(2,9)	-	(54,3)	
	2.868	15,1	2.827	14,5	612	4,2	1,5	361,9	(14,6)	
Investimentos	18	0,1	19	0,1	5	-	(5,3)	280,0	100,0	
Imobilizado	12.039	63,6	11.678	59,6	10.195	70,7	3,1	14,5	3,0	
Intangível	1.299	6,9	1.309	6,7	253	1,8	(0,8)	417,4	4,1	
	16.224	85,7	15.833	80,9	11.065	76,7	2,5	43,1	1,9	
TOTAL	18.937	100,0	19.569	100,0	14.420	100,0	(3,2)	55,7	(5,7)	

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOMIATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Imobilizado

O aumento em R\$ 361 milhões é decorrente dos seguintes itens: (i) aquisições de ativos no montante de R\$ 505 milhões; (ii) depreciação de R\$ 157 milhões; (iii) capitalização de R\$ 57 milhões de juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; (iv) reclassificação para ativo mantido para venda no montante de R\$ 38 milhões e (v) baixas de ativos de R\$ 6 milhões.

Passivo circulante

Fornecedores

Os principais fatores que resultaram na redução de R\$ 66 milhões de fornecedores foram: (i) redução de fornecedores de energia elétrica e materiais e serviço; (ii) redução do saldo a pagar de combustíveis fósseis e biomassa, em decorrência da liquidação de uma parcela de carvão a pagar às carboníferas; (iii) aumento de fornecedores de imobilizado, impactado, substancialmente, por aquisições decorrentes da construção da Usina Termelétrica Pampa Sul; e (iv) aumento de transações realizadas no mercado de curto prazo.

Dividendos e juros sobre capital próprio

A redução de R\$ 1.294 milhões decorre do pagamento de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, ambos referentes ao exercício de 2017, em 10.01.2018 e 27.03.2018, respectivamente.

Debêntures e Notas Promissórias

O aumento de R\$ 59 milhões nos passivos circulante e não circulante, decorre do reconhecimento de juros e variação monetária.

Concessões a pagar

A variação desta rubrica está descrita no item "Concessões a pagar" do "Passivo não circulante".

Imposto de renda e contribuição social a pagar

A redução de R\$ 73 milhões ocorreu, principalmente, pelo pagamento do imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio do exercício de 2017.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O decréscimo de R\$ 71 milhões é explicado pelos seguintes fatores: (i) transferência para o passivo circulante de R\$ 66 milhões das dívidas que vencerão no período de 12 meses após 31.03.2018; (ii) encargos financeiros e variação cambial de R\$ 7 milhões; e (iii) ajuste a valor justo de R\$ 12 milhões.

Debêntures e Notas Promissórias

A variação desta rubrica está descrita no item "Debêntures e Notas Promissórias", no item "Passivo circulante".

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Concessões a pagar

O incremento no circulante e não circulante de R\$ 74 milhões decorre do seguinte: (i) juros e variação monetária de R\$ 92 milhões; e (ii) amortizações de R\$ 18 milhões.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O incremento de R\$ 51 milhões decorre, basicamente, da combinação dos seguintes impactos nos tributos diferidos: (i) reconhecimento de tributos diferidos sobre as diferenças decorrentes do ativo financeiro de concessão das controladas Jaguará e Miranda; (ii) realização da provisão para redução ao valor recuperável de ativos; e (iii) constituição de tributos diferidos sobre os juros capitalizados.

Outros passivos não circulantes

O aumento de R\$ 163 milhões decorre, substancialmente, de: (i) reconhecimento de valores a pagar devido a aquisição compulsória no 1T18 do carvão mineral pertencente à CDE sob gestão da Companhia na data-base de 31.12.2016, em função da REN 801/2017, o qual será liquidado em 5 anos; (ii) aumento de perdas não realizadas em operações de *hedge* de valor justo; e (iii) reconhecimento de imposto de renda e contribuição social a pagar.

Patrimônio líquido

O aumento de R\$ 489 milhões decorreu do lucro líquido do período de três meses findo em 31.03.2018.

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.12.2017 e 31.12.2016

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O aumento de R\$ 115 milhões resultou da seguinte combinação: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R\$ 2.831 milhões, excluindo o pagamento da bonificação pela outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, no valor de R\$ 2.499 milhões; (ii) aquisição de investimentos no montante de R\$ 37 milhões; (iii) aplicação de R\$ 1.905 milhões e R\$ 1.051 milhões em ativos imobilizado e intangível, respectivamente; (iv) recebimento pela alienação dos investimentos nas subsidiárias Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca no valor de R\$ 212 milhões; (v) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$ 839 milhões; (vi) amortização de R\$ 505 milhões de empréstimos e financiamentos; (vii) captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos e de notas promissórias, nos montantes de R\$ 1.952 milhões e R\$ 2.096 milhões, respectivamente, destinados, substancialmente, ao pagamento do bônus pela outorga das controladas Jaguará e Miranda; (viii) pagamento de parcelas de concessões no montante de R\$ 69 milhões; (ix) aplicação de R\$ 27 milhões em depósitos vinculados ao serviço da dívida; e (x) R\$ 44 milhões de outras aplicações em atividades de investimento e financiamento.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais*Contas a receber de clientes* ^(D)

O crescimento de R\$ 234 milhões deve-se, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos decorrentes da recontabilização de valores a receber na CCEE resultante da elevação do CVU da Usina Termelétrica Willian Arjona, após o acordo judicial com o fornecedor de gás natural, no valor de R\$ 178 milhões. ^(C)

Valores a receber pela alienação de investimentos

Referem-se aos valores a receber decorrentes do fechamento da operação de alienação das controladas indiretas Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e PCH Areia Branca, ocorrido em outubro de 2017, aos quais serão recebidos em 2018, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ativo financeiro de concessão

Em 27.09.2017, a Aneel realizou o Leilão de Concessões não Prorrogadas (Leilão 001/2017), no qual a Companhia foi vencedora de dois lotes, correspondentes às concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda e consequente alocação em cotas de suas garantias físicas de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e suas alterações. ^(A)

^(A) A bonificação pela outorga por 30 anos das UHE Jaguará e Miranda foi de R\$ 2.171 milhões e de R\$ 1.360 milhões, respectivamente. O pagamento se deu em parcela única em 30.11.2017. A Companhia procedeu ao cálculo do valor presente decorrente dos fluxos de caixa futuros da energia a ser liquidada no ACR com base na taxa de desconto que melhor representa a expectativa de retorno dessa parcela dos investimentos. O montante apurado compreende um direito incondicional da Companhia de receber caixa, atualizado pelo IPCA e pelos juros remuneratórios, durante o período de concessão.

Outros ativos circulantes ^(C) ^(C) ^(C)

O aumento de R\$ 34 milhões decorre, principalmente, da combinação dos seguintes itens: (i) 14 milhões – indenizações de seguro de lucros cessantes em função de sinistro ocorrido na Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA) em dezembro de 2015, parcialmente atenuada pelo recebimento de indenização de seguro de lucros cessantes da paralização temporária de geração em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda; (ii) R\$ 11 milhões – acréscimo do saldo a compensar de imposto de renda; (iii) R\$ 7 milhões – referente a valores a receber devido a sinistros ocorridos em usinas da Companhia; (iv) R\$ 5 milhões – redução devido aos valores que estavam pendentes de recebimento de combustíveis a reembolsar referente ao mês de dezembro; e (v) R\$ 3 milhões – ganhos não realizados em operações de *hedge* contratados para cobrir os efeitos de variação cambial sobre empréstimos (*hedge* de valor justo). ^(C)

Ativo não circulante mantido para venda ^(C)

^(D) A redução de R\$ 414 milhões é explicada pelos seguintes itens: (i) efetivação da venda das controladas indiretas Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca; e (ii) baixa pela alienação de bens e reconhecimento de complemento de impairment dos valores a receber do empreendimento termelétrico não operacional Jacuí.

AS
 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Depósitos judiciais

O decréscimo de R\$ 49 milhões decorre, principalmente, da liberação de depósitos vinculados a processos transitados em julgado em favor da Companhia, no valor de R\$ 55 milhões parcialmente compensado pelo registro da variação monetária dos depósitos judiciais e ingressos em decorrência de trâmites legais na qual a Companhia está envolvida.

Os processos transitados em julgado requeriam a manutenção da sistemática de não cumulatividade para a apuração do PIS e da Cofins sobre as receitas decorrentes de contratos com "preços predeterminados".

Ativo financeiro de concessão

A natureza da operação e a razão do acréscimo de R\$ 2.245 milhões estão descritas no "Ativo circulante", item "Ativo financeiro de concessão".

Imobilizado

O aumento em R\$ 1.483 milhões é decorrente dos seguintes itens: (i) aquisições de ativos no montante de R\$ 1.953 milhões; (ii) depreciação de R\$ 630 milhões; (iii) reclassificação para ativo mantido para venda no montante de R\$ 17 milhões; (iv) capitalização de R\$ 169 milhões de juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; (v) baixas de ativos de R\$ 30 milhões; e (vi) reversão de provisão para redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*) de R\$ 4 milhões.

Intangível

O acréscimo de R\$ 1.056 milhões decorreu, substancialmente, do reconhecimento de parte da bonificação pela outorga no valor de R\$ 1.031 milhão.

Passivo circulante

Fornecedores

Os principais fatores que resultaram no aumento de fornecedores foram: (i) aumento do saldo de fornecedores de combustíveis fósseis e biomassa, em função de: (i.i) reconhecimento de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017; e (i.ii) parcela de carvão à pagar às carboníferas; (ii) aumento nos fornecedores de energia elétrica comprada para revenda e de imobilizado; e (iii) redução de transações no mercado de curto prazo.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O aumento de R\$ 929 milhões decorre, principalmente, do crédito de dividendos intercalares relativo ao ano de 2017. O início dos pagamentos dos referidos dividendos ocorreu em 10.01.2018.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empréstimos e financiamentos

O acréscimo de R\$ 665 milhões ocorreu pelos seguintes fatores: (i) pagamentos de principal e juros de R\$ 700 milhões, nos quais estão incluídos a liquidação antecipada do financiamento da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA) e do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda junto à Bancos de Repasse do BNDES; (ii) ingressos de R\$ 680 milhões, devido principalmente a captações destinadas, principalmente, ao refinanciamento de dívidas que estavam vencendo, ao financiamento do pagamento de parte da bonificação pela outorga das concessões de Jaguará e Miranda e à construção do Complexo Eólico Santa Mônica; (iii) transferência de R\$ 464 milhões do passivo não circulante; (iv) encargos financeiros e variações cambiais de R\$ 218 milhões; (v) ajuste a valor justo e outros efeitos de R\$ 5 milhões.

Debêntures e Notas Promissórias

O aumento de R\$ 2.111 milhões, decorre da combinação dos seguintes itens: (i) emissão de notas promissórias pelas controladas Jaguará e Miranda, com vencimento em 11.2018, no montante de R\$ 2.096 milhões destinadas ao pagamento de parte da bonificação pela outorga das concessões; (ii) R\$ 67 milhões reconhecimento de juros e variação monetária; (iii) amortização de juros no valor de R\$ 50 milhões; e (iv) transferência de R\$ 2 milhões para o passivo não circulante.

Concessões a pagar

A variação desta rubrica está descrita no item "Concessões a pagar" do "Passivo não circulante".

Imposto de renda e contribuição social a pagar

A elevação de R\$ 100 milhões ocorreu, principalmente, pelo aumento do lucro real em 2017 (base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social).

Provisões

A variação no circulante e não circulante nos montantes de R\$ 23 milhões e R\$ 214 milhões respectivamente, é explicada, substancialmente, pelos seguintes itens: (i) reversão da provisão relativa ao processo de compra de combustível, em função de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017; (ii) reversão de provisão de ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS e a Eletrosul – Eletrosul Centrais Elétricas S.A., por participantes da Fundação, por meio da qual requeriam a declaração de nulidade ou, alternativamente, que fossem declaradas ineficazes as opções por eles exercidas no sentido de limitar as contribuições para a Fundação aos seus salários de contribuição, devido a acordo efetuado com autores do processo; e (iii) reversão da provisão para desmobilização da UTE Charqueadas, devido a assinatura do contrato com o fornecedor.

Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda

Em decorrência da conclusão do processo de alienação das subsidiárias Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca, os passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda foram integralmente baixados contra o resultado.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

A elevação de R\$ 867 milhões é explicada pelos seguintes fatores: (i) ingresso de R\$ 1.272 milhões principalmente, em função da captação de empréstimos destinados, principalmente, ao refinanciamento de dívidas que estavam vencendo, ao financiamento do pagamento de parte da bonificação pela outorga das concessões de Jaguará e Miranda e à construção do Complexo Eólico Santa Mônica; (ii) transferência para o passivo circulante de R\$ 464 milhões das dívidas que vencerão em 2017; (iii) aumento de R\$ 14 milhões em função de reclassificação de passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda; (iv) encargos financeiros e variação cambial de R\$ 37 milhões; e (v) ajuste a valor justo de R\$ 8 milhões.

Debêntures e Notas Promissórias

A variação desta rubrica está descrita no item "Debêntures e Notas Promissórias", no item "Passivo circulante".

Concessões a pagar

O incremento no circulante e não circulante de R\$ 153 milhões decorre do seguinte: (i) juros e variação monetária de R\$ 222 milhões; e (ii) amortizações de R\$ 69 milhões.

Provisões

A variação desta rubrica está descrita no item "Provisões" do "Passivo circulante".

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O incremento de R\$ 197 milhões decorre, basicamente, da combinação dos seguintes impactos nos tributos diferidos: (i) maior depreciação acelerada fiscal de ativos elegíveis; (ii) redução do custo atribuído do imobilizado (ajuste a valor justo); (iii) constituição de tributos diferidos sobre os juros capitalizados; e (iv) remuneração e variação monetária de ativo financeiro de concessão.

Patrimônio líquido

A redução de R\$ 221 milhões decorreu da combinação do seguinte: (i) lucro líquido do exercício de 2017 de R\$ 2.005 milhões; (ii) dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio creditados relativos a 2017 de R\$ 1.364 milhões; (iii) reversão de ganhos não realizados em operações de *hedge* de fluxo de caixa no valor de R\$ 6 milhões; (iv) aprovação da distribuição dos dividendos propostos relativos a 2016 de R\$ 410 milhões; e (v) perda na remensuração de obrigações com benefícios de aposentadoria no montante de R\$ 4 milhões.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição da receita operacional líquida da Companhia é a seguinte:

Em R\$ milhões	31.03.2018	%	31.03.2017	%	31.12.2017	%	31.12.2016	%	31.12.2015	%	31.03.2018 versus 31.03.2017 (%)	31.12.2017 versus 31.12.2016 (%)	31.12.2016 versus 31.12.2015 (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA													
Distribuidoras de energia elétrica	687	36,8	683	42,5	2.687	38,3	3.114	48,3	3.046	46,7	0,6	(13,7)	2,2
Comercializadoras de energia elétrica	196	10,5	114	7,1	601	8,6	320	5,0	209	3,2	71,9	87,8	53,1
Consumidores livres	719	38,5	765	47,6	3.162	45,1	2.834	44,0	2.916	44,8	(6,0)	11,6	(2,8)
Transações no mercado de curto	147	7,9	36	2,2	467	6,7	117	1,8	303	4,7	308,3	299,1	(61,4)
Remuneração e variação monetária ativo financeiro	85	4,5	-	0,0	48	0,7	-	0,0	-	0,0	100,0	100,0	-
Outras receitas	35	1,8	8	0,6	45	0,6	57	0,9	38	0,6	337,5	(21,1)	50,0
	1.869	100,0	1.606	100,0	7.010	100,0	6.442	100,0	6.512	100,0	16,4	8,8	(1,1)

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os trimestres findos em 31.03.2018 e 31.03.2017

Distribuidoras de energia elétrica

A receita de venda a distribuidoras alcançou R\$ 687 milhões no 1T18, montante 0,6% superior aos R\$ 683 milhões auferidos no 1T17. Essas variações foram ocasionadas pelos seguintes efeitos: (i) R\$ 14 milhões - elevação de 2,1% no preço médio líquido de venda; e (ii) R\$ 10 milhões - redução de 44 GWh (21 MW médios) na quantidade vendida. O decréscimo no volume de vendas entre os períodos em análise é resultado, principalmente, das reduções decorrentes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), parcialmente atenuadas pela entrada em operação da Usina Fotovoltaica Assú V. O acréscimo no preço médio líquido de vendas decorre, principalmente, da atualização monetária de contratos existentes.

Comercializadoras de energia elétrica

No 1T18, a receita operacional líquida a comercializadoras foi de R\$ 196 milhões, 71,9% superior à receita auferida no 1T17, que foi de R\$ 114 milhões. Essa ampliação resultou dos seguintes aspectos: (i) R\$ 43 milhões - aumento de 313 GWh (145 MW médios) no volume de energia vendida; (ii) R\$ 37 milhões - contratos de venda em operações de trading (89 MW médios); e (iii) R\$ 2 milhões - acréscimo de 1,5% no preço médio líquido de vendas. A variação do volume observada no trimestre em análise decorre, substancialmente, de novos contratos de venda para comercializadoras, inclusive em operações de trading. A elevação do preço ocorreu, basicamente, devido às novas contratações com preços superiores à média dos contratos vigentes ou finalizados.

Consumidores livres

A receita de venda a consumidores livres reduziu 6,0% entre os trimestres em análise, passando de R\$ 765 milhões no 1T17 para R\$ 719 milhões no 1T18. Os seguintes eventos contribuíram para esta variação: (i) R\$ 24 milhões decréscimo de 3,1% no preço médio líquido de venda de energia. A queda do preço, decorreu, substancialmente, de novas contratações com preços inferiores à média dos contratos existentes ou finalizados; e (ii) R\$ 22 milhões - redução de 137 GWh (63 MW médios) na quantidade de energia vendida devido, basicamente, à queda de consumo de clientes industriais.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE

No 1T18, a receita auferida no mercado de curto prazo, em especial no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), foi de R\$ 147 milhões, enquanto no 1T17 foi de R\$ 36 milhões, representando, aumento de R\$ 111 milhões entre os trimestres comparados. Mais explicações sobre tais operações e variações podem ser obtidas no item 10.1.h.1 deste Formulário de Referência, tópico “Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE”.

Remuneração do ativo financeiro de concessão

O montante equivalente a 70% da garantia física das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, cuja vigência dos contratos de concessão teve início em 29 de dezembro de 2017, será remunerado pelo recebimento do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO), que compõe a Receita Anual de Geração (RAG) a ser auferida pelas empresas. Pela essência econômica da transação, a parte equivalente ao valor pago pela outorga da concessão foi registrada como ativo financeiro, e a remuneração desses ativos está sendo reconhecida como receita financeira operacional. O montante dessa remuneração, reconhecido no 1T18, nas Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, foi de R\$ 53 milhões e R\$ 32 milhões, respectivamente.

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os exercícios findos em 31.12.2017 e 31.12.2016

Distribuidoras de energia elétrica

Em 2017, a receita atingiu R\$ 2.687 milhões, queda de 13,7% em relação ao exercício de 2016, que foi de R\$ 3.114 milhões. Esse decréscimo é explicado pela queda de 3.483 GWh (393 MW médios) do volume de energia vendida, parcialmente atenuada pela elevação no preço médio líquido de venda, em virtude de reajuste pela inflação do período.

O decréscimo no volume de vendas entre os períodos é resultado, majoritariamente, do término do contrato de Leilão de Energia Existente, no fim de 2016 (343 MW médios), aliado às reduções decorrentes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSO). Adicionalmente, a variação do preço médio ocorreu por efeito do encerramento do contrato do mencionado Leilão em 2016, cujo preço era inferior ao médio praticado nos contratos vigentes.

Comercializadoras de energia elétrica

A receita de venda a comercializadoras atingiu R\$ 601 milhões em 2017, 87,8% superior à receita auferida em 2016 — R\$ 320 milhões. A elevação é resultado destes aspectos: (i) R\$ 293 milhões — aumento de 95,3%, ou 2.088 GWh (239 MW médios), no volume de energia vendida; e (ii) R\$ 12 milhões — decréscimo de 3,8% no preço médio líquido de vendas.

A variação do volume observada nos períodos em análise decorreu do acréscimo de venda de energia convencional, concomitantemente à compra de energia incentivada para revenda a consumidores livres, que migraram do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A redução do preço decorreu, principalmente, de novas contratações com preços inferiores à média dos preços praticados nos contratos existentes.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Consumidores livres

No ano de 2017, a receita de vendas a consumidores livres alcançou R\$ 3.162 milhões, 11,6% além dos R\$ 2.834 milhões verificados em 2016. Essa ampliação está relacionada ao que segue: (i) R\$ 404 milhões — acréscimo de 2.443 GWh (284 MW médios), ou 14,7%, no volume de venda de energia; e (ii) R\$ 76 milhões — decréscimo de 2,7% no preço médio líquido da energia vendida. A carteira de consumidores livres passou de 228 em 2016 para 280 em 2017, um crescimento de 22,8%.

Tal elevação das quantidades vendidas está relacionada, basicamente, ao maior volume de vendas de energia incentivada para clientes que migraram do ACR para o ACL, inclusive da energia gerada pelo Complexo Eólico Santa Mônica, que possui garantia física de 47,4 MW médios e cuja maior parte dos parques eólicos entrou em operação comercial no início de 2017. A queda do preço ocorreu, substancialmente, devido ao encerramento de contratos de venda com preços superiores à média dos praticados em novas contratações.

Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE

No exercício de 2017, houve acréscimo de R\$ 350 milhões na receita das transações de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, em relação ao ano anterior, passando de R\$ 117 milhões em 2016 para R\$ 467 milhões em 2017, correspondendo a um aumento de 299,1%. Mais detalhes sobre tais operações e variações foram elencados no “item 10.1.h.1” deste Formulário de Referência, tópico “Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE”.

Remuneração do ativo financeiro de concessão

O montante equivalente a 70% da garantia física das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, adquiridas em 27 de setembro de 2017, será remunerado pelo direito incondicional de recebimento de caixa por meio do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Dessa forma, as práticas contábeis preveem que parte equivalente ao valor pago pela outorga da concessão seja registrado como ativo financeiro e que a remuneração desse ativo seja reconhecida como receita financeira operacional.

O montante dessa remuneração reconhecido no período de 10 de novembro a 31 de dezembro de 2017 nas Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda foi de R\$ 30 milhões e R\$ 18 milhões respectivamente.

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os exercícios findos em 31.12.2016 e 31.12.2015

Distribuidoras de energia elétrica

Em 2016, a receita de venda a distribuidoras atingiu R\$ 3.114 milhões, incremento de 2,2% em relação ao exercício de 2015, quando foi de R\$ 3.046 milhões. Esse acréscimo é explicado pela associação destas variações: (i) R\$ 328 milhões – crescimento de 11,2% no preço médio líquido de vendas; e (ii) R\$ 260 milhões – queda de 8,1%, ou 1.397 GWh (164 MW médios) do volume de energia vendida. O decréscimo no volume de vendas entre os períodos em análise é resultado, essencialmente, do término do contrato de Leilão de Energia Existente, no fim de 2015, aliado às reduções decorrentes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD). Adicionalmente, a variação do preço médio de venda acima da inflação ocorreu em razão do encerramento do contrato do mencionado leilão, cujo preço era inferior ao médio praticado nos contratos vigentes em 2016.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2016, o custo unitário do gás foi reduzido em função da UTE William Arjona ter sido despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) somente nos meses de janeiro e fevereiro.

Em 2015, a desvalorização do real frente ao dólar impactou na elevação do custo unitário do gás

Os preços do carvão não reembolsável pela CDE são negociados quando da contratação da aquisição ou da renovação do contrato e tem como indexador fórmulas paramétricas cujos principais componentes são o INPC e índices setoriais específicos, na sua maioria, publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os índices de correção não resultaram em efeitos relevantes no custo da Companhia.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão: são calculados pela multiplicação do montante de uso da rede, em kW, pela tarifa estabelecida anualmente pela Aneel, com base no rateio dos custos totais de conexão e de transmissão observados, e esperados, para todo sistema, e nos índices de reajustes dos contratos de transmissão e conexão vigentes – em maioria IPCA e IGP-M. O efeito da variação desses indicadores de inflação no custo da Companhia foi de R\$ 5 milhões, R\$ 15 milhões, R\$ 47 milhões e R\$ 35 milhões no 1º trimestre de 2018 e nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): o valor corresponde a 7,0% sobre a quantidade de energia elétrica produzida, valorada por uma Tarifa Anualizada de Referência (TAR) definida pela Aneel, com base no custo de aquisição de energia pela distribuidora, revisto a cada 4 anos. Para o 1º trimestre de 2018 a TAR foi corrigida em 2,54%, com aproximadamente R\$ 1 milhão de impacto negativo no resultado. Para o exercício de 2017, a tarifa sofreu uma redução de 22,7% e o impacto positivo no custo da Companhia foi de aproximadamente R\$ 34 milhões. Nos anos de 2016 e 2015, os efeitos negativos decorrentes dos reajustes de 9,5% e 6,7% foram de R\$ 16 milhões e R\$ 11 milhões, respectivamente.

c.2) Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia

Exposição ao câmbio

Para o 1º trimestre de 2018, não ocorreram novas contratações de dívidas vinculadas a moeda estrangeira.

Em 2017, a Companhia contratou empréstimos em dólar norte-americano no valor total de US\$ 500 milhões, equivalentes a R\$ 1.631 milhões. Para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros contra as oscilações do câmbio, a Companhia contratou operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras das mesmas instituições financeiras concedentes dos empréstimos, com os mesmos valores e as mesmas datas de vencimento dos juros e do principal.

Em 2016, a Companhia liquidou a totalidade de sua dívida em dólar norte-americano, contratadas junto às instituições financeiras HSBC, Mizuho e Tokyo e suas respectivas operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras.

A Companhia não possuía, em 31.12.2015, empréstimos expostos à variação da cotação de moeda estrangeira, em função dos instrumentos de *hedge* (*swap*) contratados.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum compromisso financeiro em moeda estrangeira cuja variação cambial não esteja integralmente protegida por operação de *hedge*.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, do IPCA e do IGP-M.

Em 31.12.2016, a Companhia não estava exposta ao CDI, visto que naquele ano os empréstimos em dólar norte-americano que estavam protegidos contra a variação cambial por meio de operação de *swap* para o CDI foram integralmente liquidados.

Os impactos dos juros e da variação monetária no resultado financeiro da Companhia no 1º trimestre de 2018 e nos exercícios de 2017, 2016 e 2015 foram estes:

	Empréstimos ¹ , financiamentos, debêntures e notas promissórias	Concessões a pagar	Total
(Valores em R\$ milhões)			
Resultado em 31.03.2018			
- Juros	72	56	128
- Variação monetária	6	35	41
Exercício Social findo em 31.12.2017			
- Juros	133	217	350
- Variação monetária	34	4	38
Exercício Social findo em 31.12.2016			
- Juros	220	201	421
- Variação monetária	51	140	191
Exercício Social findo em 31.12.2015			
- Juros	282	173	455
- Variação monetária	45	191	236


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

¹ Inclusive os juros decorrentes das operações de *hedge* de valor justo sobre empréstimos.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e de comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou comprada por meio de contratos de médio e de longo prazo.

1º trimestre de 2018

O segmento operacional de geração e comercialização representou 99,6% das receitas líquidas de venda consolidadas em 31.03.2018. No 1º trimestre de 2018 não houve eventos com impactos na capacidade instalada da Companhia. Em 08.03.2018 ocorreu a assinatura do contrato de concessão referente ao Leilão de Transmissão 02/2017 localizado no Estado do Paraná (PR).

2017

O segmento operacional de geração e comercialização concentrou 99,4% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2017.

Em 2017 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 1, localizado no estado do Paraná, que totaliza aproximadamente 1.050 km de extensão de linhas de transmissão. O prazo limite para o início da operação da linha de transmissão é 09 de março de 2023, com prazo de concessão do serviço público, incluindo a construção, a montagem e a manutenção das instalações de transmissão, de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão, realizada em 08 de março de 2018.

2016 e 2015

O segmento operacional de geração e de comercialização concentrou 99,4% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2016 e 2015.

Em 2016 e 2015 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

1º trimestre de 2018

No 1º trimestre de 2018 não houve alterações de aquisição, incorporação e alienação de participações societárias na Companhia.

2017

As principais informações referentes à aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia são estas:

- Companhia Energética Jaguará e Companhia Energética Miranda

A Companhia, em 27.09.2017, arrematou no Leilão de Concessões não Prorrogadas, promovido pela Aneel, as Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, pelo custo de R\$ 3.531 milhões, as quais possuem capacidade instalada de 424,0 MW e 408,0 MW e capacidade comercial de 341,0 MW médios e 198,2 MW médios, respectivamente. Ambas as concessões pertenciam à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético – CNPE. A EBE apresentou o maior valor de bonificação pela outorga para a geração de energia elétrica em regime de cotas, observando o percentual de 70% da garantia física das Usinas Hidrelétricas destinado ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Os 30% restantes serão destinados ao Ambiente de Contratação Livre (ACL).

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Em 09.10.2017, foram constituídas a Companhia Energética Jaguará e a Companhia Energética Miranda, as quais tiveram início das atividades em 19.10.2017 e 20.10.2017, respectivamente, e têm como objetivo operar as Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda.

Em 29.12.2017, a operação foi assumida pela Companhia, após o período de transição, denominado "operação assistida", iniciado em 10.11.2017, data na qual os contratos de concessão foram assinados.

- Complexo Eólico Umburanas

Em 24.11.2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social das empresas que compõem o Complexo Eólico Umburanas pelo valor de R\$ 17 milhões. Localizada no município de Umburanas (BA), possui potencial eólico de 605,0 MW, dos quais 360,0 MW são relacionados à Fase I (257,5 MW destinados ao mercado livre e 102,0 MW já contratados no mercado regulado), com início de operação em 2019. Os 245,0 MW remanescentes permanecerão no portfólio da Companhia para desenvolvimento futuro. Todo o licenciamento ambiental está regularizado e as obras estão em fase inicial.

- Alienação – Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Hidrelétrica Areia Branca

Em 31.10.2017, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias da Companhia e da sua controlada direta ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP) nas sociedades Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A. e Hidrelétrica Areia Branca S.A., pelo montante de R\$ 321 milhões, após os ajustes de preço, líquido do PIS e da Cofins e após terem sido atingidas todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações. As usinas pertencentes às controladas indiretas alienadas possuem capacidade instalada total de 63,4 MW e capacidade comercial total de 23,9 MW médios.

- Diamante Geração de Energia

Em 13.12.2017 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência do patrimônio do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda ("CTJL") para a Diamante Geração de Energia Ltda. ("Diamante"), empresa controlada pela Companhia constituída exclusivamente para essa finalidade. A transferência ocorreu em 01.01.2018, por meio do aumento de capital da Diamante via integralização do ativo imobilizado e do estoque vinculados ao CTJL.

2016

As principais informações referentes à aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia são estas:

- Complexo Eólico Santo Agostinho

Em 2016, a Companhia finalizou o processo de aquisição da última fase do Complexo Eólico Santo Agostinho, tendo sido transferido quatro SPE para seu controle. O Complexo Eólico é composto por vinte e quatro SPE, cada qual responsável pelo desenvolvimento de um empreendimento de geração eólico, totalizando um potencial de desenvolvimento de 600 MW, com cada SPE participando com 25 MW, e uma *holding*, todo localizado nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, no estado do Rio Grande do Norte.

O valor de aquisição quando da assinatura do contrato foi de R\$ 54 milhões, composto por um montante fixo de R\$ 39 milhões e um valor vinculado a desempenho de até R\$ 15 milhões, que será pago desde que satisfeitas determinadas condições previstas em contrato.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

2017

Os principais eventos não usuais que impactaram o resultado da Companhia no exercício de 2017 foram estes: (i) em 31.10.2017, após o cumprimento das condições precedentes contratadas, a Companhia efetivou a venda das controladas Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, reconhecendo, no 4º trimestre de 2017, o resultado na alienação de investimentos no montante de R\$ 57 milhões; e (iv) ocorrência de sinistro em uma unidade geradora da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), gerando indenização relativa à exposição de lucros cessantes de longo prazo no montante de R\$ 22 milhões.

2016

Os principais eventos não usuais que impactaram no resultado da Companhia no exercício de 2016 foram os reconhecimentos de provisões para: (i) redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos no montante de R\$ 121 milhões, dos quais R\$ 76 milhões correspondem aos ativos não operacionais do projeto termelétrico Jacuí e R\$ 45 milhões a ativos de geração termelétrica; (ii) redução do reembolso de combustível (CDE), no valor de R\$ 87 milhões, em função de alteração da legislação que estabelece procedimentos para reembolso do custo de combustível em usinas que utilizam o carvão mineral nacional; (iii) provisão para gastos com a desmobilização da Usina Termelétrica Charqueadas no montante de R\$ 19 milhões; e (iv) redução de estoques ao valor realizável líquido das Usinas Termelétricas Charqueadas e Alegrete no valor de R\$ 6 milhões.

2015

Em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.203/2015 e a fim de mitigar os efeitos negativos do GSF aplicado às usinas integrantes do MRE, a Companhia, em dezembro de 2015, aderiu, mediante manifestação formal e despachos emitidos pela Aneel, à repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada. Como condicionante para a adesão, a Companhia teve que desistir de qualquer disputa judicial que impeça a aplicação do GSF as suas usinas.

Tal repactuação foi retroativa a janeiro de 2015, resultando no ressarcimento (líquido do prêmio de risco de 2015), no valor de R\$ 223 milhões, registrado em 31.12.2015, na rubrica do ativo "Repactuação de risco hidrológico a apropriar", que será compensado com os prêmios de risco futuros a serem incorridos pela Companhia.

As regras da repactuação estabelecem opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumem o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que será compensado com os prêmios de risco calculados a valor presente devidos pela Companhia.

A classificação do montante a ser ressarcido no balanço patrimonial da Companhia, em 31.12.2015, tem esta composição: (i) R\$ 26 milhões reconhecidos no ativo circulante; e (ii) R\$ 197 milhões reconhecidos no ativo não circulante.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No 1º trimestre de 2018, a Companhia investiu R\$ 499,5 milhões na construção, manutenção, revitalização de seu parque gerador e nas aquisições de projetos. Este montante refere-se, principalmente, às construções das usinas eólicas Campo Largo e Umburanas, da UTE Pampa Sul, da Central Fotovoltaica Assú e da linha de transmissão Gralha Azul, e à manutenção do parque gerador da Companhia.

No exercício de 2017, a Companhia detinha em andamento, basicamente, as obras dos Complexos Eólicos Campo Largo e Umburanas e da Usina Termelétrica Pampa Sul. O montante investido, em 2017, foi de R\$ 5.538 milhões, sendo R\$ 1.674 milhões provenientes de recursos próprios e R\$ 3.864 milhões por meio de capital de terceiros.

Os investimentos realizados em 2017 e os previstos para o período de 2018 a 2020, na data-base de 31.03.2018, são estes:

Valores em R\$ milhões	Realizado 2017	Previsto 2018	Previsto 2019	Previsto 2020
Financiado com dívida	3.864	2.721	1.511	433
Financiado com capital próprio	1.674	909	(573)	1.158
	5.538	3.630	938	1.591

O montante previsto para ser financiado com capital próprio em 2019 refere-se à recuperação de valores investidos em períodos anteriores, através de captação de dívida.

No ano de 2017, a Companhia investiu R\$ 1.738 milhões na construção de novas usinas: (i) R\$ 866 milhões – Usina Termelétrica Pampa Sul; (ii) R\$ 667 milhões – parques eólicos em construção na região Nordeste no Brasil; e (iii) R\$ 205 milhões – Central Fotovoltaica Assú V. Adicionalmente, em 27.09.2017, a Companhia adquiriu por R\$ 3.531 milhões as concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, por meio do Leilão de Concessões não Prorrogadas (Leilão 01/2017), promovido pela Aneel.

No mesmo ano, a Companhia investiu R\$ 172 milhões em projetos de manutenção e revitalização do seu parque gerador, de forma a manter o alto grau de disponibilidade das usinas. Estes investimentos foram aplicados, principalmente, nas grandes manutenções do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, cujos investimentos totalizaram R\$ 72 milhões e em equipamentos gerais na sede da Companhia, no montante de R\$ 32 milhões. Adicionalmente, houve investimentos na modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Salto Osório, onde foram investidos R\$ 58 milhões e R\$ 8 milhões, respectivamente.

Os valores anteriormente mencionados não contemplam a capitalização dos juros sobre os financiamentos durante a fase de construção dos empreendimentos.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.8 - Plano de Negócios

Os principais projetos e investimentos previstos para 2018 e 2019 referem-se ao desenvolvimento dos Complexos Eólicos Umburanas e Campo Largo, da UTE Pampa Sul, da Linha de Transmissão Gralha Azul e do Projeto Fotovoltaico Assú V, e à modernização da UHE Salto Osório. Adicionalmente, para 2020, os projetos e investimentos previstos referem-se ao desenvolvimento do projeto da Linha de Transmissão Gralha Azul e à modernização da UHE Salto Osório.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os projetos setoriais geralmente possuem financiamento da ordem de 50% a 70% do investimento total. O montante remanescente é coberto com recursos próprios, os quais, usualmente, resultam de aportes de capital da controladora, ENGIE Brasil Energia. Em função dos níveis de alavancagem, a Companhia tem captado recursos por meio de empréstimos bancários ou emissões junto ao mercado de capital que, usualmente, são destinados aos referidos aportes.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

UTE Charqueadas

Em 25.11.2016 ocorreu o desligamento da Usina Termelétrica Charqueadas, no Rio Grande do Sul, tendo em vista o modelo de negócios da Companhia, na perspectiva de descarbonização, aliada a inviabilidade financeira do negócio. Em dezembro de 2017, a Companhia assinou um contrato de desmobilização da Usina, onde a empresa contratada se responsabilizou por desmontar, retirar, embalar e transportar os ativos da Usina.

Eólicas Beberibe e Pedra do Sal e PCH Areia Branca

Em 31.10.2017, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias da ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. nas subsidiárias Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A. e Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca S.A., após terem sido atingidas todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações. As Usinas alienadas possuem capacidade instalada total de 63,4 MW e capacidade comercial total de 23,9 MW médios. O ganho de capital auferido na venda dos ativos foi de R\$ 57 milhões.

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e UTE Pampa Sul

A

Em 13.12.2017, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que concedeu direito de exclusividade a ContourGlobal para a realização de *due diligence* acerca da alienação do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda, bem como do Complexo Termoelétrico Pampa Sul, composto pela usina em construção e pelo projeto em desenvolvimento denominados Usina Termelétrica Pampa Sul e Pampa Sul 2, respectivamente. Entretanto, em 10.04.2018, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que o processo de negociação com referida empresa não evoluiu satisfatoriamente, tendo a Companhia decidido avaliar alternativas para a continuidade do processo de descarbonização do seu portfólio.

AS

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.8 - Plano de Negócios

Cabe mencionar que a Companhia, na condição de empresa geradora de energia elétrica autorizada à produção independente, e conforme a Lei nº 9.991/2010, e suas alterações posteriores, está obrigada a aplicar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida ajustada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm esta destinação: (i) 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear, principalmente, os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético brasileiro.

No 1º trimestre de 2018, a Companhia e suas controladas tinham saldo de R\$ 88 milhões para investimentos em projetos próprios, dos quais R\$ 47 milhões estão relacionados a projetos de P&D já em execução.

Parte substancial do valor já está comprometido e refere-se aos projetos de pesquisa e desenvolvimento direcionados: (i) ao desenvolvimento e certificação de um aerogerador com tecnologia nacional e potência nominal de 3,3 MW, em parceria com a empresa WEG S.A; e (ii) à exploração de todos os possíveis papéis que um sistema de armazenamento de energia pode desempenhar, incluindo avaliação de sistemas utilizando baterias eletroquímicas em aplicações centralizadas de grande porte, aplicações em geração distribuída de médio e pequeno porte e aplicações em veículos elétricos de transporte individual e coletivo, tendo como parceiros a Universidade Federal de Santa Catarina e a Guascor do Brasil Ltda. (grupo Siemens). Estima-se investimentos totais de cerca de R\$ 201 milhões e R\$ 25 milhões para cada projeto acima mencionado, dos quais aproximadamente R\$ 84 milhões e R\$ 19 milhões, respectivamente, serão financiados com recursos de P&D oriundos da Companhia e Controladas.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Consórcio Estreito Energia (Ceste)	29/04/2010	199.706.000,00	Em 2017: R\$ 185.522.839,47 Em 2016: R\$ 207.099.908,00 Em 2015: R\$ 211.048.080,65	R\$ 199.706.000,00	Até 01.05.2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controladora indireta.							
Atividades de pré-operação das instalações da usina, bem como as atividades que se fizerem necessárias ao funcionamento da usina e da linha de transmissão.							
Garantia e seguros							
Em garantia ao cumprimento das obrigações, a Companhia deve entregar ao Consórcio uma garantia que poderá ser um seguro ou uma fiança bancária. Adicionalmente, durante a vigência do contrato, o Consórcio deverá obter e manter os seguros exigidos e necessários às instalações da usina.							
Rescisão ou extinção							
Força maior; inadimplemento de obrigações; desapropriação, encampação ou aquisição compulsória das instalações da usina; falência, insolvência, liquidação, fusão, reorganização; recuperação judicial ou extrajudicial ou qualquer outra forma de dissolução da parte; revogação ou término do contrato de concessão pela Aneel; declaração ou garantia prestada falsa ou incorreta; e falta de pagamento.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	01/01/2014	431.418,88	Em 2017: R\$ 0,00 Em 2016: R\$ 130.557,34 Em 2015: R\$ 255.826,88	R\$ 431.418,88	31.12.2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada indireta.							
Prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica, financeira, do projeto, engenharia da operação e manutenção.							
Garantia e seguros							
Não há.							
Rescisão ou extinção							
O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento por vontade de qualquer das partes, mediante comunicação escrita à outra parte com antecedência de 30 (trinta) dias, ou em caso de descumprimento contratual e nos casos previstos em lei.							
Natureza e razão para a operação							

**RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Energia Sustentável do Brasil S.A.	01/10/2016	383.480.386,56	Em 2017: R\$ 418.243.866,78 2016: R\$ 383.480.386,56	R\$383.480.386,56	31.12.2042	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
A Companhia e a ESBR estão sob controle comum da ENGIE Brasil Participações Ltda.							
Objeto contrato							
Compra de energia elétrica (14, C22 MW)							
Garantia e seguros							
Sem garantia enquanto a Companhia mantiver Rating Nacional de Longo Prazo maior ou igual a "AA-", divulgado pela agência Fitch Rating.							
Rescisão ou extinção							
Falência/concordata: inadimplemento de obrigações: falta de pagamento.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Devedor							
Especificar							
Geramamoré Participações e Comercializadora de Energia Ltda.	03/11/2016	204.471.540,00	Em 2017: R\$ 137.321.760,00 2016: R\$ 204.471.540,00	R\$ 204.471.540,00	31.12.2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
A ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (EBC) é subsidiária integral da Companhia. A Companhia e a Geramamoré estão sob controle comum da ENGIE Brasil Participações Ltda.							
Objeto contrato							
Compra de energia elétrica entre a EBC e a Geramamoré (50,0 MW em 2017; e 100,0 MW em 2018).							
Garantia e seguros							
Fiança relativa a 3 meses de faturamento da Companhia (interveniente garantidora).							
Rescisão ou extinção							
Falência/concordata: caso as partes deixarem de ser agentes da CCEE; inadimplemento de obrigações: falta de pagamento.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Devedor							
Especificar							


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	01/01/2018	522.229,38	Em 2017: R\$ 0,00 Em 2016: R\$ 0,00 Em 2015: R\$ 0,00	R\$ 522.229,38	31.12.2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira.							
Garantia e seguros							
Não há.							
Rescisão ou extinção							
O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento por vontade de qualquer das partes, mediante comunicação escrita à outra parte com antecedência de 30 (trinta) dias, ou em caso de descumprimento contratual e nos casos previstos em lei, nessas duas últimas hipóteses dispensando-se o aviso prévio.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Ita Energética S.A. (Itasa)	15/01/2001	238.865.651,64	Em 2017: R\$ 631.533.371,26 Em 2016: R\$ 682.424.962,93 Em 2015: R\$ 882.922.665,07	R\$ 238.865.651,64	Ate 16.10.2030.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Compra de energia elétrica (61MW)							
Garantia e seguros							
Não há.							
Rescisão ou extinção							
Falência/concordata; inadimplemento de obrigações não sanadas; falta de pagamento; se a Companhia deixar de ser acionista da Itasa.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Devedor							
Especificar							

AS

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Itá Energética S.A. (Itasa)	15/01/2001	2.218.873.795,03	Em 2017: R\$ 806.098.350,38 Em 2016: R\$ 869.074.223,02 Em 2015: R\$ 932.208.255,51	R\$ 2.218.873.795,03	Até 16.10.2030	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada direta							
Objeto contrato	Compra de energia elétrica (167MW)						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Falência/concordata; inadimplemento de obrigações não sanadas; falta de pagamento; se a Companhia deixar de ser acionista da Itasa.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Itá Energética S.A. (Itasa)	11/09/1998	186.140.053,09	Em 2017: R\$ 278.433.837,88 Em 2016: R\$ 305.343.856,58 Em 2015: R\$ 229.653.252,70	R\$ 186.140.053,09	Até 16.10.2030	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada direta.							
Objeto contrato	Prestação de serviços de administração, planejamento, engenharia e execução e controle da operação e manutenção que se fizerem necessários à execução dos testes e ao funcionamento regular e eficiente da UHE Itá.						
Garantia e seguros	São obrigações das empresas que integram o Consórcio Itá, responsabilizar-se pela cobertura de seguro adequada à riscos de acidentes nas instalações e nos equipamentos da UHE Itá.						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento de obrigações não sanadas; e notificações de irregularidades que não sejam sanadas pela parte infratora, no prazo de 180 dias.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Alterações dos direitos assegurados serão tomadas por Titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Comerciais em Circulação, exceto com relação às seguintes deliberações, para as quais será exigida a aprovação de Titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Notas Comerciais em Circulação: (i) alteração do prazo de vigência das Notas Comerciais; (ii) quóruns qualificados expressamente previstos nas Notas Comerciais; (iii) alteração da Remuneração; (iv) alteração do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório; (v) alteração na Cláusula 14; e (vi) alterações relacionadas ao Aval. A renúncia ou o perdão temporário, com relação às hipóteses previstas na Cláusula 14 exigirão a aprovação de Titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Comerciais em Circulação.

Outras características relevantes

Agente de Notas: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
 Garantia: Avalista
 Juros remuneratórios: correspondentes a 104,9% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over extra-grupo, expressas na forma percentual ao ano.

Valor mobiliário**Debêntures****Identificação do valor mobiliário**

Engie Brasil Energia S.A. - 6ª emissão – Tranche 2

Data de emissão

15/07/2016

Data de vencimento

15/07/2026

Quantidade (Unidades)

353.400

Pessoas Físicas (Unidades)

670

Pessoas Jurídicas (Unidades)

3

Investidores Institucionais (Unidades)

0

Valor nominal global (Reais)

353.400.000,00

Saldo devedor em aberto

378.723.924,62

C

Restrição a circulação

Sim

Descrição da restrição

Os 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais

Convertibilidade

Não

Possibilidade resgate

Sim

Hipótese e cálculo do valor de resgate

A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, desde que transcorridos, no mínimo, 4 (quatro) anos contados da data de emissão, conforme assim permitido nos termos da Lei 12.431/11 e nos termos da Resolução do CMN n.º 4.476, de 11 de abril de 2016, o resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e as disposições dessa Escritura de Emissão. Não será admitido o resgate facultativo parcial das Debêntures.

Características dos valores mobiliários de dívida

Vide item 18.12 deste formulário.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Saldo devedor em aberto	201.194.290,78 
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide item 18.12 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, convocar assembleia geral de debenturistas com antecedência mínima de 15 dias, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, onde cada debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto. Alterações de prazo de vigência, data de pagamento do valor nominal unitário e remuneração, taxas de remuneração, quórum de deliberação das assembleias gerais, eventos de vencimento antecipado, renúncia ou perdão temporário à declaração de vencimento antecipado, e definição da taxa substitutiva, deverão ser aprovadas pela Emissora e por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Espécie: Quirografária Juros: 6,3%

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Engie Brasil Energia S.A. - 6ª emissão – Tranche 1
Data de emissão	15/07/2016
Data de vencimento	15/07/2023
Quantidade (Unidades)	246.600
Pessoas Físicas (Unidades)	18
Pessoas Jurídicas (Unidades)	0
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	246.600.000,00
Saldo devedor em aberto	264.282.781,18 
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, desde que transcorridos, no mínimo, 4 (quatro) anos contados da data de emissão, conforme assim permitido nos termos da Lei 12.431/11 e nos termos da Resolução do CMN n.º 4.476, de 11 de abril de 2016, o resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e as disposições da Escritura de Emissão. Não será admitido o resgate facultativo parcial das Debêntures.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Prospecto Preliminar

DEBÊNTURES INCENTIVADAS COM BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO NOS TERMOS DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 12.431/11 PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DA

ENGIE

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CVM nº 17329

CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19 - NIRE 4230002438-4

Rua Paschoal Apóstolo Física, nº 5 064, CEP 88025-255, Florianópolis - SC

Perfazendo o montante total de

R\$746.610.000,00

(setecentos e quarenta e seis milhões, noventa e dois mil reais)

Código ISIN das Debêntures da 1ª Série: BREGIEDBS035

Código ISIN das Debêntures da 2ª Série: BREGIFDBS043

Classificação de Risco da Emissão (Rating) pela Fitch Ratings: "AA(Abbra)"



A ENGIE BRASIL ENERGIA S.A. ("Emissora") está realizando uma oferta pública de distribuição de 746.610 (setecentos e quarenta e seis mil, noventa e dois) debêntures, considerando as Debêntures Adicionais (conforme abaixo definidas) e as Debêntures Suplementares (conforme abaixo definidas), todas nominativas, escrituras, simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, em 2 (duas) séries da 7ª (sétima) emissão da Emissora ("Emissão"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um real), na data de emissão das Debêntures (conforme abaixo definido), qual seja: 15 de julho de 2018 ("Data de Emissão"), perfazendo o montante total de R\$746.610.000,00 (setecentos e quarenta e seis milhões, noventa e dois mil reais), considerando as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares ("Debêntures"), sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), BR - Banco de Investimento S.A. ("BB-IB"), Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e o Banco J. Safra S.A. ("Safra"), e em conjunto com o Coordenador Líder, o BB-IB e o Itaú BBA, ("Coordenadores"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), observado especialmente o procedimento de concessão automática de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissor com grande exposição ao mercado ("EGEM"), nos termos dos artigos 6º-A e 6º-B da Instrução CVM 400, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" vigente desde 1º de agosto de 2016 ("Código ANBIMA de Ofertas") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Legislação").

As Debêntures são objeto de distribuição pública, nos termos da Lei nº 6.883, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM 400 do Código ANBIMA de Ofertas e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), com a intermediação dos Coordenadores e das instituições financeiras que não se enquadram como Coordenadores, autorizadas a operar no mercado de capitais para os assessorarem e/ou participarem da colocação das Debêntures junto a potenciais investidores e clientes ("Participantes Especiais"), e em conjunto com os Coordenadores "Instituições Participantes da Oferta". Nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), e desde que cumpridas as condições precedentemente elencadas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão a Oferta de acordo com o Plano de Distribuição, sob regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, para o montante total de R\$610.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, que serão colocadas sob o regime de melhores esforços. Para mais informações sobre o Regime de Colocação das Debêntures, veja a seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Contrato de Distribuição - Regime de Colocação", na página 71 deste Prospecto.

Torcedor o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 21, parágrafo 1º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recolhimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos Investidores da Oferta (conforme definido neste Prospecto), da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis e taxas de juros ("Enchimento de Bookbuilding"), o qual definiu (a) (i) os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, (b) a emissão de 315.353 (quinhentas e quinze mil e trezentas e cinquenta e três) Debêntures da 1ª Série e de 211.257 (duzentas e onze mil e duzentas e cinquenta e sete) Debêntures da 2ª Série, e (c) o exercício da Opção do Lote Suplementar (conforme definido abaixo) e da Opção de Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo). Para mais informações sobre o procedimento de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissor com grande exposição ao mercado ("EGEM"), veja a seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Características da Oferta - Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de Bookbuilding)", na página 65 deste Prospecto.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) foi acrescida em, aproximadamente, 9,43% (nove inteiros e quarenta e três centésimos por cento), ou seja, em 69.600 (sessenta e nove mil e seiscentos e dez) Debêntures adicionais, a serem emitidas nas mesmas condições e com as mesmas características das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender a um excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora ao Contrato de Distribuição, que foi exercida pelos Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, até a data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding ("Opção do Lote Suplementar"). A emissão dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de Bookbuilding, as Debêntures Suplementares foram alocadas como Debêntures da 1ª Série e como Debêntures da 2ª Série, sendo 62.100 (sessenta e duas mil e cem) Debêntures Suplementares da 1ª Série e de 7.500 (sete mil e quinhentas) Debêntures Suplementares da 2ª Série.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) foi acrescida em, aproximadamente, 9,43% (nove inteiros e quarenta e três centésimos por cento), ou seja, em 99.600 (noventa e nove mil e seiscentos e dez) Debêntures adicionais, a serem emitidas nas mesmas condições e com as mesmas características das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender a um excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora ao Contrato de Distribuição, que foi exercida pelos Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, até a data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding ("Opção do Lote Suplementar"). A emissão dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de Bookbuilding, as Debêntures Suplementares foram alocadas como Debêntures da 1ª Série e como Debêntures da 2ª Série, sendo 62.100 (sessenta e duas mil e cem) Debêntures Suplementares da 1ª Série e de 7.500 (sete mil e quinhentas) Debêntures Suplementares da 2ª Série.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) foi acrescida em, aproximadamente, 9,43% (nove inteiros e quarenta e três centésimos por cento), ou seja, em 99.600 (noventa e nove mil e seiscentos e dez) Debêntures adicionais, a serem emitidas nas mesmas condições e com as mesmas características das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender a um excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora ao Contrato de Distribuição, que foi exercida pelos Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, até a data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding ("Opção do Lote Suplementar"). A emissão dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de Bookbuilding, as Debêntures Suplementares foram alocadas como Debêntures da 1ª Série e como Debêntures da 2ª Série, sendo 62.100 (sessenta e duas mil e cem) Debêntures Suplementares da 1ª Série e de 7.500 (sete mil e quinhentas) Debêntures Suplementares da 2ª Série.

As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição no mercado primário por meio (1) do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") - Segmento CETIP/UTVM e (2) do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3, e/ou (ii) negociação no mercado secundário por meio (1) do CETIP2 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP2"), administrado e operacionalizado pela B3 ("B3MA"), sendo processadas pela B3 a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures.

A Escritura de Emissão foi celebrada com base nas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 4 de junho de 2018 ("REA"), na qual foram deliberados e aprovados os termos e condições da Emissão e das Debêntures, nos termos do artigo 39, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do artigo 2º da Lei nº 12.431, as quais serão objeto de distribuição pública, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400, observadas especialmente o procedimento de registro automático de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissor com grande exposição ao mercado ("EGEM"), conforme disposto nos artigos 6º-A e 6º-B da Instrução CVM 400, do Código ANBIMA de Ofertas e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC"), em 18 de junho de 2018, sob nº 2018898721, e foi publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ("DOESC") e no jornal Diário Catarinense em 11 de junho de 2018, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 e no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

A Emissão e a Oferta serão realizadas de acordo com os termos e condições constantes do "Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) séries, para Distribuição Pública, da Engie Brasil Energia S.A." ("Escritura de Emissão"), celebrado em 7 de junho de 2018 entre a Emissora e a Simplified Pazam Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., o qual foi inserido na JUCESC em 18 de junho de 2018, sob nº ED0032550001 ("Escritura de Emissão"), de acordo com o inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações. Em 10 de junho de 2018, a Companhia e o Agente Fiduciário celebraram o "II Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) séries, para Distribuição Pública, da Engie Brasil Energia S.A.", por meio do qual foi ratificado o resultado do Procedimento de Bookbuilding, de modo a especificar a taxa aplicável às Debêntures, tendo sido fixadas taxas distintas para cada uma das séries e quantidades diferentes de Debêntures de cada série a serem efetivamente emitidas, e o valor total da Oferta, em razão do exercício da Opção do Lote Suplementar e da Opção de Debêntures Adicionais, o qual será inserido na JUCESC de acordo com o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

AS DEBÊNTURES, CONFORME APROVADAS PELO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA ("MME"), CONTARÃO COM O INCENTIVO PREVISTO NO ARTIGO 2º DA LEI Nº 12.431, DE 24 DE JUNHO DE 2011, CONFORME ALTERADA ("LEI 12.431"), DO DECRETO Nº 8.874, DE 11 DE OUTUBRO DE 2014 ("DECRETO 8.874"), DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL ("CMN") Nº 3.947, DE 27 DE JANEIRO DE 2011 ("RESOLUÇÃO CMN 3.947") OU NORMA POSTERIOR QUE AS ALTEREM, SUBSTITUAM OU COMPLEMENTEM, CONFORME APLICÁVEIS, SENDO OS RECURSOS CAPTADOS COM AS DEBÊNTURES APLICADOS INTEGRALMENTE NOS PROJETOS (CONFORME DEFINIDO NESTE PROSPECTO).

NOS TERMOS DA LEI 12.431, FORAM ENVIDADAS AS SEGUINTE PORTARIAS PELO MME PARA ENQUADRAMENTO DOS PROJETOS COMO PRIORITÁRIOS: (A) PORTARIA MME Nº 972/18, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EOLICA PARQUE VLS A.; (B) PORTARIA MME Nº 105/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EOLICA PARQUE VLS A.; (C) PORTARIA MME Nº 102/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EOLICA PARQUE VLS A.; (D) PORTARIA MME Nº 103/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EOLICA PARQUE VLS A.; (E) PORTARIA MME Nº 96/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EOLICA PARQUE VLS A.; (F) PORTARIA MME Nº 100/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EOLICA PARQUE VLS A.; (G) PORTARIA MME Nº 101/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EOLICA PARQUE VLS A.; (H) PORTARIA MME Nº 104/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EOLICA PARQUE VLS A.; (I) PORTARIA MME Nº 106/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EOLICA PARQUE VLS A.; (J) PORTARIA MME Nº 107/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EOLICA PARQUE VLS A.; (K) PORTARIA MME Nº 109/2018, REFERENTE AO PROJETO DA CLWP EOLICA PARQUE VLS A.; (L) PORTARIA MME Nº 71/2018, REFERENTE AO PROJETO DA COMPANHIA ENERGETICA JAGUARA; E (M) PORTARIA MME Nº 60/2018, REFERENTE AO PROJETO DA COMPANHIA ENERGETICA MIRANDA (CONFORME DEFINIDOS NESTE PROSPECTO). PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS DEBÊNTURES, VEJA A SEÇÃO "DESTINAÇÃO DOS RECURSOS", NA PÁGINA 100 DESTA PROSPECTO.

ESTE PROSPECTO NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO COMO UMA RECOMENDAÇÃO DE INVESTIMENTO OU DE SUBSCRIÇÃO DAS DEBÊNTURES ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA. A EMISSORA E OS COORDENADORES RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES QUE FAÇAM A SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DA EMISSORA, DE SUAS ATIVIDADES E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que os Coordenadores tomaram todas as precauções e agiram com elevado padrão de diligência, respondendo pela falta de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas no mercado durante toda a prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso a consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem subscritas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Emissora atua. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures", nas páginas 82 a 87 deste Prospecto, bem como o item "4.1 Fatores de Risco" do Formulário de Referência (conforme definido neste Prospecto) da Emissora antes de aceitar a Oferta.

Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência, o qual foi elaborado nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e com as demonstrações financeiras e informações trimestrais (ITR) da Emissora, as quais são incorporadas por referência a este Prospecto, podendo ser encontrados nos endereços indicados na seção "Documentos e Informações Incorporadas a este Prospecto por Referência", na página 22 deste Prospecto.

Este Prospecto está disponível nos endereços e páginas da rede mundial de computadores da CVM, da B3, dos Coordenadores e da Emissora, indicados na seção "Informações Adicionais", na página 76 deste Prospecto. Foi adotado o recolhimento de reservas, a partir da data indicada neste Prospecto e no Aviso no Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição das Debêntures, as quais somente serão confirmadas após o início do período de distribuição das Debêntures.

OS INVESTIDORES DEVEM LER OS ITENS "4.1 FATORES DE RISCO" E "4.2 RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA E A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES", NAS PÁGINAS 82 A 87 DESTA PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

O pedido de registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 11 de junho de 2018, estando a Oferta sujeita ao regime da CVM. A Oferta será registrada em conformidade com os procedimentos previstos nos artigos 6º-A e 6º-B da Instrução CVM 400, do Código ANBIMA de Ofertas e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Oferta foi registrada pela CVM sob o nº CVM/SRE/DEB2018/1 para as Debêntures da 1ª Série e sob o nº CVM/SRE/DEB2018/2 para as Debêntures da 2ª Série, ambas em 14 de julho de 2018.

A Emissora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas no mercado durante a distribuição das Debêntures.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Mais informações sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores e à CVM nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais", na página 76 deste Prospecto.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

COORDENADOR LÍDER

COORDENADORES



Bradesco BBI



BB INVESTIMENTOS



Itaú BBA



Safra

A data deste Prospecto Preliminar é 12 de julho de 2018

RUBRICADA PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

CAPITALIZAÇÃO

Os dados abaixo deverão ser lidos em conjunto com o Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2015 e 2016 e as informações trimestrais (ITR) consolidadas da Emissora referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, os quais estão incorporados por referência ao presente Prospecto e cujo caminho para acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” na página 24 deste Prospecto.

A tabela abaixo apresenta a capitalização total da Emissora (debêntures, notas promissórias, empréstimos e financiamentos (líquidos das operações de hedge), circulante e não circulante, e patrimônio líquido) em 31 de março de 2018, (i) em bases históricas, coluna “Efetivo em 31/03/2018”, extraídas das nossas informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as IFRS e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; (ii) conforme ajustado para refletir valores referentes à captação de empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge), não circulante, contratados após a data-base; e (iii) conforme ajustado para refletir o recebimento de, aproximadamente, R\$727,6 milhões de recursos líquidos provenientes da emissão de 746.610 (setecentas e quarenta e seis mil, seiscentas e dez) Debêntures no âmbito da Oferta (considerando as Debêntures Suplementares e Debêntures Adicionais), considerando a dedução das comissões e as despesas estimadas em, aproximadamente, R\$18,9 milhões da Oferta a serem pagas pela Emissora.

	Efetivo em 31/03/2018	% do total	Ajustado Pós 31/03/2018 ⁽²⁾	% do total	Ajustado Pós Emissão ⁽³⁾	% do total
					(Em milhares de R\$)	
Debêntures, notas promissórias, empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge) – Circulante	3.134.318	22,3%	3.134.318	21,2%	3.134.318	20,2%
Debêntures, empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge) – Não Circulante	3.619.552	25,7%	4.300.582	29,1%	5.028.182	32,5%
Total do Endividamento	6.753.870	48,0%	7.434.900	50,4%	8.162.500	52,7%
Total do Patrimônio Líquido	7.323.186	52,0%	7.323.186	49,6%	7.323.186	47,3%
Capitalização Total ⁽¹⁾	14.077.056	100%	14.758.086	100%	15.485.686	100%

⁽¹⁾ A capitalização total corresponde à soma dos valores referentes a debêntures, notas promissórias, empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge), circulante e não circulante, e total do patrimônio líquido.

⁽²⁾ Ajustado para refletir valores referentes empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge), não circulante, contratados após a data-base.

⁽³⁾ Ajustado para refletir o recebimento de, aproximadamente, R\$727,6 milhões de recursos líquidos provenientes da emissão de 746.610 (setecentas e quarenta e seis mil, seiscentas e dez) Debêntures no âmbito da Oferta, considerando a dedução das comissões e as despesas estimadas em, aproximadamente, R\$18,9 milhões a serem pagas pela Emissora.

Para mais informações relacionadas à capitalização da Emissora, ver seção “10.1 Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras e informações trimestrais (ITR) da Emissora, e respectivas notas explicativas, incorporados por referência a este Prospecto e cujo caminho para acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” na página 22 deste Prospecto.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

Os Administradores, com base em análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Emissora, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações, embora não possam garantir que tal situação permanecerá igual. De acordo com os Administradores, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da Emissora nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, bem como para o período de três meses findo em 31 de março de 2018 estão apresentados na tabela a seguir:

(Em milhares de R\$)	Período de três meses findo em 31 de março de 2018 ^(*)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2017 ^(*)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2016 ^(*)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2015 ^(*)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	700.857	331.802	2.524.794	2.578.612
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos	(460.555)	(2.808.980)	(1.272.113)	(778.931)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos ..	(1.454.228)	2.591.908	(1.834.195)	(1.007.558)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.213.926)	114.730	(581.514)	792.123

(*) Os dados apresentados acima se referem às informações ou demonstrações contábeis consolidadas da Emissora.

Para mais informações relacionadas à capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Emissora, ver seção “10.1 Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras e informações trimestrais (ITR) da Emissora, e respectivas notas explicativas, incorporados por referência a este Prospecto e cujo caminho para acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” na página 22 deste Prospecto.


**RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	6.834.724.745,91	6.614.394.476,74	6.642.136.673,74
Ativo Total	19.568.513.095,82	14.419.690.740,55	15.289.386.136,38
Rec. Liq./Rec. Interméd. Fin./Prem. Seg. Ganhos	7.009.957.482,25	6.442.370.895,16	6.512.036.655,43
Resultado Bruto	3.006.085.833,14	2.740.913.872,19	2.708.942.001,28
Resultado Líquido	2.004.558.692,56	1.548.301.787,75	1.501.302.893,28
Número de Ações, Ex- Tesouraria (Unidades)	652.742.192	652.742.192	652.742.192
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	10,470787	10,133242	10,175743
Resultado Básico por Ação	3,070981	2,371996	2,299994
Resultado Diluído por Ação	3,07	2,37	2,29

AF

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

3.2 - Medições não contábeis

EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

A medida não contábil usualmente apresentada pela Companhia em seus relatórios financeiros é o EBITDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização), o EBITDA ajustado (EBITDA desconsiderando os efeitos do *impairment* e do resultado de participações societárias) e a Margem EBITDA ajustado (índice obtido através da divisão do EBITDA ajustado e da Receita operacional líquida).

Conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

Valores em R\$ milhões	Período encerrado em				
	31.03.2018	31.03.2017	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Lucro líquido do exercício	489	451	2.005	1.548	1.501
(+) Imposto de renda e contribuição social	229	212	619	519	532
(+) Despesas financeiras, líquidas	157	72	227	355	471
(+) Depreciação e amortização	170	150	649	630	601
EBITDA	1.045	885	3.500	3.052	3.105
(+) <i>Impairment</i>	0	0	18	121	10
(+) Resultado de Participações Societárias	2	1	2	3	0
EBITDA Ajustado	1.047	886	3.520	3.176	3.115
Receita operacional líquida	1.869	1.606	7.010	6.442	6.512
Margem EBITDA Ajustado (%)	56,0	55,1	50,2	49,3	47,8

O EBITDA apresentado pela Companhia segue a orientação estabelecida na Instrução CVM nº 527 (ICVM 527), de 04 de outubro de 2012, que passou a reger a divulgação desse indicador não contábil. O EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as “Práticas Contábeis Internacionais e as adotadas no Brasil”, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA é o indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	2.000.174.138,09	1.487.341.387,34	1.517.775.685,14
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	100,000000	100,000000	55,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	29,329033	23,408065	22,602710
Dividendo distribuído total	2.000.174.138,09	1.487.341.387,34	834.776.626,83
Lucro líquido retido	0,00	0,00	392.511.899,20
Data da aprovação da retenção			14/04/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio				
Ordinária	424.500.000,00	27/03/2018	432.500.000,00	01/02/2017
Outros			314.000.000,00	24/02/2016
Ordinária	938.917.827,71	10/01/2018	645.196.752,46	06/10/2016
Ordinária	636.796.310,38	28/06/2018	409.644.634,86	21/06/2017
Ordinária			209.499.340,17	25/05/2016


**RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	DP12.733.788.349,91	EPÍndice de Endividamento	1.86310185	


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		245.122.100,09	439.042.956,99	313.813.036,51	1.013.363.246,07	2.011.341.339,66
Empréstimo	Quirografárias		703.036.209,21	382.198.698,76	719.365.079,64	0,00	1.804.599.987,61
Títulos de dívida	Quirografárias		2.127.760.066,73	0,00	228.693.796,22	584.021.336,35	2.940.475.199,30
Total			3.075.918.376,03	821.241.655,75	1.261.871.912,37	1.597.384.582,42	6.756.416.526,57
Observação As informações prestadas neste item referem-se às informações contábeis consolidadas da Companhia. Para segregação das obrigações da Companhia, foram levados em consideração os seguintes critérios: (i) foram consideradas dívidas com garantia real todas as dívidas garantidas por garantia real, assim entendidas a fiança bancária, o penhor, dentre outras garantias reais; (ii) foram consideradas dívidas quirografárias todas as dívidas que não possuem garantia ou que possuem garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias.							


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode vir a arcar com custos adicionais associados ao plano de previdência que mantém para seus empregados.

A Companhia patrocina plano de benefícios definido de previdência complementar ("Plano BD"), por meio da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, e da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), fechados para novas adesões, os quais tem como participantes, principalmente, os aposentados que já entraram em gozo de benefícios, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG. Ao final de 31.03.2018 menos de 1% dos empregados ativos da Companhia participavam do Plano BD.

Os planos de benefício definido patrocinados pela Companhia representam risco decorrente de não materialização das premissas utilizadas nos cálculos atuariais, quais sejam a expectativa de vida dos participantes e as variações nas taxas de juros.

No período de três meses encerrado em 31.03.2018, o montante do passivo reconhecido relativo aos benefícios pós-emprego de responsabilidade da Companhia era de R\$ 312 milhões e correspondiam ao passivo líquido avaliado pelos atuários. Do montante total do passivo atuarial, R\$ 195 milhões correspondem a dívidas contratadas. Caso a Companhia tenha que vir a contabilizar perdas atuariais em decorrência de eventual mudança de premissas atuariais, taxas de desconto ou de prática contábil, sua posição patrimonial e financeira poderá ser adversamente afetada.

Decisões adversas em um ou mais processos judiciais em que a Companhia é parte podem afetá-la adversamente.

A Companhia é ré em diversas ações judiciais, na esfera cível, trabalhista, previdenciária, ambiental e tributária, entre outras questões.

Em 31.03.2018, a Companhia havia constituído provisão de perda em processos judiciais no valor total de R\$ 91 milhões, referentes a processos judiciais, administrativos e arbitrais considerados com chance de perda provável, conforme estimados pela Companhia e consultores externos. Deste total, o valor de R\$ 7 milhões se refere a questões fiscais, R\$ 12 milhões a questões trabalhistas, R\$ 71 milhões a questões cíveis e R\$ 1 milhão relacionado a outras questões. Além disso, em 31.03.2018, a Companhia era parte em processos judiciais com chance de perda possível no valor R\$ 487 milhões. Decisões judiciais ou administrativas contrárias à Companhia poderão restringir suas operações e o uso de seus recursos, o que poderá impactar no cumprimento das obrigações da Companhia com terceiros. Decisões contrárias à Companhia também poderão envolver valores para os quais não foram estabelecidas provisões e requeiram recursos financeiros relevantes. A ocorrência de quaisquer desses riscos poderá afetar de forma material e adversa a Companhia, sua situação financeira e imagem. Por fim, além dos custos com honorários advocatícios para o patrocínio dessas causas, a Companhia poderá se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderia afetar a sua capacidade financeira. Para uma discussão detalhada dos processos judiciais e administrativos relevantes, vide item 4.3. deste Formulário de Referência.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia possui o Comitê Financeiro que submete à Diretoria Executiva políticas de aplicação de recursos, de antecipação de pagamentos e de antecipação ou postergação de recebimentos. Quando conveniente, recomenda operações de reestruturação de passivo e de captação. Cabe ainda selecionar as instituições bancárias com as quais a Companhia tem interesse em trabalhar e identificar riscos de descasamentos nas operações passivas e ativas, eventualmente propondo operações de *hedge*. Mais informações relativas ao Comitê Financeiro vide item 12.13 deste formulário.

Os riscos de mercado são monitorados pelo Comitê Financeiro, o qual, periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias, controles e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado.

a) Risco relacionado à taxa de juros e índices flutuantes

A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado brasileiro de valores mobiliários, bem como a condução dos negócios da Companhia.

Após 2 anos consecutivos de desaceleração, a economia brasileira deu sinais de retomada em 2017. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou em 31.03.2018 0,7% — ante 2,95% em 2017, 6,29% registrado em 2016 e 10,67% em 2015.

Medidas do Governo Federal para o combate da inflação, combinadas com a especulação sobre possíveis medidas governamentais futuras, podem contribuir para incertezas na economia brasileira e para aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro. Ações futuras do Governo Federal, incluindo definição das taxas de juros ou intervenções no mercado de câmbio para ajustar ou recuperar o valor do real, poderão ter efeitos relevantes e adversos na economia brasileira e/ou nos negócios da Companhia.

Caso o Brasil apresente altas taxas de inflação no futuro, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IGP-M ou de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI. Pressões inflacionárias também podem afetar a capacidade da Companhia de se antecipar a políticas governamentais de combate à inflação que possam causar danos aos seus negócios.

As dívidas da Companhia e de suas controladas estão expostas a taxas de juros variáveis, tais como TJLP e taxa DI, a qual tende a ter sua flutuação acompanhando as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários.

Em 31.03.2018, o valor total de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias da Companhia (circulante e não circulante) era de R\$ 6,8 bilhões — incluindo a dívida em moeda estrangeira, totalmente coberta por operação de *hedge* -, dos quais R\$ 1,6 bilhão está indexado à inflação. Além disso, a Companhia possui um montante de concessões a pagar de R\$ 2,6 bilhões que estão atreladas aos índices de inflação IPCA e IGP-M, os mesmos indexadores utilizados nos contratos de venda de energia das respectivas usinas sob concessão.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

O cálculo da sensibilidade foi preparado considerando a mesma metodologia retro mencionada. Os impactos adicionais que seriam causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso os cenários se concretizem, são os seguintes:

(Valores em R\$ bilhões)	Sensibilidade		
	Provável	Δ 25%	Δ 50%
Empréstimos e financiamentos	18	(42)	(84)
Notas promissórias	30	(23)	(45)

Risco relacionado aos passivos denominados em moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam elevar as dívidas e resultar em impactos nas despesas financeiras da Companhia. A Companhia possui uma política de proteção de risco cambial que busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados pelo Comitê Financeiro da Companhia.

Os níveis de exposição cambial da Companhia têm se mantido bastante baixos em relação ao seu endividamento total. Em 31.03.2018, a Companhia não mantinha nenhuma dívida em moeda estrangeira cuja variação cambial não estivesse integralmente protegida por operação de *hedge*.

Em 31.03.2018 a Companhia possuía 44,5% da dívida consolidada indexada em moeda estrangeira o que representa R\$ 1.670 milhões, as quais estão integralmente protegidas por operações de *hedge*.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela dificuldade em obter recursos necessários por meio de operações no mercado de capitais ou de financiamentos

Para obter recursos para suas atividades, incluindo os recentes projetos adquiridos e/ou desenvolvidos pela Companhia, a Companhia procura obter financiamento junto a instituições financeiras e de fomento. A sua capacidade de continuar obtendo tais financiamentos ou obtê-los em condições favoráveis depende de diversos fatores, entre eles o nível de endividamento da Companhia e as condições de mercado.

Adicionalmente, o mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito às companhias brasileiras, são influenciados, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. As reações dos investidores a acontecimentos nestes países poderão ter efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Crises no Brasil e em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, dos Estados Unidos em particular, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito para as companhias brasileiras. Adicionalmente, volatilidade significativa no mercado de crédito e de capitais global e/ou indisponibilidade de financiamento no mercado de crédito e de capitais global em taxas razoáveis podem causar impacto adverso relevante no mercado financeiro, bem como nas economias global e doméstica.

Caso a Companhia não seja capaz de obter os recursos necessários ou obtê-los em condições razoáveis, a Companhia poderá ter dificuldade de implementar e concluir os investimentos planejados em seus ativos fixos e a operação e desenvolvimento de seus negócios poderão ser impactados adversamente.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 7442-81.2007.4.01.3500 – continuação	
Principais fatos – continuação	Em 2008, reconhecida a conexão formulado na contestação da Companhia, o Juiz Federal da 3ª Vara determinou a redistribuição do processo para a 2ª Vara Federal. A Companhia, em 2009, requereu a juntada do documento “Levantamento Epidemiológico do Índice de Morbidade e Mortalidade na Região da UHCB”, evidenciando que o reservatório não causou o aumento de qualquer forma de doença na região. Em sede de liminar, o Juiz Federal da 2ª Vara determinou: a transferência do processo de licenciamento para o Ibama; que a Companhia apresente estudos técnicos acerca da vegetação submersa; a implementação de um plano de ação para controlar a expansão de doenças na região; e que a Companhia apresente uma proposta de compensação para a comunidade indígena e relatório sobre a malha viária atingida. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar e o Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1) revogou a determinação de supressão da biomassa alagada, e considerou desnecessária a adoção de medidas de controle da expansão de doenças epidemiológicas. Foram interpostos recursos contra essa decisão, no entanto, sem quaisquer efeitos imediatos contrários a decisão do TRF1 que se mantém. Em fevereiro de 2011 o processo foi suspenso por seis meses, a pedido do autor, o Ministério Público Federal. Em junho de 2014 o processo foi novamente suspenso por 60 (sessenta) dias, a pedido do Ministério Público Federal. Em outubro de 2016, o IBAMA protocolou manifestação favorável à Companhia, sendo que o processo segue agora o seu curso natural.
Chance de perda	Provável em relação ao programa de mitigação e compensação dos impactos causados à terra e à comunidade indígena Avá-Canoeiro em virtude da instalação e operação da UHE Cana Brava, bem como à indenização e à reparação integral dos danos causados ao patrimônio socioambiental da comunidade indígena referida.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda a Companhia terá uma redução do disponível (ativo circulante) e do passivo de R\$ 6 milhões (atualizado em 31.3.2018) para o pedido considerado provável e, por isso provisionado, não havendo impacto no resultado e patrimônio líquido. Nesse aspecto, a Companhia, antes mesmo do ajuizamento da ação, já estava buscando acordo com a FUNAI. No entanto, nunca obteve resposta daquele órgão. A transferência da Licença de Operação da AGMA para o Ibama não traz reflexos para a Companhia. Em relação aos demais pedidos, a possibilidade de perda, apesar de remota, traz impactos financeiros que não são passíveis de valoração neste momento.
Valor provisionado (se for o caso)	R\$ 6 milhões.

CP


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis considerando somente um segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada ou adquirida por meio de contratos de médio e de longo prazo. A Companhia administra tais atividades como um único segmento de negócio. Tal segmento concentrou 99,6% da receita líquida de vendas consolidadas auferidas no 1º trimestre de 2018 e no 1º trimestre de 2017. Nos anos de 2017, 2016, e 2015, este segmento concentrou 99,4% da receita líquida de vendas consolidadas auferidas.

a. produtos e serviços comercializados

Os produtos e serviços comercializados pela Companhia no 1º trimestre de 2018 e nos anos de 2017, 2016 e 2015 estão diretamente relacionados com a geração e comercialização de energia elétrica.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Em R\$ milhões	Período encerrado em 31 de março de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2018		2017		2017		2016	
	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
Segmento								
Energia Elétrica	1.862	99,6	1.599	99,6	6.966	99,4	6.403	99,4
Outras receitas (prestação de serviços, venda de vapor, cinzas, etc.)	7	0,4	7	0,4	44	0,6	39	0,6
Total	1.869	100	1.606	100	7.010	100	6.442	100

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Em R\$ milhões	Período encerrado em 31 de março de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2018		2017		2017		2016	
	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total
Segmento								
Energia Elétrica	484	99,18	447	99,11	1.981	98,80	1.523	98,39
Total	484	99,18	447	99,11	1.981	98,80	1.523	98,39

O lucro que não esteja relacionado ao segmento de geração e comercialização de energia elétrica não foi relevante nos últimos 3 exercícios e no 1º trimestre de 2018.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os objetivos buscados pela Companhia na área comercial são: (i) promover a maximização e eficiência da carteira de clientes por meio da flexibilização de preços, prazos e condições; (ii) manter sólido relacionamento com os clientes e cultivar maior aproximação com eles; (iii) possuir maior previsibilidade do fluxo de caixa de longo prazo, objetivando obter maior porcentagem do mercado consumidor, celebrando contratos tanto no ambiente regulado como no ambiente livre; e (iv) aproveitar-se de eventuais oportunidades de negócios no curto prazo, como forma de maximizar os resultados da Companhia.

i. participação em cada um dos mercados

A Companhia possui uma carteira de clientes diversificada, formada por empresas distribuidoras de energia elétrica, consumidores livres e empresas comercializadoras de energia elétrica, concentrados nos Submercados Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

A receita líquida de vendas da Companhia composta por natureza de clientes é a seguinte:

Em R\$ milhões	31.03.2018		31.03.2017		31.12.2017		31.12.2016		31.12.2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	CP	DP	CP	DP	CP	DP				
Mercado nacional										
Distribuidoras de energia elétrica	687	36,8	683	42,5	2.687	38,3	3.114	48,3	3.047	46,8
Comercializadoras de energia elétrica	196	10,5	114	7,1	601	8,6	320	5,0	209	3,2
Consumidores livres	719	38,5	765	47,6	3.162	45,1	2.834	44,0	2.916	44,8
Transações no mercado de curto prazo	147	7,9	36	2,2	467	6,7	117	1,8	303	4,7
Remuneração e variação monetária ativo financeiro	BP 85	4,5	BP -	-	AP 48	0,7	-	-	-	-
Outras receitas	CP 35	1,8	CP 8	0,6	CP 45	0,6	57	0,9	37	0,5
	1.869	100,0	1.606	100,0	7.010	100,0	6.442	100,0	6.512	100,0

Dentre os consumidores livres atendidos pela Companhia, destacam-se empresas que atuam nos seguintes setores: cerâmica, químico e petroquímico, papel e celulose, metalurgia, borracha e plástico, alimentos, mineração, automotivo, têxtil, gases industriais, eletroeletrônicos, cimento, dentre outros de menor participação na carteira.

Setores	Participação
Alimentos	10,8%
Cimento	10,4%
Borracha e plástico	8,7%
Metalurgia	8,2%
Químico e petroquímico	7,3%
Papel e celulose	7,1%
Siderurgia	6,2%
Automotivo	5,2%
Comércio	4,3%
Cerâmica	4,0%
Gases industriais	3,7%
Têxtil	3,6%
Demais setores	20,5%
	100%


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em R\$ milhões	1T18		2017		2016		2015	
	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
País								
Brasil	1.869	100,00	7.009	99,99	6.424	99,71	6.512	100,00

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não houve receita relevante proveniente de clientes de países estrangeiros no 1º trimestre de 2018 e nos últimos 3 exercícios sociais.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não houve receita relevante proveniente de clientes de países estrangeiros no 1º trimestre de 2018 e nos últimos 3 exercícios sociais.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Companhia Energética Estreito (CEE)	08.376.022/0001-01	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	A CEE é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia, criado em 05.11.2002 para a implantação e exploração da UHE Estreito.	99.990000
31/12/2017	-3.080000	0,000000						
31/12/2016	5.740000	0,000000						
31/12/2015	3.410000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
Companhia Energética Jaguará (Jaguara)	28.925.264/0001-75	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com o objetivo de operar a UHE Jaguará	99.990000
31/12/2017	100.000000	0,000000						
31/12/2016	0,000000	0,000000						
31/12/2015	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
Companhia Energética Miranda (Miranda)	28.942.127/0001-49	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com o objetivo de operar a UHE Miranda.	99.990000
31/12/2017	100.000000	0,000000						
31/12/2016	0,000000	0,000000						
31/12/2015	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.	04.100.556/0001-00	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.	99.990000

AS

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2017	 105.120000	0,000000	 99.999.976,19	Valor contábil 31/03/2018	 219.652.816,04			
31/12/2016	-41.500000	0,000000	29.999.928,57					
31/12/2015	5467.720000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos.								
ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP)	09.212.990/0001-04	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Participação no capital de outras sociedades que possuam projetos referente à geração de energias complementares.	99.990000
Valor mercado								
31/12/2017	 29.290000	0,000000	 190.999.999,86	Valor contábil 31/03/2018	 2.657.399.239,04			
31/12/2016	18.510000	0,000000	0,00					
31/12/2015	45.740000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
Itá Energética S.A. (Itasa)	01.355.994/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração e comercialização de energia elétrica.	48.750000
Valor mercado								
31/12/2017	 2.860000	0,000000	 27.300.000,00	Valor contábil 31/03/2018	 246.330.467,76			
31/12/2016	-10.800000	0,000000	29.250.000,00					
31/12/2015	-5.360000	0,000000	21.937.500,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	05.210.535/0001-00	-	Controlada	Brasil	SC	Lages	Geração e comercialização de energia elétrica.	99.990000
Valor mercado								
31/12/2017	 10.890000	0,000000	 39.999.998,89	Valor contábil 31/03/2018	 31.413.250,66			
31/12/2016	-1.850000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

AS

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOMIATSU

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Rentabilidade dos investimentos.								
Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (Pampa Sul)	04.739.720/0001-24	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Participação em projetos de geração. Sem atividade até o momento.	99.990000
31/12/2017								
31/12/2016		130.120000						
31/12/2015		2402.100000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de um novo negócio.								
Valor mercado								
Valor contábil 31/03/2017 								
1 909 969 698.73								


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência refletem as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as informações contábeis intermediárias trimestrais referentes aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2018 e 2017, elaboradas, simultaneamente, de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores, com base nos indicadores de liquidez e endividamento expostos abaixo, entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo.

Informações consolidadas relativas ao período de três meses findo em 31.03.2018

O ano de 2018 foi iniciado buscando a máxima criação de valor e seguindo as diretrizes globais de descarbonização, descentralização e digitalização do Grupo ENGIE.

A Companhia permanece ampliando sua matriz renovável. No 1º trimestre de 2018, as Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda adicionaram receitas integrais ao resultado consolidado da Companhia e a construção dos Complexos Eólicos Umburanas e Campo Largo, na Bahia, avançaram de acordo com os cronogramas e orçamentos definidos.

Também no 1º trimestre de 2018, a Companhia, por meio de suas controladas diretas ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC"), assinou o contrato de concessão referente ao Leilão de Transmissão nº 02/2017, tendo ingressado, desta forma, em um novo segmento de negócio.

Mantendo-se como um dos principais focos da Companhia desde 2016, seguiram-se os avanços no segmento de geração distribuída. Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 19.04.2018, foi autorizada a apresentação de uma proposta para proceder à aquisição dos 50% de ações remanescentes da ENGIE Geração Solar Distribuída.

No que concerne ao desempenho econômico e financeiro, a ENGIE Brasil Energia, no período de três meses findo em 31.03.2018, obteve lucro líquido consolidado de R\$ 489 milhões, valor 8,4% ou R\$ 38 milhões superior ao mesmo período de 2017. O EBITDA ajustado alcançado pela Companhia no 1º trimestre de 2018 foi de R\$ 1.047 milhões, um aumento de 18,2% ou R\$ 161 milhões se comparado ao 1º trimestre de 2017. A margem EBITDA ajustado avançou 0,9 p.p., passando de 55,1% no 1º trimestre de 2017 para 56,0% no mesmo período de 2018.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Tal desempenho se deve, substancialmente, à combinação dos seguintes fatores: reconhecimento da receita financeira operacional das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda no 1º trimestre de 2018, resultado positivo nas transações realizadas no mercado de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE, elevação na combinação de preço e volume de energia vendida por meio de contratos, reconhecimento de receitas de Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) de operação e manutenção das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda e aumento nas compras de energia.

Adicionalmente ao resultado já obtido pela Companhia, no 1º trimestre de 2018, a Companhia aumentou a sua venda no Ambiente de Contratação Livre (ACL), em linha com a sua estratégia no médio e longo prazo.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- Geração de lucro crescente – No 1º trimestre de 2018, a Companhia apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 489 milhões, R\$ 8,4% superior ao lucro líquido consolidado do 1º trimestre do exercício anterior.
- Forte geração de caixa operacional – O EBITDA ajustado consolidado, no período de três meses findo em 31.03.2018, alcançou R\$ 1.047 milhões, elevação de 18,2% em relação ao mesmo período de 2017. A margem EBITDA ajustado atingiu 56,0%.
- Manutenção do baixo nível de endividamento – A relação “Endividamento total / EBITDA ajustado” em 31.03.2018 foi de 1,8 vezes e o “Endividamento líquido / EBITDA ajustado”, na mesma data, foi de 1,6 vezes. Em 31.03.2018, a dívida denominada em moeda estrangeira correspondia a 24,7% do total e estava integralmente protegida contra a variação cambial por operações de *swap*.
- Contratações de empréstimos – Em 25.01.2018 e 22.02.2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as contratações de financiamentos, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para implantação do Complexo Eólico Campo Largo – Fase I e da Usina Termelétrica Pampa Sul, nos montantes de R\$ 1.039 milhões e R\$ 729 milhões, respectivamente. A liberação dos recursos deve ocorrer ao longo do segundo trimestre de 2018. Adicionalmente, em 11.05.2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da instrução CVM nº 476/09, da 1ª emissão de debêntures simples, com vencimento no longo prazo, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, das controladas Companhia Energética Jaguará e Companhia Energética Miranda, nos valores de R\$ 1.117 milhões e R\$ 685 milhões.
- Classificação de risco (*rating*) – Em 27.02.2018, a agência Fitch Ratings, em decorrência do recente rebaixamento do *rating* soberano para “BB-”, rebaixou o *Rating* Internacional de Longo Prazo em moeda estrangeira da EBE para “BB”, com perspectiva estável, permanecendo assim um nível acima do *rating* soberano. O *rating* nacional de longo prazo da Companhia, em escala local, permaneceu ‘AAA(bra)’, com perspectiva estável.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O déficit primário acumulado do Governo Central foi de R\$ 124,4 bilhões no ano, ou 1,9% do PIB. É o quarto ano seguido de déficit nas contas públicas, o que representa um considerável desequilíbrio entre receitas e despesas públicas. Tal resultado foi impactado positivamente pela balança comercial, tanto pelo aumento do volume transacionado, quanto por preços mais favoráveis de algumas *commodities* de peso na pauta brasileira, como minério de ferro e petróleo (Fonte: Banco Central do Brasil). O dólar comercial registrou alta de 1,99% no ano, cotado a R\$ 3,314 na venda.

O cenário hidrológico de 2017 foi ainda mais restritivo que 2016, em termos de oferta de energia hidrelétrica. Com exceção do subsistema Norte, que encerrou o ano com níveis de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas levemente superiores aos apresentados em janeiro, os demais subsistemas terminaram 2017 em condições ainda piores que as enfrentadas no início do ano.

No que se refere ao desempenho econômico e financeiro, a ENGIE Brasil Energia, no ano de 2017, obteve lucro líquido consolidado de R\$ 2.005 milhões, valor 29,5% ou R\$ 457 milhões superior ao exercício de 2016. O EBITDA ajustado alcançado pela Companhia foi de R\$ 3.520 milhões, um aumento de 10,8% ou R\$ 344 milhões se comparado ao ano de 2016. A margem EBITDA ajustado avançou 0,9 p.p., passando de 49,3% em 2016 para 50,2% em 2017. Esse desempenho se deve, essencialmente, à combinação, da elevação do volume de energia vendida, ao resultado positivo nas operações de curto prazo, em especial as realizadas na CCEE, a queda nos custos com royalties – em virtude das condições hidrológicas menos favoráveis –, a alienação das Usinas Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca e o reconhecimento de receita decorrente da operação das Usinas Hidrelétricas Jaguarua e Miranda.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- Geração de lucro crescente – No ano de 2017, a Companhia apresentou crescimento nos seus resultados, apresentando lucro líquido consolidado de R\$ 2.005 milhões, 29,5% superior ao lucro líquido consolidado do exercício anterior.
- Forte geração de caixa operacional – O EBITDA ajustado consolidado, no ano de 2017, alcançou R\$ 3.520 milhões, elevação de 10,8% em relação a 2016. A margem EBITDA atingiu 50,2%.
- Manutenção do baixo nível de endividamento – A relação “Endividamento total / EBITDA ajustado” em 31.12.2017 foi de 1,9 vezes e o “Endividamento líquido / EBITDA ajustado”, na mesma data, foi de 1,3 vezes. A elevação do endividamento foi motivada pela contratação de notas promissórias e empréstimos para o financiamento do pagamento das outorgas de concessão das Usinas Hidrelétricas Jaguarua e Miranda. Em 31.12.2017, a dívida denominada em moeda estrangeira correspondia a 24,7% do total e estava integralmente protegida contra a variação cambial por operações de *swap*.

AS
 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2015

Como nos últimos anos, em 2015 o setor elétrico nacional sofreu influência da baixa hidrologia. O país possui potencial hidrológico indiscutível e associados a esse potencial estão o baixo custo de geração, além do nível reduzido de emissões atmosféricas da geração hidrelétrica quando comparada à geração térmica convencional. Entretanto, eventos climáticos extremos, frequentes nos últimos anos, apontam para a necessidade de ajustes no planejamento e na operação do setor elétrico brasileiro. A alteração que se observa no regime de chuvas demonstra que não é possível manter apenas a fonte hidráulica na base do sistema. Em 2015, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica registrou ligeira, haja vista a redução da atividade econômica no País. Desta forma, os impactos negativos resultantes dos eventos climáticos foram reduzidos pela diminuição do consumo de energia elétrica.

No que se refere ao desempenho econômico e financeiros, a ENGIE Brasil Energia, no ano de 2015, obteve lucro líquido de R\$ 1.501 milhões. O EBITDA ajustado alcançado pela Companhia foi de R\$ 3.115 milhões. Esses resultados se devem, sobretudo, à estratégia adequada de redução da exposição aos altos preços do mercado de curto prazo no início do ano, de alocação mensal da energia contratada e de manutenção do parque gerador. O alcance desses números em um cenário de retração da economia e eventos climáticos adversos demonstra a resiliência da Companhia e a confiança que o mercado lhe confere.

b. Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital com nível baixo de alavancagem financeira, o que possibilita a execução de sua estratégia de crescimento nos próximos anos.

O negócio da Companhia apresenta uma elevada geração operacional de caixa, principalmente em função de sua elevada margem, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração de energia e dos rígidos controles de custos e despesas realizados pela Administração da Companhia.

Os principais componentes da estrutura de capital da Companhia são os seguintes:

Valores em R\$ milhões	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Endividamento bruto ¹	6.756	6.738	3.089	3.759
(-) Caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados	954	2.155	1.996	2.544
Endividamento líquido	5.802	4.583	1.093	1.215
Endividamento de longo prazo (% do total do endividamento)	53,6%	54,4%	90,3%	67,4%
Patrimônio líquido	7.324	6.835	6.614	6.642
Grau de alavancagem ²	44,2%	40,1%	14,2%	15,5%
Composição da estrutura de capital:				
- Capital próprio (patrimônio líquido / passivo total)	38,7%	34,9%	45,9%	43,4%
- Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante / passivo total)	61,3%	65,1%	54,1%	56,6%

¹ Contempla os empréstimos – líquidos dos efeitos do hedge, os financiamentos, as debêntures e as notas promissórias.

² Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O aumento do percentual de alavancagem observado em 31.03.2018 e 31.12.2017 deve-se a captação de notas promissórias pelas controladas Jaguará e Miranda, no montante de R\$ 2.110 milhões e à captação de empréstimos em moeda estrangeira – totalmente coberto por *hedge* para reais, no montante de R\$ 1.631 milhões. Os recursos foram captados com a finalidade, principalmente, de pagamento do Bônus pela Outorga das concessões e refinanciamento de dívidas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia, considerando o seu perfil do endividamento e a sua posição de liquidez, em situações normais de mercado, acreditam que a Companhia possui plenas condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos hoje existentes, bem como para continuar expandindo seus investimentos.

Em 31.03.2018 e 31.12.2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, decorrente, substancialmente, da contratação de notas promissórias e empréstimos no ano de 2017 para o financiamento do pagamento das outorgas de concessão das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda. O pagamento das notas promissórias, as quais vencem em novembro de 2018, ocorrerá, substancialmente, mediante a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, das controladas Jaguará e Miranda, nos valores de R\$ 1.117 milhões e R\$ 685 milhões.

Os Diretores da Companhia entendem ainda que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Neste quadro estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento da dívida utilizados pela Companhia.

Valores em R\$ milhões	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
EBITDA ajustado ³	EP 3.681	3.520	3.176	3.115
Despesa financeira ³	DP 497	450	753	752
Despesa financeira líquida ³	DP 312	227	AP 355	471
Endividamento bruto	EP 6.756	6.738	EP 3.089	3.759
Endividamento líquido	EP 5.802	4.583	EP 1.093	1.215
Endividamento líquido / EBITDA ajustado	DP 1,6	1,3	0,3	0,4
Endividamento total / EBITDA ajustado	DP 1,8	1,9	DP 1,0	1,2
EBITDA ajustado / Despesa financeira	7,4	7,8	4,2	4,1

Nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses findo em 31.03.2018 a Companhia honrou suas obrigações assumidas com terceiros, tais como fornecedores, dividendos, dívidas, concessões a pagar, entre outros.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

³ Montante relativo aos 12 últimos meses à data-base de apuração.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(i) contratos de empréstimo, financiamento e notas promissórias relevantes

Principais condições das dívidas contratadas

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		Valores em R\$ milhões			
		Venc.	Principal e juros	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Controladora:				CP	CP		
Moeda nacional							
Nordic Investment Bank	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Principal: Mensais Juros: Trimestrais	129	135	157	172
BNDES – Modernização	TJLP + 2,26% a.a. ^(a)	07.2020	Principal: Mensais, após 08.2016 Juros: Trimestrais até 08.2016 e posteriormente mensais	154	171	203	191
BNDES – Usina São Salvador	TJLP + 2,7% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	92	96	112	126
Repasse BNDES (Bancos) ^(b)	TJLP + 3,25% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	-	-	226	255
Repasse Finame (Bancos)	3,68% a.a.	11.2024	Mensais	8	8	18	21
Moeda estrangeira (dólar)							
HSBC USA II	1,4294% a.a. com swap para 97% do CDI	03.2016	Principal: 03.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	387
HSBC USA III	1,7871% a.a. com swap para 99% do CDI	10.2016	Principal: 10.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	307
HSBC USA IV	1,8104% a.a. com swap para 98,6% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	191
HSBC USA V	1,8471% a.a. com swap para 97% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	38
Mizuho Bank	1,7260% a.a. com swap para 96,02% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	341
Bank of Tokyo	0,5486% a.a. com swap para 98% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	CP	CP	-	188
HSBC France	8,459% a.a. com swap para 103% do CDI	10.2020	Principal: 10.2020 Juros: Semestrais	348	334	-	-
Scotiabank	3,3710% a.a. com swap para IPCA + 5,2% a.a.	11.2022	Principal: 11.2022 Juros: Semestrais	658	669	-	-
Bank of Tokyo	1,9429% a.a. com swap para 101,4% CDI	10.2018	Principal: 10.2018 Juros: Semestrais	664	667	-	-
Controladas:				CP	CP		
Hidropower - Banco do Brasil	8,08% a.a.	10.2017	Mensais			3	7
Companhia Energética Estreito							
BNDES – Crédito Social	TJLP	06.2018	Mensais	1	3	8	14
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais	632	644	692	736
Repasse BNDES (Bancos) ^(b)	TJLP + 2,95% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais	429	438	470	499
Ibitiúva							
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	8	9	13	17
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. ^(a)	01.2021	Mensais	10	11	15	19
Ferrari							
BNDES	TJLP + 1,91% a.a. ^(a)	06.2021	Mensais	14	15	19	23
BNDES Ampliação	TJLP + 1,76% a.a. ^(a)	07.2032	Mensais	40	41	44	44
Repasse BNDES (Bancos) ^(b)	TJLP + 3,40% a.a. ^(a)	06.2021	Mensais	6	7	8	10
Complexo Eólico Trairi ^(c)							
BNDES	TJLP + 2,51% a.a. ^(a)	07.2029	Mensais	269	274	294	313
BNDES – Crédito Social	TJLP	07.2029	Mensais	1	1	2	2
Beberibe ^(d) - BNDES	TJLP + 3,5% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	-	-	-	74
Pedra do Sal ^(d) - BNDES	TJLP + 1,92% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	-	-	-	50
Areia Branca ^(d) - BNDES	TJLP + 2,5% a.a. ^(a)	06.2024	Mensais	-	-	-	41


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		Valores em R\$ milhões			
		Venc.	Principal e juros	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Controladas:							
Complexo Eólico Santa Mônica ^(a) - BNDES	TJLP + 2,18% a.a. ^(b)	05.2033	Mensais	290	293	-	-
Jaguara - Banco J. Safra S.A.	104,9% a.a. sobre Δ Taxa DI	11.2018	Principal: 11.2018 Juros: 11.2018	1.349	1.326	-	-
Miranda - Banco J. Safra S.A.	104,9% a.a. sobre Δ Taxa DI	11.2018	Principal: 11.2018 Juros: 11.2018	797	784	-	-

^(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

^(b) Os bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.

^(c) Financiamento do Projeto Trairi, composto pelas seguintes empresas: Trairi, Mundaú, Guajiru e Fleixeiras I.

^(d) Em 31.10.2017, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias da ECP nas subsidiárias Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A. e Hidrelétrica Areia Branca S.A., após terem sido atingidas todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações.

^(e) Financiamento do Projeto Santa Mônica, composto pelas empresas: Santa Mônica, Cacimbas, Estrela e Ouro Verde.

Informações adicionais sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e notas promissórias de valores mais relevantes da Companhia e de suas controladas

Os saldos em 31.03.2018, 31.12.2017, 31.12.2016 e 31.12.2015 dos contratos abaixo listados se encontram na tabela do item f(i) anteriormente apresentada.

ENGIE Brasil Energia

- Nordic Investment Bank

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao *Nordic Investment Bank* (NIB). Em 31.03.2018 o saldo desse empréstimo era de R\$ 129 milhões. O prazo de amortização é de 7 anos, a partir de outubro de 2015, e os encargos financeiros sobre o empréstimo são IPCA + 3,55% ao ano.

- BNDES – Modernização

Em setembro de 2014, a Companhia assinou contrato com o BNDES para financiamento da modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo. Em 31.03.2018 o saldo do empréstimo era de R\$ 154 milhões. Do total do financiamento, cerca de 99% tem juros equivalentes a TJLP + 2,26% e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020 e aproximadamente 1% tem juros correspondentes a TJLP e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020.

- BNDES – Usina Hidrelétrica São Salvador e Repasse BNDES (Bancos)

Em março de 2007, a Companhia Energética São Salvador ("CESS") contratou com o BNDES e seus Bancos Repassadores – Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim para a construção da Usina Hidrelétrica São Salvador. A CESS foi incorporada em dezembro de 2013 pela Companhia. Em 31.03.2018 o saldo do empréstimo era de R\$ 92 milhões.

- Empréstimos tomados em moeda estrangeira

A Companhia contratou, nos anos de 2016 e 2017, empréstimos em moeda estrangeira com os bancos HSBC USA, Mizuho Bank, Bank of Tokyo e Scotiabank.

Em 2017, os recursos foram captados com a finalidade, principalmente, de financiar o pagamento de parte do Bônus pela Outorga das concessões das controladas Jaguara e Miranda, bem como de refinanciar dívidas que estavam vencendo e dar continuidade a implementação do plano de negócios da Companhia.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- BNDES e Repasse BNDES (Bancos) – Empreendimentos hidrelétricos

Os financiamentos de empreendimentos hidrelétricos têm estas garantias: (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Além dessas garantias, para o contrato da CEE, há também o penhor dos dividendos a serem pagos pela Companhia à sua controladora, ENGIE.

- BNDES – Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), Biomassa e Eólicos

As garantias dos projetos de PCH, biomassa e eólicos são estas: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Companhia.

- Notas promissórias - Jaguará e Miranda

As notas promissórias são garantidas por aval prestado pela controladora ENGIE Brasil Energia, compreendendo todas as obrigações principais e acessórias assumidas.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia. Em 31.03.2018, 31.12.2017, 31.12.2016 e 31.12.2015, a Companhia possuía vigentes estas emissões:

	Quantidade	Remuneração	Condições de pagamento		Valores em R\$ milhões			
			Juros / Variação		31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
			Monetária	Principal				
5ª Emissão - série única	165.000	IPCA + 6,3% a.a.	Anualmente em dezembro	3 parcelas em 12.2022/23/24	205	199	194	181
6ª Emissão - Série 1	246.600	IPCA + 6,2621% a.a.	Anualmente em julho	3 Parcelas anuais a partir de 07.2021	267	260	251	-
6ª Emissão - Série 2	353.400	IPCA + 6,2515% a.a.	Anualmente em julho	3 Parcelas anuais a partir de 07.2024	381	371	359	-

Informações adicionais sobre as debêntures

- Quinta emissão de debêntures - Série única

Em dezembro de 2014, a Companhia emitiu 165.000 debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, de série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R\$ 1 mil, perfazendo na data de emissão, o montante total de R\$ 165 milhões. Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 6,3% a.a., incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. O pagamento dessa remuneração é anual, tendo ocorrido o primeiro em 15.12.2015. O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, nas datas de 15.12.2022, 15.12.2023 e 15.12.2024. A liquidação da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 23.12.2014 e os recursos obtidos destinaram-se à modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais*g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados*

Em dezembro de 2015, a controlada indireta Ferrari Termoeletrica S.A. contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 81 milhões, para a ampliação de sua usina, dos quais R\$ 44 milhões (54,3%) foram liberados, restando R\$ 37 milhões. A expectativa de realização é até junho de 2018.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

h.1) Análise comparativa entre os resultados relativos aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017 preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

Período de 3 meses encerrado em 31 de março de					
Valores em R\$ milhões	2018	% da receita	2017	% da receita	2018 versus 2017 (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.869	100	1.606	100	16,4
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda	(430)	(23,0)	(379)	(23,6)	13,5
Transações no mercado de energia de curto prazo	(59)	(3,2)	(27)	(1,7)	118,5
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão	(112)	(6,0)	(103)	(6,4)	8,7
Custo de produção de energia elétrica	(337)	(18,0)	(310)	(19,3)	8,7
Custo dos serviços prestados	(6)	(0,3)	(7)	(0,4)	(14,3)
	(944)	(50,5)	(826)	(51,4)	14,3
LUCRO BRUTO	925	49,5	780	48,6	18,6
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(4)	(0,2)	(4)	(0,2)	-
Despesas gerais e administrativas	(44)	(2,4)	(41)	(2,6)	7,3
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	1	0,1	(100,0)
	(48)	(2,6)	(44)	(2,7)	9,1
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DOS TRIBUTOS	877	46,9	736	45,9	19,2
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	1,3	63	3,9	(60,3)
Despesas financeiras	(182)	(9,7)	(135)	(8,4)	34,8
	(157)	(8,4)	(72)	(4,5)	118,1
Resultado de Participações Societárias					
Equivalência patrimonial	(2)	(0,1)	(1)	(0,1)	100,0
	(2)	(0,1)	(1)	(0,1)	100,0
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	718	38,5	663	41,4	8,3
Imposto de renda e contribuição social	(229)	(12,3)	(212)	(13,2)	8,0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	489	26,2	451	28,2	8,4
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	0,75		0,69		

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Receita operacional líquida**

No 1T18, a receita operacional líquida apresentou aumento de 16,4% (R\$ 263 milhões), quando comparada à auferida no 1T17, passando de R\$ 1.606 milhões para R\$ 1.869 milhões. Os principais fatores que provocaram essa variação foram: (i) R\$ 113 milhões, devido ao reconhecimento de receita decorrente da operação das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), adquiridas por meio de Leilão de Concessões Não Renovadas, promovido pela Aneel, dos quais R\$ 85 milhões correspondem à remuneração do ativo financeiro e R\$ 28 milhões à receita de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) para cobrir os custos de operação e manutenção; (ii) R\$ 110 milhões, de acréscimo na receita decorrente das transações realizadas no mercado de curto prazo, em especial as realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), , mais detalhes estão apresentados no item "Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE"; e (iii) R\$ 40 milhões, decorrentes do maior volume de energia vendida, parcialmente atenuada por ligeira redução do preço médio de venda para consumidores livres.

- Preço médio líquido de vendas

O preço médio de venda de energia, líquido das exportações e dos tributos sobre a receita, atingiu R\$ 177,76/MWh no 1T18, 1,1% abaixo do obtido no 1T17, cujo valor foi de R\$ 179,69/MWh. A redução do preço ocorreu, essencialmente, em razão dos novos contratos de venda de energia para clientes industriais com preços inferiores à média dos contratos existentes ou finalizados.

- Volume de vendas

A quantidade de energia vendida passou de 8.694 GWh (4.025 MW médios) no 1T17 para 9.016 GWh (4.174 MW médios) no 1T18, aumento de 322 GWh (149 MW médios) entre os períodos comparados. Tais variações decorreram, substancialmente, da combinação do acréscimo de venda de energia para comercializadoras, inclusive operações de trading, parcialmente atenuado pela redução de vendas para distribuidoras decorrente do Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits (MCSO) e à queda de consumo de clientes industriais.

Custos da venda de energia e dos serviços prestados

Os custos da venda de energia e serviços foram elevados em R\$ 118 milhões ou 14,3% entre os trimestres comparados, passando de R\$ 826 milhões no 1T17 para R\$ 944 milhões no 1T18. Tais variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- **Energia elétrica comprada para revenda:** elevação de R\$ 51 milhões (13,5%) no 1T18, em comparação ao 1T17, reflexo, sobretudo, às compras de energia elétrica destinadas para operações de trading no valor de R\$ 43 milhões (101 MW médios), e ao aumento no preço médio líquido, devido a novas contratações com preços superiores à média dos contratos vigentes ou finalizados, compensada, parcialmente compensada pela redução de compras de médio e de longo prazo para a gestão do portfólio da Companhia. Adicionalmente, a energia elétrica comprada para operações de trading e não vendida para comercializadoras foi liquidada na CCEE.

- **Transações no mercado de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE:** os custos com essas transações foram de R\$ 32 milhões (118,5%) superiores no 1T18, em relação ao 1T17. Mais detalhes estão descritos a seguir em item específico.

- **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** elevação de R\$ 9 milhões (8,7%) no 1T18, em relação ao 1T17, principalmente, do reajuste anual das tarifas de transmissão e de reconhecimento no 1T18 dos encargos relativos à parcela de energia das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda comercializada no ACL.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo de produção de energia elétrica

- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** decréscimo de R\$ 6 milhões (22,0%) na comparação do 1T18 com o mesmo trimestre de 2017 devido, basicamente, à paralização das operações da Usina Termelétrica William Arjona no primeiro trimestre de 2017, em função de sua inviabilidade econômica, motivada pela elevação do custo do gás.

- **Pessoal:** aumento de R\$ 2 milhões (3,4%) no 1T18 em relação ao 1T17, em virtude, majoritariamente, do reajuste anual da remuneração e dos benefícios dos empregados.

- **Materiais e serviços de terceiros:** acréscimo de R\$ 9 milhões (21,5%) na comparação do 1T18 com o mesmo trimestre de 2017, em razão, basicamente, do reconhecimento dos custos de operação e manutenção, no 1T18, das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, e do Complexo Eólico Santa Mônica, que no 1T17 teve parte desses custos cobertos pelo fornecedor dos aerogeradores.

- **Depreciação e amortização:** elevação de R\$ 19 milhões (13,0%) no 1T18, em relação ao 1T17, resultante, substancialmente, dos seguintes itens: (i) amortização de ativo intangível referente à aquisição das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda; (ii) depreciação de grandes manutenções realizadas na unidade A do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda em meados de 2017; e (iii) entrada em operação comercial da Usina Fotovoltaica Assú V, em 23 de dezembro de 2017.

Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia cujo objetivo principal é a gestão da exposição da Companhia na CCEE. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal, portanto, de curto prazo, dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas à PLD, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados numa fatura única (a receber ou a pagar), exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cumpre ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura dos períodos em análise, sendo esse o motivo para a criação deste tópico. Assim, ele permite analisar oscilações dos principais elementos, apesar de terem sido alocados ora na receita, ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada (GSF - Generation Scaling Factor), que ocorre quando a geração das usinas que integram o MRE, em relação à energia alocada, é menor ou maior (Energia Secundária); (iii) do chamado “risco de submercado”; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que será liquidada ao valor do PLD.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No 1T18 e no 1T17, os resultados líquidos (diferença entre receitas e custos – deduzidos dos tributos incidentes sobre as receitas e os custos) decorrentes de transações de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE, foram positivos em R\$ 88 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 78 milhões entre os períodos comparados.

DP

A variação entre os trimestres é consequência, essencialmente, da combinação destes fatores: (i) aumento dos efeitos positivos decorrente de energia secundária; (ii) efeito positivo proveniente da diferença de preços entre os submercados Norte e Sudeste no 1T18 e entre os submercados Nordeste e Sudeste no 1T17; (iii) aumento do déficit de geração termelétrica devido à menor geração dessa fonte; (iv) redução de receita no MRE em razão do decréscimo de geração hidrelétrica no período; e (v) redução da posição devedora na CCEE, fruto da estratégia de alocação dos recursos hídricos do ano de 2018.

Cabe considerar que o aumento do PLD médio em 2018, conforme a seguir informado, contribuiu para o aumento dos efeitos negativos da geração termelétrica e da posição compradora no 1T18 da CCEE e, em contrapartida, para a elevação do efeito positivo fruto da energia secundária.

Na comparação entre os trimestres, o PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste aumentou 25,9%, passando de R\$ 155,37/MWh no 1T17 para R\$ 195,61/MWh no 1T18. Adicionalmente, o PLD do submercado Norte caiu 5,1%, passando de R\$ 79,10 para R\$ 75,10, e o PLD médio do submercado Nordeste reduziu de R\$ 195,97/MWh no 1T17 para R\$ 191,56/MWh no 1T18, ou seja, 2,3%.

Resultado financeiro

- **Receitas financeiras:** no 1T18, as receitas atingiram R\$ 25 milhões, isto é, R\$ 38 milhões ou 60,3% abaixo dos R\$ 63 milhões auferidos no 1T17, em razão, substancialmente: (i) da redução de R\$ 36 milhões na receita com aplicações financeiras, em virtude do menor volume de recursos investidos e da queda na taxa de juros; e (iii) da diminuição de R\$ 2 milhões na variação monetária de depósitos judiciais.

- **Despesas financeiras:** as despesas no 1T18 foram de R\$ 182 milhões ou seja, R\$ 47 milhões ou 34,8% além das registradas no 1T17, que foram de R\$ 135 milhões. As principais variações observadas foram: (i) reconhecimento de R\$ 36 milhões de juros sobre notas promissórias, emitidas em novembro de 2017, para pagamento de parte do bônus de outorga na aquisição das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda; (ii) aumento de R\$ 12 milhões na variação monetária e de R\$ 4 milhões nos juros sobre as concessões a pagar; e (iii) decréscimo de R\$ 5 milhões nos juros e na variação monetária sobre provisões e passivo atuarial.

Equivalência Patrimonial

No 1T18 foi reconhecido R\$ 2 milhões como resultado negativo de equivalência patrimonial da ENGIE Solar, enquanto que no mesmo período de 2017 o resultado negativo de equivalência patrimonial da ENGIE Solar foi de R\$ 1 milhão.

AS
RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

Exercício findo em 31 de dezembro de					
Valores em R\$ milhões	2017	% da receita	2016	% da receita	2017 versus 2016 (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.010	100	6.442	100	8,8
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda	(1.746)	(24,9)	(1.643)	(25,5)	6,3
Transações no mercado de energia de curto prazo	(360)	(5,1)	(182)	(2,8)	97,8
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão	(423)	(6,0)	(397)	(6,2)	6,5
Custo de produção de energia elétrica	(1.444)	(20,6)	(1.449)	(22,5)	(0,3)
Custo dos serviços prestados	(31)	(0,4)	(30)	(0,5)	3,3
	(4.004)	(57,1)	(3.701)	(57,5)	8,2
LUCRO BRUTO	3.006	42,9	2.741	42,5	9,7
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(17)	(0,2)	(17)	(0,3)	-
Despesas gerais e administrativas	(179)	(2,6)	(185)	(2,8)	(3,2)
Provisão para redução ao valor recuperável	(18)	(0,3)	(121)	(1,9)	(85,1)
Resultado na alienação de investimentos	57	0,8	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	4	0,1	7	0,1	(42,9)
	(153)	(2,2)	(316)	(4,9)	(51,6)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DOS TRIBUTOS	2.853	40,7	2.425	37,6	17,6
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	223	3,2	398	6,2	(44,0)
Despesas financeiras	(450)	(6,4)	(753)	(11,6)	(40,2)
	(227)	(3,2)	(355)	(5,4)	(36,1)
Resultado de Participações Societárias					
Equivalência patrimonial	(2)	-	(3)	-	(33,3)
	(2)	-	(3)	-	(33,3)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	2.624	37,5	2.067	32,2	26,9
Imposto de renda e contribuição social	(619)	(8,8)	(519)	(8,1)	19,3
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.005	28,7	1.548	24,1	29,5
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	3,07		2,37		

AS
RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida passou de R\$ 6.442 milhões em 2016 para R\$ 7.010 milhões em 2017, ou seja, elevação de R\$ 568 milhões ou 8,8%. Esse aumento decorreu essencialmente destas combinações: (i) R\$ 350 milhões – aumento da receita nas operações realizadas no mercado de curto prazo, em especial as na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), , mais detalhes estão apresentados no item “Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE”; (ii) R\$ 165 milhões – maior volume de venda de energia; e (iii) R\$ 48 milhões – receita resultante da operação das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda.

- Preço médio líquido de vendas

O preço médio de venda de energia, líquido dos encargos sobre a receita, atingiu R\$ 180,39/MWh, 0,2% inferior ao praticado em 2016, que foi de R\$ 180,68/MWh. A redução do preço ocorreu, essencialmente, da venda a consumidores livres da energia descontratada com distribuidoras, em função do término do contrato de Leilão de Energia Existente, no fim de 2016, com preços inferiores aos anteriormente praticados.

- Volume de vendas

Em 2017, o volume de venda de energia foi de 35.761 GWh (4.082 MW médios), contra 34.789 GWh (3.961 MW médios) registrados em 2016, acréscimo de 972 GWh (121 MW médios) ou 2,8%. Tal variação decorreu, substancialmente, da combinação do acréscimo de venda de energia convencional para comercializadoras e de energia incentivada para consumidores livres, e também, pela entrada em operação comercial do Complexo Eólico Santa Mônica, que possui garantia física de 47,4 MW médios e cuja maioria dos parques eólicos entraram em operação comercial no início de 2017.

Custos da venda de energia e dos serviços prestados

Os custos da venda de energia e serviços foram elevados em R\$ 303 milhões (8,2%), entre os anos comparados, passando de R\$ 3.701 milhões em 2016 para R\$ 4.004 milhões no ano em análise. Tal variação decorre, majoritariamente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- Energia elétrica comprada para revenda: acréscimo em 2017 de R\$ 103 milhões em relação a 2016, decorrente dos seguintes itens: (i) R\$ 393 milhões – elevação de 2.346 GWh (672 MW médios) nas compras de médio e longo prazos; e (ii) R\$ 290 milhões – redução do preço médio destas aquisições, motivada principalmente pelo encerramento de contratos de aquisição de energia com preços superiores à média de preços praticados nos contratos vigentes e em novas contratações.

- Transações no mercado de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE: Entre os exercícios de 2016 e 2017, ocorreu aumento de R\$ 178 milhões desses custos. Mais detalhes estão descritos a seguir em item específico.

- Encargos de uso de rede elétrica e conexão: elevação de R\$ 26 milhões (6,6%) entre os exercícios de 2016 e 2017, decorrente, principalmente, do reajuste anual das tarifas de transmissão.

Custo de produção de energia elétrica

- Combustíveis para produção de energia elétrica: acréscimo de R\$ 314 milhões em 2017, em relação a 2016, devido, basicamente, ao reconhecimento de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017, no valor total de R\$ 355 milhões.

AUS

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

DP

- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (royalties):** queda de R\$ 74 milhões entre os anos de 2016 e 2017, refletindo, principalmente, a menor geração das usinas hidrelétricas no período analisado, bem como a redução da Tarifa Atualizada de Referência (TAR) no ano de 2017.

DP

- **Pessoal:** redução de R\$ 25 milhões em 2017, em relação a 2016, resultante, substancialmente, da readequação do quadro de empregados e da redução de custos decorrentes do Plano de Demissão Voluntária (PDV), encerrado em novembro de 2016.

PP

- **Materiais e serviços de terceiros:** em 2017 ocorreu aumento de R\$ 23 milhões se comparado a 2016, reflexo, essencialmente, dos seguintes itens: (i) reconhecimento de ganhos extraordinários no 1T16, no valor de R\$ 15 milhões, decorrentes da recuperação de crédito de PIS e Cofins incidentes sobre materiais e serviços de terceiros; e (ii) pagamento em 2017 de honorário de êxito decorrente de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017.

DP

- **Depreciação e amortização:** ampliação de R\$ 18 milhões em 2017, em relação a 2016, em decorrência, sobretudo, dos seguintes aspectos: (i) entrada em operação comercial do Complexo Eólico Santa Mônica; e (ii) amortização de ativo intangível referente à aquisição das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda no Leilão 001/2017 promovido pela Aneel em 29.09.2017. Tal variação foi parcialmente atenuada pela diminuição da depreciação sobre os ativos de geração termelétrica reduzidos por "impairment".

DP

- **Reversão de provisões operacionais, líquidas:** efeito positivo de R\$ 264 milhões em 2017, em relação a 2016. A variação apresentada resultou, sobretudo, da assinatura e homologação judicial de acordo de preço do gás natural para geração de energia elétrica entre a Companhia e o fornecedor do combustível, ocasionando, assim, a reversão no 2T17 do valor contabilizado como provisão, no valor de R\$ 219 milhões. Adicionam-se a reversão de provisão para perda na venda de óleo combustível da Usina Termelétrica Alegrete, que está em processo de devolução à União, e a provisão para custos a incorrer no processo de descomissionamento da Usina Termelétrica Charqueadas. As reversões se devem ao fato de a Companhia estar incorrendo em perdas e custos inferiores aos inicialmente estimados.

CP

Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia cujo objetivo principal é a gestão da exposição da Companhia na CCEE. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal – e, portanto, de curto prazo – dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas à PLD, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados numa fatura única (a receber ou a pagar), exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cumpre ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura dos períodos em análise, sendo esse o motivo para a criação deste tópico. Assim, permite analisar oscilações dos principais elementos, apesar de terem sido alocados ora na receita, ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do fator de ajuste da garantia física (GSF – *Generation Scaling Factor*), que ocorre quando a geração das usinas que integram o MRE, em relação à energia alocada, é menor ou maior (Energia Secundária); (iii) do chamado “risco de submercado”; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que será liquidada ao valor do PLD ^{CP} ^{DP}

No acumulado de 2017, o resultado líquido fruto de transações de curto prazo – em especial as realizadas na CCEE, foi positivo em R\$ 107 milhões. Já em 2016 tivemos um resultado negativo de R\$ 65 milhões, ou seja, entre os anos comparados uma variação favorável de R\$ 172 milhões

Essa variação é consequência, fundamentalmente, da combinação destes fatores: (i) maior receita auferida com a posição credora na CCEE (posição *long*), fruto da estratégia de alocação dos recursos hídricos, aliada à ativa gestão do portfólio; (ii) reconhecimento dos efeitos decorrentes da recontabilização resultante da elevação do Custo Variável Unitário (CVU) da Usina Termelétrica Willian Arjona, após o acordo judicial com o fornecedor de gás natural; (iii) resultado positivo da geração termelétrica. Apesar da menor geração em 2017, houve redução da garantia física relacionada à essa fonte em razão do encerramento da operação da Usina Termelétrica Charqueadas, no fim de 2016; (iv) reconhecimento de recomposição de receita na CCEE em razão da indenização de sinistro ocorrido em unidade geradora da Companhia; (v) incremento dos efeitos negativos do GSF, já deduzido dos efeitos positivos da repactuação do risco hidrológico, em razão do elevado fator de deficit de geração hidrelétrica; e (vi) redução de receita no MRE em razão da menor geração hidrelétrica no período.

No comparativo anual, o PLD médio teve um aumento de 244,1%, saindo do patamar de R\$ 93,16 para R\$ 320,59 ao fim de 2017. Importante considerar que o aumento do PLD médio em 2017, conforme anteriormente informado, contribuiu consideravelmente para a elevação dos efeitos positivos do excedente de energia liquidado na CCEE e do maior despacho termelétrico, bem como para o aumento dos efeitos negativos decorrentes da aplicação do GSF.

Provisão para redução ao valor recuperável ^{CP} ^{AP}

Em 2017, a Companhia reconheceu complemento de provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos no montante de R\$ 18 milhões, inicialmente reconhecida em 2016 no valor de R\$ 121 milhões. Do total provisionado em 2017, R\$ 16 milhões (R\$ 45 milhões em 2016) correspondem aos ativos de geração termelétrica e R\$ 2 milhões (R\$ 76 milhões em 2016) aos ativos não operacionais do Projeto Termelétrico Jacuí, gerando um efeito positivo de R\$ 103 milhões na comparação entre os anos. ^{CP} ^{DP}

Em 31 de outubro de 2017, após o cumprimento das condições precedentes contratadas, a Companhia efetivou a venda das controladas Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, reconhecendo, no 4T17, o resultado na alienação de investimentos no montante de R\$ 57 milhões.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Resultado financeiro**

- Receitas financeiras: No comparativo entre os anos, as receitas financeiras reduziram **R\$ 175 milhões** **(44,0%)**, passando de **R\$ 398 milhões** em 2016 para **R\$ 223 milhões** em 2017. Essa variação é explicada, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) decréscimo de **R\$ 128 milhões** na receita com aplicações financeiras, em razão do menor volume de recursos investidos e da queda na taxa de juros; (ii) redução de **R\$ 39 milhões** na variação monetária, oriundos de decisão favorável à Companhia em disputa judicial em 2016 de cobrança de atualização de valores a receber de um agente do setor; (iii) diminuição de **R\$ 14 milhões** na variação monetária sobre contas a receber devido à inadimplência na liquidação financeira da CCEE em 2016; (iv) elevação de juros sobre valores de imposto de renda e contribuição social a compensar relativos aos anos anteriores de **R\$ 9 milhões**; e (v) decréscimo de **R\$ 4 milhões** na variação monetária de depósitos judiciais.

- Despesas financeiras: Em base anual, as despesas reduziram de **R\$ 753 milhões** em 2016 para **R\$ 450 milhões** em 2017, ou seja, **R\$ 303 milhões** (ou **40,2%**), resultado da combinação, fundamentalmente, destas variações: (i) diminuição de **R\$ 136 milhões** na variação monetária sobre as concessões a pagar, visto a queda dos índices inflacionários; (ii) reconhecimento em 2016 de **R\$ 58 milhões** de variação monetária sobre os valores a pagar na CCEE que estavam pendentes de pagamento em razão das liminares que impediam a CCEE de aplicar o GSF; e (iii) decréscimo de **R\$ 103 milhões** nos juros e na variação monetária sobre dívidas, em virtude de decréscimo de endividamento no decorrer do ano de 2017 e queda da inflação.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

As despesas com IR e CSLL no ano aumentaram em **R\$ 100 milhões**, passando de **R\$ 519 milhões** em 2016 para **R\$ 619 milhões** em 2017. O acréscimo decorreu, substancialmente, da elevação do lucro antes dos tributos, parcialmente atenuada pelo início dos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) – Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – Usina Hidrelétrica de Estreito, concedidos em 2017. A taxa efetiva de IR e CSLL em 2017 foi de **23,6%** ante 25,1% em 2016.

Equivalência Patrimonial

Em 2017 foi reconhecido **R\$ 2 milhões** como resultado negativo de equivalência patrimonial da ENGIE Solar.

AS
 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h.2) Comparação entre os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 preparados de acordo com o IFRS e os CPC

Valores em R\$ milhões	ATIVO									
	31.03.2018		31.12.2017		31.12.2016		31.12.2015		31.12.2014	
	BP	AP	BP	AP	BP	AP	BP	AP	BP	AP
ATIVO CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	716	1.930	1.815	12,6	2.397	15,7	(62,9)	6,3	(24,3)	
Contas a receber de clientes	1.149	1.058	824	5,7	774	5,1	8,6	28,4	6,5	
Valores a receber pela alienação de investimentos	113	112	-	-	-	-	0,9	100,0	-	
Estoques	138	98	106	0,7	89	0,6	40,8	(7,5)	19,1	
Depósitos vinculados	8	15	9	0,1	8	0,1	(46,7)	66,7	12,5	
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	26	26	26	0,2	26	0,2	-	-	-	
Ativo financeiro de concessão	255	302	-	-	-	-	(15,6)	100,0	-	
Outros ativos circulantes	254	189	155	1,1	1.050	6,9	34,4	21,9	(85,2)	
	2.659	5.730	2.935,0	20,4	4.344	28,6	(28,7)	27,1	(32,4)	
Ativo não circulante mantido para venda	54	6	420	2,9	87	0,6	800,0	(98,6)	382,8	
	2.713	5.736	3.355	23,3	4.431	29,2	(27,4)	11,4	(24,3)	
ATIVO NÃO CIRCULANTE										
Realizável a Longo Prazo										
Depósitos vinculados	244	231	186	1,3	158	1,0	5,6	24,2	17,7	
Depósitos judiciais	102	101	150	1,0	132	0,9	1,0	(32,7)	13,6	
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	138	145	171	1,2	197	1,3	(4,8)	(15,2)	(13,2)	
Ativo financeiro de concessão	2.282	2.245	-	-	-	-	1,6	100,0	-	
Outros ativos não circulantes	102	105	105	0,7	230	1,3	(2,9)	-	(54,3)	
	2.868	2.827	612	4,2	717	4,5	1,5	361,9	(14,6)	
Investimentos	18	19	5	-	-	-	(5,3)	280,0	100,0	
Imobilizado	12.039	11.678	10.195	70,7	9.898	64,7	3,1	14,5	3,0	
Intangível	1.299	1.309	253	1,8	243	1,6	(0,8)	417,4	4,1	
	16.224	15.833	11.065	76,7	10.858	70,8	2,5	43,1	1,9	
TOTAL	18.937	19.569	14.420	100,0	15.289	100,0	(3,2)	35,7	(5,7)	

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Valores em R\$ milhões	31.03.2018	%	31.12.2017	%	31.12.2016	%	31.12.2015	%	31.12.2016 VERSUS 31.12.2015 (%)
PASSIVO CIRCULANTE									
Fornecedores	551	2,9	617	3,2	371	2,6	574	3,8	66,3 (35,4)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7	-	1.301	6,6	372	2,6	271	1,8	249,7 37,3
Empréstimos e financiamentos	956	5,0	948	4,8	283	2,0	1.713	11,2	235,0 (83,5)
Debitores e notas promissórias	2.177	11,5	2.118	10,9	17	0,1	-	-	2.417,6 100,0
Concessões a pagar	68	0,4	57	0,3	65	0,5	61	0,4	3,1 6,6
Imposto de renda e contribuição social a pagar	108	0,6	131	0,9	81	0,6	18	0,1	123,5 350,0
Outras obrigações fiscais e regulatórias	100	0,5	94	0,5	89	0,6	97	0,6	6,4 (8,2)
Obrigações trabalhistas	108	0,6	95	0,5	95	0,7	108	0,7	13,7 (12,0)
Provisões	11	0,1	12	0,1	35	0,2	26	0,2	(8,3)
Obrigações com benefícios de aposentadoria	31	0,2	31	0,2	27	0,2	22	0,1	14,8 22,7
Outros passivos circulantes	211	1,0	203	1,0	207	1,3	87	0,6	(1,9) 137,9
	4.328	22,8	5.677	29,0	1.642	11,4	2.977	19,5	245,7 (44,8)
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	-	-	159	1,1	-	-	(100,0) 100,0
	4.328	22,8	5.677	29,0	1.801	12,5	2.977	19,5	145,7 55,2
PASSIVO NÃO CIRCULANTE									
Empréstimos e financiamentos	2.797	14,8	2.858	14,7	2.001	13,9	2.353	15,4	43,3 (15,0)
Debitores	822	4,3	812	4,1	787	5,3	181	1,2	3,2 334,8
Concessões a pagar	2.506	13,2	2.433	12,4	2.282	15,8	2.010	13,1	6,6 13,5
Provisões	80	0,4	78	0,4	292	2,0	247	1,6	(73,3) 18,2
Obrigações com benefícios de aposentadoria	281	1,5	231	1,4	272	1,9	256	1,7	3,3 6,3
Imposto de renda e contribuição social diferido	559	3,0	508	2,6	311	2,2	559	3,7	10,0 (44,4)
Outros passivos não circulantes	240	1,3	77	0,4	60	0,4	64	0,4	28,3 (6,3)
	7.285	38,5	7.037	36,0	6.005	41,7	5.670	37,1	17,5 5,9
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social	2.829	14,9	2.829	14,5	2.829	19,6	2.446	16,0	- 15,7
Reservas de capital	-	-	-	-	-	-	92	0,6	- (100,0)
Reservas de lucros	2.974	15,8	2.954	15,2	2.926	20,3	2.853	18,5	1,3 3,3
Aumento de capital e dividendos propostos	637	3,4	637	3,3	410	2,8	300	3,3	55,4 (18,0)
Ajustes de avaliação patrimonial	388	2,0	401	2,0	446	3,1	769	5,0	(3,2) (42,0)
Lucro líquido do período	492	2,6	-	-	-	-	-	-	100,0 -
Participação de acionista não controlador	4	-	6.831	-	6.611	-	6.640	-	7,2 3,3
	7.320	38,7	6.835	35,0	6.614	45,8	6.642	43,4	53,3 50,0
TOTAL	18.937	100,0	19.559	100,0	14.420	100,0	15.289	100,0	35,7 (5,7)

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOMIATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.03.2018 e 31.12.2017

Ativo circulante**Caixa e equivalentes de caixa**

A redução de R\$ 1.214 milhões resultou da seguinte combinação: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R\$ 701 milhões; (ii) aquisição de investimentos no montante de R\$ 1 milhão; (iii) aplicação de R\$ 460 milhões em ativos imobilizado e intangível; (iv) amortização de R\$ 67 milhões de empréstimos e financiamentos; (v) pagamento de parcelas de concessões no montante de R\$ 17 milhões; (vi) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$ 1.357 milhões e (vii) R\$ 13 milhões de outras aplicações em atividades de financiamento.

Contas a receber de clientes

O crescimento de R\$ 91 milhões deve-se, principalmente, ao acréscimo das transações no mercado de energia de curto prazo.

Estoques

O valor contábil dos insumos para produção de energia elétrica apresentou aumento de R\$ 50 milhões principalmente em decorrência da aquisição compulsória no 1T18 do carvão mineral pertencente à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) sob gestão da Companhia na data-base de 31.12.2016, deduzido do estoque estratégico da CDE que será mantido pela Companhia, conforme previsto na REN 801/2017 da Aneel. Tal aumento foi parcialmente atenuado pela redução do saldo de almoxarifado no período.

Outros ativos circulantes

O aumento de R\$ 65 milhões decorre, principalmente, do reconhecimento no 1T18 de valores a serem reembolsados devido à constituição pela Companhia de estoque estratégico CDE, conforme previsto na REN 801/2017. O reembolso deverá ocorrer ao longo de 2018.

Ativo não circulante mantido para venda

Em 20.02.2018, a Aneel deferiu a revogação da autorização da Usina Termelétrica William Arjona em atendimento à solicitação da Companhia, visto a inviabilidade econômico-financeira da Usina em função da elevação do custo do gás natural. Também em fevereiro de 2018, a Companhia finalizou a prospecção de agentes de mercado para a intermediação da alienação dos ativos da Usina. Em decorrência do atual estágio em que se encontra o processo de alienação dos ativos, a Companhia, no 1T18, passou a registrar a totalidade dos estoques e do ativo imobilizado relacionados à Usina, nos montantes de R\$ 10 milhões e R\$ 38 milhões, respectivamente, no ativo não circulante mantido para venda.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais geraisAtivo não circulante**Realizável a longo prazo****Imobilizado**

O aumento em R\$ 361 milhões é decorrente dos seguintes itens: (i) aquisições de ativos no montante de R\$ 505 milhões; (ii) depreciação de R\$ 157 milhões; (iii) capitalização de R\$ 57 milhões de juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; (iv) reclassificação para ativo mantido para venda no montante de R\$ 38 milhões e (v) baixas de ativos de R\$ 6 milhões.

Passivo circulante**Fornecedores**

Os principais fatores que resultaram na redução de R\$ 66 milhões de fornecedores foram: (i) redução de fornecedores de energia elétrica e materiais e serviço; (ii) redução do saldo a pagar de combustíveis fósseis e biomassa, em decorrência da liquidação de uma parcela de carvão a pagar às carboníferas; (iii) aumento de fornecedores de imobilizado, impactado, substancialmente, por aquisições decorrentes da construção da Usina Termelétrica Pampa Sul; e (iv) aumento de transações realizadas no mercado de curto prazo.

Dividendos e juros sobre capital próprio

A redução de R\$ 1.294 milhões decorre do pagamento de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, ambos referentes ao exercício de 2017, em 10.01.2018 e 27.03.2018, respectivamente.

Debêntures e Notas Promissórias

O aumento de R\$ 59 milhões nos passivos circulante e não circulante, decorre do reconhecimento de juros e variação monetária.

Concessões a pagar

A variação desta rubrica está descrita no item "Concessões a pagar" do "Passivo não circulante".

Imposto de renda e contribuição social a pagar

A redução de R\$ 73 milhões ocorreu, principalmente, pelo pagamento do imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio do exercício de 2017.

Passivo não circulante**Empréstimos e financiamentos**

O decréscimo de R\$ 71 milhões é explicado pelos seguintes fatores: (i) transferência para o passivo circulante de R\$ 66 milhões das dívidas que vencerão no período de 12 meses após 31.03.2018; (ii) encargos financeiros e variação cambial de R\$ 7 milhões; e (iii) ajuste a valor justo de R\$ 12 milhões.

Debêntures e Notas Promissórias

A variação desta rubrica está descrita no item "Debêntures e Notas Promissórias", no item "Passivo circulante".

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Concessões a pagar**

O incremento no circulante e não circulante de R\$ 74 milhões decorre do seguinte: (i) juros e variação monetária de R\$ 92 milhões; e (ii) amortizações de R\$ 18 milhões.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O incremento de R\$ 51 milhões decorre, basicamente, da combinação dos seguintes impactos nos tributos diferidos: (i) reconhecimento de tributos diferidos sobre as diferenças decorrentes do ativo financeiro de concessão das controladas Jaguará e Miranda; (ii) realização da provisão para redução ao valor recuperável de ativos; e (iii) constituição de tributos diferidos sobre os juros capitalizados.

Outros passivos não circulantes

O aumento de R\$ 163 milhões decorre, substancialmente, de: (i) reconhecimento de valores a pagar devido a aquisição compulsória no 1T18 do carvão mineral pertencente à CDE sob gestão da Companhia na data-base de 31.12.2016, em função da REN 801/2017, o qual será liquidado em 5 anos; (ii) aumento de perdas não realizadas em operações de *hedge* de valor justo; e (iii) reconhecimento de imposto de renda e contribuição social a pagar.

Patrimônio líquido

O aumento de R\$ 489 milhões decorreu do lucro líquido do período de três meses findo em 31.03.2018.

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.12.2017 e 31.12.2016**Ativo circulante****Caixa e equivalentes de caixa**

O aumento de R\$ 115 milhões resultou da seguinte combinação: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R\$ 2.831 milhões, excluindo o pagamento da bonificação pela outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, no valor de R\$ 2.499 milhões; (ii) aquisição de investimentos no montante de R\$ 37 milhões; (iii) aplicação de R\$ 1.905 milhões e R\$ 1.051 milhões em ativos imobilizado e intangível, respectivamente; (iv) recebimento pela alienação dos investimentos nas subsidiárias Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca no valor de R\$ 212 milhões; (v) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$ 839 milhões; (vi) amortização de R\$ 505 milhões de empréstimos e financiamentos; (vii) captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos e de notas promissórias, nos montantes de R\$ 1.952 milhões e R\$ 2.096 milhões, respectivamente, destinados, substancialmente, ao pagamento do bônus pela outorga das controladas Jaguará e Miranda; (viii) pagamento de parcelas de concessões no montante de R\$ 69 milhões; (ix) aplicação de R\$ 27 milhões em depósitos vinculados ao serviço da dívida; e (x) R\$ 44 milhões de outras aplicações em atividades de investimento e financiamento.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais*Contas a receber de clientes* ^{DP}

O crescimento de R\$ 234 milhões deve-se, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos decorrentes da recontabilização de valores a receber na CCEE resultante da elevação do CVU da Usina Termelétrica Willian Arjona, após o acordo judicial com o fornecedor de gás natural, no valor de R\$ 178 milhões. ^{CP}

Valores a receber pela alienação de investimentos

Referem-se aos valores a receber decorrentes do fechamento da operação de alienação das controladas indiretas Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e PCH Areia Branca, ocorrido em outubro de 2017, aos quais serão recebidos em 2018, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ativo financeiro de concessão

Em 27.09.2017, a Aneel realizou o Leilão de Concessões não Prorrogadas (Leilão 001/2017), no qual a Companhia foi vencedora de dois lotes, correspondentes às concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda e consequente alocação em cotas de suas garantias físicas de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e suas alterações. ^{AP}

^{AP} A bonificação pela outorga por 30 anos das UHE Jaguará e Miranda foi de R\$ 2.171 milhões e de R\$ 1.360 milhões respectivamente. O pagamento se deu em parcela única em 30.11.2017. A Companhia procedeu ao cálculo do valor presente decorrente dos fluxos de caixa futuros da energia a ser liquidada no ACR com base na taxa de desconto que melhor representa a expectativa de retorno dessa parcela dos investimentos. O montante apurado compreende um direito incondicional da Companhia de receber caixa, atualizado pelo IPCA e pelos juros remuneratórios, durante o período de concessão.

Outros ativos circulantes ^{CP}

O aumento de R\$ 34 milhões decorre, principalmente, da combinação dos seguintes itens: (i) 14 milhões – indenizações de seguro de lucros cessantes em função de sinistro ocorrido na Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA) em dezembro de 2015, parcialmente atenuada pelo recebimento de indenização de seguro de lucros cessantes da paralização temporária de geração em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda; (ii) R\$ 11 milhões – acréscimo do saldo a compensar de imposto de renda; (iii) R\$ 7 milhões – referente a valores a receber devido a sinistros ocorridos em usinas da Companhia; (iv) R\$ 5 milhões – redução devido aos valores que estavam pendentes de recebimento de combustíveis a reembolsar referente ao mês de dezembro; e (v) R\$ 3 milhões – ganhos não realizados em operações de *hedge* contratados para cobrir os efeitos de variação cambial sobre empréstimos (*hedge* de valor justo). ^{CP}

Ativo não circulante mantido para venda ^{CP}

^{DP} A redução de R\$ 414 milhões é explicada pelos seguintes itens: (i) efetivação da venda das controladas indiretas Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca; e (ii) baixa pela alienação de bens e reconhecimento de complemento de impairment dos valores a receber do empreendimento termelétrico não operacional Jacuí.

Handwritten signature
RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Depósitos judiciais

O decréscimo de R\$ 49 milhões decorre, principalmente, da liberação de depósitos vinculados a processos transitados em julgado em favor da Companhia, no valor de R\$ 55 milhões parcialmente compensado pelo registro da variação monetária dos depósitos judiciais e ingressos em decorrência de trâmites legais na qual a Companhia está envolvida.

Os processos transitados em julgado requeriam a manutenção da sistemática de não cumulatividade para a apuração do PIS e da Cofins sobre as receitas decorrentes de contratos com “preços predeterminados”.

Ativo financeiro de concessão

A natureza da operação e a razão do acréscimo de R\$ 2.245 milhões estão descritas no “Ativo circulante”, item “Ativo financeiro de concessão”.

Imobilizado

O aumento em R\$ 1.483 milhões é decorrente dos seguintes itens: (i) aquisições de ativos no montante de R\$ 1.953 milhões; (ii) depreciação de R\$ 630 milhões; (iii) reclassificação para ativo mantido para venda no montante de R\$ 17 milhões; (iv) capitalização de R\$ 169 milhões de juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; (v) baixas de ativos de R\$ 30 milhões; e (vi) reversão de provisão para redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*) de R\$ 4 milhões.

Intangível

O acréscimo de R\$ 1.056 milhões decorreu, substancialmente, do reconhecimento de parte da bonificação pela outorga no valor de R\$ 1.031 milhão.

Passivo circulante

Fornecedores

Os principais fatores que resultaram no aumento de fornecedores foram: (i) aumento do saldo de fornecedores de combustíveis fósseis e biomassa, em função de: (i.i) reconhecimento de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017; e (i.ii) parcela de carvão à pagar às carboníferas; (ii) aumento nos fornecedores de energia elétrica comprada para revenda e de imobilizado; e (iii) redução de transações no mercado de curto prazo.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O aumento de R\$ 929 milhões decorre, principalmente, do crédito de dividendos intercalares relativo ao ano de 2017. O início dos pagamentos dos referidos dividendos ocorreu em 10.01.2018.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Empréstimos e financiamentos**

O acréscimo de **R\$ 665 milhões** ocorreu pelos seguintes fatores: (i) pagamentos de principal e juros de **R\$ 700 milhões**, nos quais estão incluídos a liquidação antecipada do financiamento da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA) e do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda junto à Bancos de Repasse do BNDES; (ii) ingressos de **R\$ 680 milhões**, devido principalmente a captações destinadas, principalmente, ao refinanciamento de dívidas que estavam vencendo, ao financiamento do pagamento de parte da bonificação pela outorga das concessões de Jaguará e Miranda e à construção do Complexo Eólico Santa Mônica; (iii) transferência de **R\$ 464 milhões** do passivo não circulante; (iv) encargos financeiros e variações cambiais de **R\$ 218 milhões**; (v) ajuste a valor justo e outros efeitos de **R\$ 5 milhões**.

Debêntures e Notas Promissórias

O aumento de **R\$ 2.111 milhões** decorre da combinação dos seguintes itens: (i) emissão de notas promissórias pelas controladas Jaguará e Miranda, com vencimento em 11.2018, no montante de **R\$ 2.096 milhões**, destinadas ao pagamento de parte da bonificação pela outorga das concessões; (ii) **R\$ 67 milhões** reconhecimento de juros e variação monetária; (iii) amortização de juros no valor de **R\$ 50 milhões**; e (iv) transferência de **R\$ 2 milhões** para o passivo não circulante.

Concessões a pagar

A variação desta rubrica está descrita no item "Concessões a pagar" do "Passivo não circulante".

Imposto de renda e contribuição social a pagar

A elevação de **R\$ 100 milhões** ocorreu, principalmente, pelo aumento do lucro real em 2017 (base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social).

Provisões

A variação no circulante e não circulante nos montantes de **R\$ 23 milhões** e **R\$ 214 milhões** respectivamente, é explicada, substancialmente, pelos seguintes itens: (i) reversão da provisão relativa ao processo de compra de combustível, em função de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017; (ii) reversão de provisão de ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS e a Eletrosul – Eletrosul Centrais Elétricas S.A., por participantes da Fundação, por meio da qual requeriam a declaração de nulidade ou, alternativamente, que fossem declaradas ineficazes as opções por eles exercidas no sentido de limitar as contribuições para a Fundação aos seus salários de contribuição, devido a acordo efetuado com autores do processo; e (iii) reversão da provisão para desmobilização da UTE Charqueadas, devido a assinatura do contrato com o fornecedor.

Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda

Em decorrência da conclusão do processo de alienação das subsidiárias Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca, os passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda foram integralmente baixados contra o resultado.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Passivo não circulante*****Empréstimos e financiamentos***

A elevação de R\$ 867 milhões é explicada pelos seguintes fatores: (i) ingresso de R\$ 1.272 milhões principalmente, em função da captação de empréstimos destinados, principalmente, ao refinanciamento de dívidas que estavam vencendo, ao financiamento do pagamento de parte da bonificação pela outorga das concessões de Jaguará e Miranda e à construção do Complexo Eólico Santa Mônica; (ii) transferência para o passivo circulante de R\$ 464 milhões das dívidas que vencerão em 2017; (iii) aumento de R\$ 14 milhões em função de reclassificação de passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda; (iv) encargos financeiros e variação cambial de R\$ 37 milhões; e (v) ajuste a valor justo de R\$ 8 milhões.

Debêntures e Notas Promissórias

A variação desta rubrica está descrita no item "Debêntures e Notas Promissórias", no item "Passivo circulante".

Concessões a pagar

O incremento no circulante e não circulante de R\$ 153 milhões decorre do seguinte: (i) juros e variação monetária de R\$ 222 milhões; e (ii) amortizações de R\$ 69 milhões.

Provisões

A variação desta rubrica está descrita no item "Provisões" do "Passivo circulante".

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O incremento de R\$ 197 milhões decorre, basicamente, da combinação dos seguintes impactos nos tributos diferidos: (i) maior depreciação acelerada fiscal de ativos elegíveis; (ii) redução do custo atribuído do imobilizado (ajuste a valor justo); (iii) constituição de tributos diferidos sobre os juros capitalizados; e (iv) remuneração e variação monetária de ativo financeiro de concessão.

Patrimônio líquido

A redução de R\$ 221 milhões decorreu da combinação do seguinte: (i) lucro líquido do exercício de 2017 de R\$ 2.005 milhões; (ii) dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio creditados relativos a 2017 de R\$ 1.364 milhões; (iii) reversão de ganhos não realizados em operações de hedge de fluxo de caixa no valor de R\$ 6 milhões; (iv) aprovação da distribuição dos dividendos propostos relativos a 2016 de R\$ 410 milhões; e (v) perda na remensuração de obrigações com benefícios de aposentadoria no montante de R\$ 4 milhões.

AS
RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição da receita operacional líquida da Companhia é a seguinte:

Em R\$ milhões	31.03.2018	%	31.03.2017	%	31.12.2017	%	31.12.2016	%	31.12.2015	%	31.03.2018 versus 31.03.2017 (%)	31.12.2017 versus 31.12.2016 (%)	31.12.2016 versus 31.12.2015 (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA													
Distribuidoras de energia elétrica	687	36,8	683	42,5	2.687	38,3	3.114	48,3	3.046	46,7	0,6	(13,7)	2,2
Comercializadoras de energia elétrica	196	10,5	114	7,1	601	8,6	320	5,0	209	3,2	71,9	87,8	53,1
Consumidores livres	719	38,5	765	47,6	3.162	45,1	2.834	44,0	2.916	44,8	(6,0)	11,6	(2,8)
Transações no mercado de curto	147	7,9	36	2,2	467	6,7	117	1,8	303	4,7	308,3	299,1	(61,4)
Remuneração e variação monetária ativo financeiro	85	4,5	-	0,0	49	0,7	-	0,0	-	0,0	100,0	100,0	-
Outras receitas	33	1,8	8	0,6	45	0,6	57	0,9	38	0,6	337,5	(21,1)	50,0
	1.869	100,0	1.606	100,0	7.010	100,0	6.442	100,0	6.512	100,0	16,4	8,8	(1,1)

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os trimestres findos em 31.03.2018 e 31.03.2017

Distribuidoras de energia elétrica

A receita de venda a distribuidoras alcançou R\$ 687 milhões no 1T18, montante 0,6% superior aos R\$ 683 milhões auferidos no 1T17. Essas variações foram ocasionadas pelos seguintes efeitos: (i) R\$ 14 milhões - elevação de 2,1% no preço médio líquido de venda; e (ii) R\$ 10 milhões - redução de 44 GWh (21 MW médios) na quantidade vendida. O decréscimo no volume de vendas entre os períodos em análise é resultado, principalmente, das reduções decorrentes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), parcialmente atenuadas pela entrada em operação da Usina Fotovoltaica Assú V. O acréscimo no preço médio líquido de vendas decorre, principalmente, da atualização monetária de contratos existentes.

Comercializadoras de energia elétrica

No 1T18, a receita operacional líquida a comercializadoras foi de R\$ 196 milhões, 71,9% superior à receita auferida no 1T17, que foi de R\$ 114 milhões. Essa ampliação resultou dos seguintes aspectos: (i) R\$ 43 milhões - aumento de 313 GWh (145 MW médios) no volume de energia vendida; (ii) R\$ 37 milhões - contratos de venda em operações de trading (89 MW médios); e (iii) R\$ 2 milhões - acréscimo de 1,5% no preço médio líquido de vendas. A variação do volume observada no trimestre em análise decorre, substancialmente, de novos contratos de venda para comercializadoras, inclusive em operações de trading. A elevação do preço ocorreu, basicamente, devido às novas contratações com preços superiores à média dos contratos vigentes ou finalizados.

Consumidores livres

A receita de venda a consumidores livres reduziu 6,0% entre os trimestres em análise, passando de R\$ 765 milhões no 1T17 para R\$ 719 milhões no 1T18. Os seguintes eventos contribuíram para esta variação: (i) R\$ 24 milhões decréscimo de 3,1% no preço médio líquido de venda de energia. A queda do preço, decorreu, substancialmente, de novas contratações com preços inferiores à média dos contratos existentes ou finalizados; e (ii) R\$ 22 milhões - redução de 137 GWh (63 MW médios) na quantidade de energia vendida devido, basicamente, à queda de consumo de clientes industriais.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE

No 1T18, a receita auferida no mercado de curto prazo, em especial no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), foi de R\$ 147 milhões, enquanto no 1T17 foi de R\$ 36 milhões, representando, aumento de R\$ 111 milhões entre os trimestres comparados. Mais explicações sobre tais operações e variações podem ser obtidas no item 10.1.h.1 deste Formulário de Referência, tópico “Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE”.

Remuneração do ativo financeiro de concessão

O montante equivalente a 70% da garantia física das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, cuja vigência dos contratos de concessão teve início em 29 de dezembro de 2017, será remunerado pelo recebimento do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO), que compõe a Receita Anual de Geração (RAG) a ser auferida pelas empresas. Pela essência econômica da transação, a parte equivalente ao valor pago pela outorga da concessão foi registrada como ativo financeiro, e a remuneração desses ativos está sendo reconhecida como receita financeira operacional. O montante dessa remuneração, reconhecido no 1T18, nas Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, foi de R\$ 53 milhões e R\$ 32 milhões, respectivamente.

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os exercícios findos em 31.12.2017 e 31.12.2016

Distribuidoras de energia elétrica

Em 2017, a receita atingiu R\$ 2.687 milhões, queda de 13,7% em relação ao exercício de 2016, que foi de R\$ 3.114 milhões. Esse decréscimo é explicado pela queda de 3.483 GWh (393 MW médios) do volume de energia vendida, parcialmente atenuada pela elevação no preço médio líquido de venda, em virtude de reajuste pela inflação do período.

O decréscimo no volume de vendas entre os períodos é resultado, majoritariamente, do término do contrato de Leilão de Energia Existente, no fim de 2016 (343 MW médios), aliado às reduções decorrentes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSO). Adicionalmente, a variação do preço médio ocorreu por efeito do encerramento do contrato do mencionado Leilão em 2016, cujo preço era inferior ao médio praticado nos contratos vigentes.

Comercializadoras de energia elétrica

A receita de venda a comercializadoras atingiu R\$ 601 milhões em 2017, 87,8% superior à receita auferida em 2016 — R\$ 320 milhões. A elevação é resultado destes aspectos: (i) R\$ 293 milhões — aumento de 95,3%, ou 2.088 GWh (239 MW médios), no volume de energia vendida; e (ii) R\$ 12 milhões — decréscimo de 3,8% no preço médio líquido de vendas.

A variação do volume observada nos períodos em análise decorreu do acréscimo de venda de energia convencional, concomitantemente à compra de energia incentivada para revenda a consumidores livres, que migraram do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A redução do preço decorreu, principalmente, de novas contratações com preços inferiores à média dos preços praticados nos contratos existentes.

AS
RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Consumidores livres

No ano de 2017, a receita de vendas a consumidores livres alcançou R\$ 3.162 milhões ^{CP} 11,6% ^{DP} além dos R\$ 2.834 milhões verificados em 2016. Essa ampliação está relacionada ao que segue: (i) R\$ 404 milhões — acréscimo de 2.443 GWh (284 MW médios), ou 14,7%, no volume de venda de energia; e (ii) R\$ 76 milhões — decréscimo de 2,7% no preço médio líquido da energia vendida. A carteira de consumidores livres passou de 228 em 2016 para 280 em 2017, um crescimento de 22,8%.

Tal elevação das quantidades vendidas está relacionada, basicamente, ao maior volume de vendas de energia incentivada para clientes que migraram do ACR para o ACL, inclusive da energia gerada pelo Complexo Eólico Santa Mônica, que possui garantia física de 47,4 MW médios e cuja maior parte dos parques eólicos entrou em operação comercial no início de 2017. A queda do preço ocorreu, substancialmente, devido ao encerramento de contratos de venda com preços superiores à média dos praticados em novas contratações.

Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE

No exercício de 2017, houve acréscimo de R\$ 350 milhões ^{DP} na receita das transações de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, em relação ao ano anterior, passando de R\$ 117 milhões ^{DP} em 2016 para R\$ 467 milhões ^{CP} em 2017, correspondendo a um aumento de 299,1% ^{DP}. Mais detalhes sobre tais operações e variações foram elencados no “item 10.1.h.1” deste Formulário de Referência, tópico “Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE”.

Remuneração do ativo financeiro de concessão

O montante equivalente a 70% da garantia física das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, adquiridas em 27 de setembro de 2017, será remunerado pelo direito incondicional de recebimento de caixa por meio do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Dessa forma, as práticas contábeis preveem que parte equivalente ao valor pago pela outorga da concessão seja registrado como ativo financeiro e que a remuneração desse ativo seja reconhecida como receita financeira operacional.

O montante dessa remuneração reconhecido no período de 10 de novembro a 31 de dezembro de 2017 nas Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda foi de R\$ 30 milhões ^{CP} e R\$ 18 milhões ^{CP} respectivamente.

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os exercícios findos em 31.12.2016 e 31.12.2015

Distribuidoras de energia elétrica

Em 2016, a receita de venda a distribuidoras atingiu R\$ 3.114 milhões, incremento de 2,2% em relação ao exercício de 2015, quando foi de R\$ 3.046 milhões. Esse acréscimo é explicado pela associação destas variações: (i) R\$ 328 milhões – crescimento de 11,2% no preço médio líquido de vendas; e (ii) R\$ 260 milhões – queda de 8,1%, ou 1.397 GWh (164 MW médios) do volume de energia vendida. O decréscimo no volume de vendas entre os períodos em análise é resultado, essencialmente, do término do contrato de Leilão de Energia Existente, no fim de 2015, aliado às reduções decorrentes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD). Adicionalmente, a variação do preço médio de venda acima da inflação ocorreu em razão do encerramento do contrato do mencionado leilão, cujo preço era inferior ao médio praticado nos contratos vigentes em 2016.

AS
RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2016, o custo unitário do gás foi reduzido em função da UTE William Arjona ter sido despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) somente nos meses de janeiro e fevereiro.

Em 2015, a desvalorização do real frente ao dólar impactou na elevação do custo unitário do gás

Os preços do carvão não reembolsável pela CDE são negociados quando da contratação da aquisição ou da renovação do contrato e tem como indexador fórmulas paramétricas cujos principais componentes são o INPC e índices setoriais específicos, na sua maioria, publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os índices de correção não resultaram em efeitos relevantes no custo da Companhia.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão: são calculados pela multiplicação do montante de uso da rede, em kW, pela tarifa estabelecida anualmente pela Aneel, com base no rateio dos custos totais de conexão e de transmissão observados, e esperados, para todo sistema, e nos índices de reajustes dos contratos de transmissão e conexão vigentes – em maioria IPCA e IGP-M. O efeito da variação desses indicadores de inflação no custo da Companhia foi de R\$ 5 milhões, R\$ 15 milhões, R\$ 47 milhões e R\$ 35 milhões no 1º trimestre de 2018 e nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): o valor corresponde a 7,0% sobre a quantidade de energia elétrica produzida, valorada por uma Tarifa Anualizada de Referência (TAR) definida pela Aneel, com base no custo de aquisição de energia pela distribuidora, revisto a cada 4 anos. Para o 1º trimestre de 2018 a TAR foi corrigida em 2,54%, com aproximadamente R\$ 1 milhão de impacto negativo no resultado. Para o exercício de 2017, a tarifa sofreu uma redução de 22,7% e o impacto positivo no custo da Companhia foi de aproximadamente R\$ 34 milhões. Nos anos de 2016 e 2015, os efeitos negativos decorrentes dos reajustes de 9,5% e 6,7% foram de R\$ 16 milhões e R\$ 11 milhões, respectivamente.

c.2) Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia

Exposição ao câmbio

Para o 1º trimestre de 2018, não ocorreram novas contratações de dívidas vinculadas a moeda estrangeira.

Em 2017, a Companhia contratou empréstimos em dólar norte-americano no valor total de US\$ 500 milhões, equivalentes a R\$ 1.631 milhões. Para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros contra as oscilações do câmbio, a Companhia contratou operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras das mesmas instituições financeiras concedentes dos empréstimos, com os mesmos valores e as mesmas datas de vencimento dos juros e do principal.

Em 2016, a Companhia liquidou a totalidade de sua dívida em dólar norte-americano, contratadas junto às instituições financeiras HSBC, Mizuho e Tokyo e suas respectivas operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras.

A Companhia não possuía, em 31.12.2015, empréstimos expostos à variação da cotação de moeda estrangeira, em função dos instrumentos de *hedge* (*swap*) contratados.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum compromisso financeiro em moeda estrangeira cuja variação cambial não esteja integralmente protegida por operação de *hedge*.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, do IPCA e do IGP-M.

Em 31.12.2016, a Companhia não estava exposta ao CDI, visto que naquele ano os empréstimos em dólar norte-americano que estavam protegidos contra a variação cambial por meio de operação de *swap* para o CDI foram integralmente liquidados.

Os impactos dos juros e da variação monetária no resultado financeiro da Companhia no 1º trimestre de 2018 e nos exercícios de 2017, 2016 e 2015 foram estes:

	Empréstimos ¹ , financiamentos, debêntures e notas promissórias	Concessões a pagar	Total
(Valores em R\$ milhões)			
Resultado em 31.03.2018			
- Juros	72	56	128
- Variação monetária	6	35	41
Exercício Social findo em 31.12.2017			
- Juros	133	217	350
- Variação monetária	34	4	38
Exercício Social findo em 31.12.2016			
- Juros	220	201	421
- Variação monetária	51	140	191
Exercício Social findo em 31.12.2015			
- Juros	282	173	455
- Variação monetária	45	191	236


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

¹ Inclusive os juros decorrentes das operações de *hedge* de valor justo sobre empréstimos.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e de comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou comprada por meio de contratos de médio e de longo prazo.

1º trimestre de 2018

O segmento operacional de geração e comercialização representou 99,6% das receitas líquidas de venda consolidadas em 31.03.2018. No 1º trimestre de 2018 não houve eventos com impactos na capacidade instalada da Companhia. Em 08.03.2018 ocorreu a assinatura do contrato de concessão referente ao Leilão de Transmissão 02/2017 localizado no Estado do Paraná (PR).

2017

O segmento operacional de geração e comercialização concentrou 99,4% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2017.

Em 2017 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 1, localizado no estado do Paraná, que totaliza aproximadamente 1.050 km de extensão de linhas de transmissão. O prazo limite para o início da operação da linha de transmissão é 09 de março de 2023, com prazo de concessão do serviço público, incluindo a construção, a montagem e a manutenção das instalações de transmissão, de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão, realizada em 08 de março de 2018.

2016 e 2015

O segmento operacional de geração e de comercialização concentrou 99,4% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2016 e 2015.

Em 2016 e 2015 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

1º trimestre de 2018

No 1º trimestre de 2018 não houve alterações de aquisição, incorporação e alienação de participações societárias na Companhia.

2017

As principais informações referentes à aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia são estas:

- Companhia Energética Jaguará e Companhia Energética Miranda

A Companhia, em 27.09.2017, arrematou no Leilão de Concessões não Prorrogadas, promovido pela Aneel, as Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, pelo custo de R\$ 3.531 milhões, as quais possuem capacidade instalada de 424,0 MW e 408,0 MW e capacidade comercial de 341,0 MW médios e 198,2 MW médios, respectivamente. Ambas as concessões pertenciam à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético – CNPE. A EBE apresentou o maior valor de bonificação pela outorga para a geração de energia elétrica em regime de cotas, observando o percentual de 70% da garantia física das Usinas Hidrelétricas destinado ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Os 30% restantes serão destinados ao Ambiente de Contratação Livre (ACL).

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Em 09.10.2017, foram constituídas a Companhia Energética Jaguará e a Companhia Energética Miranda, as quais tiveram início das atividades em 19.10.2017 e 20.10.2017, respectivamente, e têm como objetivo operar as Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda.

Em 29.12.2017, a operação foi assumida pela Companhia, após o período de transição, denominado "operação assistida", iniciado em 10.11.2017, data na qual os contratos de concessão foram assinados.

- Complexo Eólico Umburanas

Em 24.11.2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social das empresas que compõem o Complexo Eólico Umburanas pelo valor de R\$ 17 milhões. Localizada no município de Umburanas (BA), possui potencial eólico de 605,0 MW, dos quais 360,0 MW são relacionados à Fase I (257,5 MW destinados ao mercado livre e 102,0 MW já contratados no mercado regulado), com início de operação em 2019. Os 245,0 MW remanescentes permanecerão no portfólio da Companhia para desenvolvimento futuro. Todo o licenciamento ambiental está regularizado e as obras estão em fase inicial.

- Alienação – Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Hidrelétrica Areia Branca

Em 31.10.2017, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias da Companhia e da sua controlada direta ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP) nas sociedades Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A. e Hidrelétrica Areia Branca S.A., pelo montante de R\$ 321 milhões, após os ajustes de preço, líquido do PIS e da Cofins e após terem sido atingidas todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações. As usinas pertencentes às controladas indiretas alienadas possuem capacidade instalada total de 63,4 MW e capacidade comercial total de 23,9 MW médios.

- Diamante Geração de Energia

Em 13.12.2017 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência do patrimônio do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda ("CTJL") para a Diamante Geração de Energia Ltda. ("Diamante"), empresa controlada pela Companhia constituída exclusivamente para essa finalidade. A transferência ocorreu em 01.01.2018, por meio do aumento de capital da Diamante via integralização do ativo imobilizado e do estoque vinculados ao CTJL.

2016

As principais informações referentes à aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia são estas:

- Complexo Eólico Santo Agostinho

Em 2016, a Companhia finalizou o processo de aquisição da última fase do Complexo Eólico Santo Agostinho, tendo sido transferido quatro SPE para seu controle. O Complexo Eólico é composto por vinte e quatro SPE, cada qual responsável pelo desenvolvimento de um empreendimento de geração eólico, totalizando um potencial de desenvolvimento de 600 MW, com cada SPE participando com 25 MW, e uma *holding*, todo localizado nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, no estado do Rio Grande do Norte.

O valor de aquisição quando da assinatura do contrato foi de R\$ 54 milhões, composto por um montante fixo de R\$ 39 milhões e um valor vinculado a desempenho de até R\$ 15 milhões, que será pago desde que satisfeitas determinadas condições previstas em contrato.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

2017

Os principais eventos não usuais que impactaram o resultado da Companhia no exercício de 2017 foram estes: (i) em 31.10.2017, após o cumprimento das condições precedentes contratadas, a Companhia efetivou a venda das controladas Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, reconhecendo, no 4º trimestre de 2017, o resultado na alienação de investimentos no montante de R\$ 57 milhões; e (iv) ocorrência de sinistro em uma unidade geradora da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), gerando indenização relativa à exposição de lucros cessantes de longo prazo no montante de R\$ 22 milhões.

2016

Os principais eventos não usuais que impactaram no resultado da Companhia no exercício de 2016 foram os reconhecimentos de provisões para: (i) redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos no montante de R\$ 121 milhões, dos quais R\$ 76 milhões correspondem aos ativos não operacionais do projeto termelétrico Jacuí e R\$ 45 milhões a ativos de geração termelétrica; (ii) redução do reembolso de combustível (CDE), no valor de R\$ 87 milhões, em função de alteração da legislação que estabelece procedimentos para reembolso do custo de combustível em usinas que utilizam o carvão mineral nacional; (iii) provisão para gastos com a desmobilização da Usina Termelétrica Charqueadas no montante de R\$ 19 milhões; e (iv) redução de estoques ao valor realizável líquido das Usinas Termelétricas Charqueadas e Alegrete no valor de R\$ 6 milhões.

2015

Em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.203/2015 e a fim de mitigar os efeitos negativos do GSF aplicado às usinas integrantes do MRE, a Companhia, em dezembro de 2015, aderiu, mediante manifestação formal e despachos emitidos pela Aneel, à repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada. Como condicionante para a adesão, a Companhia teve que desistir de qualquer disputa judicial que impeça a aplicação do GSF as suas usinas.

Tal repactuação foi retroativa a janeiro de 2015, resultando no ressarcimento (líquido do prêmio de risco de 2015), no valor de R\$ 223 milhões, registrado em 31.12.2015, na rubrica do ativo "Repactuação de risco hidrológico a apropriar", que será compensado com os prêmios de risco futuros a serem incorridos pela Companhia.

As regras da repactuação estabelecem opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumem o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que será compensado com os prêmios de risco calculados a valor presente devidos pela Companhia.

A classificação do montante a ser ressarcido no balanço patrimonial da Companhia, em 31.12.2015, tem esta composição: (i) R\$ 26 milhões reconhecidos no ativo circulante; e (ii) R\$ 197 milhões reconhecidos no ativo não circulante.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No 1º trimestre de 2018, a Companhia investiu R\$ 499,5 milhões na construção, manutenção, revitalização de seu parque gerador e nas aquisições de projetos. Este montante refere-se, principalmente, às construções das usinas eólicas Campo Largo e Umburanas, da UTE Pampa Sul, da Central Fotovoltaica Assú e da linha de transmissão Gralha Azul, e à manutenção do parque gerador da Companhia.

No exercício de 2017, a Companhia detinha em andamento, basicamente, as obras dos Complexos Eólicos Campo Largo e Umburanas e da Usina Termelétrica Pampa Sul. O montante investido, em 2017, foi de R\$ 5.538 milhões, sendo R\$ 1.674 milhões provenientes de recursos próprios e R\$ 3.864 milhões por meio de capital de terceiros.

Os investimentos realizados em 2017 e os previstos para o período de 2018 a 2020, na data-base de 31.03.2018, são estes:

Valores em R\$ milhões	Realizado 2017	Previsto 2018	Previsto 2019	Previsto 2020
Financiado com dívida	3.864	2.721	1.511	433
Financiado com capital próprio	1.674	909	(573)	1.158
	5.538	3.630	938	1.591

O montante previsto para ser financiado com capital próprio em 2019 refere-se à recuperação de valores investidos em períodos anteriores, através de captação de dívida.

No ano de 2017, a Companhia investiu R\$ 1.738 milhões na construção de novas usinas: (i) R\$ 866 milhões – Usina Termelétrica Pampa Sul; (ii) R\$ 667 milhões – parques eólicos em construção na região Nordeste no Brasil; e (iii) R\$ 205 milhões – Central Fotovoltaica Assú V. Adicionalmente, em 27.09.2017, a Companhia adquiriu por R\$ 3.531 milhões as concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguaré e Miranda, por meio do Leilão de Concessões não Prorrogadas (Leilão 01/2017), promovido pela Aneel.

No mesmo ano, a Companhia investiu R\$ 172 milhões em projetos de manutenção e revitalização do seu parque gerador, de forma a manter o alto grau de disponibilidade das usinas. Estes investimentos foram aplicados, principalmente, nas grandes manutenções do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, cujos investimentos totalizaram R\$ 72 milhões e em equipamentos gerais na sede da Companhia, no montante de R\$ 32 milhões. Adicionalmente, houve investimentos na modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Salto Osório, onde foram investidos R\$ 58 milhões e R\$ 8 milhões, respectivamente.

Os valores anteriormente mencionados não contemplam a capitalização dos juros sobre os financiamentos durante a fase de construção dos empreendimentos.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.8 - Plano de Negócios

Os principais projetos e investimentos previstos para 2018 e 2019 referem-se ao desenvolvimento dos Complexos Eólicos Umburanas e Campo Largo, da UTE Pampa Sul, da Linha de Transmissão Gralha Azul e do Projeto Fotovoltaico Assú V, e à modernização da UHE Salto Osório. Adicionalmente, para 2020, os projetos e investimentos previstos referem-se ao desenvolvimento do projeto da Linha de Transmissão Gralha Azul e à modernização da UHE Salto Osório.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os projetos setoriais geralmente possuem financiamento da ordem de 50% a 70% do investimento total. O montante remanescente é coberto com recursos próprios, os quais, usualmente, resultam de aportes de capital da controladora, ENGIE Brasil Energia. Em função dos níveis de alavancagem, a Companhia tem captado recursos por meio de empréstimos bancários ou emissões junto ao mercado de capital que, usualmente, são destinados aos referidos aportes.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

UTE Charqueadas

Em 25.11.2016 ocorreu o desligamento da Usina Termelétrica Charqueadas, no Rio Grande do Sul, tendo em vista o modelo de negócios da Companhia, na perspectiva de descarbonização, aliada à inviabilidade financeira do negócio. Em dezembro de 2017, a Companhia assinou um contrato de desmobilização da Usina, onde a empresa contratada se responsabilizou por desmontar, retirar, embalar e transportar os ativos da Usina.

Eólicas Beberibe e Pedra do Sal e PCH Areia Branca

Em 31.10.2017, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias da ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. nas subsidiárias Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A. e Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca S.A., após terem sido atingidas todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações. As Usinas alienadas possuem capacidade instalada total de 63,4 MW e capacidade comercial total de 23,9 MW médios. O ganho de capital auferido na venda dos ativos foi de R\$ 57 milhões.

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e UTE Pampa Sul

AP

Em 13.12.2017, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que concedeu direito de exclusividade a ContourGlobal para a realização de *due diligence* acerca da alienação do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda, bem como do Complexo Termoelétrico Pampa Sul, composto pela usina em construção e pelo projeto em desenvolvimento denominados Usina Termelétrica Pampa Sul e Pampa Sul 2, respectivamente. Entretanto, em 10.04.2018, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que o processo de negociação com referida empresa não evoluiu satisfatoriamente, tendo a Companhia decidido avaliar alternativas para a continuidade do processo de descarbonização do seu portfólio.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.8 - Plano de Negócios

Cabe mencionar que a Companhia, na condição de empresa geradora de energia elétrica autorizada à produção independente, e conforme a Lei nº 9.991/2010, e suas alterações posteriores, está obrigada a aplicar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida ajustada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm esta destinação: (i) 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear, principalmente, os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético brasileiro.

No 1º trimestre de 2018, a Companhia e suas controladas tinham saldo de R\$ 88 milhões para investimentos em projetos próprios, dos quais R\$ 47 milhões estão relacionados a projetos de P&D já em execução.

Parte substancial do valor já está comprometido e refere-se aos projetos de pesquisa e desenvolvimento direcionados: (i) ao desenvolvimento e certificação de um aerogerador com tecnologia nacional e potência nominal de 3,3 MW, em parceria com a empresa WEG S.A; e (ii) à exploração de todos os possíveis papéis que um sistema de armazenamento de energia pode desempenhar, incluindo avaliação de sistemas utilizando baterias eletroquímicas em aplicações centralizadas de grande porte, aplicações em geração distribuída de médio e pequeno porte e aplicações em veículos elétricos de transporte individual e coletivo, tendo como parceiros a Universidade Federal de Santa Catarina e a Guascor do Brasil Ltda. (grupo Siemens). Estima-se investimentos totais de cerca de R\$ 201 milhões e R\$ 25 milhões para cada projeto acima mencionado, dos quais aproximadamente R\$ 84 milhões e R\$ 19 milhões, respectivamente, serão financiados com recursos de P&D oriundos da Companhia e Controladas.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Consórcio Estreito Energia (Ceste)	29/04/2010	199.706.000,00	Em 2017: R\$ 185.522.839,47 Em 2016: R\$ 207.099.908,00 Em 2015: R\$ 211.048.080,65	R\$ 199.706.000,00	Até 01.05.2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor Objeto contrato Controladora indireta. Atividades de pré-operação das instalações da usina, bem como as atividades que se fizerem necessárias ao funcionamento da usina e da linha de transmissão. Garantia e seguros Em garantia ao cumprimento das obrigações, a Companhia deve entregar ao Consórcio uma garantia que poderá ser um seguro ou uma fiança bancária. Adicionalmente, durante a vigência do contrato, o Consórcio deverá obter e manter os seguros exigidos e necessários às instalações da usina. Rescisão ou extinção Força maior; inadimplemento de obrigações; desapropriação, encampação ou aquisição compulsória das instalações da usina; falência, insolvência, liquidação, fusão, reorganização, recuperação judicial ou extrajudicial ou qualquer outra forma de dissolução da parte; revogação ou término do contrato de concessão pela Aneel; declaração ou garantia prestada falsa ou incorreta; e falta de pagamento. Natureza e razão para a operação Posição contratual do emissor Credor Especificar Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva) 01/01/2014 431.418,88 Em 2017: R\$ 0,00 Em 2016: R\$ 130.557,34 Em 2015: R\$ 255.826,88 31.12.2017 NÃO 0,000000 Relação com o emissor Controlada indireta. Objeto contrato Prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica, financeira, do projeto, engenharia da operação e manutenção. Garantia e seguros Não há. Rescisão ou extinção O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento por vontade de qualquer das partes, mediante comunicação escrita à outra parte com antecedência de 30 (trinta) dias, ou em caso de descumprimento contratual e nos casos previstos em lei. Natureza e razão para a operação							


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Energia Sustentável do Brasil S.A.	01/10/2016	383.480.386,56	Em 2017: R\$ 418.243.866,78 Em 2016: R\$ 383.480.386,56	R\$383.480.386,56	31.12.2042	NAO	0,000000
Relação com o emissor							
A Companhia e a ESBR estão sob controle comum da ENGIE Brasil Participações Ltda.							
Objeto contrato							
Compra de energia elétrica (14, C22 MW)							
Garantia e seguros							
Sem garantia enquanto a Companhia mantiver Rating Nacional de Longo Prazo maior ou igual a "AA-", divulgado pela agência Fitch Rating.							
Rescisão ou extinção							
Falência/concordata; inadimplemento de obrigações; falta de pagamento.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Geramamóre Participações e Comercializadora de Energia Ltda.	03/11/2016	204.471.540,00	Em 2017: R\$ 137.321.760,00 Em 2016: R\$ 204.471.540,00	R\$ 204.471.540,00	31.12.2018	NAO	0,000000
Relação com o emissor							
A ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (EBC) é subsidiária integral da Companhia. A Companhia e a Geramamóre estão sob controle comum da ENGIE Brasil Participações Ltda.							
Objeto contrato							
Compra de energia elétrica entre a EBC e a Geramamóre (50,0 MW em 2017; e 100,0 MW em 2018).							
Garantia e seguros							
Fiança relativa a 3 meses de faturamento da Companhia (interviente garantidora).							
Rescisão ou extinção							
Falência/concordata; caso as partes deixarem de ser agentes da CCEE; inadimplemento de obrigações; falta de pagamento.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Devedor							

AS

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	01/01/2018	522.229,38	Em 2017: R\$ 0,00 Em 2016: R\$ 0,00 Em 2015: R\$ 0,00	R\$ 522.229,38	31.12.2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Controlada Indireta						
	Prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira.						
	Não há.						
Rescisão ou extinção							
	O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento por vontade de qualquer das partes, mediante comunicação escrita à outra parte com antecedência de 30 (trinta) dias, ou em caso de descumprimento contratual e nos casos previstos em lei, nessas duas últimas hipóteses dispensando-se o aviso prévio.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar	Credor						
Ita Energética S.A. (Itasa)	15/01/2001	238.865.651,64	Em 2017: R\$ 631.533.371,26 Em 2016: R\$ 682.424.962,93 Em 2015: R\$ 882.922.665,07	R\$ 238.865.651,64	31.12.2030	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlada direta						
	Compra de energia elétrica (61MW)						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção							
	Falência/concordata; inadimplemento de obrigações não sanadas; falta de pagamento; se a Companhia deixar de ser acionista da Itasa.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

AF

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida	Taxa de juros cobrados
Itá Energética S.A. (Itasa)	15/01/2001	2.218.873.795,03	Em 2017: R\$ 806.098.350,98 Em 2016: R\$ 869.074.223,02 Em 2015: R\$ 932.208.255,51	R\$ 2.218.873.795,03	Até 16.10.2030	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada direta							
Objeto contrato	Compra de energia elétrica (167MW)						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Falência/concordata; inadimplemento de obrigações não sanadas; falta de pagamento; se a Companhia deixar de ser acionista da Itasa.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Itá Energética S.A. (Itasa)	11/09/1998	186.140.053,09	Em 2017: R\$ 278.433.837,88 Em 2016: R\$ 305.343.856,58 Em 2015: R\$ 229.653.252,70	R\$ 186.140.053,09	Até 16.10.2030	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada direta.							
Objeto contrato	Prestação de serviços de administração, planejamento, engenharia e execução e controle da operação e manutenção que se fizerem necessários à execução dos testes e ao funcionamento regular e eficiente da UHE Itá.						
Garantia e seguros	São obrigações das empresas que integram o Consórcio Itá, responsabilizar-se pela cobertura de seguro adequada à riscos de acidentes nas instalações e nos equipamentos da UHE Itá.						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento de obrigações não sanadas; e notificações de irregularidades que não sejam sanadas pela parte infratora, no prazo de 180 dias.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Alterações dos direitos assegurados serão tomadas por Titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Comerciais em Circulação, exceto com relação às seguintes deliberações, para as quais será exigida a aprovação de Titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Notas Comerciais em Circulação: (i) alteração do prazo de vigência das Notas Comerciais; (ii) quóruns qualificados expressamente previstos nas Notas Comerciais; (iii) alteração da Remuneração; (iv) alteração do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório; (v) alteração na Cláusula 14; e (vi) alterações relacionadas ao Aval. A renúncia ou o perdão temporário, com relação às hipóteses previstas na Cláusula 14 exigirão a aprovação de Titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Comerciais em Circulação.

Outras características relevantes

Agente de Notas: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Garantia: Avalista

Juros remuneratórios: correspondentes a 104,9% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over extra-grupo, expressas na forma percentual ao ano.

Valor mobiliário**Debêntures****Identificação do valor mobiliário**

Engie Brasil Energia S.A. - 6ª emissão – Tranche 2

Data de emissão

15/07/2016

Data de vencimento

15/07/2026

Quantidade (Unidades)

353.400

Pessoas Físicas (Unidades)

670

Pessoas Jurídicas (Unidades)

3

Investidores Institucionais (Unidades)

0

Valor nominal global (Reais)

353.400.000,00

Saldo devedor em aberto

378.723.924,62

CP

Restrição a circulação

Sim

Descrição da restrição

Os 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais

Conversibilidade

Não

Possibilidade resgate

Sim

Hipótese e cálculo do valor de resgate

A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, desde que transcorridos, no mínimo, 4 (quatro) anos contados da data de emissão, conforme assim permitido nos termos da Lei 12.431/11 e nos termos da Resolução do CMN n.º 4.476, de 11 de abril de 2016, o resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e as disposições dessa Escritura de Emissão. Não será admitido o resgate facultativo parcial das Debêntures.

Características dos valores mobiliários de dívida

Vide item 18.12 deste formulário.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Saldo devedor em aberto	201.194.290,78 — CP
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide item 18.12 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, convocar assembleia geral de debenturistas com antecedência mínima de 15 dias, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunidade dos Debenturistas, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, onde cada debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto. Alterações de prazo de vigência, data de pagamento do valor nominal unitário e remuneração, taxas de remuneração, quórum de deliberação das assembleias gerais, eventos de vencimento antecipado, renúncia ou perdão temporário à declaração de vencimento antecipado, e definição da taxa substitutiva, deverão ser aprovadas pela Emissora e por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Espécie: Quirografária Juros: 6,3%

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Engie Brasil Energia S.A. - 6ª emissão – Tranche 1
Data de emissão	15/07/2016
Data de vencimento	15/07/2023
Quantidade (Unidades)	246.600
Pessoas Físicas (Unidades)	18
Pessoas Jurídicas (Unidades)	0
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	246.600.000,00
Saldo devedor em aberto	264.282.781,18 — CP
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, desde que transcorridos, no mínimo, 4 (quatro) anos contados da data de emissão, conforme assim permitido nos termos da Lei 12.431/11 e nos termos da Resolução do CMN n.º 4.476, de 11 de abril de 2016, o resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e as disposições da Escritura de Emissão. Não será admitido o resgate facultativo parcial das Debêntures.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

PÁGINA: 371 de 421

[illegible]

CAPITALIZAÇÃO

Os dados abaixo deverão ser lidos em conjunto com o Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2015 e 2016 e as informações trimestrais (ITR) consolidadas da Emissora referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, os quais estão incorporados por referência ao presente Prospecto e cujo caminho para acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” na página 24 deste Prospecto.

A tabela abaixo apresenta a capitalização total da Emissora (debêntures, notas promissórias, empréstimos e financiamentos (líquidos das operações de hedge), circulante e não circulante, e patrimônio líquido) em 31 de março de 2018, (i) em bases históricas, coluna “Efetivo em 31/03/2018”, extraídas das nossas informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as IFRS e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; (ii) conforme ajustado para refletir valores referentes à captação de empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge), não circulante, contratados após a data-base; e (iii) conforme ajustado para refletir o recebimento de, aproximadamente, R\$586,1 milhões de recursos líquidos provenientes da emissão de 600.000 (seiscentas mil) Debêntures no âmbito da Oferta (sem considerar as Debêntures Suplementares e Debêntures Adicionais), considerando a dedução das comissões e as despesas estimadas em, aproximadamente, R\$13,9 milhões da Oferta a serem pagas pela Emissora.

	Efetivo em 31/03/2018	% do total	Ajustado Pós 31/03/2018 ⁽²⁾	% do total	Ajustado Pós Emissão ⁽³⁾	% do total
	DP	DP	<i>(Em milhares de R\$)</i>			
Debêntures, notas promissórias, empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge) – Circulante	3.134.318	22,3%	3.134.318	21,2%	3.134.318	20,4%
Debêntures, empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge) – Não Circulante	3.619.552	25,7%	4.300.582	29,1%	4.886.682	31,8%
Total do Endividamento	6.753.870	48,0%	7.434.900	50,4%	8.020.930	52,3%
Total do Patrimônio Líquido	7.323.186	52,0%	7.323.186	49,6%	7.323.186	47,7%
Capitalização Total⁽¹⁾	14.077.056	100%	14.758.086	100%	15.344.116	100%

⁽¹⁾ A capitalização total corresponde à soma dos valores referentes a debêntures, notas promissórias, empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge), circulante e não circulante, e total do patrimônio líquido.

⁽²⁾ Ajustado para refletir valores referentes empréstimos e financiamentos (líquidos de operações de hedge), não circulante, contratados após a data-base.

⁽³⁾ Ajustado para refletir o recebimento de, aproximadamente, R\$ 586,1 milhões de recurso líquidos provenientes da emissão de 600.000 (seiscentas mil) Debêntures no âmbito da Oferta, considerando a dedução das comissões e as despesas estimadas em, aproximadamente, R\$ 13,9 milhões a serem pagas pela Emissora.

Para mais informações relacionadas à capitalização da Emissora, ver seção “10.1 Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras e informações trimestrais (ITR) da Emissora, e respectivas notas explicativas, incorporados por referência a este Prospecto e cujo caminho para acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” na página 24 deste Prospecto.


**RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

Os Administradores, com base em análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Emissora, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações, embora não possam garantir que tal situação permanecerá igual. De acordo com os Administradores, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da Emissora nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, bem como para o período de três meses findo em 31 de março de 2018 estão apresentados na tabela a seguir:

(Em milhares de R\$)	Período de três meses findo em 31 de março de 2018 ^(*)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2017 ^(*)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2016 ^(*)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2015 ^(*)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	700.857	331.802	2.524.794	2.578.612
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos	(460.555)	(2.808.980)	(1.272.113)	(778.931)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(1.454.228)	2.591.908	(1.834.195)	(1.007.558)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.213.926)	114.730	(581.514)	792.123

(*) Os dados apresentados acima se referem às informações ou demonstrações contábeis consolidadas da Emissora.

Para mais informações relacionadas à capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Emissora, ver seção “10.1 Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras e informações trimestrais (ITR) da Emissora, e respectivas notas explicativas, incorporados por referência a este Prospecto e cujo caminho para acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” na página 24 deste Prospecto.

BP

AP


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	7.323.184.895,73	6.834.724.745,91	6.614.394.476,74	6.642.136.673,74
Ativo Total	18.936.576.820,62	19.568.513.095,82	14.419.690.740,55	15.289.386.136,38
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.868.852.476,16	7.009.957.482,25	6.442.370.895,16	6.512.036.655,43
Resultado Bruto	925.271.308,97	3.006.085.833,14	2.740.913.872,19	2.708.942.001,28
Resultado Líquido	489.334.645,96	2.004.558.692,56	1.548.301.787,75	1.501.302.893,28
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	652.742.192	652.742.192	652.742.192	652.742.192
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	11,219108	10,470787	10,133242	10,175743
Resultado Básico por Ação	0,749660	3,070981	2,371996	2,299994
Resultado Diluído por Ação	0,74	3,07	2,37	2,29

AS

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

3.2 - Medições não contábeis

EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

A medida não contábil usualmente apresentada pela Companhia em seus relatórios financeiros é o EBITDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização), o EBITDA ajustado (EBITDA desconsiderando os efeitos do *impairment* e do resultado de participações societárias) e a Margem EBITDA ajustado (índice obtido através da divisão do EBITDA ajustado e da Receita operacional líquida).

Conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

Valores em R\$ milhões	Período encerrado em				
	31.03.2018	31.03.2017	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Lucro líquido do exercício	489	451	2.005	1.548	1.501
(+) Imposto de renda e contribuição social	229	212	619	519	532
(+) Despesas financeiras, líquidas	157	72	227	355	471
(+) Depreciação e amortização	170	150	649	630	601
EBITDA	1.045	885	3.500	3.052	3.105
(+) <i>Impairment</i>	0	0	18	121	10
(+) Resultado de Participações Societárias	2	1	2	3	0
EBITDA Ajustado	1.047	886	3.520	3.176	3.115
Receita operacional líquida	1.869	1.606	7.010	6.442	6.512
Margem EBITDA Ajustado (%)	56,0	55,1	50,2	49,3	47,8

O EBITDA apresentado pela Companhia segue a orientação estabelecida na Instrução CVM nº 527 (ICVM 527), de 04 de outubro de 2012, que passou a reger a divulgação desse indicador não contábil. O EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as “Práticas Contábeis Internacionais e as adotadas no Brasil”, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA é o indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	0,00	2.000.174.138,09	1.487.341.387,34	1.517.775.685,14
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	100,000000	100,000000	55,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	29,329033	23,408065	22,602710
Dividendo distribuído total	0,00	2.000.174.138,09	1.487.341.387,34	834.776.626,83
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00	392.511.899,20
Data da aprovação da retenção				14/04/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00					
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	424.500.000,00	27/03/2018	432.500.000,00	01/02/2017	314.000.000,00	24/02/2016
Outros						
Ordinária	938.917.827,71	10/01/2018	645.196.752,46	06/10/2016	311.277.286,66	25/09/2015
Ordinária	636.756.310,38	28/06/2018	409.644.634,88	21/06/2017		
Ordinária					209.499.340,17	25/05/2016

RS

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2018	DP 11.613.391.924,89	Índice de Endividamento	EP 1.58583896	
31/12/2017	DP 12.733.788.349,91	Índice de Endividamento	EP 1.86310185	

45
RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (31/03/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		243.918.724,04	380.909.414,71	314.347.509,06	1.015.116.797,96	1.954.292.445,77
Empréstimo	Quirografárias		711.628.587,87	383.220.348,29	703.498.513,94	0,00	1.798.347.450,10
Títulos de dívida	Quirografárias		2.176.642.832,42	83.496.670,00	305.736.414,00	432.835.572,38	2.998.711.488,80
Total			3.132.190.144,33	847.626.433,00	1.323.582.437,00	1.447.952.370,34	6.751.351.384,67
Observação							

DP

DP

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		245.122.100,09	439.042.956,99	313.813.036,51	1.013.363.246,07	2.011.341.339,66
Empréstimo	Quirografárias		703.036.209,21	382.198.698,76	719.365.079,64	0,00	1.804.599.987,61
Títulos de dívida	Quirografárias		2.127.760.066,73	0,00	228.693.796,22	584.021.336,35	2.940.475.199,30
Total			3.075.918.376,03	821.241.655,75	1.261.871.912,37	1.597.384.582,42	6.756.416.526,57

Observação

As informações prestadas neste item referem-se às informações contábeis consolidadas da Companhia.

Para segregação das obrigações da Companhia, foram levados em consideração os seguintes critérios:

(i) foram consideradas dívidas com garantia real todas as dívidas garantidas por garantia real, assim entendidas a fiança bancária, o penhor, dentre outras garantias reais;

(ii) foram consideradas dívidas quirografárias todas as dívidas que não possuem garantia ou que possuem garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias.

DP

AS

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOMMATSU

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode vir a arcar com custos adicionais associados ao plano de previdência que mantém para seus empregados.

A Companhia patrocina plano de benefícios definido de previdência complementar ("Plano BD"), por meio da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, e da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), fechados para novas adesões, os quais tem como participantes, principalmente, os aposentados que já entraram em gozo de benefícios, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG. Ao final de 31.03.2018 menos de 1% dos empregados ativos da Companhia participavam do Plano BD.

Os planos de benefício definido patrocinados pela Companhia representam risco decorrente de não materialização das premissas utilizadas nos cálculos atuariais, quais sejam a expectativa de vida dos participantes e as variações nas taxas de juros.

No período de três meses encerrado em 31.03.2018, o montante do passivo reconhecido relativo aos benefícios pós-emprego de responsabilidade da Companhia era de R\$ 312 milhões e correspondiam ao passivo líquido avaliado pelos atuários. Do montante total do passivo atuarial, R\$ 195 milhões correspondem a dívidas contratadas. Caso a Companhia tenha que vir a contabilizar perdas atuariais em decorrência de eventual mudança de premissas atuariais, taxas de desconto ou de prática contábil, sua posição patrimonial e financeira poderá ser adversamente afetada.

Decisões adversas em um ou mais processos judiciais em que a Companhia é parte podem afetá-la adversamente.

A Companhia é ré em diversas ações judiciais, na esfera cível, trabalhista, previdenciária, ambiental e tributária, entre outras questões.

Em 31.03.2018, a Companhia havia constituído provisão de perda em processos judiciais no valor total de R\$ 91 milhões, referentes a processos judiciais, administrativos e arbitrais considerados com chance de perda provável, conforme estimados pela Companhia e consultores externos. Deste total, o valor de R\$ 7 milhões se refere a questões fiscais, R\$ 12 milhões a questões trabalhistas, R\$ 71 milhões a questões cíveis e R\$ 1 milhão relacionado a outras questões. Além disso, em 31.03.2018, a Companhia era parte em processos judiciais com chance de perda possível no valor R\$ 487 milhões. Decisões judiciais ou administrativas contrárias à Companhia poderão restringir suas operações e o uso de seus recursos, o que poderá impactar no cumprimento das obrigações da Companhia com terceiros. Decisões contrárias à Companhia também poderão envolver valores para os quais não foram estabelecidas provisões e requeiram recursos financeiros relevantes. A ocorrência de quaisquer desses riscos poderá afetar de forma material e adversa a Companhia, sua situação financeira e imagem. Por fim, além dos custos com honorários advocatícios para o patrocínio dessas causas, a Companhia poderá se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderia afetar a sua capacidade financeira. Para uma discussão detalhada dos processos judiciais e administrativos relevantes, vide item 4.3. deste Formulário de Referência.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia possui o Comitê Financeiro que submete à Diretoria Executiva políticas de aplicação de recursos, de antecipação de pagamentos e de antecipação ou postergação de recebimentos. Quando conveniente, recomenda operações de reestruturação de passivo e de captação. Cabe ainda selecionar as instituições bancárias com as quais a Companhia tem interesse em trabalhar e identificar riscos de descasamentos nas operações passivas e ativas, eventualmente propondo operações de *hedge*. Mais informações relativas ao Comitê Financeiro vide item 12.13 deste formulário.

Os riscos de mercado são monitorados pelo Comitê Financeiro, o qual, periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias, controles e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado.

a) Risco relacionado à taxa de juros e índices flutuantes

A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado brasileiro de valores mobiliários, bem como a condução dos negócios da Companhia.

Após 2 anos consecutivos de desaceleração, a economia brasileira deu sinais de retomada em 2017. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou em 31.03.2018 0,7% — ante 2,95% em 2017, 6,29% registrado em 2016 e 10,67% em 2015.

Medidas do Governo Federal para o combate da inflação, combinadas com a especulação sobre possíveis medidas governamentais futuras, podem contribuir para incertezas na economia brasileira e para aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro. Ações futuras do Governo Federal, incluindo definição das taxas de juros ou intervenções no mercado de câmbio para ajustar ou recuperar o valor do real, poderão ter efeitos relevantes e adversos na economia brasileira e/ou nos negócios da Companhia.

Caso o Brasil apresente altas taxas de inflação no futuro, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IGP-M ou de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI. Pressões inflacionárias também podem afetar a capacidade da Companhia de se antecipar a políticas governamentais de combate à inflação que possam causar danos aos seus negócios.

As dívidas da Companhia e de suas controladas estão expostas a taxas de juros variáveis, tais como TJLP e taxa DI, a qual tende a ter sua flutuação acompanhando as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários.

Em 31.03.2018, o valor total de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias da Companhia (circulante e não circulante) era de R\$ 6,8 bilhões — incluindo a dívida em moeda estrangeira, totalmente coberta por operação de *hedge* -, dos quais R\$ 1,6 bilhão está indexado à inflação. Além disso, a Companhia possui um montante de concessões a pagar de R\$ 2,6 bilhões que estão atreladas aos índices de inflação IPCA e IGP-M, os mesmos indexadores utilizados nos contratos de venda de energia das respectivas usinas sob concessão.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

O cálculo da sensibilidade foi preparado considerando a mesma metodologia retro mencionada. Os impactos adicionais que seriam causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso os cenários se concretizem, são os seguintes:

(Valores em R\$ bilhões)	Sensibilidade		
	Provável	Δ 25%	Δ 50%
Empréstimos e financiamentos	18	(42)	(84)
Notas promissórias	30	(23)	(45)

Risco relacionado aos passivos denominados em moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam elevar as dívidas e resultar em impactos nas despesas financeiras da Companhia. A Companhia possui uma política de proteção de risco cambial que busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados pelo Comitê Financeiro da Companhia.

Os níveis de exposição cambial da Companhia têm se mantido bastante baixos em relação ao seu endividamento total. Em 31.03.2018, a Companhia não mantinha nenhuma dívida em moeda estrangeira cuja variação cambial não estivesse integralmente protegida por operação de *hedge*.

Em 31.03.2018 a Companhia possuía 44,5% da dívida consolidada indexada em moeda estrangeira o que representa R\$ 1.670 milhões, as quais estão integralmente protegidas por operações de *hedge*.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela dificuldade em obter recursos necessários por meio de operações no mercado de capitais ou de financiamentos

Para obter recursos para suas atividades, incluindo os recentes projetos adquiridos e/ou desenvolvidos pela Companhia, a Companhia procura obter financiamento junto a instituições financeiras e de fomento. A sua capacidade de continuar obtendo tais financiamentos ou obtê-los em condições favoráveis depende de diversos fatores, entre eles o nível de endividamento da Companhia e as condições de mercado.

Adicionalmente, o mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito às companhias brasileiras, são influenciados, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. As reações dos investidores a acontecimentos nestes países poderão ter efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Crises no Brasil e em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, dos Estados Unidos em particular, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito para as companhias brasileiras. Adicionalmente, volatilidade significativa no mercado de crédito e de capitais global e/ou indisponibilidade de financiamento no mercado de crédito e de capitais global em taxas razoáveis podem causar impacto adverso relevante no mercado financeiro, bem como nas economias global e doméstica.

Caso a Companhia não seja capaz de obter os recursos necessários ou obtê-los em condições razoáveis, a Companhia poderá ter dificuldade de implementar e concluir os investimentos planejados em seus ativos fixos e a operação e desenvolvimento de seus negócios poderão ser impactados adversamente.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 7442-81.2007.4.01.3500 – continuação	
Principais fatos – continuação	Em 2008, reconhecida a conexão formulado na contestação da Companhia, o Juiz Federal da 3ª Vara determinou a redistribuição do processo para a 2ª Vara Federal. A Companhia, em 2009, requereu a juntada do documento “Levantamento Epidemiológico do Índice de Morbidade e Mortalidade na Região da UHCB”, evidenciando que o reservatório não causou o aumento de qualquer forma de doença na região. Em sede de liminar, o Juiz Federal da 2ª Vara determinou: a transferência do processo de licenciamento para o Ibama; que a Companhia apresente estudos técnicos acerca da vegetação submersa; a implementação de um plano de ação para controlar a expansão de doenças na região; e que a Companhia apresente uma proposta de compensação para a comunidade indígena e relatório sobre a malha viária atingida. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar e o Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1) revogou a determinação de supressão da biomassa alagada, e considerou desnecessária a adoção de medidas de controle da expansão de doenças epidemiológicas. Foram interpostos recursos contra essa decisão, no entanto, sem quaisquer efeitos imediatos contrários a decisão do TRF1 que se mantém. Em fevereiro de 2011 o processo foi suspenso por seis meses, a pedido do autor, o Ministério Público Federal. Em junho de 2014 o processo foi novamente suspenso por 60 (sessenta) dias, a pedido do Ministério Público Federal. Em outubro de 2016, o IBAMA protocolou manifestação favorável à Companhia, sendo que o processo segue agora o seu curso natural.
Chance de perda	Provável em relação ao programa de mitigação e compensação dos impactos causados à terra e à comunidade indígena Avá-Canoeiro em virtude da instalação e operação da UHE Cana Brava, bem como à indenização e à reparação integral dos danos causados ao patrimônio socioambiental da comunidade indígena referida.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda a Companhia terá uma redução do disponível (ativo circulante) e do passivo de R\$ 6 milhões (atualizado em 31.3.2018) para o pedido considerado provável e, por isso provisionado, não havendo impacto no resultado e patrimônio líquido. Nesse aspecto, a Companhia, antes mesmo do ajuizamento da ação, já estava buscando acordo com a FUNAI. No entanto, nunca obteve resposta daquele órgão. A transferência da Licença de Operação da AGMA para o Ibama não traz reflexos para a Companhia. Em relação aos demais pedidos, a possibilidade de perda, apesar de remota, traz impactos financeiros que não são passíveis de valoração neste momento.
Valor provisionado (se for o caso)	R\$ 6 milhões.

CP


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis considerando somente um segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada ou adquirida por meio de contratos de médio e de longo prazo. A Companhia administra tais atividades como um único segmento de negócio. Tal segmento concentrou 99,6% da receita líquida de vendas consolidadas auferidas no 1º trimestre de 2018 e no 1º trimestre de 2017. Nos anos de 2017, 2016, e 2015, este segmento concentrou 99,4% da receita líquida de vendas consolidadas auferidas.

a. produtos e serviços comercializados

Os produtos e serviços comercializados pela Companhia no 1º trimestre de 2018 e nos anos de 2017, 2016 e 2015 estão diretamente relacionados com a geração e comercialização de energia elétrica.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Em R\$ milhões	Período encerrado em 31 de março de						Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018			2017			2017			2016		
	Receita líquida	% do total	% do total	Receita líquida	% do total	% do total	Receita líquida	% do total	% do total	Receita líquida	% do total	% do total
Segmento												
Energia Elétrica	1.862	99,6	99,6	1.599	99,6	99,6	6.966	99,4	99,4	6.474	99,4	99,4
Outras receitas (prestação de serviços, venda de vapor, cinzas, etc.)	7	0,4	0,4	7	0,4	0,4	44	0,6	0,6	38	0,6	0,6
Total	1.869	100	100	1.606	100	100	7.010	100	100	6.512	100	100

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Em R\$ milhões	Período encerrado em 31 de março de						Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018			2017			2017			2016		
	Lucro líquido	% do total	% do total	Lucro líquido	% do total	% do total	Lucro líquido	% do total	% do total	Lucro líquido	% do total	% do total
Segmento												
Energia Elétrica	484	99,18	99,11	447	98,80	98,80	1.523	98,39	98,39	1.476	98,33	98,33

O lucro que não esteja relacionado ao segmento de geração e comercialização de energia elétrica não foi relevante nos últimos 3 exercícios e no 1º trimestre de 2018.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os objetivos buscados pela Companhia na área comercial são: (i) promover a maximização e eficiência da carteira de clientes por meio da flexibilização de preços, prazos e condições; (ii) manter sólido relacionamento com os clientes e cultivar maior aproximação com eles; (iii) possuir maior previsibilidade do fluxo de caixa de longo prazo, objetivando obter maior porcentagem do mercado consumidor, celebrando contratos tanto no ambiente regulado como no ambiente livre; e (iv) aproveitar-se de eventuais oportunidades de negócios no curto prazo, como forma de maximizar os resultados da Companhia.

i. participação em cada um dos mercados

A Companhia possui uma carteira de clientes diversificada, formada por empresas distribuidoras de energia elétrica, consumidores livres e empresas comercializadoras de energia elétrica, concentrados nos Submercados Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

A receita líquida de vendas da Companhia composta por natureza de clientes é a seguinte:

Em R\$ milhões	31.03.2018		31.03.2017		31.12.2017		31.12.2016		31.12.2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Mercado nacional										
Distribuidoras de energia elétrica	687	36,8	683	42,5	2.687	38,3	3.114	48,3	3.047	46,8
Comercializadoras de energia elétrica	196	10,5	114	7,1	601	8,6	320	5,0	209	3,2
Consumidores livres	719	38,5	765	47,6	3.162	45,1	2.834	44,0	2.916	44,8
Transações no mercado de curto prazo	147	7,9	36	2,2	467	6,7	117	1,8	303	4,7
Remuneração e variação monetária ativo financeiro	85	4,5	-	-	48	0,7	-	-	-	-
Outras receitas	35	1,8	8	0,6	45	0,6	57	0,9	37	0,5
	1.869	100,0	1.606	100,0	7.010	100,0	6.442	100,0	6.512	100,0

Dentre os consumidores livres atendidos pela Companhia, destacam-se empresas que atuam nos seguintes setores: cerâmica, químico e petroquímico, papel e celulose, metalurgia, borracha e plástico, alimentos, mineração, automotivo, têxtil, gases industriais, eletroeletrônicos, cimento, dentre outros de menor participação na carteira.

Setores	Participação
Alimentos	10,8%
Cimento	10,4%
Borracha e plástico	8,7%
Metalurgia	8,2%
Químico e petroquímico	7,3%
Papel e celulose	7,1%
Siderurgia	6,2%
Automotivo	5,2%
Comércio	4,3%
Cerâmica	4,0%
Gases industriais	3,7%
Têxtil	3,6%
Demais setores	20,5%
	100%

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em R\$ milhões	1T18		2017		2016		2015	
	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
País								
Brasil	1.869	100,00	7.009	99,99	6.424	99,71	6.512	100,00

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não houve receita relevante proveniente de clientes de países estrangeiros no 1º trimestre de 2018 e nos últimos 3 exercícios sociais.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não houve receita relevante proveniente de clientes de países estrangeiros no 1º trimestre de 2018 e nos últimos 3 exercícios sociais.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Brasil	Data	Valor (Reais)		
Companhia Energética Estreito (CEE)	08.976.022/0001-01	DP	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	A CEE é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia, criado em 05.11.2002 para a implantação e exploração da UHE Estreito.	99,990000
31/03/2018	2,390000	0,000000	AP	0,00	Valor mercado			
31/12/2017	-3,080000	0,000000	AP	199.999.998,91	Valor contábil	31/03/2018	1.092.384.119,59	
31/12/2016	5,740000	0,000000		0,00			BP	
31/12/2015	3,410000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
Companhia Energética Jaguarua (Jaguara)	28.925.264/0001-75	DP	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com o objetivo de operar a UHE Jaguarua	99,990000
31/03/2018	4,120000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2017	100,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2018	904.854.761,08	
31/12/2016	0,000000	0,000000		0,00			BP	
31/12/2015	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos.								
Companhia Energética Miranda (Miranda)	28.942.127/0001-49	DP	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com o objetivo de operar a UHE Miranda.	99,990000
31/03/2018	3,040000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2017	100,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2018	609.400.883,00	
31/12/2016	0,000000	0,000000		0,00			BP	
31/12/2015	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos.								
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (EBC)	04.100.556/0001-00	DP	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.	99,990000
31/03/2018	-21,720000	0,000000	BP	74.999.982,14	Valor mercado			

**RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Valor contábil	Data	Valor (Reais)		
31/12/2017	DP 105.120000	0,000000	AP 99.999.976,19	Valor contábil	31/03/2018	219.652.816,04		
31/12/2016	-41.500000	0,000000	29.999.928,57			BP		
31/12/2015	5467.720000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos.								
ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP)	09.212.990/0001-04	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Participação no capital de outras sociedades que possuem projetos referente à geração de energias complementares.	99,990000
31/03/2018	DP 3.290000	0,000000	BP 16.399.999,77	Valor mercado				
31/12/2017	29.290000	0,000000	AP 190.999.999,86	Valor contábil	31/03/2018	2.657.399.239,04		
31/12/2016	18.510000	0,000000	0,00			BP		
31/12/2015	45.740000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
Itá Energética S.A. (Itasa)	01.355.994/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração e comercialização de energia elétrica.	48,750000
31/03/2018	DP -0.420000	0,000000	BP 6.337.500,00	Valor mercado				
31/12/2017	-2.860000	0,000000	CP 27.300.000,00	Valor contábil	31/03/2018	246.330.467,76		
31/12/2016	-10.800000	0,000000	29.250.000,00			BP		
31/12/2015	-5.360000	0,000000	21.937.500,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilidade dos investimentos								
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	05.210.535/0001-00	-	Controlada	Brasil	SC	Lages	Geração e comercialização de energia elétrica.	99,990000
31/03/2018	DP -17.990000	0,000000	BP 7.999.999,74	Valor mercado				
31/12/2017	-10.890000	0,000000	AP 39.999.998,69	Valor contábil	31/03/2018	31.413.250,66		
31/12/2016	-1.850000	0,000000	0,00			BP		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Rentabilidade dos investimentos.								
Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (Pampa Sul)	04.739.720/0001-24	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Participação em projetos de geração. Sem atividade até o momento.	99,990000
31/03/2018	8,360000	0,000000		0,00				
31/12/2017	111,360000	0,000000		0,00	31/03/2018	1.909.969.698,73		
31/12/2016	130,120000	0,000000		0,00				
31/12/2015	2402,100000	0,000000		0,00				

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Desenvolvimento de um novo negócio.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência refletem as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as informações contábeis intermediárias trimestrais referentes aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2018 e 2017, elaboradas, simultaneamente, de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores, com base nos indicadores de liquidez e endividamento expostos abaixo, entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo.

Informações consolidadas relativas ao período de três meses findo em 31.03.2018

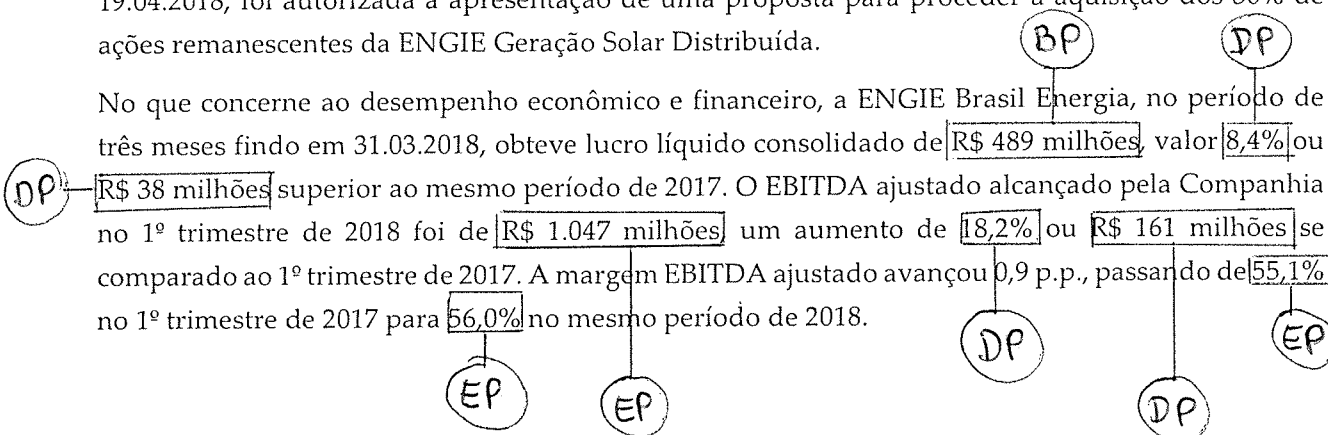
O ano de 2018 foi iniciado buscando a máxima criação de valor e seguindo as diretrizes globais de descarbonização, descentralização e digitalização do Grupo ENGIE.

A Companhia permanece ampliando sua matriz renovável. No 1º trimestre de 2018, as Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda adicionaram receitas integrais ao resultado consolidado da Companhia e a construção dos Complexos Eólicos Umburanas e Campo Largo, na Bahia, avançaram de acordo com os cronogramas e orçamentos definidos.

Também no 1º trimestre de 2018, a Companhia, por meio de suas controladas diretas ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC"), assinou o contrato de concessão referente ao Leilão de Transmissão nº 02/2017, tendo ingressado, desta forma, em um novo segmento de negócio.

Mantendo-se como um dos principais focos da Companhia desde 2016, seguiram-se os avanços no segmento de geração distribuída. Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 19.04.2018, foi autorizada a apresentação de uma proposta para proceder à aquisição dos 50% de ações remanescentes da ENGIE Geração Solar Distribuída.

No que concerne ao desempenho econômico e financeiro, a ENGIE Brasil Energia, no período de três meses findo em 31.03.2018, obteve lucro líquido consolidado de R\$ 489 milhões, valor 8,4% ou R\$ 38 milhões superior ao mesmo período de 2017. O EBITDA ajustado alcançado pela Companhia no 1º trimestre de 2018 foi de R\$ 1.047 milhões, um aumento de 18,2% ou R\$ 161 milhões se comparado ao 1º trimestre de 2017. A margem EBITDA ajustado avançou 0,9 p.p., passando de 55,1% no 1º trimestre de 2017 para 56,0% no mesmo período de 2018.



AS
 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Tal desempenho se deve, substancialmente, à combinação dos seguintes fatores: reconhecimento da receita financeira operacional das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda no 1º trimestre de 2018, resultado positivo nas transações realizadas no mercado de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE, elevação na combinação de preço e volume de energia vendida por meio de contratos, reconhecimento de receitas de Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) de operação e manutenção das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda e aumento nas compras de energia.

Adicionalmente ao resultado já obtido pela Companhia, no 1º trimestre de 2018, a Companhia aumentou a sua venda no Ambiente de Contratação Livre (ACL), em linha com a sua estratégia no médio e longo prazo.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- Geração de lucro crescente – No 1º trimestre de 2018, a Companhia apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 489 milhões, R\$ 8,4% superior ao lucro líquido consolidado do 1º trimestre do exercício anterior. BP DP
- Forte geração de caixa operacional – O EBITDA ajustado consolidado, no período de três meses findo em 31.03.2018, alcançou R\$ 1.047 milhões, elevação de 18,2% em relação ao mesmo período de 2017. A margem EBITDA ajustado atingiu 56,0%. EP EP DP
- Manutenção do baixo nível de endividamento – A relação “Endividamento total / EBITDA ajustado” em 31.03.2018 foi de 1,8 vezes e o “Endividamento líquido / EBITDA ajustado”, na mesma data, foi de 1,6 vezes. Em 31.03.2018, a dívida denominada em moeda estrangeira correspondia a 24,7% do total e estava integralmente protegida contra a variação cambial por operações de *swap*. DP DP DP
- Contratações de empréstimos – Em 25.01.2018 e 22.02.2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as contratações de financiamentos, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para implantação do Complexo Eólico Campo Largo – Fase I e da Usina Termelétrica Pampa Sul, nos montantes de R\$ 1.039 milhões e R\$ 729 milhões, respectivamente. A liberação dos recursos deve ocorrer ao longo do segundo trimestre de 2018. Adicionalmente, em 11.05.2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da instrução CVM nº 476/09, da 1ª emissão de debêntures simples, com vencimento no longo prazo, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, das controladas Companhia Energética Jaguará e Companhia Energética Miranda, nos valores de R\$ 1.117 milhões e R\$ 685 milhões.
- Classificação de risco (*rating*) – Em 27.02.2018, a agência Fitch Ratings, em decorrência do recente rebaixamento do *rating* soberano para “BB-”, rebaixou o *Rating* Internacional de Longo Prazo em moeda estrangeira da EBE para “BB”, com perspectiva estável, permanecendo assim um nível acima do *rating* soberano. O *rating* nacional de longo prazo da Companhia, em escala local, permaneceu ‘AAA(bra)’, com perspectiva estável.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O deficit primário acumulado do Governo Central foi de R\$ 124,4 bilhões no ano, ou 1,9% do PIB. É o quarto ano seguido de deficit nas contas públicas, o que representa um considerável desequilíbrio entre receitas e despesas públicas. Tal resultado foi impactado positivamente pela balança comercial, tanto pelo aumento do volume transacionado, quanto por preços mais favoráveis de algumas *commodities* de peso na pauta brasileira, como minério de ferro e petróleo (Fonte: Banco Central do Brasil). O dólar comercial registrou alta de 1,99% no ano, cotado a R\$ 3,314 na venda.

O cenário hidrológico de 2017 foi ainda mais restritivo que 2016, em termos de oferta de energia hidrelétrica. Com exceção do subsistema Norte, que encerrou o ano com níveis de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas levemente superiores aos apresentados em janeiro, os demais subsistemas terminaram 2017 em condições ainda piores que as enfrentadas no início do ano.

No que se refere ao desempenho econômico e financeiro, a ENGIE Brasil Energia, no ano de 2017, obteve lucro líquido consolidado de R\$ 2.005 milhões, valor 29,5% ou R\$ 457 milhões superior ao exercício de 2016. O EBITDA ajustado alcançado pela Companhia foi de R\$ 3.520 milhões, um aumento de 10,8% ou R\$ 344 milhões se comparado ao ano de 2016. A margem EBITDA ajustado avançou 0,9 p.p., passando de 49,3% em 2016 para 50,2% em 2017. Esse desempenho se deve, essencialmente, à combinação, da elevação do volume de energia vendida, ao resultado positivo nas operações de curto prazo, em especial as realizadas na CCEE, a queda nos custos com royalties – em virtude das condições hidrológicas menos favoráveis –, a alienação das Usinas Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca e o reconhecimento de receita decorrente da operação das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- Geração de lucro crescente – No ano de 2017, a Companhia apresentou crescimento nos seus resultados, apresentando lucro líquido consolidado de R\$ 2.005 milhões, 29,5% superior ao lucro líquido consolidado do exercício anterior.
- Forte geração de caixa operacional – O EBITDA ajustado consolidado, no ano de 2017, alcançou R\$ 3.520 milhões, elevação de 10,8% em relação a 2016. A margem EBITDA atingiu 50,2%.
- Manutenção do baixo nível de endividamento – A relação “Endividamento total / EBITDA ajustado” em 31.12.2017 foi de 1,9 vezes e o “Endividamento líquido / EBITDA ajustado”, na mesma data, foi de 1,3 vezes. A elevação do endividamento foi motivada pela contratação de notas promissórias e empréstimos para o financiamento do pagamento das outorgas de concessão das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda. Em 31.12.2017, a dívida denominada em moeda estrangeira correspondia a 24,7% do total e estava integralmente protegida contra a variação cambial por operações de *swap*.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2015

Como nos últimos anos, em 2015 o setor elétrico nacional sofreu influência da baixa hidrologia. O país possui potencial hidrológico indiscutível e associados a esse potencial estão o baixo custo de geração, além do nível reduzido de emissões atmosféricas da geração hidrelétrica quando comparada à geração térmica convencional. Entretanto, eventos climáticos extremos, frequentes nos últimos anos, apontam para a necessidade de ajustes no planejamento e na operação do setor elétrico brasileiro. A alteração que se observa no regime de chuvas demonstra que não é possível manter apenas a fonte hidráulica na base do sistema. Em 2015, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica registrou ligeira, haja vista a redução da atividade econômica no País. Desta forma, os impactos negativos resultantes dos eventos climáticos foram reduzidos pela diminuição do consumo de energia elétrica.

No que se refere ao desempenho econômico e financeiros, a ENGIE Brasil Energia, no ano de 2015, obteve lucro líquido de R\$ 1.501 milhões. O EBITDA ajustado alcançado pela Companhia foi de R\$ 3.115 milhões. Esses resultados se devem, sobretudo, à estratégia adequada de redução da exposição aos altos preços do mercado de curto prazo no início do ano, de alocação mensal da energia contratada e de manutenção do parque gerador. O alcance desses números em um cenário de retração da economia e eventos climáticos adversos demonstra a resiliência da Companhia e a confiança que o mercado lhe confere.

b. Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital com nível baixo de alavancagem financeira, o que possibilita a execução de sua estratégia de crescimento nos próximos anos.

O negócio da Companhia apresenta uma elevada geração operacional de caixa, principalmente em função de sua elevada margem, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração de energia e dos rígidos controles de custos e despesas realizados pela Administração da Companhia.

Os principais componentes da estrutura de capital da Companhia são os seguintes:

Valores em R\$ milhões	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Endividamento bruto ¹	6.756	6.738	3.089	3.759
(-) Caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados	954	2.155	1.996	2.544
Endividamento líquido	5.802	4.583	1.093	1.215
Endividamento de longo prazo (% do total do endividamento)	53,6%	54,4%	90,3%	67,4%
Patrimônio líquido	7.324	6.835	6.614	6.642
Grau de alavancagem ²	44,2%	40,1%	14,2%	15,5%
Composição da estrutura de capital:				
- Capital próprio (patrimônio líquido / passivo total)	38,7%	34,9%	45,9%	43,4%
- Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante / passivo total)	61,3%	65,1%	54,1%	56,6%

¹ Contempla os empréstimos – líquidos dos efeitos do hedge, os financiamentos, as debêntures e as notas promissórias.

² Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O aumento do percentual de alavancagem observado em 31.03.2018 e 31.12.2017 deve-se a captação de notas promissórias pelas controladas Jaguará e Miranda, no montante de R\$ 2.110 milhões, e à captação de empréstimos em moeda estrangeira – totalmente coberto por *hedge* para reais, no montante de R\$ 1.631 milhões. Os recursos foram captados com a finalidade, principalmente, de pagamento do Bônus pela Outorga das concessões e refinanciamento de dívidas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia, considerando o seu perfil do endividamento e a sua posição de liquidez, em situações normais de mercado, acreditam que a Companhia possui plenas condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos hoje existentes, bem como para continuar expandindo seus investimentos.

Em 31.03.2018 e 31.12.2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, decorrente, substancialmente, da contratação de notas promissórias e empréstimos no ano de 2017 para o financiamento do pagamento das outorgas de concessão das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda. O pagamento das notas promissórias, as quais vencem em novembro de 2018, ocorrerá, substancialmente, mediante a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, das controladas Jaguará e Miranda, nos valores de R\$ 1.117 milhões e R\$ 685 milhões.

Os Diretores da Companhia entendem ainda que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Neste quadro estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento da dívida utilizados pela Companhia.

Valores em R\$ milhões	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
EBITDA ajustado ³	3.681	3.520	3.176	3.115
Despesa financeira ³	497	450	753	752
Despesa financeira líquida ³	312	227	355	471
Endividamento bruto	6.756	6.738	3.089	3.759
Endividamento líquido	5.802	4.583	1.093	1.215
Endividamento líquido / EBITDA ajustado	1,6	1,3	0,3	0,4
Endividamento total / EBITDA ajustado	1,8	1,9	1,0	1,2
EBITDA ajustado / Despesa financeira	7,4	7,8	4,2	4,1

Nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses findo em 31.03.2018 a Companhia honrou suas obrigações assumidas com terceiros, tais como fornecedores, dividendos, dívidas, concessões a pagar, entre outros.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

³ Montante relativo aos 12 últimos meses à data-base de apuração.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(i) contratos de empréstimo, financiamento e notas promissórias relevantes

Principais condições das dívidas contratadas

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		Valores em R\$ milhões			
		Venc.	Principal e juros	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Controladora:							
Moeda nacional							
Nordic Investment Bank	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Principal: Mensais Juros: Trimestrais	CP 129	CP 135	157	172
BNDES – Modernização	TJLP + 2,26% a.a. ^(a)	07.2020	Principal: Mensais, após 08.2016 Juros: Trimestrais até 08.2016 e posteriormente mensais	154	171	203	191
BNDES – Usina São Salvador	TJLP + 2,7% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	92	96	112	126
Repasse BNDES (Bancos) ^(b)	TJLP + 3,25% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	-	-	226	255
Repasse Finame (Bancos)	3,68% a.a.	11.2024	Mensais	8	8	18	21
Moeda estrangeira (dólar)							
HSBC USA II	1,4294% a.a. com swap para 97% do CDI	03.2016	Principal: 03.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	387
HSBC USA III	1,7871% a.a. com swap para 99% do CDI	10.2016	Principal: 10.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	307
HSBC USA IV	1,8104% a.a. com swap para 98,6% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	191
HSBC USA V	1,8471% a.a. com swap para 97% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	38
Mizuho Bank	1,7260% a.a. com swap para 96,02% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	-	-	-	341
Bank of Tokyo	0,5486% a.a. com swap para 98% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	CP	CP	-	188
HSBC France	8,459% a.a. com swap para 103% do CDI	10.2020	Principal: 10.2020 Juros: Semestrais	348	334	-	-
Scotiabank	3,3710% a.a. com swap para IPCA + 5,2% a.a.	11.2022	Principal: 11.2022 Juros: Semestrais	658	669	-	-
Bank of Tokyo	1,9429% a.a. com swap para 101,4% CDI 2,0571% a.a. com swap para 101,4% CDI	10.2018	Principal: 10.2018 Juros: Semestrais	664	667	-	-
Controladas:							
Hidropower - Banco do Brasil	8,08% a.a.	10.2017	Mensais	-	-	3	7
Companhia Energética Estreito							
BNDES – Crédito Social	TJLP	06.2018	Mensais	CP 1	3	CP 8	14
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais	CP 632	644	CP 692	736
Repasse BNDES (Bancos) ^(b)	TJLP + 2,95% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais	429	438	470	499
Ibitiúva							
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	CP 8	9	CP 13	17
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. ^(a)	01.2021	Mensais	CP 10	11	CP 15	19
Ferrari							
BNDES	TJLP + 1,91% a.a. ^(a)	06.2021	Mensais	CP 14	15	CP 19	23
BNDES Ampliação	TJLP + 1,76% a.a. ^(a)	07.2032	Mensais	CP 40	41	CP 44	44
Repasse BNDES (Bancos) ^(b)	TJLP + 3,40% a.a. ^(a)	06.2021	Mensais	6	7	8	10
Complexo Eólico Trairi ^(c)							
BNDES	TJLP + 2,51% a.a. ^(a)	07.2029	Mensais	CP 269	274	CP 294	313
BNDES – Crédito Social	TJLP	07.2029	Mensais	CP 1	1	CP 2	2
Beberibe ^(d) - BNDES	TJLP + 3,5% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	-	-	-	74
Pedra do Sal ^(d) – BNDES	TJLP + 1,92% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	-	-	-	50
Areia Branca ^(d) – BNDES	TJLP + 2,5% a.a. ^(a)	06.2024	Mensais	-	-	-	41


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		Valores em R\$ milhões			
		Venc.	Principal e juros	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Controladas:							
Complexo Eólico Santa Mônica ^(a) – BNDES	TJLP + 2,18% a.a. ^(b)	05.2033	Mensais	290	293	-	-
Jaguara - Banco J. Safra S.A.	104,9% a.a. sobre Δ Taxa DI	11.2018	Principal: 11.2018 Juros: 11.2018	1.349	1.326	-	-
Miranda - Banco J. Safra S.A.	104,9% a.a. sobre Δ Taxa DI	11.2018	Principal: 11.2018 Juros: 11.2018	797	784	-	-

^(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

^(b) Os bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.

^(c) Financiamento do Projeto Trairi, composto pelas seguintes empresas: Trairi, Mundaú, Guajiru e Fleixeiros I.

^(d) Em 31.10.2017, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias da ECP nas subsidiárias Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A. e Hidrelétrica Areia Branca S.A., após terem sido atingidas todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações.

^(e) Financiamento do Projeto Santa Mônica, composto pelas empresas: Santa Mônica, Cacimbas, Estrela e Ouro Verde.

Informações adicionais sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e notas promissórias de valores mais relevantes da Companhia e de suas controladas

Os saldos em 31.03.2018, 31.12.2017, 31.12.2016 e 31.12.2015 dos contratos abaixo listados se encontram na tabela do item f(i) anteriormente apresentada.

ENGIE Brasil Energia

- Nordic Investment Bank

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao *Nordic Investment Bank* (NIB). Em 31.03.2018 o saldo desse empréstimo era de R\$ 129 milhões. O prazo de amortização é de 7 anos, a partir de outubro de 2015, e os encargos financeiros sobre o empréstimo são IPCA + 3,55% ao ano.

- BNDES – Modernização

Em setembro de 2014, a Companhia assinou contrato com o BNDES para financiamento da modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo. Em 31.03.2018 o saldo do empréstimo era de R\$ 154 milhões. Do total do financiamento, cerca de 99% tem juros equivalentes a TJLP + 2,26% e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020 e aproximadamente 1% tem juros correspondentes a TJLP e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020.

- BNDES – Usina Hidrelétrica São Salvador e Repasse BNDES (Bancos)

Em março de 2007, a Companhia Energética São Salvador ("CESS") contratou com o BNDES e seus Bancos Repassadores – Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim para a construção da Usina Hidrelétrica São Salvador. A CESS foi incorporada em dezembro de 2013 pela Companhia. Em 31.03.2018 o saldo do empréstimo era de R\$ 92 milhões.

- Empréstimos tomados em moeda estrangeira

A Companhia contratou, nos anos de 2016 e 2017, empréstimos em moeda estrangeira com os bancos HSBC USA, Mizuho Bank, Bank of Tokyo e Scotiabank.

Em 2017, os recursos foram captados com a finalidade, principalmente, de financiar o pagamento de parte do Bônus pela Outorga das concessões das controlas Jaguara e Miranda, bem como de refinanciar dívidas que estavam vencendo e dar continuidade a implementação do plano de negócios da Companhia.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- BNDES e Repasse BNDES (Bancos) – Empreendimentos hidrelétricos

Os financiamentos de empreendimentos hidrelétricos têm estas garantias: (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Além dessas garantias, para o contrato da CEE, há também o penhor dos dividendos a serem pagos pela Companhia à sua controladora, ENGIE.

- BNDES – Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), Biomassa e Eólicos

As garantias dos projetos de PCH, biomassa e eólicos são estas: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Companhia.

- Notas promissórias - Jaguará e Miranda

As notas promissórias são garantidas por aval prestado pela controladora ENGIE Brasil Energia, compreendendo todas as obrigações principais e acessórias assumidas.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia. Em 31.03.2018, 31.12.2017, 31.12.2016 e 31.12.2015, a Companhia possuía vigentes estas emissões:

	Quantidade	Remuneração	Condições de pagamento		Valores em R\$ milhões			
			Juros / Variação		31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
			Monetária	Principal				
5ª Emissão - série única	165.000	IPCA + 6,3% a.a.	Anualmente em dezembro	3 parcelas em 12.2022/23/24	205	199	194	181
6ª Emissão - Série 1	246.600	IPCA + 6,2621% a.a.	Anualmente em julho	3 Parcelas anuais a partir de 07.2021	267	260	251	-
6ª Emissão - Série 2	353.400	IPCA + 6,2515% a.a.	Anualmente em julho	3 Parcelas anuais a partir de 07.2024	381	371	359	-

Informações adicionais sobre as debêntures

- Quinta emissão de debêntures - Série única

Em dezembro de 2014, a Companhia emitiu 165.000 debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, de série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R\$ 1 mil, perfazendo na data de emissão, o montante total de R\$ 165 milhões. Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 6,3% a.a., incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. O pagamento dessa remuneração é anual, tendo ocorrido o primeiro em 15.12.2015. O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, nas datas de 15.12.2022, 15.12.2023 e 15.12.2024. A liquidação da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 23.12.2014 e os recursos obtidos destinaram-se à modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo.

RS

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais*g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados*

Em dezembro de 2015, a controlada indireta Ferrari Termoeletrica S.A. contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 81 milhões, para a ampliação de sua usina, dos quais R\$ 44 milhões (54,3%) foram liberados, restando R\$ 37 milhões. A expectativa de realização é até junho de 2018.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

h.1) Análise comparativa entre os resultados relativos aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017 preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

Valores em R\$ milhões	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de				2018 versus 2017 (%)
	BP 2018	% da receita	BP 2017	% da receita	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.869	100	1.606	100	16,4
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda	(430)	(23,0)	(379)	(23,6)	13,5
Transações no mercado de energia de curto prazo	(59)	(3,2)	(27)	(1,7)	118,5
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão	(112)	(6,0)	(103)	(6,4)	8,7
Custo de produção de energia elétrica	(337)	(18,0)	(310)	(19,3)	8,7
Custo dos serviços prestados	(6)	(0,3)	(7)	(0,4)	(14,3)
	(944)	(50,5)	(826)	(51,4)	14,3
LUCRO BRUTO	925	49,5	780	48,6	18,6
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(4)	(0,2)	(4)	(0,2)	-
Despesas gerais e administrativas	(44)	(2,4)	(41)	(2,6)	7,3
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	1	0,1	(100,0)
	(48)	(2,6)	(44)	(2,7)	9,1
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DOS TRIBUTOS	877	46,9	736	45,9	19,2
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	1,3	63	3,9	(60,3)
Despesas financeiras	(182)	(9,7)	(135)	(8,4)	34,8
	(157)	(8,4)	(72)	(4,5)	118,1
Resultado de Participações Societárias					
Equivalência patrimonial	(2)	(0,1)	(1)	(0,1)	100,0
	(2)	(0,1)	(1)	(0,1)	100,0
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	718	38,5	663	41,4	8,3
Imposto de renda e contribuição social	(229)	(12,3)	(212)	(13,2)	8,0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	489	26,2	451	28,2	8,4
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	0,75		0,69		

POS
 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita operacional líquida

No 1T18, a receita operacional líquida apresentou aumento de 16,4% (R\$ 263 milhões), quando comparada à auferida no 1T17, passando de R\$ 1.606 milhões para R\$ 1.869 milhões. Os principais fatores que provocaram essa variação foram: (i) R\$ 113 milhões, devido ao reconhecimento de receita decorrente da operação das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), adquiridas por meio de Leilão de Concessões Não Renovadas, promovido pela Aneel, dos quais R\$ 85 milhões correspondem à remuneração do ativo financeiro e R\$ 28 milhões a receita de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) para cobrir os custos de operação e manutenção; (ii) R\$ 110 milhões de acréscimo na receita decorrente das transações realizadas no mercado de curto prazo, em especial as realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), , mais detalhes estão apresentados no item "Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE"; e (iii) R\$ 40 milhões, decorrentes do maior volume de energia vendida, parcialmente atenuada por ligeira redução do preço médio de venda para consumidores livres.

- Preço médio líquido de vendas

O preço médio de venda de energia, líquido das exportações e dos tributos sobre a receita, atingiu R\$ 177,76/MWh no 1T18, 1,1% abaixo do obtido no 1T17, cujo valor foi de R\$ 179,69/MWh. A redução do preço ocorreu, essencialmente, em razão dos novos contratos de venda de energia para clientes industriais com preços inferiores à média dos contratos existentes ou finalizados.

- Volume de vendas

A quantidade de energia vendida passou de 8.694 GWh (4.025 MW médios) no 1T17 para 9.016 GWh (4.174 MW médios) no 1T18, aumento de 322 GWh (149 MW médios) entre os períodos comparados. Tais variações decorreram, substancialmente, da combinação do acréscimo de venda de energia para comercializadoras, inclusive operações de trading, parcialmente atenuado pela redução de vendas para distribuidoras decorrente do Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits (MCSD) e à queda de consumo de clientes industriais.

Custos da venda de energia e dos serviços prestados

Os custos da venda de energia e serviços foram elevados em R\$ 118 milhões ou 14,3% entre os trimestres comparados, passando de R\$ 826 milhões no 1T17 para R\$ 944 milhões no 1T18. Tais variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- Energia elétrica comprada para revenda: elevação de R\$ 51 milhões (13,5%) no 1T18, em comparação ao 1T17, reflexo, sobretudo, às compras de energia elétrica destinadas para operações de trading no valor de R\$ 43 milhões (101 MW médios), e ao aumento no preço médio líquido, devido a novas contratações com preços superiores à média dos contratos vigentes ou finalizados, compensada, parcialmente compensada pela redução de compras de médio e de longo prazo para a gestão do portfólio da Companhia. Adicionalmente, a energia elétrica comprada para operações de trading e não vendida para comercializadoras foi liquidada na CCEE.

- Transações no mercado de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE: os custos com essas transações foram de R\$ 32 milhões (118,5%) superiores no 1T18, em relação ao 1T17. Mais detalhes estão descritos a seguir em item específico.

- Encargos de uso de rede elétrica e conexão: elevação de R\$ 9 milhões (8,7%) no 1T18, em relação ao 1T17, principalmente, do reajuste anual das tarifas de transmissão e de reconhecimento no 1T18 dos encargos relativos à parcela de energia das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda comercializada no ACL.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo de produção de energia elétrica

- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** decréscimo de R\$ 6 milhões (22,0%) na comparação do 1T18 com o mesmo trimestre de 2017 devido, basicamente, à paralização das operações da Usina Termelétrica William Arjona no primeiro trimestre de 2017, em função de sua inviabilidade econômica, motivada pela elevação do custo do gás.

- **Pessoal:** aumento de R\$ 2 milhões (3,4%) no 1T18 em relação ao 1T17, em virtude, majoritariamente, do reajuste anual da remuneração e dos benefícios dos empregados.

- **Materiais e serviços de terceiros:** acréscimo de R\$ 9 milhões (21,5%) na comparação do 1T18 com o mesmo trimestre de 2017, em razão, basicamente, do reconhecimento dos custos de operação e manutenção, no 1T18, das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, e do Complexo Eólico Santa Mônica, que no 1T17 teve parte desses custos cobertos pelo fornecedor dos aerogeradores.

- **Depreciação e amortização:** elevação de R\$ 19 milhões (13,0%) no 1T18, em relação ao 1T17, resultante, substancialmente, dos seguintes itens: (i) amortização de ativo intangível referente à aquisição das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda; (ii) depreciação de grandes manutenções realizadas na unidade A do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda em meados de 2017; e (iii) entrada em operação comercial da Usina Fotovoltaica Assú V, em 23 de dezembro de 2017.

Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia cujo objetivo principal é a gestão da exposição da Companhia na CCEE. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal, portanto, de curto prazo, dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas à PLD, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados numa fatura única (a receber ou a pagar), exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cumpre ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura dos períodos em análise, sendo esse o motivo para a criação deste tópico. Assim, ele permite analisar oscilações dos principais elementos, apesar de terem sido alocados ora na receita, ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada (GSF - Generation Scaling Factor), que ocorre quando a geração das usinas que integram o MRE, em relação à energia alocada, é menor ou maior (Energia Secundária); (iii) do chamado “risco de submercado”; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que será liquidada ao valor do PLD.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No 1T18 e no 1T17, os resultados líquidos (diferença entre receitas e custos – deduzidos dos tributos incidentes sobre as receitas e os custos) decorrentes de transações de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE, foram positivos em R\$ 88 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 78 milhões entre os períodos comparados.

A variação entre os trimestres é consequência, essencialmente, da combinação destes fatores: (i) aumento dos efeitos positivos decorrente de energia secundária; (ii) efeito positivo proveniente da diferença de preços entre os submercados Norte e Sudeste no 1T18 e entre os submercados Nordeste e Sudeste no 1T17; (iii) aumento do déficit de geração termelétrica devido à menor geração dessa fonte; (iv) redução de receita no MRE em razão do decréscimo de geração hidrelétrica no período; e (v) redução da posição devedora na CCEE, fruto da estratégia de alocação dos recursos hídricos do ano de 2018.

Cabe considerar que o aumento do PLD médio em 2018, conforme a seguir informado, contribuiu para o aumento dos efeitos negativos da geração termelétrica e da posição compradora no 1T18 da CCEE e, em contrapartida, para a elevação do efeito positivo fruto da energia secundária.

Na comparação entre os trimestres, o PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste aumentou 25,9%, passando de R\$ 155,37/MWh no 1T17 para R\$ 195,61/MWh no 1T18. Adicionalmente, o PLD do submercado Norte caiu 5,1%, passando de R\$ 79,10 para R\$ 75,10, e o PLD médio do submercado Nordeste reduziu de R\$ 195,97/MWh no 1T17 para R\$ 191,56/MWh no 1T18, ou seja, 2,3%.

Resultado financeiro

- **Receitas financeiras:** no 1T18, as receitas atingiram R\$ 25 milhões, isto é, R\$ 38 milhões ou 60,3% abaixo dos R\$ 63 milhões auferidos no 1T17, em razão, substancialmente: (i) da redução de R\$ 36 milhões na receita com aplicações financeiras, em virtude do menor volume de recursos investidos e da queda na taxa de juros; e (iii) da diminuição de R\$ 2 milhões na variação monetária de depósitos judiciais.

- **Despesas financeiras:** as despesas no 1T18 foram de R\$ 182 milhões ou seja, R\$ 47 milhões ou 34,8% além das registradas no 1T17, que foram de R\$ 135 milhões. As principais variações observadas foram: (i) reconhecimento de R\$ 36 milhões de juros sobre notas promissórias, emitidas em novembro de 2017, para pagamento de parte do bônus de outorga na aquisição das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda; (ii) aumento de R\$ 12 milhões na variação monetária e de R\$ 4 milhões nos juros sobre as concessões a pagar; e (iii) decréscimo de R\$ 5 milhões nos juros e na variação monetária sobre provisões e passivo atuarial.

Equivalência Patrimonial

No 1T18 foi reconhecido R\$ 2 milhões como resultado negativo de equivalência patrimonial da ENGIE Solar, enquanto que no mesmo período de 2017 o resultado negativo de equivalência patrimonial da ENGIE Solar foi de R\$ 1 milhão.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

Valores em R\$ milhões	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2017	% da receita	2016	% da receita	2017 versus 2016 (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.010	100	6.442	100	8,8
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda	(1.746)	(24,9)	(1.643)	(25,5)	6,3
Transações no mercado de energia de curto prazo	(360)	(5,1)	(182)	(2,8)	97,8
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão	(423)	(6,0)	(397)	(6,2)	6,5
Custo de produção de energia elétrica	(1.444)	(20,6)	(1.449)	(22,5)	(0,3)
Custo dos serviços prestados	(31)	(0,4)	(30)	(0,5)	3,3
	(4.004)	(57,1)	(3.701)	(57,5)	8,2
LUCRO BRUTO	3.006	42,9	2.741	42,5	9,7
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(17)	(0,2)	(17)	(0,3)	-
Despesas gerais e administrativas	(179)	(2,6)	(185)	(2,8)	(3,2)
Provisão para redução ao valor recuperável	(18)	(0,3)	(121)	(1,9)	(85,1)
Resultado na alienação de investimentos	57	0,8	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	4	0,1	7	0,1	(42,9)
	(153)	(2,2)	(316)	(4,9)	(51,6)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DOS TRIBUTOS	2.853	40,7	2.425	37,6	17,6
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	223	3,2	398	6,2	(44,0)
Despesas financeiras	(450)	(6,4)	(753)	(11,6)	(40,2)
	(227)	(3,2)	(355)	(5,4)	(36,1)
Resultado de Participações Societárias					
Equivalência patrimonial	(2)	-	(3)	-	(33,3)
	(2)	-	(3)	-	(33,3)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	2.624	37,5	2.067	32,2	26,9
Imposto de renda e contribuição social	(619)	(8,8)	(519)	(8,1)	19,3
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.005	28,7	1.548	24,1	29,5
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	3,07		2,37		

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida passou de R\$ 6.442 milhões em 2016 para R\$ 7.010 milhões em 2017, ou seja, elevação de R\$ 568 milhões ou 8,8%. Esse aumento decorreu essencialmente destas combinações: (i) R\$ 350 milhões – aumento da receita nas operações realizadas no mercado de curto prazo, em especial as na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), , mais detalhes estão apresentados no item “Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE”; (ii) R\$ 165 milhões – maior volume de venda de energia; e (iii) R\$ 48 milhões – receita resultante da operação das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda.

- Preço médio líquido de vendas

O preço médio de venda de energia, líquido dos encargos sobre a receita, atingiu R\$ 180,39/MWh, 0,2% inferior ao praticado em 2016, que foi de R\$ 180,68/MWh. A redução do preço ocorreu, essencialmente, da venda a consumidores livres da energia descontratada com distribuidoras, em função do término do contrato de Leilão de Energia Existente, no fim de 2016, com preços inferiores aos anteriormente praticados.

- Volume de vendas

Em 2017, o volume de venda de energia foi de 35.761 GWh (4.082 MW médios), contra 34.789 GWh (3.961 MW médios) registrados em 2016, acréscimo de 972 GWh (121 MW médios) ou 2,8%. Tal variação decorreu, substancialmente, da combinação do acréscimo de venda de energia convencional para comercializadoras e de energia incentivada para consumidores livres, e também, pela entrada em operação comercial do Complexo Eólico Santa Mônica, que possui garantia física de 47,4 MW médios e cuja maioria dos parques eólicos entraram em operação comercial no início de 2017.

Custos da venda de energia e dos serviços prestados

Os custos da venda de energia e serviços foram elevados em R\$ 303 milhões, (8,2%), entre os anos comparados, passando de R\$ 3.701 milhões em 2016 para R\$ 4.004 milhões no ano em análise. Tal variação decorre, majoritariamente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- **Energia elétrica comprada para revenda:** acréscimo em 2017 de R\$ 103 milhões em relação a 2016, decorrente dos seguintes itens: (i) R\$ 393 milhões – elevação de 2.346 GWh (672 MW médios) nas compras de médio e longo prazos; e (ii) R\$ 290 milhões – redução do preço médio destas aquisições, motivada principalmente pelo encerramento de contratos de aquisição de energia com preços superiores à média de preços praticados nos contratos vigentes e em novas contratações.

- **Transações no mercado de curto prazo – em especial as realizadas no âmbito da CCEE:** Entre os exercícios de 2016 e 2017, ocorreu aumento de R\$ 178 milhões desses custos. Mais detalhes estão descritos a seguir em item específico.

- **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** elevação de R\$ 26 milhões (6,6%) entre os exercícios de 2016 e 2017, decorrente, principalmente, do reajuste anual das tarifas de transmissão.

Custo de produção de energia elétrica

- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** acréscimo de R\$ 314 milhões em 2017, em relação a 2016, devido, basicamente, ao reconhecimento de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017, no valor total de R\$ 355 milhões.

R/S
RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (royalties):** queda de R\$ 74 milhões entre os anos de 2016 e 2017, refletindo, principalmente, a menor geração das usinas hidrelétricas no período analisado, bem como a redução da Tarifa Atualizada de Referência (TAR) no ano de 2017.

- **Pessoal:** redução de R\$ 25 milhões em 2017, em relação a 2016, resultante, substancialmente, da readequação do quadro de empregados e da redução de custos decorrentes do Plano de Demissão Voluntária (PDV), encerrado em novembro de 2016.

- **Materiais e serviços de terceiros:** em 2017 ocorreu aumento de R\$ 23 milhões se comparado a 2016, reflexo, essencialmente, dos seguintes itens: (i) reconhecimento de ganhos extraordinários no 1T16, no valor de R\$ 15 milhões, decorrentes da recuperação de crédito de PIS e Cofins incidentes sobre materiais e serviços de terceiros; e (ii) pagamento em 2017 de honorário de êxito decorrente de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017.

- **Depreciação e amortização:** ampliação de R\$ 18 milhões em 2017, em relação a 2016, em decorrência, sobretudo, dos seguintes aspectos: (i) entrada em operação comercial do Complexo Eólico Santa Mônica; e (ii) amortização de ativo intangível referente à aquisição das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda no Leilão 001/2017 promovido pela Aneel em 29.09.2017. Tal variação foi parcialmente atenuada pela diminuição da depreciação sobre os ativos de geração termelétrica reduzidos por "impairment".

- **Reversão de provisões operacionais, líquidas:** efeito positivo de R\$ 264 milhões em 2017, em relação a 2016. A variação apresentada resultou, sobretudo, da assinatura e homologação judicial de acordo de preço do gás natural para geração de energia elétrica entre a Companhia e o fornecedor do combustível, ocasionando, assim, a reversão no 2T17 do valor contabilizado como provisão, no valor de R\$ 219 milhões. Adicionam-se a reversão de provisão para perda na venda de óleo combustível da Usina Termelétrica Alegrete, que está em processo de devolução à União, e a provisão para custos a incorrer no processo de descomissionamento da Usina Termelétrica Charqueadas. As reversões se devem ao fato de a Companhia estar incorrendo em perdas e custos inferiores aos inicialmente estimados.

Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia cujo objetivo principal é a gestão da exposição da Companhia na CCEE. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal – e, portanto, de curto prazo – dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas à PLD, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados numa fatura única (a receber ou a pagar), exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cumpre ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura dos períodos em análise, sendo esse o motivo para a criação deste tópico. Assim, permite analisar oscilações dos principais elementos, apesar de terem sido alocados ora na receita, ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do fator de ajuste da garantia física (GSF – *Generation Scaling Factor*), que ocorre quando a geração das usinas que integram o MRE, em relação à energia alocada, é menor ou maior (Energia Secundária); (iii) do chamado “risco de submercado”; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que será liquidada ao valor do PLD. **CP**

No acumulado de 2017, o resultado líquido fruto de transações de curto prazo – em especial as realizadas na CCEE, foi positivo em R\$ 107 milhões. Já em 2016 tivemos um resultado negativo de R\$ 65 milhões, ou seja, entre os anos comparados uma variação favorável de R\$ 172 milhões. **DP**

Essa variação é consequência, fundamentalmente, da combinação destes fatores: (i) maior receita auferida com a posição credora na CCEE (posição *long*), fruto da estratégia de alocação dos recursos hídricos, aliada à ativa gestão do portfólio; (ii) reconhecimento dos efeitos decorrentes da recontabilização resultante da elevação do Custo Variável Unitário (CVU) da Usina Termelétrica Willian Arjona, após o acordo judicial com o fornecedor de gás natural; (iii) resultado positivo da geração termelétrica. Apesar da menor geração em 2017, houve redução da garantia física relacionada à essa fonte em razão do encerramento da operação da Usina Termelétrica Charqueadas, no fim de 2016; (iv) reconhecimento de recomposição de receita na CCEE em razão da indenização de sinistro ocorrido em unidade geradora da Companhia; (v) incremento dos efeitos negativos do GSF, já deduzido dos efeitos positivos da repactuação do risco hidrológico, em razão do elevado fator de deficit de geração hidrelétrica; e (vi) redução de receita no MRE em razão da menor geração hidrelétrica no período.

No comparativo anual, o PLD médio teve um aumento de 244,1%, saindo do patamar de R\$ 93,16 para R\$ 320,59 ao fim de 2017. Importante considerar que o aumento do PLD médio em 2017, conforme anteriormente informado, contribuiu consideravelmente para a elevação dos efeitos positivos do excedente de energia liquidado na CCEE e do maior despacho termelétrico, bem como para o aumento dos efeitos negativos decorrentes da aplicação do GSF.

Provisão para redução ao valor recuperável **CP** **AP**

Em 2017, a Companhia reconheceu complemento de provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos no montante de R\$ 18 milhões, inicialmente reconhecida em 2016 no valor de R\$ 121 milhões. Do total provisionado em 2017, R\$ 16 milhões (R\$ 45 milhões em 2016) correspondem aos ativos de geração termelétrica e R\$ 2 milhões (R\$ 76 milhões em 2016) aos ativos não operacionais do Projeto Termelétrico Jacuí, gerando um efeito positivo de R\$ 103 milhões na comparação entre os anos. **CP** **DP**

Em 31 de outubro de 2017, após o cumprimento das condições precedentes contratadas, a Companhia efetivou a venda das controladas Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, reconhecendo, no 4T17, o resultado na alienação de investimentos no montante de R\$ 57 milhões.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado financeiro

- **Receitas financeiras:** No comparativo entre os anos, as receitas financeiras reduziram R\$ 175 milhões (44,0%), passando de R\$ 398 milhões em 2016 para R\$ 223 milhões em 2017. Essa variação é explicada, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) decréscimo de R\$ 128 milhões na receita com aplicações financeiras, em razão do menor volume de recursos investidos e da queda na taxa de juros; (ii) redução de R\$ 39 milhões na variação monetária, oriundos de decisão favorável à Companhia em disputa judicial em 2016 de cobrança de atualização de valores a receber de um agente do setor; (iii) diminuição de R\$ 14 milhões na variação monetária sobre contas a receber devido à inadimplência na liquidação financeira da CCEE em 2016; (iv) elevação de juros sobre valores de imposto de renda e contribuição social a compensar relativos aos anos anteriores de R\$ 9 milhões; e (v) decréscimo de R\$ 4 milhões na variação monetária de depósitos judiciais.

- **Despesas financeiras:** Em base anual, as despesas reduziram de R\$ 753 milhões em 2016 para R\$ 450 milhões em 2017, ou seja, R\$ 303 milhões (ou 40,2%), resultado da combinação, fundamentalmente, destas variações: (i) diminuição de R\$ 136 milhões na variação monetária sobre as concessões a pagar, visto a queda dos índices inflacionários; (ii) reconhecimento em 2016 de R\$ 58 milhões de variação monetária sobre os valores a pagar na CCEE que estavam pendentes de pagamento em razão das liminares que impediam a CCEE de aplicar o GSF; e (iii) decréscimo de R\$ 103 milhões nos juros e na variação monetária sobre dívidas, em virtude de decréscimo de endividamento no decorrer do ano de 2017 e queda da inflação.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

As despesas com IR e CSLL no ano aumentaram em R\$ 100 milhões, passando de R\$ 519 milhões em 2016 para R\$ 619 milhões em 2017. O acréscimo decorreu, substancialmente, da elevação do lucro antes dos tributos, parcialmente atenuada pelo início dos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) – Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – Usina Hidrelétrica de Estreito, concedidos em 2017. A taxa efetiva de IR e CSLL em 2017 foi de 23,6% ante 25,1% em 2016.

Equivalência Patrimonial

Em 2017 foi reconhecido R\$ 2 milhões como resultado negativo de equivalência patrimonial da ENGIE Solar.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h.2) Comparação entre os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 preparados de acordo com o IFRS e os CPC

	ATIVO									
	31.03.2018	31.12.2017	%	31.12.2016	%	31.12.2015	%	31.03.2018	31.12.2017	31.12.2016
Valores em R\$ milhões								versus	versus	versus
								31.12.2017 (%)	31.12.2016 (%)	31.12.2015 (%)
ATIVO CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	716	1.930	3,8	1.815	12,6	2.397	15,7	(62,9)	6,3	(24,3)
Contas a receber de clientes	1.149	1.058	6,2	824	5,7	774	5,1	8,6	28,4	6,5
Valores a receber pela alienação de investimentos	113	112	0,6	-	-	-	-	0,9	100,0	-
Estoque	138	98	0,7	106	0,7	89	0,6	40,8	(7,5)	19,1
Depósitos vinculados	8	15	-	9	0,1	8	0,1	(46,7)	66,7	12,5
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	26	26	0,1	26	0,2	26	0,2	-	-	-
Ativo financeiro de concessão	255	302	1,3	-	-	-	-	(15,6)	100,0	-
Outros ativos circulantes	254	189	1,3	155	1,1	1.050	6,9	34,4	21,9	(85,2)
	2.659	13.750	14,0	2.935,0	20,4	4.344	28,6	(28,7)	27,1	(32,4)
Ativo não circulante mantido para venda	54	6	0,3	420	2,9	87	0,6	800,0	(98,6)	382,8
	2.713	3.736	14,3	3.355	23,3	4.431	29,2	(27,4)	11,4	(24,3)
ATIVO NÃO CIRCULANTE										
Realizável a Longo Prazo										
Depósitos vinculados	244	231	1,3	186	1,3	158	1,0	5,6	24,2	17,7
Depósitos judiciais	102	101	0,5	150	1,0	132	0,9	1,0	(32,7)	13,6
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	138	145	0,7	171	1,2	197	1,3	(4,8)	(15,2)	(13,2)
Ativo financeiro de concessão	2.282	2.245	12,1	-	-	-	-	1,6	100,0	-
Outros ativos não circulantes	102	105	0,5	105	0,7	230	1,3	(2,9)	-	(54,3)
	2.868	2.827	15,1	612	4,2	717	4,5	1,5	361,9	(14,6)
Investimentos	18	19	0,1	5	-	-	-	(5,3)	280,0	100,0
Imobilizado	12.039	11.678	63,6	10.195	70,7	9.898	64,7	3,1	14,5	3,0
Intangível	1.299	1.309	6,9	253	1,8	243	1,6	(0,8)	417,4	4,1
	16.224	15.833	85,7	11.065	76,7	10.858	70,8	2,5	43,1	1,9
TOTAL	18.937	19.569	100,0	14.420	100,0	15.289	100,0	(3,2)	35,7	(5,7)

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
31.03.2018	%	31.12.2017	%	31.12.2016	%	31.12.2015	%	31.03.2018 versus 31.12.2017 (%)	31.12.2017 versus 31.12.2016 (%)	31.12.2016 versus 31.12.2015 (%)	
PASSIVO CIRCULANTE											
Fornecedores	551	2,9	617	3,2	371	2,6	574	3,8	(10,7)	66,3	(35,4)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7	-	1.301	6,6	372	2,6	271	1,8	(99,5)	249,7	37,3
Empréstimos e financiamentos	956	5,0	948	4,8	283	2,0	1.713	11,2	0,8	235,0	(83,5)
Débitos e notas promissórias	2.177	11,5	2.128	10,9	17	0,1	-	-	2,3	12.417,6	100,0
Concessões a pagar	68	0,4	67	0,3	65	0,5	61	0,4	1,5	3,1	6,6
Imposto de renda e contribuição social a pagar	108	0,6	181	0,9	81	0,6	18	0,1	(40,3)	123,5	350,0
Outras obrigações fiscais e regulatórias	100	0,5	94	0,5	89	0,6	97	0,6	6,4	5,6	(8,2)
Obrigações trabalhistas	108	0,6	95	0,5	95	0,7	108	0,7	13,7	-	(12,0)
Provisões	11	0,1	12	0,1	35	0,2	26	0,2	(8,3)	(65,7)	34,6
Obrigações com benefícios de aposentadoria	31	0,2	31	0,2	27	0,2	22	0,1	-	14,8	22,7
Outros passivos circulantes	211	1,0	203	1,0	207	1,3	87	0,6	3,9	(1,9)	137,9
	4.328	22,8	5.677	29,0	1.642	11,4	2.977	19,5	(23,8)	245,7	(44,8)
Passivos relacionados a ativos não circulantes											
mantidos para venda	-	-	-	-	159	1,1	-	-	-	(100,0)	100,0
	4.328	22,8	5.677	29,0	1.801	12,5	2.977	19,5	(23,8)	145,7	55,2
PASSIVO NÃO CIRCULANTE											
Empréstimos e financiamentos	2.797	14,8	2.868	14,7	2.001	13,9	2.353	15,4	(2,5)	43,3	(15,0)
Débitos	822	4,3	812	4,1	787	5,5	181	1,2	1,2	3,2	334,8
Concessões a pagar	2.506	13,2	2.433	12,4	2.282	15,8	2.010	13,1	3,0	6,6	13,5
Provisões	80	0,4	78	0,4	292	2,0	247	1,6	2,6	(73,3)	18,2
Obrigações com benefícios de aposentadoria	281	1,5	281	1,4	272	1,9	256	1,7	-	3,3	6,3
Imposto de renda e contribuição social diferido	559	3,0	508	2,6	311	2,2	559	3,7	10,0	63,3	(44,4)
Outros passivos não circulantes	240	1,3	77	0,4	60	0,4	64	0,4	211,7	28,3	(6,3)
	7.285	38,5	7.057	36,0	6.005	41,7	5.670	37,1	3,2	17,5	5,9
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Capital social	2.829	14,9	2.829	14,5	2.829	19,6	2.446	16,0	-	-	15,7
Reservas de capital	-	-	-	-	-	-	92	0,6	-	-	(100,0)
Reservas de lucros	2.974	15,8	2.964	15,2	2.926	20,3	2.833	18,5	0,3	1,3	3,3
Aumento de capital e dividendos propostos	637	3,4	637	3,3	410	2,8	500	3,3	-	55,4	(18,0)
Ajustes de avaliação patrimonial	388	2,0	401	2,0	446	3,1	769	5,0	(3,2)	(10,1)	(42,0)
Lucro líquido do período	492	2,6	-	-	-	-	-	-	100,0	-	(0,4)
	7.320	-	6.831	-	6.611	-	6.640	-	7,2	3,3	50,0
Participação de acionista não controlador	4	-	4	-	3	-	2	-	-	33,3	(0,4)
	7.324	38,7	6.835	35,0	6.614	45,8	6.642	43,4	7,2	3,3	(5,7)
TOTAL	18.937	100,0	19.569	100,0	14.420	100,0	15.289	100,0	(3,2)	35,7	(5,7)
RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO POR UM REPRESENTANTE DA DELOITTE TOUCHE TOHMATSU											

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.03.2018 e 31.12.2017

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

A redução de R\$ 1.214 milhões resultou da seguinte combinação: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R\$ 701 milhões; (ii) aquisição de investimentos no montante de R\$ 1 milhão; (iii) aplicação de R\$ 460 milhões em ativos imobilizado e intangível; (iv) amortização de R\$ 67 milhões de empréstimos e financiamentos; (v) pagamento de parcelas de concessões no montante de R\$ 17 milhões; (vi) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$ 1.357 milhões; e (vii) R\$ 13 milhões de outras aplicações em atividades de financiamento.

Contas a receber de clientes

O crescimento de R\$ 91 milhões deve-se, principalmente, ao acréscimo das transações no mercado de energia de curto prazo

Estoques

O valor contábil dos insumos para produção de energia elétrica apresentou aumento de R\$ 50 milhões principalmente em decorrência da aquisição compulsória no 1T18 do carvão mineral pertencente à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) sob gestão da Companhia na data-base de 31.12.2016, deduzido do estoque estratégico da CDE que será mantido pela Companhia, conforme previsto na REN 801/2017 da Aneel. Tal aumento foi parcialmente atenuado pela redução do saldo de almoxarifado no período.

Outros ativos circulantes

O aumento de R\$ 65 milhões decorre, principalmente, do reconhecimento no 1T18 de valores a serem reembolsados devido à constituição pela Companhia de estoque estratégico CDE, conforme previsto na REN 801/2017. O reembolso deverá ocorrer ao longo de 2018.

Ativo não circulante mantido para venda

Em 20.02.2018, a Aneel deferiu a revogação da autorização da Usina Termelétrica William Arjona em atendimento à solicitação da Companhia, visto a inviabilidade econômico-financeira da Usina em função da elevação do custo do gás natural. Também em fevereiro de 2018, a Companhia finalizou a prospecção de agentes de mercado para a intermediação da alienação dos ativos da Usina. Em decorrência do atual estágio em que se encontra o processo de alienação dos ativos, a Companhia, no 1T18, passou a registrar a totalidade dos estoques e do ativo imobilizado relacionados à Usina, nos montantes de R\$ 10 milhões e R\$ 38 milhões, respectivamente, no ativo não circulante mantido para venda.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Imobilizado

O aumento em R\$ 361 milhões é decorrente dos seguintes itens: (i) aquisições de ativos no montante de R\$ 505 milhões; (ii) depreciação de R\$ 157 milhões; (iii) capitalização de R\$ 57 milhões de juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; (iv) reclassificação para ativo mantido para venda no montante de R\$ 38 milhões; e (v) baixas de ativos de R\$ 6 milhões.

Passivo circulante

Fornecedores

Os principais fatores que resultaram na redução de R\$ 66 milhões de fornecedores foram: (i) redução de fornecedores de energia elétrica e materiais e serviço; (ii) redução do saldo a pagar de combustíveis fósseis e biomassa, em decorrência da liquidação de uma parcela de carvão a pagar às carboníferas; (iii) aumento de fornecedores de imobilizado, impactado, substancialmente, por aquisições decorrentes da construção da Usina Termelétrica Pampa Sul; e (iv) aumento de transações realizadas no mercado de curto prazo.

Dividendos e juros sobre capital próprio

A redução de R\$ 1.294 milhões decorre do pagamento de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, ambos referentes ao exercício de 2017, em 10.01.2018 e 27.03.2018, respectivamente.

Debêntures e Notas Promissórias

O aumento de R\$ 59 milhões nos passivos circulante e não circulante, decorre do reconhecimento de juros e variação monetária.

Concessões a pagar

A variação desta rubrica está descrita no item "Concessões a pagar" do "Passivo não circulante".

Imposto de renda e contribuição social a pagar

A redução de R\$ 73 milhões ocorreu, principalmente, pelo pagamento do imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio do exercício de 2017.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O decréscimo de R\$ 71 milhões é explicado pelos seguintes fatores: (i) transferência para o passivo circulante de R\$ 66 milhões das dívidas que vencerão no período de 12 meses após 31.03.2018; (ii) encargos financeiros e variação cambial de R\$ 7 milhões; e (iii) ajuste a valor justo de R\$ 12 milhões.

Debêntures e Notas Promissórias

A variação desta rubrica está descrita no item "Debêntures e Notas Promissórias", no item "Passivo circulante".

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Concessões a pagar

O incremento no circulante e não circulante de **R\$ 74 milhões** decorre do seguinte: (i) juros e variação monetária de **R\$ 92 milhões** e (ii) amortizações de **R\$ 18 milhões**.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O incremento de **R\$ 51 milhões** decorre, basicamente, da combinação dos seguintes impactos nos tributos diferidos: (i) reconhecimento de tributos diferidos sobre as diferenças decorrentes do ativo financeiro de concessão das controladas Jaguará e Miranda; (ii) realização da provisão para redução ao valor recuperável de ativos; e (iii) constituição de tributos diferidos sobre os juros capitalizados.

Outros passivos não circulantes

O aumento de **R\$ 163 milhões** decorre, substancialmente, de: (i) reconhecimento de valores a pagar devido a aquisição compulsória no 1T18 do carvão mineral pertencente à CDE sob gestão da Companhia na data-base de 31.12.2016, em função da REN 801/2017, o qual será liquidado em 5 anos; (ii) aumento de perdas não realizadas em operações de *hedge* de valor justo; e (iii) reconhecimento de imposto de renda e contribuição social a pagar.

Patrimônio líquido

O aumento de **R\$ 489 milhões** decorreu do lucro líquido do período de três meses findo em 31.03.2018.

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.12.2017 e 31.12.2016

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O aumento de **R\$ 115 milhões** resultou da seguinte combinação: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de **R\$ 2.831 milhões**, excluindo o pagamento da bonificação pela outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, no valor de **R\$ 2.499 milhões**; (ii) aquisição de investimentos no montante de **R\$ 37 milhões**; (iii) aplicação de **R\$ 1.905 milhões** e **R\$ 1.051 milhões** em ativos imobilizado e intangível, respectivamente; (iv) recebimento pela alienação dos investimentos nas subsidiárias Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca no valor de **R\$ 212 milhões**; (v) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de **R\$ 839 milhões**; (vi) amortização de **R\$ 505 milhões** de empréstimos e financiamentos; (vii) captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos e de notas promissórias, nos montantes de **R\$ 1.952 milhões** e **R\$ 2.096 milhões**, respectivamente, destinados, substancialmente, ao pagamento do bônus pela outorga das controladas Jaguará e Miranda; (viii) pagamento de parcelas de concessões no montante de **R\$ 69 milhões**; (ix) aplicação de **R\$ 27 milhões** em depósitos vinculados ao serviço da dívida; e (x) **R\$ 44 milhões** de outras aplicações em atividades de investimento e financiamento.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contas a receber de clientes

O crescimento de R\$ 234 milhões deve-se, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos decorrentes da recontabilização de valores a receber na CCEE resultante da elevação do CVU da Usina Termelétrica Willian Arjona, após o acordo judicial com o fornecedor de gás natural, no valor de R\$ 178 milhões.

Valores a receber pela alienação de investimentos

Referem-se aos valores a receber decorrentes do fechamento da operação de alienação das controladas indiretas Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e PCH Areia Branca, ocorrido em outubro de 2017, aos quais serão recebidos em 2018, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ativo financeiro de concessão

Em 27.09.2017, a Aneel realizou o Leilão de Concessões não Prorrogadas (Leilão 001/2017), no qual a Companhia foi vencedora de dois lotes, correspondentes às concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda e consequente alocação em cotas de suas garantias físicas de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e suas alterações.

A bonificação pela outorga por 30 anos das UHE Jaguará e Miranda foi de R\$ 2.171 milhões e de R\$ 1.360 milhões, respectivamente. O pagamento se deu em parcela única em 30.11.2017. A Companhia procedeu ao cálculo do valor presente decorrente dos fluxos de caixa futuros da energia a ser liquidada no ACR com base na taxa de desconto que melhor representa a expectativa de retorno dessa parcela dos investimentos. O montante apurado compreende um direito incondicional da Companhia de receber caixa, atualizado pelo IPCA e pelos juros remuneratórios, durante o período de concessão.

Outros ativos circulantes

O aumento de R\$ 34 milhões decorre, principalmente, da combinação dos seguintes itens: (i) 14 milhões – indenizações de seguro de lucros cessantes em função de sinistro ocorrido na Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA) em dezembro de 2015, parcialmente atenuada pelo recebimento de indenização de seguro de lucros cessantes da paralização temporária de geração em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda; (ii) R\$ 11 milhões – acréscimo do saldo a compensar de imposto de renda; (iii) R\$ 7 milhões – referente a valores a receber devido a sinistros ocorridos em usinas da Companhia; (iv) R\$ 5 milhões – redução devido aos valores que estavam pendentes de recebimento de combustíveis a reembolsar referente ao mês de dezembro; e (v) R\$ 3 milhões – ganhos não realizados em operações de hedge contratados para cobrir os efeitos de variação cambial sobre empréstimos (hedge de valor justo).

Ativo não circulante mantido para venda

A redução de R\$ 414 milhões é explicada pelos seguintes itens: (i) efetivação da venda das controladas indiretas Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca; e (ii) baixa pela alienação de bens e reconhecimento de complemento de impairment dos valores a receber do empreendimento termelétrico não operacional Jacuí.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Depósitos judiciais

O decréscimo de R\$ 49 milhões decorre, principalmente, da liberação de depósitos vinculados a processos transitados em julgado em favor da Companhia, no valor de R\$ 55 milhões parcialmente compensado pelo registro da variação monetária dos depósitos judiciais e ingressos em decorrência de trâmites legais na qual a Companhia está envolvida.

Os processos transitados em julgado requeriam a manutenção da sistemática de não cumulatividade para a apuração do PIS e da Cofins sobre as receitas decorrentes de contratos com "preços predeterminados".

Ativo financeiro de concessão

A natureza da operação e a razão do acréscimo de R\$ 2.245 milhões estão descritas no "Ativo circulante", item "Ativo financeiro de concessão".

Imobilizado

O aumento em R\$ 1.483 milhões é decorrente dos seguintes itens: (i) aquisições de ativos no montante de R\$ 1.953 milhões; (ii) depreciação de R\$ 630 milhões; (iii) reclassificação para ativo mantido para venda no montante de R\$ 17 milhões; (iv) capitalização de R\$ 169 milhões de juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; (v) baixas de ativos de R\$ 30 milhões e (vi) reversão de provisão para redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*) de R\$ 4 milhões.

Intangível

O acréscimo de R\$ 1.056 milhões decorreu, substancialmente, do reconhecimento de parte da bonificação pela outorga no valor de R\$ 1.031 milhão.

Passivo circulante

Fornecedores

Os principais fatores que resultaram no aumento de fornecedores foram: (i) aumento do saldo de fornecedores de combustíveis fósseis e biomassa, em função de: (i.i) reconhecimento de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017; e (i.ii) parcela de carvão à pagar às carboníferas; (ii) aumento nos fornecedores de energia elétrica comprada para revenda e de imobilizado; e (iii) redução de transações no mercado de curto prazo.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O aumento de R\$ 929 milhões decorre, principalmente, do crédito de dividendos intercalares relativo ao ano de 2017. O início dos pagamentos dos referidos dividendos ocorreu em 10.01.2018.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empréstimos e financiamentos

O acréscimo de R\$ 665 milhões ocorreu pelos seguintes fatores: (i) pagamentos de principal e juros de R\$ 700 milhões, nos quais estão incluídos a liquidação antecipada do financiamento da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA) e do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda junto à Bancos de Repasse do BNDES; (ii) ingressos de R\$ 680 milhões, devido principalmente a captações destinadas, principalmente, ao refinanciamento de dívidas que estavam vencendo, ao financiamento do pagamento de parte da bonificação pela outorga das concessões de Jaguará e Miranda e à construção do Complexo Eólico Santa Mônica; (iii) transferência de R\$ 464 milhões do passivo não circulante; (iv) encargos financeiros e variações cambiais de R\$ 218 milhões; (v) ajuste a valor justo e outros efeitos de R\$ 5 milhões.

Debêntures e Notas Promissórias

O aumento de R\$ 2.111 milhões decorre da combinação dos seguintes itens: (i) emissão de notas promissórias pelas controladas Jaguará e Miranda, com vencimento em 11.2018, no montante de R\$ 2.096 milhões destinadas ao pagamento de parte da bonificação pela outorga das concessões; (ii) R\$ 67 milhões reconhecimento de juros e variação monetária; (iii) amortização de juros no valor de R\$ 50 milhões; e (iv) transferência de R\$ 2 milhões para o passivo não circulante.

Concessões a pagar

A variação desta rubrica está descrita no item "Concessões a pagar" do "Passivo não circulante".

Imposto de renda e contribuição social a pagar

A elevação de R\$ 100 milhões ocorreu, principalmente, pelo aumento do lucro real em 2017 (base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social).

Provisões

A variação no circulante e não circulante nos montantes de R\$ 23 milhões e R\$ 214 milhões, respectivamente, é explicada, substancialmente, pelos seguintes itens: (i) reversão da provisão relativa ao processo de compra de combustível, em função de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017; (ii) reversão de provisão de ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS e a Eletrosul – Eletrosul Centrais Elétricas S.A., por participantes da Fundação, por meio da qual requeriam a declaração de nulidade ou, alternativamente, que fossem declaradas ineficazes as opções por eles exercidas no sentido de limitar as contribuições para a Fundação aos seus salários de contribuição, devido a acordo efetuado com autores do processo; e (iii) reversão da provisão para desmobilização da UTE Charqueadas, devido a assinatura do contrato com o fornecedor.

Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda

Em decorrência da conclusão do processo de alienação das subsidiárias Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca, os passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda foram integralmente baixados contra o resultado.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Passivo não circulante****Empréstimos e financiamentos**

A elevação de R\$ 867 milhões é explicada pelos seguintes fatores: (i) ingresso de R\$ 1.272 milhões principalmente, em função da captação de empréstimos destinados, principalmente, ao refinanciamento de dívidas que estavam vencendo, ao financiamento do pagamento de parte da bonificação pela outorga das concessões de Jaguará e Miranda e à construção do Complexo Eólico Santa Mônica; (ii) transferência para o passivo circulante de R\$ 464 milhões das dívidas que vencerão em 2017; (iii) aumento de R\$ 14 milhões em função de reclassificação de passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda; (iv) encargos financeiros e variação cambial de R\$ 37 milhões; e (v) ajuste a valor justo de R\$ 8 milhões.

Debêntures e Notas Promissórias

A variação desta rubrica está descrita no item "Debêntures e Notas Promissórias", no item "Passivo circulante".

Concessões a pagar

O incremento no circulante e não circulante de R\$ 153 milhões decorre do seguinte: (i) juros e variação monetária de R\$ 222 milhões; e (ii) amortizações de R\$ 69 milhões.

Provisões

A variação desta rubrica está descrita no item "Provisões" do "Passivo circulante".

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O incremento de R\$ 197 milhões decorre, basicamente, da combinação dos seguintes impactos nos tributos diferidos: (i) maior depreciação acelerada fiscal de ativos elegíveis; (ii) redução do custo atribuído do imobilizado (ajuste a valor justo); (iii) constituição de tributos diferidos sobre os juros capitalizados; e (iv) remuneração e variação monetária de ativo financeiro de concessão.

Patrimônio líquido

A redução de R\$ 221 milhões decorreu da combinação do seguinte: (i) lucro líquido do exercício de 2017 de R\$ 2.005 milhões; (ii) dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio creditados relativos a 2017 de R\$ 1.364 milhões; (iii) reversão de ganhos não realizados em operações de *hedge* de fluxo de caixa no valor de R\$ 6 milhões; (iv) aprovação da distribuição dos dividendos propostos relativos a 2016 de R\$ 410 milhões; e (v) perda na remensuração de obrigações com benefícios de aposentadoria no montante de R\$ 4 milhões.

R\$
RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição da receita operacional líquida da Companhia é a seguinte:

Em R\$ milhões	31.03.2018	%	31.03.2017	%	31.12.2017	%	31.12.2016	%	31.12.2015	%	31.03.2018 versus 31.03.2017	31.12.2017 versus 31.12.2016	31.12.2016 versus 31.12.2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA													
Distribuidoras de energia elétrica	687	36,8	683	42,5	2.687	38,3	3.114	48,3	3.046	46,7	0,6	(13,7)	2,2
Comercializadoras de energia elétrica	196	10,5	114	7,1	601	8,6	320	5,0	209	3,2	71,9	87,8	53,1
Consumidores livres	719	38,5	765	47,6	3.162	45,1	2.834	44,0	2.916	44,8	(6,0)	11,6	(2,8)
Transações no mercado de curto	147	7,9	36	2,2	467	6,7	117	1,8	303	4,7	308,3	299,1	(61,4)
Remuneração e variação monetária ativo financeiro	85	4,5	-	0,0	48	0,7	-	0,0	-	0,0	100,0	100,0	-
Outras receitas	35	1,8	8	0,6	45	0,6	57	0,9	38	0,6	337,5	(21,1)	50,0
	1.860	100,0	1.606	100,0	7.010	100,0	6.442	100,0	6.512	100,0	16,4	8,8	(1,1)

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os trimestres findos em 31.03.2018 e 31.03.2017

Distribuidoras de energia elétrica

A receita de venda a distribuidoras alcançou R\$ 687 milhões no 1T18, montante 0,6% superior aos R\$ 683 milhões auferidos no 1T17. Essas variações foram ocasionadas pelos seguintes efeitos: (i) R\$ 14 milhões - elevação de 2,1% no preço médio líquido de venda; e (ii) R\$ 10 milhões - redução de 44 GWh (21 MW médios) na quantidade vendida. O decréscimo no volume de vendas entre os períodos em análise é resultado, principalmente, das reduções decorrentes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), parcialmente atenuadas pela entrada em operação da Usina Fotovoltaica Assú V. O acréscimo no preço médio líquido de vendas decorre, principalmente, da atualização monetária de contratos existentes.

Comercializadoras de energia elétrica

No 1T18, a receita operacional líquida a comercializadoras foi de R\$ 196 milhões, 71,9% superior à receita auferida no 1T17, que foi de R\$ 114 milhões. Essa ampliação resultou dos seguintes aspectos: (i) R\$ 43 milhões - aumento de 313 GWh (145 MW médios) no volume de energia vendida; (ii) R\$ 37 milhões - contratos de venda em operações de trading (89 MW médios); e (iii) R\$ 2 milhões - acréscimo de 1,5% no preço médio líquido de vendas. A variação do volume observada no trimestre em análise decorre, substancialmente, de novos contratos de venda para comercializadoras, inclusive em operações de trading. A elevação do preço ocorreu, basicamente, devido às novas contratações com preços superiores à média dos contratos vigentes ou finalizados.

Consumidores livres

A receita de venda a consumidores livres reduziu 6,0% entre os trimestres em análise, passando de R\$ 765 milhões no 1T17 para R\$ 719 milhões no 1T18. Os seguintes eventos contribuíram para esta variação: (i) R\$ 24 milhões decréscimo de 3,1% no preço médio líquido de venda de energia. A queda do preço, decorreu, substancialmente, de novas contratações com preços inferiores à média dos contratos existentes ou finalizados; e (ii) R\$ 22 milhões - redução de 137 GWh (63 MW médios) na quantidade de energia vendida devido, basicamente, à queda de consumo de clientes industriais.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE

No 1T18, a receita auferida no mercado de curto prazo, em especial no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), foi de R\$ 147 milhões, enquanto no 1T17 foi de R\$ 36 milhões, representando, aumento de R\$ 111 milhões entre os trimestres comparados. Mais explicações sobre tais operações e variações podem ser obtidas no item 10.1.h.1 deste Formulário de Referência, tópico "Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE".

Remuneração do ativo financeiro de concessão

O montante equivalente a 70% da garantia física das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, cuja vigência dos contratos de concessão teve início em 29 de dezembro de 2017, será remunerado pelo recebimento do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO), que compõe a Receita Anual de Geração (RAG) a ser auferida pelas empresas. Pela essência econômica da transação, a parte equivalente ao valor pago pela outorga da concessão foi registrada como ativo financeiro, e a remuneração desses ativos está sendo reconhecida como receita financeira operacional. O montante dessa remuneração, reconhecido no 1T18, nas Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, foi de R\$ 53 milhões e R\$ 32 milhões, respectivamente.

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os exercícios findos em 31.12.2017 e 31.12.2016

Distribuidoras de energia elétrica

Em 2017, a receita atingiu R\$ 2.687 milhões, queda de 13,7% em relação ao exercício de 2016, que foi de R\$ 3.114 milhões. Esse decréscimo é explicado pela queda de 3.483 GWh (393 MW médios) do volume de energia vendida, parcialmente atenuada pela elevação no preço médio líquido de venda, em virtude de reajuste pela inflação do período.

O decréscimo no volume de vendas entre os períodos é resultado, majoritariamente, do término do contrato de Leilão de Energia Existente, no fim de 2016 (343 MW médios), aliado às reduções decorrentes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSD). Adicionalmente, a variação do preço médio ocorreu por efeito do encerramento do contrato do mencionado Leilão em 2016, cujo preço era inferior ao médio praticado nos contratos vigentes.

Comercializadoras de energia elétrica

A receita de venda a comercializadoras atingiu R\$ 601 milhões em 2017, 87,8% superior à receita auferida em 2016 — R\$ 320 milhões. A elevação é resultado destes aspectos: (i) R\$ 293 milhões — aumento de 95,3%, ou 2.088 GWh (239 MW médios), no volume de energia vendida; e (ii) R\$ 12 milhões — decréscimo de 3,8% no preço médio líquido de vendas.

A variação do volume observada nos períodos em análise decorreu do acréscimo de venda de energia convencional, concomitantemente à compra de energia incentivada para revenda a consumidores livres, que migraram do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A redução do preço decorreu, principalmente, de novas contratações com preços inferiores à média dos preços praticados nos contratos existentes.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro**Consumidores livres**

No ano de 2017, a receita de vendas a consumidores livres alcançou R\$ 3.162 milhões, 11,6% além dos R\$ 2.834 milhões verificados em 2016. Essa ampliação está relacionada ao que segue: (i) R\$ 404 milhões — acréscimo de 2.443 GWh (284 MW médios), ou 14,7%, no volume de venda de energia; e (ii) R\$ 76 milhões — decréscimo de 2,7% no preço médio líquido da energia vendida. A carteira de consumidores livres passou de 228 em 2016 para 280 em 2017, um crescimento de 22,8%.

Tal elevação das quantidades vendidas está relacionada, basicamente, ao maior volume de vendas de energia incentivada para clientes que migraram do ACR para o ACL, inclusive da energia gerada pelo Complexo Eólico Santa Mônica, que possui garantia física de 47,4 MW médios e cuja maior parte dos parques eólicos entrou em operação comercial no início de 2017. A queda do preço ocorreu, substancialmente, devido ao encerramento de contratos de venda com preços superiores à média dos praticados em novas contratações.

Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE

No exercício de 2017, houve acréscimo de R\$ 350 milhões na receita das transações de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, em relação ao ano anterior, passando de R\$ 117 milhões em 2016 para R\$ 467 milhões em 2017, correspondendo a um aumento de 299,1%. Mais detalhes sobre tais operações e variações foram elencados no “item 10.1.h.1” deste Formulário de Referência, tópico “Detalhamento das operações de curto prazo – em especial as transações na CCEE”.

Remuneração do ativo financeiro de concessão

O montante equivalente a 70% da garantia física das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, adquiridas em 27 de setembro de 2017, será remunerado pelo direito incondicional de recebimento de caixa por meio do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Dessa forma, as práticas contábeis preveem que parte equivalente ao valor pago pela outorga da concessão seja registrado como ativo financeiro e que a remuneração desse ativo seja reconhecida como receita financeira operacional.

O montante dessa remuneração reconhecido no período de 10 de novembro a 31 de dezembro de 2017 nas Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda foi de R\$ 30 milhões e R\$ 18 milhões, respectivamente.

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os exercícios findos em 31.12.2016 e 31.12.2015**Distribuidoras de energia elétrica**

Em 2016, a receita de venda a distribuidoras atingiu R\$ 3.114 milhões, incremento de 2,2% em relação ao exercício de 2015, quando foi de R\$ 3.046 milhões. Esse acréscimo é explicado pela associação destas variações: (i) R\$ 328 milhões – crescimento de 11,2% no preço médio líquido de vendas; e (ii) R\$ 260 milhões – queda de 8,1%, ou 1.397 GWh (164 MW médios) do volume de energia vendida. O decréscimo no volume de vendas entre os períodos em análise é resultado, essencialmente, do término do contrato de Leilão de Energia Existente, no fim de 2015, aliado às reduções decorrentes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSD). Adicionalmente, a variação do preço médio de venda acima da inflação ocorreu em razão do encerramento do contrato do mencionado leilão, cujo preço era inferior ao médio praticado nos contratos vigentes em 2016.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2016, o custo unitário do gás foi reduzido em função da UTE William Arjona ter sido despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) somente nos meses de janeiro e fevereiro.

Em 2015, a desvalorização do real frente ao dólar impactou na elevação do custo unitário do gás

Os preços do carvão não reembolsável pela CDE são negociados quando da contratação da aquisição ou da renovação do contrato e tem como indexador fórmulas paramétricas cujos principais componentes são o INPC e índices setoriais específicos, na sua maioria, publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os índices de correção não resultaram em efeitos relevantes no custo da Companhia.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão: são calculados pela multiplicação do montante de uso da rede, em kW, pela tarifa estabelecida anualmente pela Aneel, com base no rateio dos custos totais de conexão e de transmissão observados, e esperados, para todo sistema, e nos índices de reajustes dos contratos de transmissão e conexão vigentes – em maioria IPCA e IGP-M. O efeito da variação desses indicadores de inflação no custo da Companhia foi de R\$ 5 milhões, R\$ 15 milhões, R\$ 47 milhões e R\$ 35 milhões no 1º trimestre de 2018 e nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): o valor corresponde a 7,0% sobre a quantidade de energia elétrica produzida, valorada por uma Tarifa Anualizada de Referência (TAR) definida pela Aneel, com base no custo de aquisição de energia pela distribuidora, revisto a cada 4 anos. Para o 1º trimestre de 2018 a TAR foi corrigida em 2,54%, com aproximadamente R\$ 1 milhão de impacto negativo no resultado. Para o exercício de 2017, a tarifa sofreu uma redução de 22,7% e o impacto positivo no custo da Companhia foi de aproximadamente R\$ 34 milhões. Nos anos de 2016 e 2015, os efeitos negativos decorrentes dos reajustes de 9,5% e 6,7% foram de R\$ 16 milhões e R\$ 11 milhões, respectivamente.

c.2) Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia

Exposição ao câmbio

Para o 1º trimestre de 2018, não ocorreram novas contratações de dívidas vinculadas a moeda estrangeira.

Em 2017, a Companhia contratou empréstimos em dólar norte-americano no valor total de US\$ 500 milhões, equivalentes a R\$ 1.631 milhões. Para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros contra as oscilações do câmbio, a Companhia contratou operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras das mesmas instituições financeiras concedentes dos empréstimos, com os mesmos valores e as mesmas datas de vencimento dos juros e do principal.

Em 2016, a Companhia liquidou a totalidade de sua dívida em dólar norte-americano, contratadas junto às instituições financeiras HSBC, Mizuho e Tokyo e suas respectivas operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras.

A Companhia não possuía, em 31.12.2015, empréstimos expostos à variação da cotação de moeda estrangeira, em função dos instrumentos de *hedge* (*swap*) contratados.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum compromisso financeiro em moeda estrangeira cuja variação cambial não esteja integralmente protegida por operação de *hedge*.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, do IPCA e do IGP-M.

Em 31.12.2016, a Companhia não estava exposta ao CDI, visto que naquele ano os empréstimos em dólar norte-americano que estavam protegidos contra a variação cambial por meio de operação de *swap* para o CDI foram integralmente liquidados.

Os impactos dos juros e da variação monetária no resultado financeiro da Companhia no 1º trimestre de 2018 e nos exercícios de 2017, 2016 e 2015 foram estes:

(Valores em R\$ milhões)	Empréstimos ¹ , financiamentos, debêntures e notas promissórias	Concessões a pagar	Total
Resultado em 31.03.2018			
- Juros	72	56	128
- Variação monetária	6	35	41
Exercício Social findo em 31.12.2017			
- Juros	133	217	350
- Variação monetária	34	4	38
Exercício Social findo em 31.12.2016			
- Juros	220	201	421
- Variação monetária	51	140	191
Exercício Social findo em 31.12.2015			
- Juros	282	173	455
- Variação monetária	45	191	236


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

¹ Inclusive os juros decorrentes das operações de *hedge* de valor justo sobre empréstimos.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e de comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou comprada por meio de contratos de médio e de longo prazo.

1º trimestre de 2018

O segmento operacional de geração e comercialização representou 99,6% das receitas líquidas de venda consolidadas em 31.03.2018. No 1º trimestre de 2018 não houve eventos com impactos na capacidade instalada da Companhia. Em 08.03.2018 ocorreu a assinatura do contrato de concessão referente ao Leilão de Transmissão 02/2017 localizado no Estado do Paraná (PR).

2017

O segmento operacional de geração e comercialização concentrou 99,4% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2017.

Em 2017 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 1, localizado no estado do Paraná, que totaliza aproximadamente 1.050 km de extensão de linhas de transmissão. O prazo limite para o início da operação da linha de transmissão é 09 de março de 2023, com prazo de concessão do serviço público, incluindo a construção, a montagem e a manutenção das instalações de transmissão, de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão, realizada em 08 de março de 2018.

2016 e 2015

O segmento operacional de geração e de comercialização concentrou 99,4% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2016 e 2015.

Em 2016 e 2015 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

1º trimestre de 2018

No 1º trimestre de 2018 não houve alterações de aquisição, incorporação e alienação de participações societárias na Companhia.

2017

As principais informações referentes à aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia são estas:

- Companhia Energética Jaguará e Companhia Energética Miranda

A Companhia, em 27.09.2017, arrematou no Leilão de Concessões não Prorrogadas, promovido pela Aneel, as Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, pelo custo de R\$ 3.531 milhões, as quais possuem capacidade instalada de 424,0 MW e 408,0 MW e capacidade comercial de 341,0 MW médios e 198,2 MW médios, respectivamente. Ambas as concessões pertenciam à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético – CNPE. A EBE apresentou o maior valor de bonificação pela outorga para a geração de energia elétrica em regime de cotas, observando o percentual de 70% da garantia física das Usinas Hidrelétricas destinado ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Os 30% restantes serão destinados ao Ambiente de Contratação Livre (ACL).


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Em 09.10.2017, foram constituídas a Companhia Energética Jaguará e a Companhia Energética Miranda, as quais tiveram início das atividades em 19.10.2017 e 20.10.2017, respectivamente, e têm como objetivo operar as Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda.

Em 29.12.2017, a operação foi assumida pela Companhia, após o período de transição, denominado "operação assistida", iniciado em 10.11.2017, data na qual os contratos de concessão foram assinados.

- Complexo Eólico Umburanas

Em 24.11.2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social das empresas que compõem o Complexo Eólico Umburanas pelo valor de R\$ 17 milhões. Localizada no município de Umburanas (BA), possui potencial eólico de 605,0 MW, dos quais 360,0 MW são relacionados à Fase I (257,5 MW destinados ao mercado livre e 102,0 MW já contratados no mercado regulado), com início de operação em 2019. Os 245,0 MW remanescentes permanecerão no portfólio da Companhia para desenvolvimento futuro. Todo o licenciamento ambiental está regularizado e as obras estão em fase inicial.

- Alienação – Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Hidrelétrica Areia Branca

Em 31.10.2017, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias da Companhia e da sua controlada direta ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP) nas sociedades Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A. e Hidrelétrica Areia Branca S.A., pelo montante de R\$ 321 milhões após os ajustes de preço, líquido do PIS e da Cofins e após terem sido atingidas todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações. As usinas pertencentes às controladas indiretas alienadas possuem capacidade instalada total de 63,4 MW e capacidade comercial total de 23,9 MW médios.

- Diamante Geração de Energia

Em 13.12.2017 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência do patrimônio do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda ("CTJL") para a Diamante Geração de Energia Ltda. ("Diamante"), empresa controlada pela Companhia constituída exclusivamente para essa finalidade. A transferência ocorreu em 01.01.2018, por meio do aumento de capital da Diamante via integralização do ativo imobilizado e do estoque vinculados ao CTJL.

2016

As principais informações referentes à aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia são estas:

- Complexo Eólico Santo Agostinho

Em 2016, a Companhia finalizou o processo de aquisição da última fase do Complexo Eólico Santo Agostinho, tendo sido transferido quatro SPE para seu controle. O Complexo Eólico é composto por vinte e quatro SPE, cada qual responsável pelo desenvolvimento de um empreendimento de geração eólico, totalizando um potencial de desenvolvimento de 600 MW, com cada SPE participando com 25 MW, e uma *holding*, todo localizado nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, no estado do Rio Grande do Norte.

O valor de aquisição quando da assinatura do contrato foi de R\$ 54 milhões, composto por um montante fixo de R\$ 39 milhões e um valor vinculado a desempenho de até R\$ 15 milhões, que será pago desde que satisfeitas determinadas condições previstas em contrato.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

2017

Os principais eventos não usuais que impactaram o resultado da Companhia no exercício de 2017 foram estes: (i) em 31.10.2017, após o cumprimento das condições precedentes contratadas, a Companhia efetivou a venda das controladas Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, reconhecendo, no 4º trimestre de 2017, o resultado na alienação de investimentos no montante de R\$ 57 milhões; e (iv) ocorrência de sinistro em uma unidade geradora da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), gerando indenização relativa à exposição de lucros cessantes de longo prazo no montante de R\$ 22 milhões.

2016

Os principais eventos não usuais que impactaram no resultado da Companhia no exercício de 2016 foram os reconhecimentos de provisões para: (i) redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos no montante de R\$ 121 milhões, dos quais R\$ 76 milhões correspondem aos ativos não operacionais do projeto termelétrico Jacuí e R\$ 45 milhões a ativos de geração termelétrica; (ii) redução do reembolso de combustível (CDE), no valor de R\$ 87 milhões, em função de alteração da legislação que estabelece procedimentos para reembolso do custo de combustível em usinas que utilizam o carvão mineral nacional; (iii) provisão para gastos com a desmobilização da Usina Termelétrica Charqueadas no montante de R\$ 19 milhões; e (iv) redução de estoques ao valor realizável líquido das Usinas Termelétricas Charqueadas e Alegrete no valor de R\$ 6 milhões.

2015

Em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.203/2015 e a fim de mitigar os efeitos negativos do GSF aplicado às usinas integrantes do MRE, a Companhia, em dezembro de 2015, aderiu, mediante manifestação formal e despachos emitidos pela Aneel, à repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada. Como condicionante para a adesão, a Companhia teve que desistir de qualquer disputa judicial que impeça a aplicação do GSF as suas usinas.

Tal repactuação foi retroativa a janeiro de 2015, resultando no ressarcimento (líquido do prêmio de risco de 2015), no valor de R\$ 223 milhões, registrado em 31.12.2015, na rubrica do ativo "Repactuação de risco hidrológico a apropriar", que será compensado com os prêmios de risco futuros a serem incorridos pela Companhia.

As regras da repactuação estabelecem opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumem o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que será compensado com os prêmios de risco calculados a valor presente devidos pela Companhia.

A classificação do montante a ser ressarcido no balanço patrimonial da Companhia, em 31.12.2015, tem esta composição: (i) R\$ 26 milhões reconhecidos no ativo circulante; e (ii) R\$ 197 milhões reconhecidos no ativo não circulante.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No 1º trimestre de 2018, a Companhia investiu R\$ 499,5 milhões na construção, manutenção, revitalização de seu parque gerador e nas aquisições de projetos. Este montante refere-se, principalmente, às construções das usinas eólicas Campo Largo e Umburanas, da UTE Pampa Sul, da Central Fotovoltaica Assú e da linha de transmissão Gralha Azul, e à manutenção do parque gerador da Companhia.

No exercício de 2017, a Companhia detinha em andamento, basicamente, as obras dos Complexos Eólicos Campo Largo e Umburanas e da Usina Termelétrica Pampa Sul. O montante investido, em 2017, foi de R\$ 5.538 milhões, sendo R\$ 1.674 milhões provenientes de recursos próprios e R\$ 3.864 milhões por meio de capital de terceiros.

Os investimentos realizados em 2017 e os previstos para o período de 2018 a 2020, na data-base de 31.03.2018, são estes:

Valores em R\$ milhões	Realizado 2017	Previsto 2018	Previsto 2019	Previsto 2020
Financiado com dívida	3.864	2.721	1.511	433
Financiado com capital próprio	1.674	909	(573)	1.158
	<u>5.538</u>	3.630	938	1.591

O montante previsto para ser financiado com capital próprio em 2019 refere-se à recuperação de valores investidos em períodos anteriores, através de captação de dívida.

No ano de 2017, a Companhia investiu R\$ 1.738 milhões na construção de novas usinas: (i) R\$ 866 milhões – Usina Termelétrica Pampa Sul; (ii) R\$ 667 milhões – parques eólicos em construção na região Nordeste no Brasil; e (iii) R\$ 205 milhões – Central Fotovoltaica Assú V. Adicionalmente, em 27.09.2017, a Companhia adquiriu por R\$ 3.531 milhões as concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, por meio do Leilão de Concessões não Prorrogadas (Leilão 01/2017), promovido pela Aneel.

No mesmo ano, a Companhia investiu R\$ 172 milhões em projetos de manutenção e revitalização do seu parque gerador, de forma a manter o alto grau de disponibilidade das usinas. Estes investimentos foram aplicados, principalmente, nas grandes manutenções do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, cujos investimentos totalizaram R\$ 72 milhões e em equipamentos gerais na sede da Companhia, no montante de R\$ 32 milhões. Adicionalmente, houve investimentos na modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Salto Osório, onde foram investidos R\$ 58 milhões e R\$ 8 milhões, respectivamente.

Os valores anteriormente mencionados não contemplam a capitalização dos juros sobre os financiamentos durante a fase de construção dos empreendimentos.

RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.8 - Plano de Negócios

Os principais projetos e investimentos previstos para 2018 e 2019 referem-se ao desenvolvimento dos Complexos Eólicos Umburanas e Campo Largo, da UTE Pampa Sul, da Linha de Transmissão Gralha Azul e do Projeto Fotovoltaico Assú V, e à modernização da UHE Salto Osório. Adicionalmente, para 2020, os projetos e investimentos previstos referem-se ao desenvolvimento do projeto da Linha de Transmissão Gralha Azul e à modernização da UHE Salto Osório.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os projetos setoriais geralmente possuem financiamento da ordem de 50% a 70% do investimento total. O montante remanescente é coberto com recursos próprios, os quais, usualmente, resultam de aportes de capital da controladora, ENGIE Brasil Energia. Em função dos níveis de alavancagem, a Companhia tem captado recursos por meio de empréstimos bancários ou emissões junto ao mercado de capital que, usualmente, são destinados aos referidos aportes.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

UTE Charqueadas

Em 25.11.2016 ocorreu o desligamento da Usina Termelétrica Charqueadas, no Rio Grande do Sul, tendo em vista o modelo de negócios da Companhia, na perspectiva de descarbonização, aliada a inviabilidade financeira do negócio. Em dezembro de 2017, a Companhia assinou um contrato de desmobilização da Usina, onde a empresa contratada se responsabilizou por desmontar, retirar, embalar e transportar os ativos da Usina.

Eólicas Beberibe e Pedra do Sal e PCH Areia Branca

Em 31.10.2017, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias da ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. nas subsidiárias Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A. e Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca S.A., após terem sido atingidas todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações. As Usinas alienadas possuem capacidade instalada total de 63,4 MW e capacidade comercial total de 23,9 MW médios. O ganho de capital auferido na venda dos ativos foi de R\$ 57 milhões. — (AP)

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e UTE Pampa Sul

Em 13.12.2017, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que concedeu direito de exclusividade a ContourGlobal para a realização de *due diligence* acerca da alienação do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda, bem como do Complexo Termoelétrico Pampa Sul, composto pela usina em construção e pelo projeto em desenvolvimento denominados Usina Termelétrica Pampa Sul e Pampa Sul 2, respectivamente. Entretanto, em 10.04.2018, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que o processo de negociação com referida empresa não evoluiu satisfatoriamente, tendo a Companhia decidido avaliar alternativas para a continuidade do processo de descarbonização do seu portfólio.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

10.8 - Plano de Negócios

Cabe mencionar que a Companhia, na condição de empresa geradora de energia elétrica autorizada à produção independente, e conforme a Lei nº 9.991/2010, e suas alterações posteriores, está obrigada a aplicar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida ajustada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm esta destinação: (i) 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear, principalmente, os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético brasileiro.

No 1º trimestre de 2018, a Companhia e suas controladas tinham saldo de R\$ 88 milhões para investimentos em projetos próprios, dos quais R\$ 47 milhões estão relacionados a projetos de P&D já em execução.

Parte substancial do valor já está comprometido e refere-se aos projetos de pesquisa e desenvolvimento direcionados: (i) ao desenvolvimento e certificação de um aerogerador com tecnologia nacional e potência nominal de 3,3 MW, em parceria com a empresa WEG S.A; e (ii) à exploração de todos os possíveis papéis que um sistema de armazenamento de energia pode desempenhar, incluindo avaliação de sistemas utilizando baterias eletroquímicas em aplicações centralizadas de grande porte, aplicações em geração distribuída de médio e pequeno porte e aplicações em veículos elétricos de transporte individual e coletivo, tendo como parceiros a Universidade Federal de Santa Catarina e a Guascor do Brasil Ltda. (grupo Siemens). Estima-se investimentos totais de cerca de R\$ 201 milhões e R\$ 25 milhões para cada projeto acima mencionado, dos quais aproximadamente R\$ 84 milhões e R\$ 19 milhões, respectivamente, serão financiados com recursos de P&D oriundos da Companhia e Controladas.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.


RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Consórcio Estreito Energia (Ceste)	29/04/2010	199.706.000,00	Em 2017: R\$ 185.522.839,47 Em 2016: R\$ 207.099.908,00 Em 2015: R\$ 211.048.080,65	R\$ 199.706.000,00	Até 01.05.2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controladora indireta.							
Objeto contrato	Atividades de pré-operação das instalações da usina, bem como as atividades que se fizerem necessárias ao funcionamento da usina e da linha de transmissão.						
Garantia e seguros	Em garantia ao cumprimento das obrigações, a Companhia deve entregar ao Consórcio uma garantia que poderá ser um seguro ou uma fiança bancária. Adicionalmente, durante a vigência do contrato, o Consórcio deverá obter e manter os seguros exigidos e necessários às instalações da usina.						
Rescisão ou extinção	Força maior; inadimplemento de obrigações; desapropriação, encampação ou aquisição compulsória das instalações da usina; falência, insolvência, liquidação, fusão, reorganização, recuperação judicial ou extrajudicial ou qualquer outra forma de dissolução da parte; revogação ou término do contrato de concessão pela Aneej; declaração ou garantia prestada falsa ou incorreta; e falta de pagamento.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	01/01/2014	431.418,88	Em 2017: R\$ 0,00 Em 2016: R\$ 130.557,34 Em 2015: R\$ 255.826,88	R\$ 431.418,88	31.12.2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada indireta.							
Objeto contrato	Prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica, financeira, do projeto, engenharia da operação e manutenção.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento por vontade de qualquer das partes, mediante comunicação escrita à outra parte com antecedência de 30 (trinta) dias, ou em caso de descumprimento contratual e nos casos previstos em lei.						
Natureza e razão para a operação							

AS
RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
POR UM REPRESENTANTE DA
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Energia Sustentável do Brasil S.A.	01/10/2016	383.480.386,56	Em 2017: R\$ 418.243.866,78 Em 2016: R\$ 383.480.386,56	R\$383.480.386,56	31.12.2042	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
A Companhia e a ESRB estão sob controle comum da ENGIE Brasil Participações Ltda.							
Objeto contrato							
Compra de energia elétrica (14,022 MW)							
Garantia e seguros							
Sem garantia enquanto a Companhia mantiver Rating Nacional de Longo Prazo maior ou igual a "AA-", divulgado pela agência Fitch Rating.							
Rescisão ou extinção							
Falência/concordata; inadimplemento de obrigações; falta de pagamento.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Devedor							
Especificar							
Geramamóre Participações e Comercializadora de Energia Ltda.	03/11/2016	204.471.540,00	Em 2017: R\$ 137.321.760,00 Em 2016: R\$ 204.471.540,00	R\$ 204.471.540,00	31.12.2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
A ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (EBC) é subsidiária integral da Companhia. A Companhia e a Geramamóre estão sob controle comum da ENGIE Brasil Participações Ltda.							
Objeto contrato							
Compra de energia elétrica entre a EBC e a Geramamóre (50,0 MW em 2017; e 100,0 MW em 2018).							
Garantia e seguros							
Fiança relativa a 3 meses de faturamento da Companhia (interveniente garantidora).							
Rescisão ou extinção							
Falência/concordata; caso as partes deixarem de ser agentes da CCEE; inadimplemento de obrigações; falta de pagamento.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Devedor							
Especificar							


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	01/01/2018	522.229,38	Em 2017: R\$ 0,00 Em 2016: R\$ 0,00 Em 2015: R\$ 0,00	R\$ 522.229,38	31.12.2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlada Indireta						
Garantia e seguros	Prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento por vontade de qualquer das partes, mediante comunicação escrita à outra parte com antecedência de 30 (trinta) dias, ou em caso de descumprimento contratual e nos casos previstos em lei, nessas duas últimas hipóteses dispensando-se o aviso prévio.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Itá Energética S.A. (Itasa)	15/01/2001	238.865.651,64	Em 2017: R\$ 631.533.371,26 Em 2016: R\$ 682.424.962,93 Em 2015: R\$ 882.922.665,07	R\$ 238.865.651,64	Até 16.10.2030.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlada direta						
Garantia e seguros	Compra de energia elétrica (61MW)						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Falência/concordata; inadimplemento de obrigações não sanadas; falta de pagamento; se a Companhia deixar de ser acionista da Itasa.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Itá Energética S.A. (Itasa)	15/01/2001	2.218.873.795,03	Em 2017: R\$ 806.098.350,98 Em 2016: R\$ 869.074.223,02 Em 2015: R\$ 932.208.255,51	R\$ 2.218.873.795,03	Até 16.10.2030	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada direta							
Objeto contrato	Compra de energia elétrica (167MW)						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Falência/concordata; inadimplemento de obrigações não sanadas; falta de pagamento; se a Companhia deixar de ser acionista da Itasa.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Itá Energética S.A. (Itasa)	11/09/1998	186.140.053,09	Em 2017: R\$ 278.433.837,88 Em 2016: R\$ 305.343.856,58 Em 2015: R\$ 229.653.252,70	R\$ 186.140.053,09	Até 16.10.2030	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada direta.							
Objeto contrato	Prestação de serviços de administração, planejamento, engenharia e execução e controle da operação e manutenção que se fizerem necessários à execução dos testes e ao funcionamento regular e eficiente da UHE Itá.						
Garantia e seguros	São obrigações das empresas que integram o Consórcio Itá, responsabilizar-se pela cobertura de seguro adequada à riscos de acidentes nas instalações e nos equipamentos da UHE Itá.						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento de obrigações não sanadas; e notificações de irregularidades que não sejam sanadas pela parte infratora, no prazo de 180 dias.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Companhia Energética Jaguará – 1º emissão – Série única
Data de emissão	27/11/2017
Data de vencimento	27/11/2018
Quantidade (Unidades)	264
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	6
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	1.320.000.000,00
Saldo devedor em aberto	1.328.469.716,28 
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora deverá resgatar antecipadamente as Notas Comerciais, total ou parcialmente, até o 15º (décimo quinto) dia corrido subsequente à data em que ocorrer (i) o recebimento, pela Emissora, de quaisquer recursos decorrentes de desembolso de financiamento para investimento no Projeto (conforme definido na Cláusula 18.1), com prazo igual ou superior a 18 (dezoito) meses, contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Financiamento do BNDES" e "BNDES", respectivamente) ou a qualquer outra instituição financeira (em conjunto com o Financiamento do BNDES, "Financiamento Bancário"), ou (ii) a liquidação da emissão de valores mobiliários de dívida pela Emissora com prazo igual ou superior a 18 (dezoito) meses, tal como debêntures de infraestrutura enquadradas como tal nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, no âmbito do Projeto. O Resgate Antecipado Obrigatório será realizado pela Emissora no valor dos recursos líquidos obtidos por meio do Financiamento de Longo Prazo contratado pela Emissora, observado que o Resgate Antecipado Obrigatório será parcial se o valor dos recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio do Financiamento de Longo Prazo for inferior ao Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver. A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Notas Comerciais, total ou parcialmente, a qualquer tempo, após o prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Emissão, a seu exclusivo critério e de forma unilateral, de acordo com os procedimentos mencionados na Nota Comercial. O Resgate Antecipado Facultativo será feito mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, Encargos Moratórios (conforme aplicável) e outros encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide item 18.12 deste formulário.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, convocar assembleia geral de debenturistas com antecedência mínima de 15 dias, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, que dependerão da aprovação por Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, onde cada debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto. Alterações de prazo de vigência, data de pagamento do valor nominal unitário e remuneração, taxas de remuneração, quórum de deliberação das assembleias gerais, eventos de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas pela Emissora e por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. A renúncia ou o perdão temporário à declaração de vencimento antecipado das Debêntures e a definição da Taxa Substitutiva em caso de indisponibilidade, impossibilidade de aplicação ou extinção do IPCA, nos termos da Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de Debenturistas que represente, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

Outras características relevantes

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Espécie: Quirografária
Juros: 6,2515%

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Companhia Energética Miranda. – 1º emissão - Série única
Data de emissão	27/11/2017
Data de vencimento	27/11/2018
Quantidade (Unidades)	156
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	14
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	780.000.000,00
Saldo devedor em aberto	785.004.832,35 → CP
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim


 LICENCIADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 E LAO REPRESENTANTE DA
 COTTE TOUCHE TOHMATSU

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Alterações dos direitos assegurados serão tomadas por Titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Comerciais em Circulação, exceto com relação às seguintes deliberações, para as quais será exigida a aprovação de Titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Notas Comerciais em Circulação: (i) alteração do prazo de vigência das Notas Comerciais; (ii) quóruns qualificados expressamente previstos nas Notas Comerciais; (iii) alteração da Remuneração; (iv) alteração do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório; (v) alteração na Cláusula 14; e (vi) alterações relacionadas ao Aval. A renúncia ou o perdão temporário, com relação às hipóteses previstas na Cláusula 14 exigirão a aprovação de Titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Comerciais em Circulação.

Outras características relevantes

Agente de Notas: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
 Garantia: Avalista
 Juros remuneratórios: correspondentes a 104,9% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over extra-grupo, expressas na forma percentual ao ano.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Engie Brasil Energia S.A. - 6ª emissão – Tranche 2
Data de emissão	15/07/2016
Data de vencimento	15/07/2026
Quantidade (Unidades)	353.400
Pessoas Físicas (Unidades)	670
Pessoas Jurídicas (Unidades)	3
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	353.400.000,00
Saldo devedor em aberto	378.723.924,62 
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, desde que transcorridos, no mínimo, 4 (quatro) anos contados da data de emissão, conforme assim permitido nos termos da Lei 12.431/11 e nos termos da Resolução do CMN n.º 4.476, de 11 de abril de 2016, o resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e as disposições dessa Escritura de Emissão. Não será admitido o resgate facultativo parcial das Debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide item 18.12 deste formulário.


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Saldo devedor em aberto	201.194.290,78	CP
Restrição a circulação	Sim	
Descrição da restrição	Os 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais.	
Conversibilidade	Não	
Possibilidade resgate	Não	
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide item 18.12 deste formulário.	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, convocar assembleia geral de debenturistas com antecedência mínima de 15 dias, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, onde cada debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto. Alterações de prazo de vigência, data de pagamento do valor nominal unitário e remuneração, taxas de remuneração, quórum de deliberação das assembleias gerais, eventos de vencimento antecipado, renúncia ou perdão temporário à declaração de vencimento antecipado, e definição da taxa substitutiva, deverão ser aprovadas pela Emissora e por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação.	
Outras características relevantes	Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Espécie: Quirografária Juros: 6,3%	
Valor mobiliário	Debêntures	
Identificação do valor mobiliário	Engie Brasil Energia S.A. - 6ª emissão – Tranche 1	
Data de emissão	15/07/2016	
Data de vencimento	15/07/2023	
Quantidade (Unidades)	246.600	
Pessoas Físicas (Unidades)	18	
Pessoas Jurídicas (Unidades)	0	
Investidores Institucionais (Unidades)	0	
Valor nominal global (Reais)	246.600.000,00	
Saldo devedor em aberto	264.282.781,18	CP
Restrição a circulação	Sim	
Descrição da restrição	Os 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais.	
Conversibilidade	Não	
Possibilidade resgate	Sim	
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, desde que transcorridos, no mínimo, 4 (quatro) anos contados da data de emissão, conforme assim permitido nos termos da Lei 12.431/11 e nos termos da Resolução do CMN n.º 4.476, de 11 de abril de 2016, o resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e as disposições da Escritura de Emissão. Não será admitido o resgate facultativo parcial das Debêntures.	


 RUBRICADO PARA IDENTIFICAÇÃO
 POR UM REPRESENTANTE DA
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU